



Associação Portugal Global

Relatório e Contas 2023



aicep Portugal Global

Relatório e Contas 2023

Relatório de Gestão

Demonstrações Financeiras e Orçamentais



Índice

Parte I – Relatório de Gestão	6
Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	7
Enquadramento económico.....	9
Atividade desenvolvida	30
A. Áreas de Negócio.....	33
A.1 Áreas Comerciais de interação direta com as empresas.....	34
A. 1.a) Atendimento de primeira linha e proximidade	34
A. 1.b) Desenvolvimento do negócio internacional das empresas presentes em Portugal.....	34
A. 1.c) Fileiras setoriais.....	35
A. 1.d) Angariação de investimento estrangeiro.....	37
A.2 Rede Externa e Institucionais	42
A. 2.a) Ações com intervenção da Rede Externa	42
Ações de imagem e de promoção setorial	43
Missões empresariais, seminários e visitas institucionais ao estrangeiro	49
Missões empresariais, seminários e visitas institucionais a Portugal	50
Multilaterais.....	52
A. 2.c) Acompanhamento de entidades externas	53
A. 2.d) Protocolos de cooperação, memorandos de entendimento e contratos	53
B. Áreas de Apoio ao Negócio.....	54
B.1 Academia AICEP	54
Capacitação empresarial.....	55
Capacitação Interna	59
Programa Inov Contacto	61
B.2 Produção de informação	65
Conteúdos técnicos (Mercados, Setorial, Regulamentar, Estatística)	65
Oportunidades de negócio	69
Conteúdos comunicacionais	69
Outros produtos de informação	69
B.3 Gestão de incentivos	71
B.3 a) Avaliação e seleção de projetos.....	71
B.3 b) Acompanhamento e pagamento de incentivos.....	74
B.4 Participação portuguesa em grandes eventos - Expo Osaka, SBEIF e Web Summit	76



B.5 Projetos de Potencial Interesse Nacional (PIN) e Custos de Contexto	79
Recursos humanos	83
A AICEP Global Parques	85
Unidades operativas	87
Situação económica e financeira	95
Investimentos	97
Responsabilidade corporativa	98
Perspetivas para 2024.....	99
Cumprimento das orientações legais.....	101
Análise às contas do exercício.....	126
Proposta de aplicação de resultados	132
Parte II – Demonstrações Financeiras e Orçamentais	134
Contas individuais	135
Demonstrações Financeiras	135
Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais	141
1. Nota introdutória – Identificação da Sociedade	142
2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras	155
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	156
4. Fluxos de Caixa	167
5. Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis.....	168
6. Propriedades de Investimento	170
7. Participações Financeiras	172
8. Imparidade de Ativos	175
9. Impostos sobre o Rendimento	175
10. Ativos financeiros e outras contas a receber	178
11. Diferimentos ativos	179
12. Património Líquido	180
13. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.....	184
14. Passivos Financeiros e outras contas a pagar	186
15. Estado e outros entes públicos	190
16. Diferimentos Passivos	190
17. Rédito	192
18. Transferências e subsídios concedidos	192



19.	Fornecimentos e Serviços Externos.....	193
20.	Gastos com o Pessoal.....	194
21.	Amortizações.....	195
22.	Outros Rendimentos.....	195
23.	Outros Gastos.....	196
24.	Juros e outros rendimentos similares.....	196
25.	Juros e gastos similares suportados.....	197
25.	Partes relacionadas.....	197
26.	Divulgações exigidas por diplomas legais e outras.....	199
27.	Acontecimentos após a data do balanço.....	201
	Demonstrações Orçamentais.....	202
	Contabilidade de Gestão.....	225



aicep Portugal Global

Relatório e Contas 2023

Parte I - Relatório de Gestão



Parte I – Relatório de Gestão

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Enquadramento económico

Atividade desenvolvida

Recursos Humanos

A AICEP Global Parques

Cumprimento das orientações legais

Análise às contas do exercício

Proposta de aplicação de resultados



Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP), em funções desde 5 de junho de 2023, tem como prioridade a angariação de investimentos produtivos nacionais e estrangeiros, bem como a dinamização da internacionalização das empresas portuguesas, por via do apoio ao aumento das suas exportações e à diversificação dos seus mercados de destino.

Trabalhando sobre as apostas nacionais na transição energética e na transformação digital, temos vindo a atrair investimentos estratégicos e estruturantes de indústria e mobilidade verde e da economia de dados. Em 2023, a gestão da AICEP promoveu a realocação de recursos internos e o reforço das capacidades da Agência na atração de investimento, com especial incidência no investimento mais intensivo em capital e tecnologia, gerador de bens transacionáveis de elevado valor acrescentado bruto e apreciador das qualificações e dos salários dos portugueses.

Relançamos o Regime Contratual de Investimento, gerido pela AICEP, e definimos áreas prioritárias para a atração de investimento: a indústria automóvel, com aposta na mobilidade elétrica e extensível aos equipamentos navais, aeronáuticos e ferroviários; os bens de equipamento, maquinaria e semicondutores; as ciências da vida, com ênfase na farmacêutica; e a agroindústria, com foco no alimentar.



Promovemos as exportações portuguesas, procurando aumentar a sua incorporação nacional e o seu perfil tecnológico, que tem sido, e continuará a ser, o segundo pilar basilar do trabalho da AICEP em prol da economia portuguesa, com especial atenção para os mercados extracomunitários onde se verifiquem os maiores crescimentos económicos, dos rendimentos, das classes médias e do consumo. Além do apoio à internacionalização, nomeadamente ao Investimento Direto Português no Estrangeiro (IDPE) de acesso ao mercado e fornecimento de proximidade a clientes globais.

Adicionalmente, tem vindo a ser reforçada a capacitação das empresas portuguesas, essencial para o sucesso da sua internacionalização, através de várias ferramentas, produtos e serviços desenvolvidos pela AICEP, com enfoque nas novas oportunidades e tendências internacionais, como a Estratégia Global Gateway, o *e-commerce* e os critérios ESG (Ambientais, Sociais e de Governança Empresarial). De salientar, ainda, o aprofundamento da interação da AICEP com as Associações Empresariais, de âmbito geográfico e setorial, e com as Câmaras de Comércio, em Portugal e no estrangeiro.

Em 2023, o Produto Interno Bruto (PIB) registou um crescimento real de 2,3% face a 2022, um crescimento cujo principal motor foi o aumento das exportações, responsável por 1,9 p.p. deste crescimento.

As exportações portuguesas de bens e serviços cresceram 4,9%, tendo havido uma diminuição das importações em 1,8%, com que se inverteu o saldo da balança comercial, de um déficit de 2,4% do PIB em 2022, para um superavit de 0,9% em 2023. É de notar o especial aumento de 6,7% nas exportações para os mercados



extracomunitários, agora já 36% do total, com o intracomunitário a crescer 3,7% e a representar 64% do total, o que prova a oportunidade da aposta da AICEP nos mercados terceiros.

Considerando apenas as exportações de bens, em 2023 estas valeram menos 800 milhões de euros, ou seja, menos 1,0%, do que em 2022. Já as importações caíram 4,5 mil milhões de euros, uma variação negativa de 4,1%. A taxa de cobertura no comércio apenas de bens situou-se em 73,9%, uma melhoria de 2,3p.p. face aos 71,6% de 2022.

A quebra global de 4,5 mil milhões de euros nas importações de bens em 2023 é mais que justificada pela quebra de 6 mil milhões de euros nas importações de combustíveis fósseis e derivados. Assim como a diminuição de 800 milhões de euros nas exportações é mais que justificada pela diminuição de 1,5 mil milhões de euros na reexportação dos mesmos combustíveis fósseis e derivados transformados. Um evidente resultado da transição energética em Portugal, com a crescente substituição de energias fósseis, importadas, por energias renováveis, endógenas. Uma maior autonomia energética, que resulta numa saudável e verde diminuição do nosso comércio internacional de bens e contribui para a inversão da balança comercial de bens e serviços de negativa em positiva. Em pós-carvão desde o início do decénio, note-se que de 2022 para 2023 as importações nacionais de gás natural diminuíram 25,9% em volume.

Por fim, importa sublinhar que o ano de 2023 representou um novo recorde de investimento estrangeiro para Portugal, durante o qual a AICEP angariou 3,5 mil milhões de euros em novos projetos, com um aumento de cerca de 30% dos projetos industriais face ao ano anterior. Investimentos em que se destaca a fileira da mobilidade elétrica e descarbonizada.



Este novo recorde de investimento angariado pela AICEP assinala um sólido interesse e compromisso das empresas, nacionais e estrangeiras, em investir no nosso país. A par da inversão da balança comercial, ilustra, não só, mas também, o esforço diário e os resultados alcançados pelos trabalhadores da AICEP em prol da economia nacional.

Filipe Santos Costa

Presidente do Conselho de Administração



Enquadramento económico

Introdução

Apesar de afetada por conflitos geopolíticos, eventos climáticos severos, uma política monetária mais restritiva devido à inflação, a taxas de juro elevadas, pelo enfraquecimento da procura global e ainda a recuperar da crise provocada pela pandemia Covid19 e do impacto inicial da invasão russa da Ucrânia, entre outros, a economia mundial acabou por apresentar, em 2023, um desempenho melhor que o esperado especialmente devido ao comportamento do consumo na China e à atividade económica relativamente elevada nos EUA, para a qual inicialmente se previa uma recessão de curto prazo.

Contudo, os riscos que afetaram a economia mundial em 2023 mantêm-se relevantes para 2024, salientando-se a continuidade da instabilidade geopolítica, de taxas de juro elevadas e de um nível significativo de incerteza global, para além de outros fatores globais e regionais que têm surgido com frequência e, por vezes, inesperados, que poderão ter implicações mundiais com consequências difíceis de antecipar.

De entre esses riscos, contam-se a crescente tensão geopolítica e o número de conflitos armados ou económicos (China vs. EUA, China vs. Taiwan, Ucrânia vs. Rússia, Israel vs. Hamas), o bloqueio do Canal do Suez e a seca que

afeta a travessia do Canal do Panamá, duas das principais vias para o comércio mundial, a possibilidade de ocorrer uma desaceleração do



crescimento económico na China, as eleições presidenciais nos EUA em novembro de 2024, elevadas taxas de juro e manutenção de um nível relativamente alto de inflação, o grande peso da dívida no PIB de muitos países do mundo, a crescente fragmentação da economia mundial em blocos e o declínio da confiança das empresas e dos consumidores nos países desenvolvidos.

Em Portugal, o desempenho da atividade económica a partir do segundo trimestre de 2023 refletiu o comportamento da procura externa bem como o impacto conjunto da inflação e das limitações de financiamento aos agentes económicos decorrentes da política monetária mais restritiva. Ainda assim, o comportamento positivo no quarto trimestre conduziram o PIB a um crescimento superior ao inicialmente projetado.



Enquadramento Internacional

Resiliência frágil disfarça riscos subjacentes e vulnerabilidades

De acordo com o relatório “*World Economic Situation and Prospects 2024*”¹, das Nações Unidas, a economia mundial revelou-se mais resiliente do que o esperado em 2023, num contexto de mudanças significativas de política monetária e incertezas políticas crescentes e persistentes, mesmo quando vários choques decorrentes de conflitos e alterações climáticas provocaram significativos impactos económicos e sociais negativos, afetando milhões de pessoas, comprometendo ainda mais o progresso rumo ao desenvolvimento. Várias das principais economias desenvolvidas mostraram uma resiliência notável, com um mercado de trabalho robusto a suportar o consumo, apesar das fortes restrições do ponto de vista monetário. Simultaneamente, a inflação diminuiu gradualmente na maioria das regiões mundiais devido à diminuição dos preços da energia e dos alimentos, permitindo aos bancos centrais desacelerar ou interromper os aumentos das taxas de juro.

Esta capa de resiliência disfarça, no entanto, tanto os riscos de curto prazo quanto vulnerabilidades estruturais. As pressões subjacentes sobre os preços continuam elevadas em muitos países. Uma nova escalada de conflitos no Médio Oriente representa o risco de perturbar os mercados energéticos e a renovação das pressões na inflação a nível mundial. À medida que a economia mundial se prepara para o efeito desfasado de aumentos acentuados nas taxas de juro, os principais bancos centrais dos países desenvolvidos têm sinalizado a sua intenção de manter as altas taxas de juro por mais tempo. As perspetivas de um período prolongado de custos mais elevados dos empréstimos e créditos com condições mais restritivas apresentam forças contrárias para um mundo em que a economia está sobrecarregada com elevados níveis de dívida, enquanto necessita de maior investimento, não só para reanimar o crescimento, mas também para combater as alterações climáticas e acelerar o progresso rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Para além disso, as condições financeiras restritivas, a par do risco crescente de fragmentação geopolítica, representam fortes riscos para o comércio e produção industrial mundial.

Neste contexto de riscos e incertezas persistentes, estima-se que o crescimento do PIB mundial desacelere de uma estimativa de 2,7% em 2023 para 2,4% em 2024. Prevê-se que o crescimento melhore moderadamente para 2,7% em 2025, mas permanecerá abaixo da tendência da taxa de crescimento pré-pandemia de 3,0%. Embora a economia mundial tenha evitado o pior cenário de uma recessão em 2023, um período prolongado de baixo crescimento aproxima-se. As perspetivas de crescimento para muitos países em desenvolvimento, especialmente vulneráveis e de baixo rendimento, permanecem débeis, com a recuperação total das perdas provocadas pela pandemia Covid19 cada vez mais longe.

Maior desaceleração nas economias desenvolvidas

A economia dos EUA observou um desempenho notável no ano passado, embora seja esperada uma desaceleração de uma estimativa de 2,5% em 2023 para 1,4% em 2024. O comportamento do consumo privado e a resiliência

¹ United Nations (Janeiro de 2024)



dos mercados de trabalho e imobiliário suportaram o desempenho melhor que o esperado em 2023. Apesar da política monetária restritiva por parte da Reserva Federal, a taxa de desemprego situou-se em apenas 3,7% em 2023. Contudo, o cenário pode alterar-se rapidamente, especialmente se os preços da habitação e dos ativos caírem, reduzindo assim o património líquido das famílias. Com a queda da poupança das famílias, altas taxas de juros e um mercado de trabalho em abrandamento gradual, espera-se que o consumo desacelere em 2024 permanecendo o investimento fraco. Embora a probabilidade de um forte abrandamento económico seja baixa, a economia dos EUA enfrentará riscos negativos significativos decorrentes da deterioração dos mercados de trabalho, imobiliário e financeiro.

A Europa, por seu lado, enfrenta uma perspetiva económica desafiante num contexto de inflação e taxas de juro ainda elevadas. Na União Europeia, o PIB deverá aumentar 1,2% em 2024 após 0,5% em 2023. Espera-se que a ligeira recuperação seja impulsionada por uma recuperação do consumo privado à medida que as pressões sobre os preços diminuem, os salários reais aumentem e os mercados de trabalho permaneçam robustos. No entanto, os efeitos contínuos e retardados das restrições financeiras e eliminação de medidas de apoio compensarão parcialmente o impacto positivo daqueles motores de crescimento em 2024.

Quanto ao Japão, prevê-se que o respetivo crescimento económico desacelere de 1,7% em 2023 para 1,2% em 2024, apesar da manutenção duma política monetária e fiscal acomodatória. O aumento da inflação pode sinalizar uma saída da tendência deflacionária que persistiu por mais de duas décadas. O abrandamento económico da China e dos EUA, principais parceiros comerciais do Japão, deverá reduzir as exportações líquidas japonesas em 2024.

Na Comunidade de Estados Independentes (CEI), o crescimento económico superou as projeções anteriores, refletindo um desempenho da Rússia acima do esperado, uma recuperação moderada da Ucrânia após uma contração profunda em 2022, e um forte crescimento do Cáucaso e da Ásia Central. O PIB agregado da CEI e da Geórgia estima-se em 3,3% em 2023 abrandando para 2,3% em 2024. É esperado um aumento da inflação e uma política monetária restritiva na Rússia, o que deverá pesar negativamente no crescimento económico da região em 2024.

Os Países em Desenvolvimento enfrentam divergências nas perspetivas de crescimento de curto prazo

Na China, a recuperação económica após o levantamento das medidas de combate à Covid19 foi mais gradual que o esperado, a par de efeitos negativos decorrentes de conflitos nacionais e internacionais. A economia chinesa assistiu a um ponto de viragem no segundo semestre de 2023, com a taxa de crescimento a atingir 5,3% ao ano, um aumento em relação aos 3,0% de 2022. Taxas de juro reduzidas e aumento do investimento do setor público impulsionou o crescimento. Embora o consumo tenha sido um dos principais motores do crescimento económico da China, a confiança dos consumidores permaneceu fraca em 2023. O fraco desempenho do setor imobiliário combinado com uma procura externa vacilante, afetando negativamente o crescimento do investimento, da produção industrial e das exportações, irão reduzir o crescimento para 4,7% em 2024.

Prevê-se que o crescimento económico em África permaneça fraco, aumentando de 3,3% em 2023 para 3,5% em 2024. A desaceleração da economia global, condições monetárias e fiscais mais restritivas, e os elevados riscos de sustentabilidade da dívida permanecerão um obstáculo às perspetivas de crescimento da região. A crise climática



em curso e condições meteorológicas extremas irão prejudicar a produção agrícola e o turismo, enquanto a instabilidade geopolítica continua a impactar negativamente várias sub-regiões em África, especialmente no Sahel e no Norte de África.

As economias da Ásia Oriental deverão experimentar uma desaceleração moderada, com o crescimento económico a diminuir de 4,9% em 2023 para 4,6% em 2024. Na maioria das economias, o consumo privado deverá registar um crescimento forte, apoiado pelo abrandamento da taxa de inflação e pela recuperação constante no mercado de trabalho. Enquanto as exportações de serviços, em particular de turismo, têm apresentado um comportamento robusto, uma desaceleração da procura externa afetou a exportação de mercadorias, que tem sido o principal motor de crescimento para muitos países na região.

O PIB no Sul da Ásia cresceu 5,3% em 2023 e projeta-se que aumente 5,2% em 2024, suportado pelo desempenho económico da Índia, que continua a ser, de entre as principais economias, aquela com o crescimento mais rápido no mundo (6,2% em 2024, ligeiramente inferior à estimativa de 6,3% para 2023), num contexto de procura interna robusta e de forte crescimento da indústria e dos serviços. Condições financeiras e fiscais apertadas, desequilíbrios externos e o regresso do fenómeno climático El Niño continuarão a pesar nas perspetivas económicas da região.

Na Ásia Ocidental prevê-se que o PIB cresça 2,9% em 2024, acima dos 1,7% de 2023, a par da recuperação económica da Arábia Saudita e da forte expansão dos setores não-petrolíferos. Os preços elevados dos alimentos essenciais importados continuam a criar forte pressão sobre a inflação, o que deverá diminuir apenas gradualmente em 2024. Na Turquia, as autoridades adotaram uma política monetária muito restritiva, para controlar a inflação, que deverá impactar negativamente o crescimento em 2024.

As perspetivas para a América Latina e Caraíbas são incertas. O crescimento está a abrandar, a inflação a diminuir, embora ainda elevada, e os desafios da política macroeconómica persistem. Em 2023, o crescimento foi mais forte do que o previsto suportado pela resiliência das componentes do consumo e investimento, fluxos significativos de capital e uma procura externa sólida. O PIB regional expandiu 2,2%, ligeiramente acima da média de 2010-2019 de 1,7%. Em 2024, prevê-se que o crescimento do PIB desacelere para 1,6% devido às restrições financeiras com impacto na procura interna e o crescimento económico mais lento dos EUA e da China a restringir as exportações. De salientar o forte abrandamento do crescimento económico do Brasil, de 3,1% em 2023 para uma projeção de 1,6% em 2024.

O comércio internacional está a perder força como motor de crescimento

Em 2023, o crescimento do comércio global enfraqueceu significativamente, para uma estimativa de 0,6% após um aumento acentuado de 5,7% em 2022. Espera-se que as trocas comerciais mundiais recuperem para 2,4% em 2024, permanecendo abaixo da tendência pré-pandemia de 3,2%. Esta desaceleração é atribuída a uma queda nas transações de bens, em contraste com o comércio de serviços, especialmente de serviços de turismo e transportes, que continuaram a recuperar. Uma mudança das despesas dos consumidores de bens para serviços, condições monetárias restritivas, a força do dólar norte-americano e as tensões geopolíticas afetaram negativamente o comércio global.



As exportações das economias em desenvolvimento sofreram retrocessos, com a diminuição da procura externa oriunda dos países desenvolvidos e piores condições financeiras que afetaram negativamente o financiamento das empresas. Numa nota mais positiva, o turismo internacional mostrou sinais de uma forte recuperação, especialmente na Ásia, sendo expectável que atinja níveis pré-pandemia em 2024. De salientar a tendência emergente de realinhamento nas relações comerciais internacionais com os países a procurarem proteger cadeias de abastecimento geograficamente mais próximas ou de fontes mais resilientes.

Produto Interno Bruto, em volume (taxa de variação anual %)	2022	2023e	2024p	2025p
PIB Mundial	3,0	2,7	2,4	2,7
Países Desenvolvidos	2,6	1,6	1,3	1,6
EUA	1,9	2,5	1,4	1,7
Japão	0,9	1,7	1,2	1,1
União Europeia	3,4	0,5	1,2	1,6
Zona Euro	3,4	0,6	1,1	1,5
Reino Unido	4,3	0,5	0,4	1,0
Outras	3,1	1,4	1,4	1,9
Economias em Transição	-1,7	3,3	2,3	2,4
Sudeste da Europa	3,2	2,2	2,9	3,1
Comunidade de Estados Independentes e Geórgia	-1,9	3,3	2,3	2,4
Rússia	-2,1	2,7	1,3	1,5
Países em Desenvolvimento	3,9	4,1	4,0	4,2
África	3,5	3,3	3,5	4,2
Norte de África	2,9	3,4	3,2	4,2
África Oriental	5,4	5,0	5,5	5,9
África Central	3,0	2,5	3,1	3,7
África Ocidental	3,9	3,6	3,8	4,1
África Austral	2,8	1,6	2,3	3,0
Ásia do Sul e Oriental	3,7	5,0	4,7	4,7
Ásia Oriental	3,2	4,9	4,6	4,5
China	3,0	5,3	4,7	4,5
Sul da Ásia	6,3	5,3	5,2	5,7
Índia	7,7	6,3	6,2	6,6
Ásia Ocidental	6,5	1,7	2,9	3,7
América Latina e Caraíbas	3,8	2,2	1,6	2,3
América do Sul	3,9	1,4	1,0	2,3
Brasil	2,9	3,1	1,6	2,3
México e América Central	3,4	3,5	2,6	2,3
Caraíbas	4,7	3,3	2,4	2,7
Países Menos Desenvolvidos	3,4	4,4	5,0	5,5
Comércio Mundial	5,7	0,6	2,4	3,2

Fonte: UNCTAD - World Economic Situation and Prospects 2024 (January 2024)

Notas: e - estimativa; p - previsão

**PIB e Comércio de Bens e Serviços Mundiais 2000-2025 (taxa de variação anual %), em volume****Investimento direto estrangeiro mundial acima das expectativas (com *Special Purposes Entities* (SPE))**

De acordo com a United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD)², em 2023, os fluxos de investimento direto estrangeiro (IDE) mundial (líquido) atingiram o montante de 1.365 mil milhões de dólares, que corresponde um aumento marginal de 3% face ao ano anterior. Este desempenho superou as expectativas iniciais devido à não confirmação das previsões iniciais de possível recessão económica mundial e ao bom desempenho dos mercados financeiros.

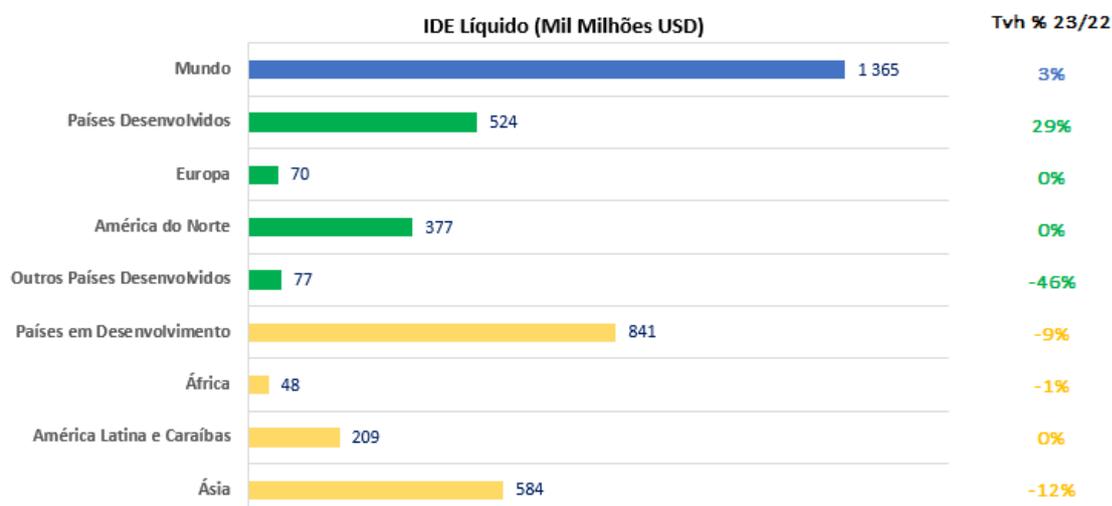
No entanto, o relatório destaca que o aumento global foi impulsionado principalmente por algumas economias veículo europeias (SPE), que muitas vezes atuam como intermediárias do IDE destinado a outros países. Quando estas economias de passagem são excluídas, os fluxos globais de IDE apresentam uma quebra acentuada de 18%.

Nos países desenvolvidos, o IDE na União Europeia passou de 150 mil milhões de dólares negativos em 2022 para 141 mil milhões de dólares positivos em 2023 devido a grandes oscilações no Luxemburgo e nos Países Baixos. Excluindo estes dois países, os fluxos para o resto da UE diminuíram 23%. A entrada de IDE líquido noutros países desenvolvidos também estagnou, com crescimento zero na América do Norte e declínio noutros países desenvolvidos.

² UNCTAD - Global Investment Trends Monitor (January 2024)



Nos países em desenvolvimento, o IDE líquido diminuiu 9%, para 841 mil milhões de dólares, com quebras ou estagnação na maioria das regiões. O IDE diminuiu 12% nos países em desenvolvimento da Ásia e 1% em África, mantendo-se estável na América Latina e nas Caraíbas, com a América Central a contrariar a tendência.



Fonte: UNCTAD – Global Investment Trends Monitor (January 2024)

O relatório da UNCTAD também sublinha um declínio preocupante nos anúncios de projetos de investimento internacionais no ano passado. O financiamento de projetos internacionais e as fusões e aquisições tiveram o maior impacto devido a custos de financiamento mais elevados em 2023, com 21% e 16% de menos negócios, respetivamente. Os anúncios de projetos *greenfield* também foram 6% menores em número, mas 6% superiores em valor, apresentando números maiores na indústria, num sinal de recuperação. A tendência na indústria em 2023 mostra também que o número de projetos aumentou na cadeia de valor global (+16%), especialmente nos setores automóvel, têxteis, máquinas e eletrónica.

Olhando para o futuro, consta no relatório que “parece possível um aumento modesto nos fluxos de IDE em 2024”, citando a estabilização da inflação e dos custos de financiamento nos principais mercados. No entanto, ali consta também a advertência de que persistem riscos significativos, incluindo tensões geopolíticas, dívida crescente em muitos países e preocupações com uma maior fragmentação económica global.

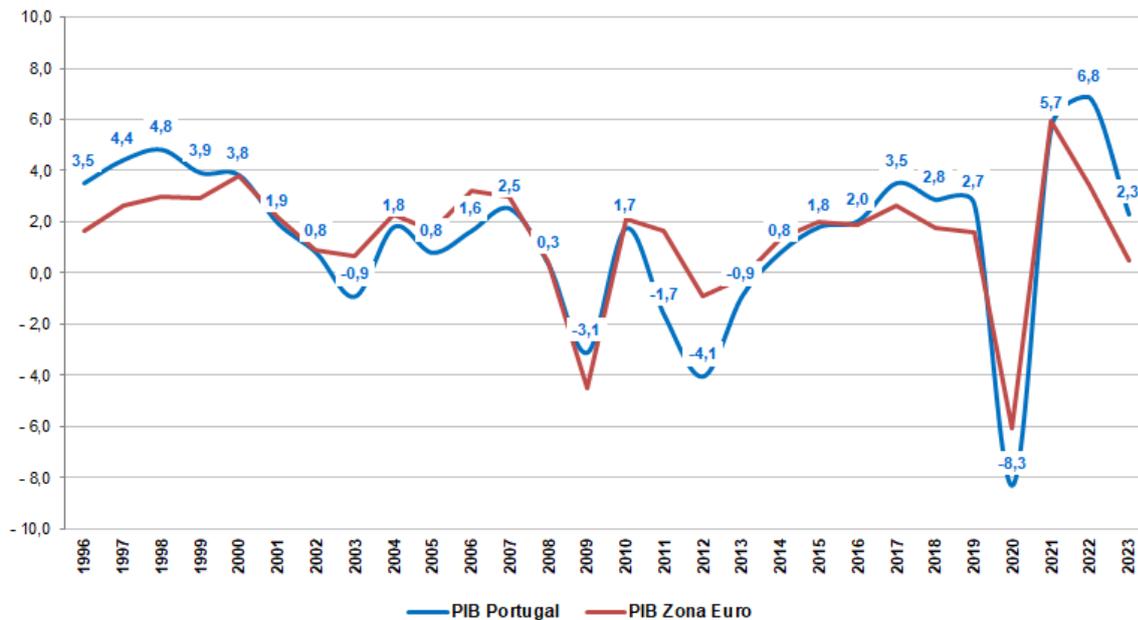


Enquadramento Nacional

Crescimento real do PIB e das Exportações

Foi neste contexto internacional que, em 2023, o PIB de Portugal registou, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), um crescimento real de 2,3% face a 2022. Em termos nominais, o PIB aumentou 9,7%, atingindo 265,7 mil milhões de euros. Com base neste resultado, 2023 foi o segundo ano consecutivo em que o PIB de Portugal cresce acima do da Zona Euro e o sexto desde 2016.

Crescimento Real do PIB de Portugal e da Zona Euro (%)



Fonte: INE – (Contas Nacionais); Comissão Europeia

Unidade: Taxa de Variação Homóloga em % (em volume)

P - Projeção da Comissão Europeia para 2023 (*European Commission Economic Forecast Winter (interim)* (15/02/2024))

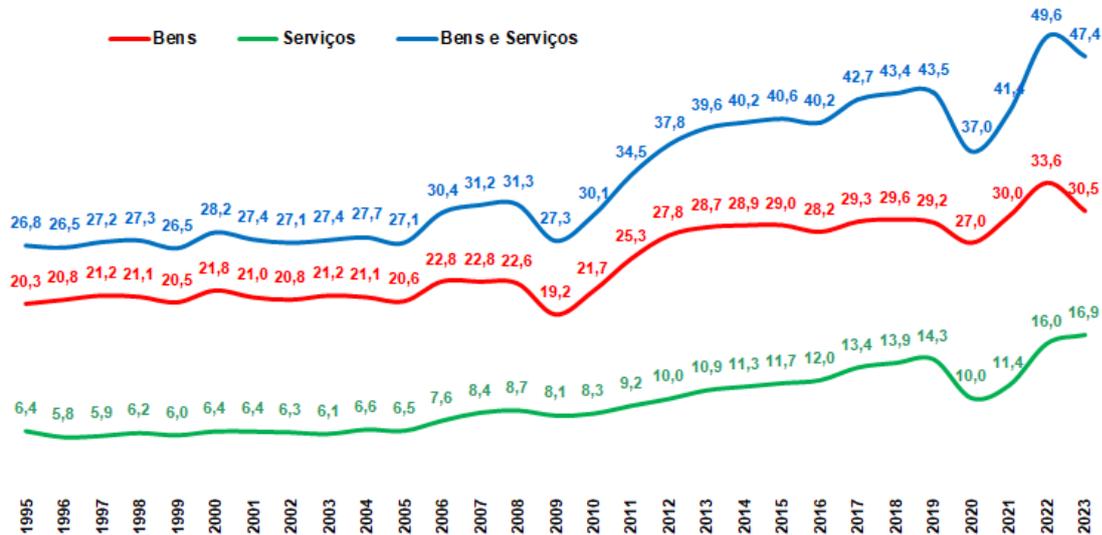
Para o mesmo período e pela mesma ordem, as exportações observaram um crescimento homólogo real de 4,2% e as importações 2,2%. Em termos nominais, as taxas de variação foram de 4,9% e -1,8%, respetivamente.

Peso das Exportações no PIB

Com um valor total de exportação de 126,0 mil milhões de euros (mil M€), (81,1 mil M€ em bens e 45,0 mil M€ em serviços), as exportações atingiram um peso no PIB de 47,4% (30,5% em bens e 16,9% em serviços), uma descida de 2,2 pontos percentuais (p.p.) face a 2022 (-3,1 p.p. em bens e +0,9 p.p. em serviços).



Peso das Exportações de Bens e Serviços no PIB



Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística (Contas Nacionais)

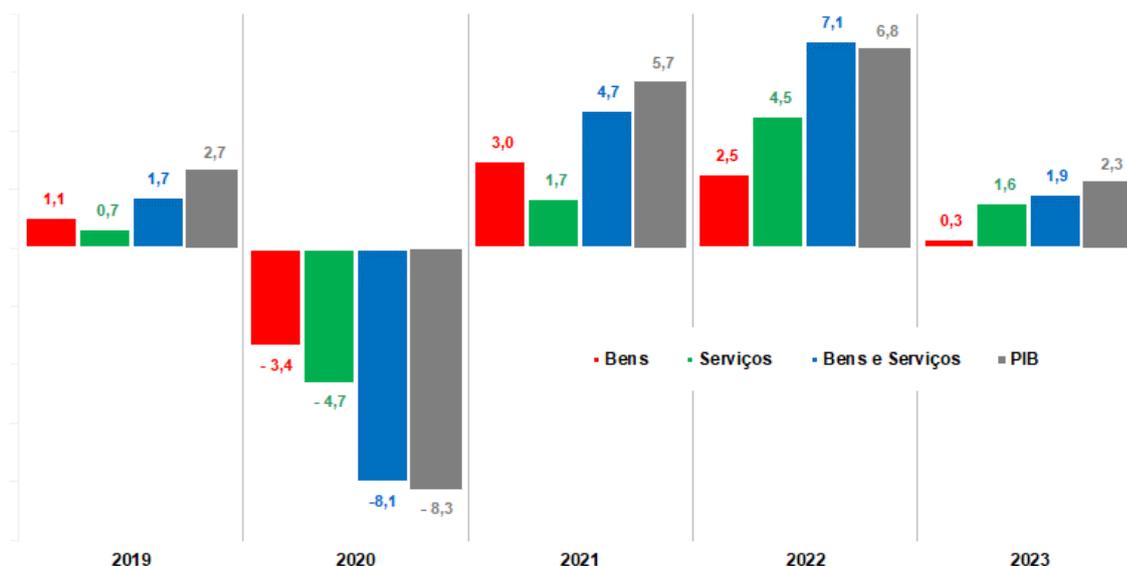
Unidade: % do PIB (a preços correntes)

Contributo para o crescimento real do PIB

Em volume, o aumento das exportações totais foi de 4,0 mil M€ (677 M€ em bens e 3,3 mil M€ em serviços). Considerando que o crescimento do PIB foi de 4,8 mil M€, correspondente a uma taxa de variação real de 2,3%, as exportações apresentam um contributo de 1,9 p.p. para o crescimento económico (0,3 p.p. em bens e 1,6 p.p. em serviços).



Contributo das Exportações de Bens e Serviços para o Crescimento Real do PIB

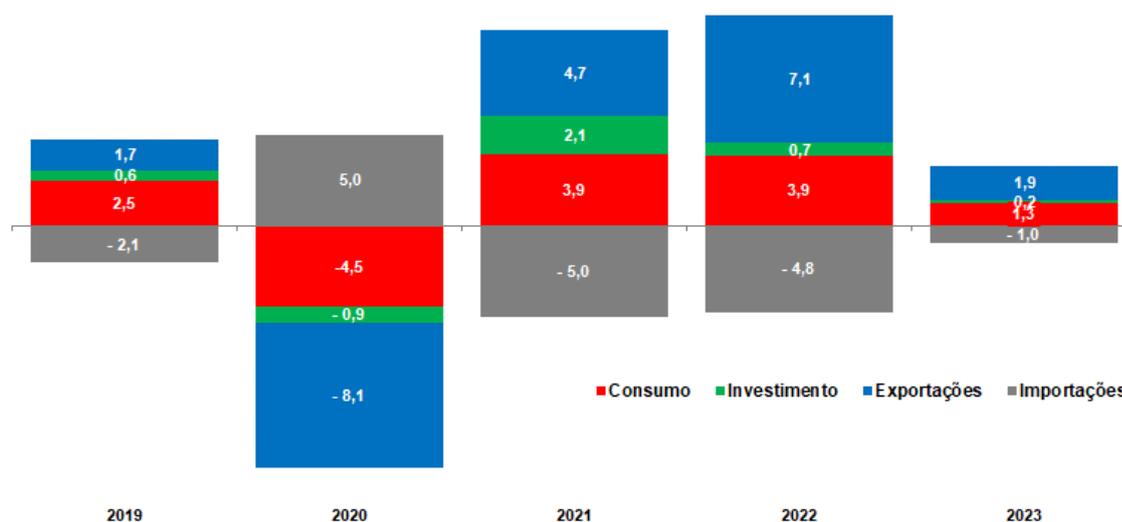


Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística (Contas Nacionais)

Unidade: Pontos percentuais (em volume)

Deste modo, com o investimento a contribuir com 0,2 p.p., o consumo com 1,3 p.p. (consumo privado 1,0 p.p.; consumo público 0,2 p.p.) e as importações com -1,0 p.p., as exportações apresentam a maior contribuição para o crescimento económico pelo terceiro ano consecutivo.

Contributo para o Crescimento Real do PIB por Componente

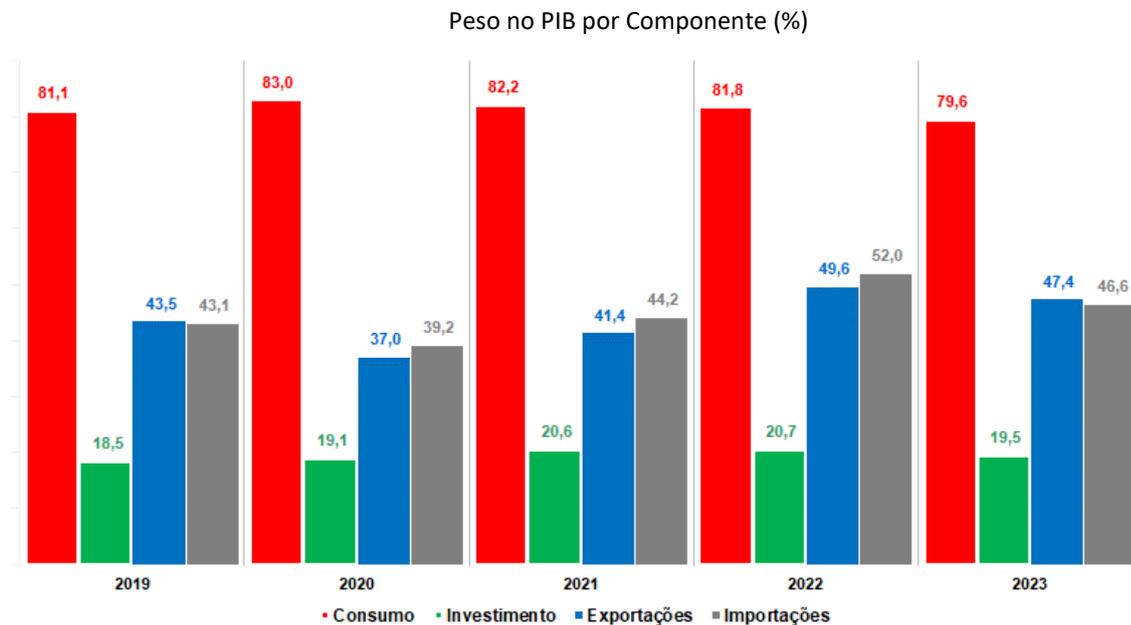


Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística (Contas Nacionais)

Unidade: Pontos percentuais (em volume)



De referir que, com base em preços correntes, no período em análise o consumo registou um peso no PIB de 79,6%, o investimento 19,5% e as importações 46,6%. Como já referido, o peso das exportações foi de 47,4%.



Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística (Contas Nacionais)

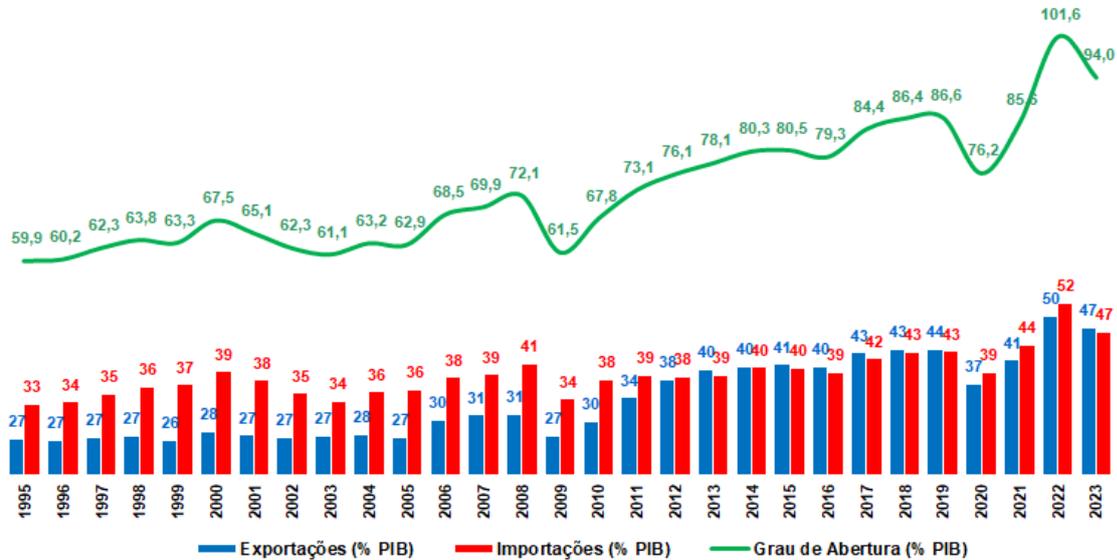
Unidade: % do PIB (a preços correntes)

Grau de Abertura da Economia Portuguesa

Do ponto de vista do grau de abertura, em 2023 observou-se um registo de 94,0%, que significa uma diminuição de 7,6 p.p. comparativamente ao ano anterior, e aumentos de 32,5 p.p. e 17,8 p.p. quando comparado com as recessões de 2009 e 2020, respetivamente.



Grau de Abertura da Economia Portuguesa



Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística (Contas Nacionais)

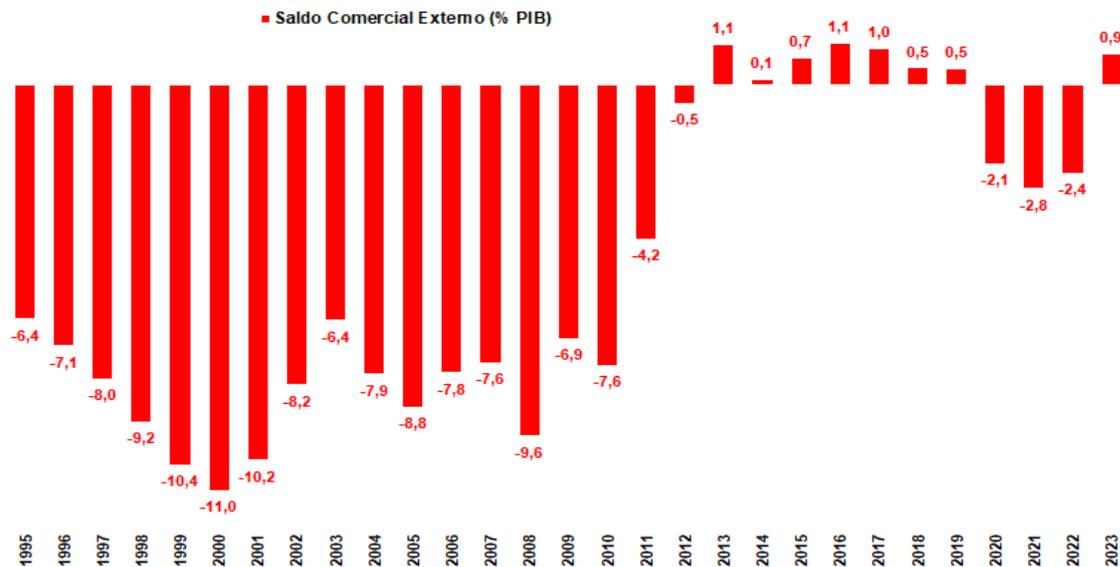
Unidade: % do PIB (a preços correntes)

Saldo Comercial externo e evolução dos Deflatores

Em 2023, após três anos de défice, observou-se um saldo comercial externo positivo, no montante de 2,3 mil M€, medido na ótica das Contas Nacionais, equivalente a 0,9% do PIB (+0,5% em 2019, -2,1% em 2020, -2,8% em 2021 e -2,4% em 2022).



Saldo Comercial Externo no PIB (%)



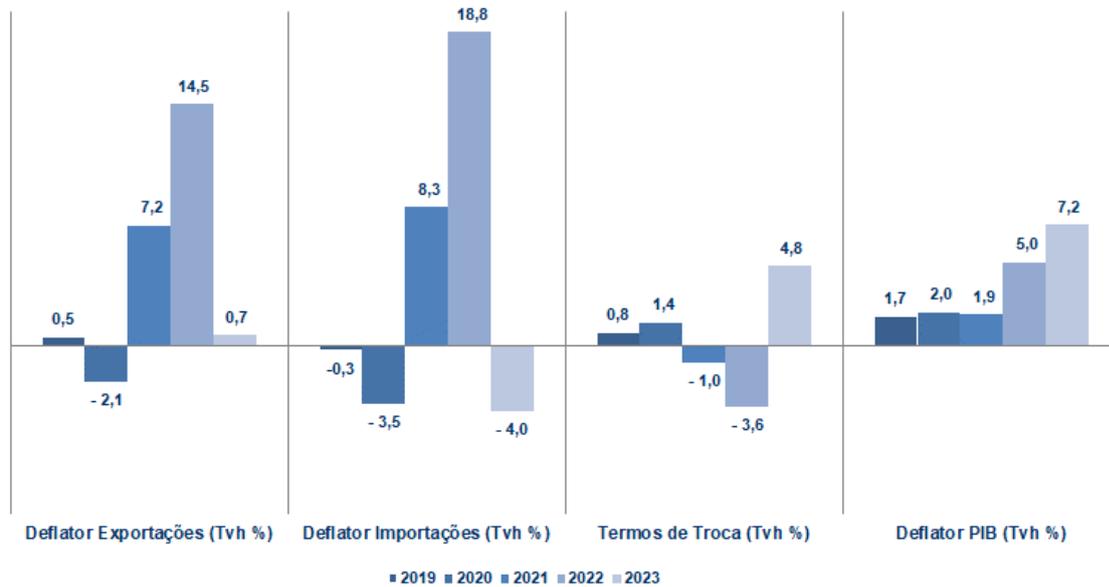
Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística (Contas Nacionais)

Unidade: % do PIB (a preços correntes)

No que respeita à evolução dos deflatores, em 2023, contrariamente ao verificado nos dois anos anteriores, assistiu-se a um ganho expressivo dos termos de troca (tvh 4,8%), tendo o deflator das importações registado uma taxa de variação de -4,0% (18,8% no ano anterior) e o deflator das exportações um aumento de 0,7% (14,5% em 2022). Esta evolução traduziu, em parte, o efeito da diminuição dos preços dos bens energéticos no deflator das importações. O deflator do PIB cresceu 7,2% face a 2022.



Deflatores das Exportações e Importações e Termos de Troca



Fonte: INE (Contas Nacionais)

Unidade: Taxa de variação homóloga em %

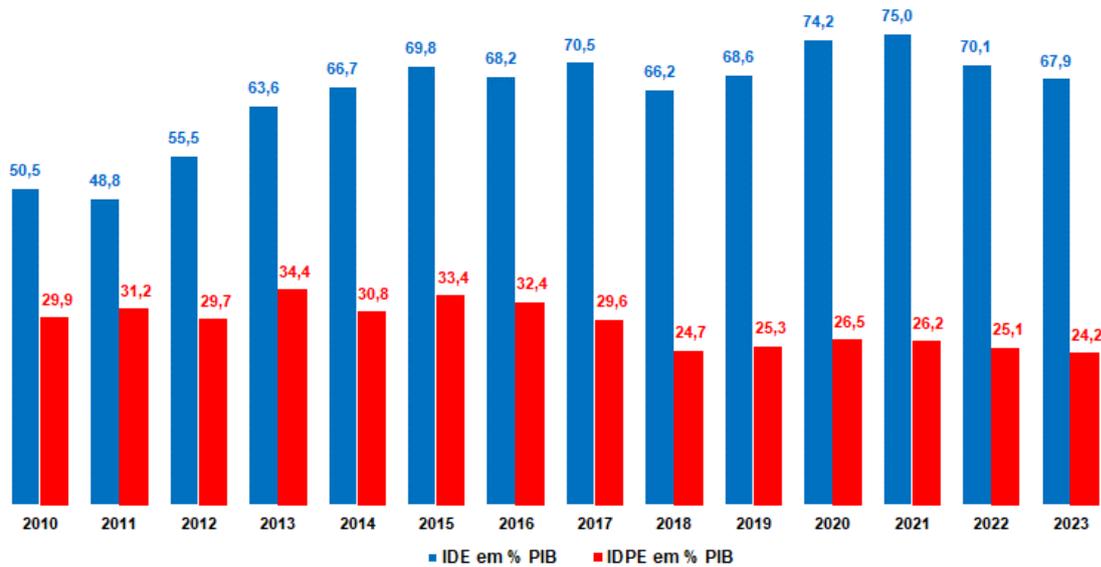
Posição (Stock) de Investimento Direto no PIB (Princípio Direcional)

De acordo com o Banco de Portugal, no final de dezembro de 2023, a posição de Investimento Direto do Exterior em Portugal (IDE) ascendia a 180,4 mil M€, enquanto a posição de Investimento Direto de Portugal no Exterior (IDPE) totalizava 64,4 mil M€.

Deste modo, o peso do IDE na economia foi de 67,9% em 2023 (70,1% em 2022), enquanto o peso do IDPE foi de 24,2% (25,1% em 2022).



Peso do Stock de Investimento Direto no PIB (%)



Fontes: INE (Contas Nacionais); Banco de Portugal (Estatísticas de Posição de Investimento Internacional)

Unidade: % do PIB (a preços correntes)

Nota: Investimento Direto apurado no âmbito do Princípio Direcional

Comércio Internacional Português em 2023

Com base em dados do Banco de Portugal³, mas na ótica das estatísticas da balança de pagamentos, as exportações de bens e serviços atingiram 126,3 mil M€ em 2023, o que representa uma taxa de variação homóloga (tvh) de 4,7%, enquanto as importações totalizaram 123,0 mil M€ (tvh -1,8%), do que resultou um excedente comercial de 3,3 mil M€ (défice de 4,7 mil M€ em 2021) e uma taxa de cobertura das importações pelas exportações de 102,7% (96,3% em 2022). Por componentes, os bens representaram 59,1% da exportação total, e os serviços 40,9%. Na importação, a participação dos bens e dos serviços foi de 80,8% e 19,2%, respetivamente.

³ Banco de Portugal - Estatísticas da Balança de Pagamentos (fevereiro de 2024)



Balança Comercial Portuguesa de Bens e Serviços, valores nominais (M€)

	2022	% Total 2022	2023	% Total 2023	Var. Valor 23/22	Var. % 23/22
TOTAL BENS E SERVIÇOS						
Exportações	120 572	100,0	126 280	100,0	5 708	4,7
Importações	125 254	100,0	123 004	100,0	-2 250	-1,8
Saldo	-4 682	--	3 276	--	7 958	--
Tx. Cobertura (%)	96,3	--	102,7	--	6,4	--
UNIÃO EUROPEIA						
Exportações	78 452	65,1	81 318	64,4	2 866	3,7
Importações	86 904	69,4	89 792	73,0	2 888	3,3
Saldo	-8 451	--	-8 474	--	-23	0,3
Tx. Cobertura (%)	90,3	--	90,6	--	0,3	--
Contribuição Exportações (p.p.)	--	--	--	--	--	2,4
PAISES TERCEIROS						
Exportações	42 120	34,9	44 962	35,6	2 842	6,7
Importações	38 350	30,6	33 212	27,0	-5 138	-13,4
Saldo	3 769	--	11 750	--	7 981	211,7
Tx. Cobertura (%)	109,8	--	135,4	--	25,5	--
Contribuição Exportações (p.p.)	--	--	--	--	--	2,4
BENS						
Exportações	75 925	63,0	74 586	59,1	-1 339	-1,8
Importações	102 359	81,7	99 327	80,8	-3 032	-3,0
Saldo	-26 434	--	-24 741	--	1 693	6,4
Tx. Cobertura (%)	74,2	--	75,1	--	0,9	--
Contribuição Exportações (p.p.)	--	--	--	--	--	-1,1
SERVIÇOS						
Exportações	44 647	37,0	51 694	40,9	7 047	15,8
Importações	22 895	18,3	23 677	19,2	782	3,4
Saldo	21 752	--	28 017	--	6 265	28,8
Tx. Cobertura (%)	195,0	--	218,3	--	23,3	--
Contribuição Exportações (p.p.)	--	--	--	--	--	5,8

Fonte: Banco de Portugal

Unidade: Milhões de euros, exceto quando indicado.

Valores FOB

A União Europeia (UE) foi o principal parceiro comercial de Portugal, absorvendo 64,4% do total das nossas exportações de bens e serviços e fornecedores de 73,0% das importações. No ano passado, as exportações e importações de bens e serviços com a UE cresceram 3,7% e 3,3%, respetivamente.

Para os países terceiros as exportações observaram uma subida de 6,7%, registando uma quota de 35,6% do total, enquanto as importações (27,0% do total) diminuíram 13,4%.



Em relação especificamente à componente de bens, e segundo informação do INE⁴, em 2023, com base na metodologia de apuramento das estatísticas correntes do comércio internacional, as exportações de bens ascenderam a 77,6 mil M€, contra 78,4 mil M€ no ano anterior, ou seja, uma diminuição de 800 M€ (tvh -1,0%). No mesmo período, as importações totalizaram 105,0 mil M€ e diminuíram 4,5 mil M€, apresentando uma variação de -4,1%.

Estes resultados determinaram um défice da balança comercial de bens de 27,4 mil M€, correspondente a uma redução de 3,7 mil M€ relativamente a 2022. A taxa de cobertura das importações pelas exportações situou-se em 73,9% que corresponde a uma melhoria de 2,3 p.p. em comparação com a taxa registada em 2022.

Excluindo a rubrica referente aos Combustíveis Minerais, no ano passado as exportações de bens não-energéticos (72,5 mil M€; 93,4% do total) aumentaram 0,9% (mais 675 M€) enquanto as Importações de não-energéticos (92,7 mil M€; 88,3% do total) cresceram 1,6% (mais 1,5 mil M€), respetivamente. O défice comercial dos bens não-energéticos foi de 20,3 mil M€, o que significa um agravamento de 817 M€.

A taxa de cobertura das importações pelas exportações dos não-energéticos situou-se em 78,2% que corresponde a uma diminuição de 0,5 p.p. em comparação com 2022.

No período em análise, as exportações de bens para a União Europeia diminuíram 1,4%, registando uma quota nas exportações totais de 70,2%.

Espanha foi o principal destino das nossas exportações de bens com uma quota de 25,8% no total, seguindo-se França (13,0%) e Alemanha (10,8%).

As exportações extracomunitárias estagnaram (tvh 0,0%) face ao ano anterior, observando um peso no total de 29,8%.

Os EUA e o Reino Unido, com quotas de 6,7% e 4,7%, respetivamente, foram os principais clientes extracomunitários e quarto e quinto em termos globais.

França, com um aumento de 422 M€ (tvh 4,4%), apresenta o maior contributo positivo para o crescimento global das exportações, seguindo-se Marrocos (342 M€; tvh 50,5%), Argélia (188 M€; tvh 62,1%), EUA (164 M€; tvh 3,2%) e China (141 M€; tvh 22,3%).

As principais quebras nas vendas externas ocorreram com Espanha (-554 M€; tvh -2,7%), Países Baixos (-428 M€; tvh -13,7%), Gibraltar (-238 M€; tvh -44,8%), Itália (-203 M€; tvh -5,8%) e Reino Unido (-194 M€; tvh -5,0%).

Na importação, as compras à União Europeia (74,5% do total) aumentaram 2,8% em contraste com as provenientes dos Países Terceiros (25,5% da importação total), que diminuíram 20,0%.

⁴ INE – Estatísticas Correntes do Comércio Internacional Português (1º apuramento; fevereiro de 2024)

Nota: Devido a diferenças metodológicas de apuramento, os resultados globais apurados pelo INE para a componente de bens são diferentes dos do Banco de Portugal.



Espanha foi o nosso principal fornecedor, com uma quota de 33,8%, seguida da Alemanha (11,6%), da França (7,0%) e dos Países Baixos (5,3%). O principal fornecedor extracomunitário, e quinto no ranking global, foi a China, com um peso de 5,0%.

De notar os aumentos das importações a Irlanda (789 M€; tvh 93,0%), França (620 M€; tvh 9,3%), Espanha (504 M€; tvh 1,4%) e Congo (274 M€; tvh > 1000%), e a diminuição das compras aos EUA (-1,2 mil M€; tvh -35,6%), Brasil (-898 M€; tvh -19,7%), a Trindade e Tobago (-650 M€; tvh -84,4%) e à Nigéria (-630 M€; tvh -32,5%).

Por grupos de produtos, as máquinas e aparelhos constituíram a principal exportação com uma quota de 15,4% do total, seguindo-se os veículos e outro material de transporte (13,1%), os metais comuns (8,4%) e os agrícolas (7,7%).

De destacar os aumentos das exportações de máquinas e aparelhos (801 M€; tvh 7,2%), de veículos e outro material de transporte (493 M€; tvh 5,1%), de alimentares (352 M€; tvh 9,6%) e de agrícolas (223 M€; tvh 4,4%). As principais quebras ocorreram nos combustíveis minerais (-1,5 mil M€; tvh -22,3%), nas pastas celulósicas e papel (-733 M€; tvh -18,8%), nos metais comuns (-238 M€; tvh -3,5%) e nos plásticos e borracha (-213 M€; tvh -3,8%).

Nas importações prevaleceram também as máquinas e aparelhos (18,0% do total), seguindo-se os veículos e outro material de transporte (12,8%), os combustíveis minerais (11,6%) e os químicos (11,5%).

Assinalam-se os aumentos nos veículos e outro material de transporte (2,2 mil M€; tvh 19,5%), nos alimentares (693 M€; tvh 16,3%) e nas máquinas e aparelhos (315 M€; tvh 1,7%). As principais quebras verificaram-se nos combustíveis minerais (-6,0 mil M€; tvh -33,0%), nos metais comuns (-711 M€; tvh -7,5%) e nos plásticos e borracha (-578 M€; tvh -8,8%).

Quanto à componente de serviços, de acordo com dados do Banco de Portugal⁵, em 2023 as exportações e importações ascenderam a 51,7 mil M€, contra 44,6 mil M€ em 2022, ou seja, um aumento de 7,0 mil M€ (tvh 15,8%). No mesmo período, as importações totalizaram 23,7 mil M€ e aumentaram 782 M€, apresentando uma tvh de 3,4%.

Estes resultados determinaram um excedente da balança comercial de 28,0 mil M€, correspondente a um aumento do excedente de 6,3 mil M€. A taxa de cobertura das importações pelas exportações situou-se em 218,3% o que corresponde a um aumento de 23,3 p.p. face à taxa registada no ano anterior.

O Reino Unido foi o principal destino das nossas exportações de serviços com uma quota de 15,1% no total, seguindo-se França (11,4%) e a Alemanha (11,2%).

De notar o aumento das exportações para a Alemanha (1,2 mil M€; tvh 25,3%) seguindo-se o Reino Unido (967 M€; tvh 14,1%) e os EUA (945 M€; tvh 24,8%). De referir também a quebra nas exportações para a Ucrânia (-142; tvh -59,3%) seguindo-se a Rússia (-43 M€; tvh -42,8%).

Na importação, Espanha foi também o nosso principal fornecedor, com uma quota de 17,0%, seguida do Reino Unido (9,2%).

Salienta-se o aumento das importações provenientes de Espanha (525 M€; tvh 15,0%) e a quebra das importações à China (-274 M€; tvh -24,1%).

⁵ Banco de Portugal - Estatísticas da Balança de Pagamentos (fevereiro de 2024)



Por tipo de serviços, a rubrica de viagens e turismo constituiu a principal exportação com uma quota de 48,6% no total, seguindo-se os transportes (19,8%) e outros serviços fornecidos por empresas (16,2%).

De destacar o aumento das exportações de viagens e turismo (4,0 mil M€; tvh 18,9%) e a quebra nas exportações de serviços de transformação de recursos materiais pertencentes a terceiros (-71 M€; tvh -16,0%).

Nas importações, prevaleceram os outros serviços fornecidos por empresas (26,6%), viagens e turismo (26,6%) e serviços de transportes (23,4%).

Por mercados de origem do IDE, Espanha, Luxemburgo e Reino Unido foram os principais com 997 M€, 965 M€ e 727 M€, pela mesma ordem. Com registo líquido negativo há a salientar o IDE dos Países Baixos (-276 M€), da Dinamarca (-164 M€) e da Suécia (-153 M€).

Por setor de atividade residente, o das atividades financeiras e de seguros, com 989 M€, foi o principal setor recetor de IDE, seguido do da construção e imobiliário, com 762 M€.

Por tipo de instrumento financeiro, os títulos de participação em capital contribuíram com 7,1 mil M€, enquanto os instrumentos de dívida registaram uma variação líquida negativa de 339 M€.

No final de dezembro de 2023, a posição (stock) de IDE era de 180,4 mil M€, um aumento de 6,2% relativamente ao período de 2022.

Por países investidores imediatos (países de procedência do capital) Espanha representou 19,7% do stock total de IDE, Países Baixos 19,5% e Luxemburgo 18,0%, enquanto o principal país extracomunitário em termos de stock de IDE era o Reino Unido, com 6,9% do total. A União Europeia detinha 76,3% do stock de IDE em Portugal no final de 2023.

Em termos de investidor final (país de origem do capital), Portugal detinha 15,0% do stock total de IDE, Espanha 14,4%, França 9,6%, Reino Unido 7,7% e China 6,9%. Nesta perspetiva, da origem do capital, do stock de IDE total com origem em Espanha 95,9% foi investido em Portugal através da própria Espanha, 1,6% através dos Países Baixos e 1,3% via Luxemburgo.

Como referido, enquanto origem do IDE, Portugal representa 15,0% do stock de IDE enquanto investidor final, fenómeno denominado de *round tripping*, que ocorre quando o investidor final coincide com o país do investimento e que está associado à passagem do investimento com origem e destino em Portugal por entidades intermediárias residentes noutros países, em particular nos Países Baixos, Luxemburgo e Espanha. Neste contexto, do stock de IDE em Portugal com origem em empresas portuguesas, 57,6% foi investido através dos Países Baixos, 14,3% do Luxemburgo e 10,6% via Espanha.

Por setores de atividade, salientam-se as atividades financeiras e de seguros, com 21,2% do stock total de IDE.

Quanto à variação líquida dos fluxos de Investimento Direto de Portugal no Exterior (IDPE), ascendeu a 3,3 mil M€ em 2023, que significa uma subida de 883 M€ (+35,8%) comparativamente a 2022.

Por países de destino, os Países Baixos, Polónia e Reino Unido observaram os maiores valores positivos, com 3,2 mil M€, 377 M€ e 221 M€, respetivamente. Em termos negativos de referir Angola, Brasil e Alemanha, com -656 M€, -222 M€ e -117 M€, respetivamente.

Sectorialmente (por sector da empresa residente), o setor da eletricidade, gás e água investiu 2,5 mil M€. Em sentido contrário, assinala-se o valor líquido negativo do setor da construção (-794 M€).



Por tipo de instrumento financeiro, dos 3,3 mil M€ de IDPE total, 742 M€ foram relativos a títulos de participação em capital e 2,6 mil M€ a instrumentos de dívida.

No final de dezembro de 2023, a posição (stock) de IDPE ascendia a 64,4 mil M€, uma variação de 5,8% relativamente ao período homólogo.

Por mercados de destino do IDPE, os Países Baixos e Espanha registavam 29,7% e 25,6% do stock total de IDPE, respetivamente. Os principais países extracomunitários foram Brasil e Moçambique com 3,8% e 3,0% do total, respetivamente. A União Europeia representava 72,6% do stock de IDPE total.

Por setor de atividade residente as atividades financeiras e de seguros registaram 35,6% do stock de IDPE.

Com base nestes resultados das posições de ID no final 2023, o peso do IDE na economia foi de 67,9% em 2023 (70,1% em 2022), enquanto o peso do IDPE foi de 24,2% (25,1% em 2022).

Relativamente a projeções económicas, segundo o Banco de Portugal⁶, num contexto em que o crescimento da economia mundial no período 2024-2026 deverá, à semelhança de 2023, manter-se em torno de 3% em média anual, com disparidades ao nível regional, suportado principalmente pelo comportamento das economias dos mercados emergentes, a economia portuguesa, após aumento de 2,1% em 2023, deverá crescer 1,2% em 2024, expandindo-se a um ritmo em torno de 2% em 2025 e 2026. De referir que a economia portuguesa cresceu acima da área do euro entre 2016 e 2019, bem como em 2022 e 2023, devendo manter a tendência no horizonte de projeção (a previsão para a área do euro aponta para crescimentos de 0,8% em 2024 e de 1,5% no ano seguinte, após crescimento de 0,5% em 2023).

Projeções para a Economia portuguesa, em volume (taxa de variação anual %)

	2023p	2024p	2025p	2026p
PIB	2,3	1,2	2,2	2,0
Consumo Privado	1,6	1,0	1,7	1,5
Consumo Público	1,2	1,0	0,9	0,9
Formação Bruta de Capital Fixo	2,4	2,4	5,2	4,1
Exportações	4,2	2,4	4,0	3,0
Importações	2,2	2,8	4,1	2,8
Balança Corrente e de Capital (% PIB)	2,7	3,5	3,7	4,0
Balança de Bens e Serviços (% PIB)	0,9	1,3	1,5	1,8
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	5,3	2,9	2,0	2,0
Taxa de Desemprego	6,5	7,1	7,3	7,2

Fontes: INE (2023); Banco de Portugal – Boletim Económico (dezembro de 2023) (2024-2025)

De acordo com a análise do Banco de Portugal, apesar da situação política interna e os conflitos e tensões geopolíticas internacionais tornarem as perspetivas mais incertas, a atividade económica nacional recuperará de forma gradual ao longo de 2024, para o que contribuirão o comércio global, a redução da inflação e o impulso dos

⁶ Boletim Económico (dezembro de 2023)



fundos europeus. Em 2025 e 2026, o crescimento beneficiará da dissipação gradual do impacto da subida das taxas de juro. Também as empresas exportadoras deverão aumentar a sua quota nos mercados externos, beneficiando da aceleração da procura externa.



Atividade desenvolvida

A atividade da Agência é suportada por um Plano Estratégico delineado pelo Conselho de Administração para cada triénio, o qual define objetivos e métricas para toda a organização. O Plano Estratégico para 2023/2025 estabeleceu como primeira prioridade o reforço da atratividade e promoção de Portugal como destino de investimentos produtivos, nacionais e estrangeiros, como referido pelo Senhor Presidente na sua mensagem inicial. O esforço de promoção das exportações terá em especial atenção aqueles mercados extracomunitários onde se verificam os maiores crescimentos económicos, dos rendimentos, das classes médias e do consumo. O foco na capacitação das empresas portuguesas, fundamental para o sucesso da sua internacionalização reforçará as ferramentas ao dispor dos agentes económicos, necessárias para que se tornem ainda mais competitivos, em temáticas como o comércio eletrónico, estratégias de responsabilidade ambiental, social e de modelos de governo, acesso a novas tendências e mercados e oportunidades multilaterais.



A atividade desenvolvida pela Agência ao longo de 2023 deve ser enquadrada no contexto económico nacional e internacional em que a AICEP se insere, descrito no capítulo anterior. Indicadores como o crescimento económico, dinamismo das exportações/importações, inflação, preços da energia e segurança energética, taxas de juro, comportamento das componentes do PIB, peso da dívida, nível de confiança do consumidor etc., bem como as previsões para os anos seguintes e riscos associados, contextualizam e orientam a tomada de decisão.

A União Europeia nos últimos anos tem sido o principal parceiro comercial de Portugal, absorvendo, em 2023, 64,4% do total das nossas exportações de bens e serviços e fornecedores de 73,0% das importações. Por mercados de origem do IDE, Espanha, Luxemburgo e Reino Unido foram os principais emissores, com 997 M€, 965 M€ e 727 M€, pela mesma ordem, representando 40% do fluxo.

As estimativas macroeconómicas do *Economist Intelligence Unit* (EIU), de abril de 2024, para os quatro principais parceiros comerciais de Portugal - Espanha, França, Alemanha, Reino Unido, e também para os Estados Unidos da América, são as seguintes:

- Espanha e Portugal continuarão a beneficiar de um elevado grau de integração das cadeias de fornecimentos e serviços e fortes complementaridades entre os tecidos produtivos. O crescimento económico em Espanha desacelerará, de um crescimento de 2,5% em 2023 para uma previsão de 1,2% em 2024, mas permanecerá ligeiramente acima da média da zona do euro (1,1%).



- Para França prevê-se um crescimento anual de 0,8% em 2024, praticamente inalterado em relação a 2023 (0,9% efetivo). A política monetária restritiva deve conter variações positivas no investimento, o que imporá fortes limitações ao crescimento económico. O ambiente externo também permanecerá moderado com as quebras na procura da Itália e dos Estados Unidos, segundo e terceiro maiores mercados de exportação de França. Embora os setores de construção e manufatura continuem sob pressão devido aos elevados preços das matérias-primas, a produção industrial deve aumentar, apoiada no forte aumento das exportações francesas para a Alemanha, maior mercado de exportação da França.



- A Alemanha teve o pior desempenho da Zona Euro, com uma contração do PIB de 0,1% em 2023. A desaceleração da inflação e o retorno ao crescimento dos salários reais devem, no entanto, sustentar uma leve expansão na procura doméstica em 2024. A política monetária restritiva, a rápida consolidação fiscal, um setor industrial fortemente intensivo em energia e um ambiente externo (sobretudo marcado pelo mercado chinês) contido, impedirão uma expansão mais robusta.

- O Reino Unido teve um desempenho fraco em 2023 e prevê-se que o mantenha em 2024, adiando crescimentos mais convincentes para o período 2025-28. A principal razão deste desempenho é o fraco consumo privado e a queda das exportações. O primeiro está relacionado com os elevados custos dos alimentos e energia e com o efeito desfasado do aperto da política monetária, que penalizou os custos de serviço das hipotecas; o segundo é motivado pela queda na procura em mercados que são parceiros comerciais-chave e pela perda de competitividade, fruto da imposição de novas barreiras comerciais com a UE depois do Brexit. Após um crescimento do PIB real de 0,1% em 2023, o crescimento permanecerá diminuto, atingindo apenas 0,8% em 2024.

- Nos Estados Unidos da América é esperado um abrandamento do crescimento do PIB, de 2,4% em 2023 para 1,0% em 2024. O crescimento económico foi sustentado pelo investimento e pelas exportações, beneficiando estas últimas da forte procura de produtos energéticos americanos por parte da Europa, nomeadamente de gás natural liquefeito (GNL), à medida que a região reduz a sua dependência das exportações de energia russas. Refira-se que o país é o segundo maior exportador do mundo, só ultrapassado pela China, e primeiro importador mundial, sendo o 5º parceiro comercial de Portugal e 2º fora da União Europeia.

Este capítulo integra a atividade desenvolvida pelas várias áreas da Agência. Para além das atividades promocionais e de captação de investimento, áreas negócio *core* da Agência, será ainda dada informação sobre outras áreas de apoio da AICEP, como a atividade da Academia AICEP, a produção de produtos de informação, a gestão de incentivos, de custos de contexto e projetos de interesse nacional, bem como a organização da participação portuguesa em exposições universais e internacionais, esta última transversal a todas as áreas da AICEP.



A estrutura organizacional da Agência em 2023 é a que se apresenta no seguinte organograma:



As áreas designadas de negócio são as de *front office* da Agência, estando em contacto direto com o cliente da organização, ou seja, com as empresas e agentes económicos, portugueses ou estrangeiros. As áreas de apoio ao negócio funcionam em estreita ligação com as anteriores e fornecem instrumentos e ferramentas a toda a organização para entrega ao cliente. As áreas de suporte contribuem para o funcionamento geral da estrutura organizacional.

Descreve-se de seguida a atividade da Agência nas suas várias áreas de atuação durante 2023.



A. Áreas de Negócio

Em termos globais refira-se que em 2023 foi realizado um enorme leque de ações, de variados formatos e objetivos. Identificaram-se um total de 537 iniciativas na área da internacionalização e angariação de investimento, onde se incluem também ações de capacitação, e igualmente ações realizadas por entidades externas, mas apoiadas pela Agência. No seu conjunto, estas ações envolveram 58 mercados externos e um total de 46 setores. Das 537 iniciativas identificadas (+20,1% do que em 2022) na sua maioria sem envolvimento financeiro da parte da AICEP, cerca de 450 (+ 45,7% do que no ano anterior) foram ações novas, estando incluídas neste número 62 ações com enorme potencial de negócio - 21 ações de *sourcing* e 41 visitas de importadores, 157 seminários/webinars dedicados a diversas temáticas, realizados no estrangeiro e em Portugal, cerca de 80 visitas a feiras internacionais (aumento de 38% face a 2022), para acompanhamento da presença de empresas portuguesas e ainda, 45 visitas institucionais (Presidência da República e Membros do Governo) ao estrangeiro e 22 em Portugal.

Em termos regionais, a Europa concentrou a maioria das ações promocionais desencadeadas ao longo do ano de 2023 (cerca de 230), a cargo da AICEP ou em parceria com outras entidades, associações, câmaras de comércio portuguesas e locais, envolvendo 29 mercados. Em termos setoriais a Fileira dos Agroalimentares e Vinhos foi, sem dúvida, a que teve mais ações de promoção realizadas ao longo do ano e a mais diversificada em mercados de aposta (cerca de 86 iniciativas envolvendo 27 mercados externos e Portugal), seguindo-se as Fileiras Moda com cerca de 39 iniciativas, a Fileira TIC com 35 ações e a Fileira Casa com 35 iniciativas, envolvendo 12, 16 e 15 mercados, respetivamente.

Na área do investimento, foram organizadas diversas missões de angariação a mercados externos, com maior incidência no espaço europeu. Estas iniciativas envolveram *networking* e contactos com potenciais investidores locais, em setores-chave da economia portuguesa e, alguns casos, tiveram como objetivo “atrair e desviar para Portugal” investidores interessados noutras geografias, a quem foram apresentadas as vantagens de investir no nosso país.

Tal como já referido, as iniciativas de promoção desencadeadas pela Rede Externa continuaram a ser, em 2023, centradas no fomento e dinamização do negócio, tendo-se realizado 21 iniciativas de *sourcing* envolvendo 15 mercados. Os setores envolvidos foram bastante diversificados: Agroalimentar, Casa, Equipamentos e Materiais de Construção, Equipamentos e Produtos Industriais, Serviços de Saúde, Moda-Calçado e Componentes.



A.1 Áreas Comerciais de interação direta com as empresas

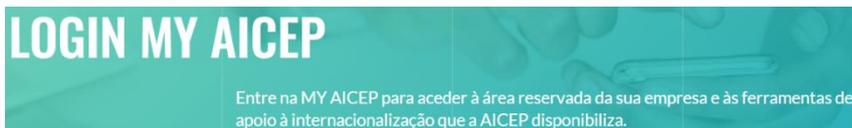
A atividade da AICEP assenta nos dois pilares fundamentais da sua missão - promoção do investimento em Portugal, de origem nacional ou estrangeira e apoio à internacionalização da economia portuguesa. A Agência procura ser um instrumento facilitador do processo de internacionalização do tecido empresarial português, estando fortemente orientada para o cliente. As áreas comerciais fazem o acompanhamento direto às empresas, nacionais e estrangeiras, e Associações setoriais, funcionando como a “porta de entrada” para o universo de produtos e serviços da AICEP, em articulação com a área de apoio à rede externa. A Agência coloca à sua disposição o conhecimento de mercados e serviços associados, procurando estabelecer uma verdadeira relação de parceria que facilite o processo de internacionalização e de investimento das empresas.

A nível comercial a intervenção é feita em quatro áreas de intervenção a: (a) atendimento de primeira linha, (b) desenvolvimento do negócio internacional das empresas presentes em Portugal; (c) apoio a fileiras setoriais e (d) angariação de investimento estrangeiro.

A. 1.a) Atendimento de primeira linha e proximidade

A AICEP possui uma equipa de atendimento de primeira linha a todas empresas que nos contactam e pretendem iniciar o seu percurso de internacionalização. Com foco no alargamento da base exportadora, a área do atendimento garante o apoio às empresas e o reforço de proximidade com o tecido empresarial português, em especial nas suas 6 Lojas de Exportação situadas em Braga, Aveiro, Coimbra, Viseu, Leiria e Faro. O atendimento gere e assegura a resposta do serviço de *Contact Center* da AICEP, através de uma linha telefónica e de uma caixa de email a estes serviços dedicada.

O número total de empresas PME em acompanhamento ativo no Atendimento é de 14.702, sendo que 3.026 empresas são acompanhadas nas Lojas de Exportação, 3.475 empresas no Atendimento geral e as restantes 8.201 empresas têm um acompanhamento com um gestor não personalizado.



O Atendimento promove a divulgação e a disponibilização de produtos e serviços da AICEP,

com o objetivo de estimular a internacionalização das empresas, incluindo o reforço da utilização dos canais digitais da AICEP (MY AICEP).

A. 1.b) Desenvolvimento do negócio internacional das empresas presentes em Portugal

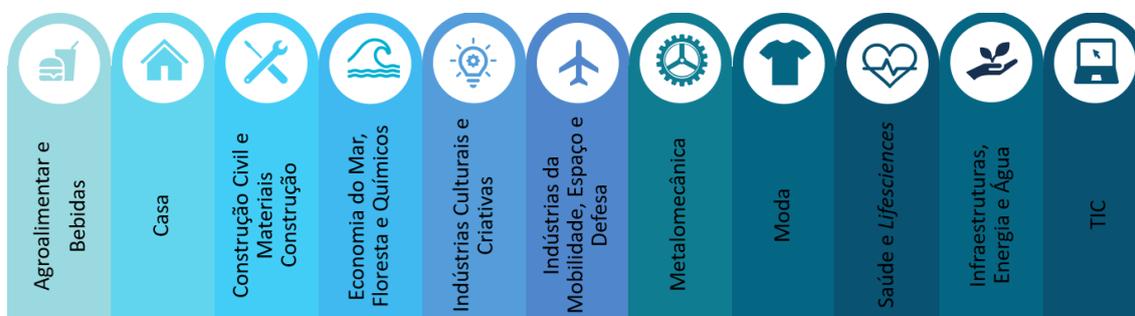
Para além do atendimento de primeira linha a AICEP efetua o acompanhamento das empresas na expansão dos projetos de investimento em Portugal e nos seus processos de Internacionalização (exportação e IDPE), num total de 3.555 empresas. Os gestores de clientes asseguram o relacionamento com as empresas nacionais e com as empresas estrangeiras já instaladas em Portugal, procurando dinamizar a expansão dos seus projetos de Investimento em Portugal (*aftercare*); impulsionam os processos de internacionalização das empresas, bem como a divulgação e disponibilização dos Produtos e Serviços da AICEP. Para além disso, divulga e acompanha os projetos de investimento apoiados e contratualizados pela AICEP no âmbito dos incentivos financeiros e fiscais geridos pela



Agência; acompanha os custos de contexto e projetos de Potencial Interesse Nacional (PIN); realiza visitas às empresas; divulga eventos e oportunidades de negócio de acordo com o setor e os mercados de interesse. No que respeita a incentivos financeiros e a projetos PIN será dada informação em capítulos dedicados, mais adiante.

A. 1.c) Fileiras setoriais

A AICEP integra uma área de conhecimento setorial, numa ótica de fileira, com o objetivo de posicionar, com maior valor acrescentado, a oferta nacional em mercados externos. É responsável pelo apoio à promoção externa a nível setorial e por assegurar um conhecimento setorial mais especializado, que permita reforçar o apoio às empresas nos seus processos de internacionalização e de investimento, assim como assegurar uma abordagem setorial integrada. Neste âmbito, são acompanhadas as seguintes fileiras: Agroalimentar, Infraestruturas, Energia e Água, Casa, Construção Civil e Materiais de Construção, Economia do Mar, Floresta, Indústrias Culturais e Criativas, Indústrias da Mobilidade Espaço e Defesa, Metalomecânica e Químicos, Moda, Saúde e TIC. No total, acompanham 934 empresas e 268 Associações setoriais.



O acompanhamento próximo das empresas de referência nestes setores, as Associações e os Clusters permite assegurar a articulação do plano de promoção externa da AICEP com as referidas entidades, contribuindo para uma estratégia de promoção sectorial integrada. É também neste âmbito que se acompanham os Projetos Conjuntos de Internacionalização das Associações Setoriais, bem como dos seus projetos de natureza coletiva SIAC Internacionalização.

Na sua atividade corrente, esta área trabalha diariamente na internacionalização dos seus clientes, em articulação com a Rede Externa no Mundo, e acompanha os projetos de investimento em Portugal.

Do conjunto das 3 áreas de primeira linha, desenvolvimento do negócio e fileiras setorial, a atividade de 2023, articulada em permanência com diversas outras áreas da AICEP, estruturou-se da seguinte forma:





Estão em acompanhamento um total de 19.459 clientes, repartidos nos seguintes termos:



1.163 GRANDES EMPRESAS



17.458 PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS



570 STARTUPS



268 ASSOCIAÇÕES

No ano 2023, a Direção Comercial passou a acompanhar mais 1020 novos clientes (empresas), tendo realizado 33.834 interações, 4.454 contactos (correspondentes a 3.575 reuniões e 879 visitas a empresas) e 1.872 entregas de produtos.

Das atividades de promoção setorial realizadas em 2023, destacam-se as seguintes abaixo realizadas:

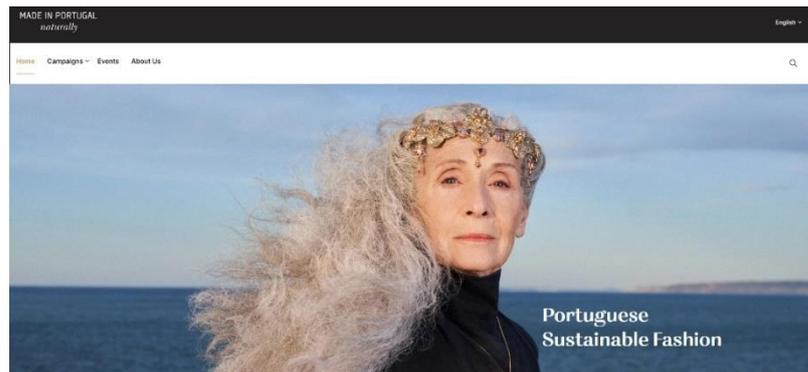
- Campanha Moda Sustentável - Esta iniciativa surge com o objetivo de implementar uma campanha de comunicação internacional, para a promoção de Portugal enquanto país que produz Moda de forma sustentável, com destaque para os setores do vestuário, calçado, marroquinaria e joalheria. A aposta na marca por parte de alguns setores da Fileira e o reconhecimento dos produtos portugueses de maior valor acrescentados, técnicos e funcionais, têm permitido a crescente notoriedade internacional da fileira moda.

Foi criada uma página web com os conteúdos da Campanha na plataforma da AICEP, nomeadamente um vídeo

promocional com adaptação a diferentes canais de comunicação, um banco de imagens, tendo-se desenvolvido conteúdos editoriais, gráficos e audiovisuais que refletem a diferenciação da oferta nacional e do posicionamento da Fileira Moda, com foco no tema Moda Sustentável.

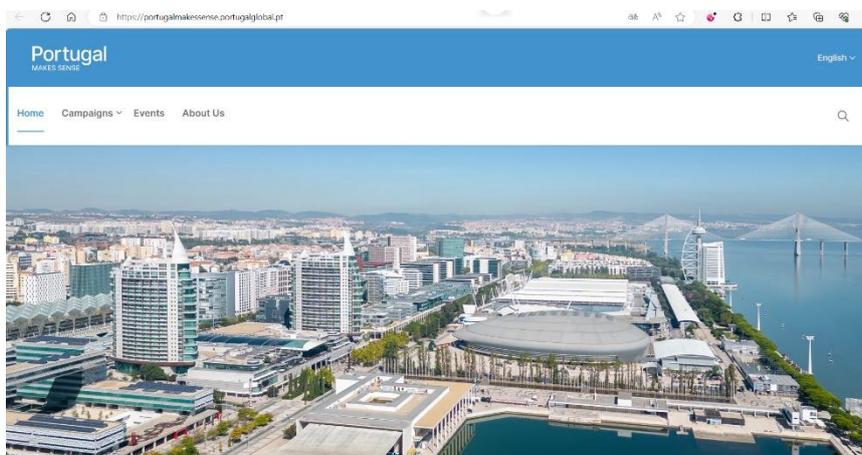
No âmbito da Campanha, tem lugar a divulgação de uma *newsletter* com periodicidade mensal, com destaque para quatro notícias de casos de sucesso da fileira, durante seis meses, bem como a criação de um *press-kit* e distribuição de comunicados de imprensa, com destaque para, no máximo, oito empresas, complementados por divulgação de conteúdos nas diferentes redes sociais e plataformas de comunicação da AICEP.

- Campanha *Smart Nation* – A campanha tem como objetivo afirmar Portugal como uma *Smart Nation*, um país inovador que é reconhecido como um dos mais vibrantes ecossistemas de empreendedorismo da Europa, através da promoção dos fatores que valorizam e diferenciam a oferta portuguesa do Cluster *Smart Cities*.





A Campanha, em formato digital, tem como mercado-alvo Espanha, mas tenciona-se alargar a outras geografias e rentabilizar assim o investimento efetuado e os *outputs* criados no âmbito da campanha, para colmatar



necessidades de promoção identificadas pela rede externa da AICEP. Estão envolvidos cerca 58 *stakeholders* representativos deste ecossistema, desde Municípios a empresas.

Foi criada uma página *web* para alojar os conteúdos da Campanha, nomeadamente um vídeo promocional com adaptação a diferentes canais de comunicação

e um banco de imagens, tendo-se desenvolvido conteúdos editoriais, gráficos e audiovisuais, que pretendem apresentar soluções inovadoras, suportadas por tecnologias de informação, que visam tornar as cidades inteligentes e promover o bem-estar dos cidadãos, e que têm sido implementadas e desenvolvidas por Municípios portugueses.

Estarão em destaque igualmente tecnologias e serviços que promovem a gestão eficiente dos recursos hídricos e a eficiência energética, visando a sustentabilidade, divididos em 4 eixos: Ambiente, Energia, Mobilidade e Governação, ideias-chave na seleção dos casos a comunicar.

De referir que a área comercial operacionaliza e acompanha diversas ações em colaboração e propostas pela rede externa da Agência, incluídas no ponto A.2, bem como outras ações transversais como a Expo Osaka 2025 e a *Web Summit* Lisboa, que se descrevem mais adiante.

A. 1.d) Angariação de investimento estrangeiro

A atuação no âmbito do investimento estrangeiro é feita em primeira linha pelos *FDI Scouts* da Agência que, em colaboração com os Pontos de Rede da Agência, visam promover Portugal para localização de novos projetos de investimento produtivo junto de grandes empresas sem presença produtiva em Portugal, assegurando a identificação, qualificação e contacto com potenciais investidores para apresentação de propostas de valor customizadas. Esta atividade é desenvolvida nos mercados externos.

O desenvolvimento de projetos de investimento é assegurado pelas equipas de *Investment Managers* que garantem o acompanhamento e desenvolvimento de projetos de investimento produtivo já identificados (*leads*) promovidos por empresas sem presença em Portugal, através da preparação e apresentação aos investidores de informação crítica para tomada de decisão, bem como apoiar na identificação e seleção de localizações e de potenciais parceiros/fornecedores.

Em 2023, prosseguiu-se com a consolidação da atividade da rede de *FDI Scouts*, com a cobertura dos mercados da China, Japão e Estados Unidos com *FDI Scouts* residentes, bem como dos mercados da Europa, tais como a Bélgica,



Espanha, França, Itália, Suíça e Alemanha e mercados Extra-Europa, tais como Canadá, Brasil, Malásia e Turquia com *FDI Scouts* desenvolvendo a sua atividade a partir de Portugal. A rede de *FDI Scouts*, em conjunto com as Delegações da AICEP e as Representações Diplomáticas de Portugal nesses países, tem como objetivo promover a atração e retenção de mais e melhor investimento em Portugal, gerador de crescimento e emprego.

Foram desenvolvidas ações pró-ativas de angariação de novas *leads* de investimento junto de empresas *targets* nos mercados da Alemanha, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos da América, França, Japão e Turquia. As missões de angariação de IDE têm como objetivo apresentar a empresas *target* selecionadas as vantagens competitivas de Portugal como destino de projetos de investimento.

Foram realizadas reuniões individuais com empresas destes países, tendo havido oportunidade para apresentação de propostas de valor individuais, direcionadas a cada situação concreta, potenciadoras do incremento de *awareness* sobre Portugal. Em 2023, realizara-se mais de 450 reuniões com empresas *target*, ou seja, multinacionais atuando em setores de atividade com potencial de crescimento em Portugal, e com *multipliers*, consultoras



especializadas na área de *Site Location*, para promover a atratividade de Portugal e a dinâmica de crescimento dos setores de atividade com maior potencial de criação de emprego e valor para a economia nacional.

No âmbito das equipas de *Investment Managers* foram objeto de acompanhamento 192 *leads* de investimento, das quais 110 são novas, tendo sido garantidas 37 decisões de investimento em 2023. Estes 37 novos projetos têm um perfil muito diversificado em termos de tipo de atividade e capital de origem, mas todos optam por Portugal graças à perceção muito positiva sobre a disponibilidade e qualidade do talento nacional, mas também à

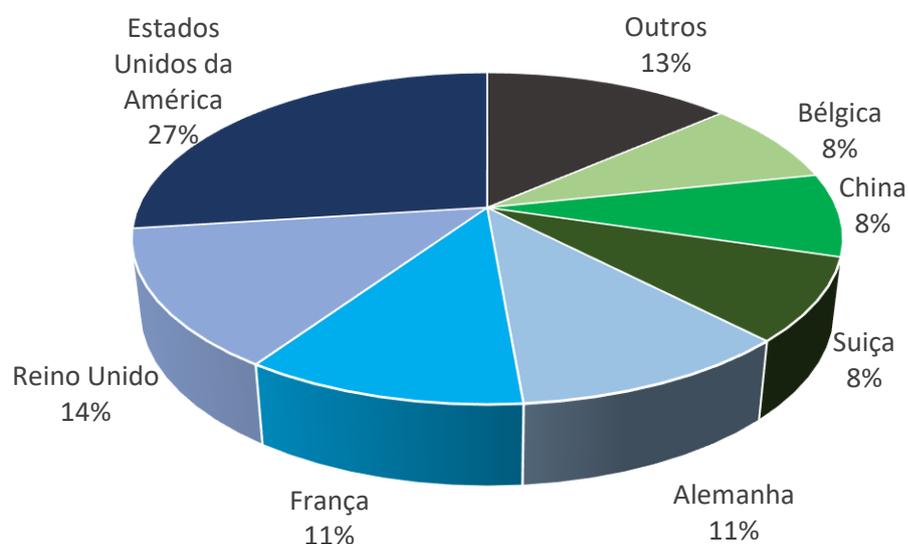


capacidade do país em atrair talento internacional, essencial para o desenvolvimento de atividades de elevada complexidade (ex. atividades tecnológicas associadas às tecnologias de inteligência artificial, cibersegurança, IoT, *data science*, ...). Portugal surge como uma localização atrativa e competitiva na Europa.

O volume de investimento associado a estes novos projetos de investimento ascende a cerca de 2.830 milhões de euros. A nível do impacto destas decisões no emprego, estas têm como objetivo a criação de mais de 7.160 novos postos de trabalho. Importa destacar o aumento dos projetos industriais com impacto significativo na criação de emprego qualificado em atividades orientadas para os mercados externos, no âmbito do desenvolvimento destes projetos industriais, está prevista a criação de mais de 3.700 postos de trabalho.



Decisões de investimento por país de origem do investidor

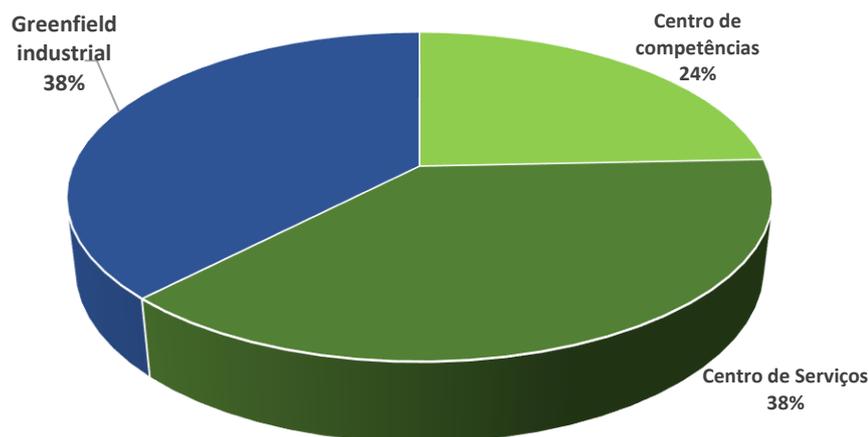


Os Estados Unidos destacam-se como o país com maior número de projetos de investimento angariados em 2023, na sua grande maioria projetos associados a criação de centros de serviços e centros de competência.

Decisões de investimento por tipo de atividade

Portugal tem vindo a receber uma maior atenção dos investidores para desenvolvimento de projetos industriais, projetos mais complexos e exigentes em matéria de infraestruturas (disponibilidade de terrenos industriais

infraestruturados, acesso à rede de energia elétrica e gás) e condições de instalação (prazos para tramitação de processos de licenciamento, concessão de incentivos), mas também com prazos de decisão mais demorados. Em 2023, a AICEP recebeu a confirmação de mais 14 novos projetos industriais por parte de empresas sem presença em Portugal, em setores de atividade tão diversos como a mobilidade elétrica,



dispositivos médicos, embalagens para cosmética de luxo, entre outros. Em termos de localização, verificámos uma distribuição equilibrada no território nacional, desde Felgueiras, Santa Maria da Feira, Águeda, Fundão, Leiria e Sines. Portugal tem vindo a beneficiar da regionalização das cadeias de valor na produção de bens e redefinição



das capacidades industriais em resposta aos desafios da transição energética, obedecendo a preocupações de índole ambiental, de flexibilidade e de resiliência.

Após dois anos com forte dinâmica de instalação de centros de competência no domínio das tecnologias de informação (centro de engenharia informática), em 2023 a AICEP registou uma desaceleração de novos projetos nessa área, mas compensada por um aumento de projetos na área dos centros de serviços partilhados.

Destaca-se na atividade de acompanhamento de projetos de novos investidores:

- a perceção da posição competitiva favorável de Portugal no setor dos Serviços, como destino de excelência para projetos de centros de competências de dimensão internacional e de apoio ao negócio, em áreas de engenharia, desenvolvimento de software, contabilidade e finanças, compras, *compliance*, logística e outras;

- a confirmação da relevância dos países europeus (França, Alemanha, Suíça, Reino Unido e os países Nórdicos) como principais mercados emissores de IDE em Portugal, com destaque para o setor dos serviços de alto valor acrescentado (centros de engenharia, *Hub* tecnológicos);

- a concretização de um maior número de projetos promovidos por empresas com sede nos EUA, confirmação do posicionamento de Portugal como destino competitivo de IDE no contexto europeu;

- o surgimento de novos projetos industriais com origem no mercado da China com a inclusão de Portugal na opções em avaliação;

- uma maior procura de áreas de implantação para atividades industriais com elevadas exigências de infraestruturas e celeridade na obtenção das licenças de obras.

Para além da atividade comercial corrente de angariação de IDE, abordagem direta e customizada junto de empresas *target* e desenvolvimento de *leads* de investimento, a AICEP promove e participa em ações de promoção de Portugal como país atrativo para desenvolvimento de investimento. Estas ações de natureza mais coletiva, por serem de divulgação ampla dos fatores de atratividade de Portugal, com foco setorial ou de mercado, contribuem para a notoriedade e a imagem de Portugal enquanto potencial destino de investimento. As principais ações desenvolvidas em 2023 foram as seguintes:

- Desenvolvimento e publicação da newsletter mensal *Invest in Portugal*, em formato digital e língua inglesa, com o objetivo de destacar factos e notícias de interesse para investidores internacionais e *multipliers* na área de *site location*.

- Ações de *networking* com clientes internacionais no Porto e em Lisboa para promoção da atratividade de Portugal e apresentação de temas como inteligência artificial em Portugal.

- Publicação de *Investment Profile* na edição de maio de 2023 do *Site Selection Magazine*, com destaque para dinâmica de investimento estrangeiro em Portugal. Título da publicação: *Lighting it Up - Why foreign Investment is flowing to Portugal*.



como principais mercados emissores de IDE em Portugal, com destaque para o setor dos serviços de alto valor acrescentado (centros de engenharia, *Hub* tecnológicos);

- a concretização de um maior número de projetos promovidos por empresas com sede nos EUA, confirmação do posicionamento de





- Participação da AICEP enquanto entidade parceira da edição 2023 da Conferência Deloitte *Shared Services*, a qual teve lugar em Copenhaga, Dinamarca. Participação com stand e presença no evento para realização de contactos comerciais com as empresas presentes.

Na Europa, destacam-se as seguintes ações de angariação:

- Presença na *Hannover Messe* para realização de reuniões com empresas alemãs para posicionamento de Portugal enquanto destino de IDE.

- Presença no *Paris Air Show, Le Bourget*, evento internacional de referência no setor aeronáutico para realização de reuniões com empresas internacionais para posicionamento de Portugal enquanto destino de IDE.

No mercado dos Estados Unidos da América, foram realizadas as seguintes iniciativas:

- Participação da AICEP na *Site Selectors Guild Annual Conference* (San Antonio, TX) e *Site Selectors Guild Fall Forum* (New Orleans), dando sequência ao trabalho de promoção de Portugal junto de relevantes consultores americanos.

- Missão ao Texas, com visita a empresas investidoras e potenciais investidoras.

- Organização e acompanhamento reuniões com investidores no âmbito do Fórum Económico, Nova Iorque.

Na Ásia destacam-se as ações abaixo indicadas:

- Japão, organização e acompanhamento de agenda de reuniões com empresas para posicionamento de Portugal para novos projetos de investimento e organização de seminário de promoção de IDE com intervenção de SEXTA Ministro das Infraestruturas em Tóquio.

- China, missão às cidades de Shanghai, Suzhou, Chanzhou e Funning, para agenda de visita a empresas com projetos de investimento industriais para os quais Portugal está a ser avaliado como potencial opção de localização.

- China, participação na conferência *Going Global Investment Conference* por ocasião da CIFIT - *China International Fair for Investment and Trade*, em Xiamen, para apresentação de Portugal como localização atrativa para projetos produtivos.

- China, participação no roadshow 2023 *China-Europe Investment & Financing Industry Development*, a Shenzhen, Shanghai, Jiading, Hefei e Qingdao, com intervenção nas conferências *China-Europe Investment and Financing Law Seminar and Industry Matchmaking Conference*, realizadas em cada uma das cidades.

- China, participação no evento *World Sensors Summit*, em Zhengzhou, com intervenção de apresentação de Portugal como destino de investimento produtivo.

Realizaram-se ainda outras iniciativas em mercados diversos:

- Turquia, Missão de angariação de IDE em Ancara, com agenda de reuniões com potenciais investidores.

- Turquia, Missão de angariação de IDE em Istambul e Bursa, com agenda de reuniões com potenciais investidores e intervenção no seminário organizado pela TAYSAD - associação dos fabricantes de componentes automóveis.

- Brasil, Missão de angariação de IDE a São Paulo, com agenda de reuniões com potenciais investidores.

- Canadá, Missão de angariação de IDE na região do Québec, com agenda de reuniões com potenciais investidores.



A.2 Rede Externa e Institucionais

No seu desígnio de apoiar as empresas nos processos de internacionalização pelo conhecimento e diversificação dos mercados, a rede externa constitui-se como uma das mais relevantes valências da AICEP. A operacionalização das nossas delegações no estrangeiro resulta de uma constante articulação com as áreas relevantes na sede, tendo presente que a Agência dispõe de cerca de 50 delegações no mundo.

A AICEP integra ainda uma área dedicada ao acompanhamento das multilaterais e das organizações internacionais, atuando como elo entre estas entidades e as empresas e outros agentes com interesse no mercado das multilaterais, divulgando as oportunidades de negócio financiadas pelas mesmas.

No que respeita às relações institucionais, a Agência é chamada para a preparação e apresentação de informação sobre o relacionamento de Portugal com os mercados externos e o acompanhamento operacional de clientes institucionais e oficiais. Ainda neste âmbito, a AICEP acompanha os projetos de internacionalização das Associações empresariais multissetoriais e regionais, das Comunidades



Intermunicipais e Áreas Metropolitanas e Câmaras Municipais, proactivamente pelos respetivos gestores de cliente, em estreita ligação com a rede externa e outros serviços da Agência, promovendo-se igualmente a sua articulação com as ações da AICEP ou de outras entidades públicas, nomeadamente no âmbito das missões oficiais de membros do Governo.

Neste capítulo pretende-se dar a conhecer a atividade desta área de articulação com a rede externa e institucionais.

A. 2.a) Ações com intervenção da Rede Externa

Detalhamos, em seguida, as ações com maior intervenção da Rede Externa da AICEP, nomeadamente:

- Ações emblemáticas de imagem;
- Missões empresariais/Seminários e Visitas Institucionais ao Estrangeiro;
- Missões empresariais, Seminários e Visitas Institucionais e de importadores e decisores a Portugal;
- Multilaterais.



Ações de imagem e de promoção setorial

Neste capítulo das ações de imagem, vamos apresentar cronologicamente as iniciativas mais emblemáticas realizadas em 2023 pela rede externa, em articulação com diferentes áreas da Agência.

França - Global Industrie - Promoção complementar - março

O salão anual internacional *Global Industrie* realizou-se em Lyon EUREXPO entre os dias 7 a 10 de março. Com alternância anual entre Paris e Lyon esta é a maior feira dedicada à subcontratação industrial (excluindo têxteis/curtumes e alimentar), aos equipamentos e aos sistemas de engenharia de produção em França. O certame agrupa um universo importante de empresas envolvidas no processo industrial e a representação nacional foi uma das mais importantes entre os expositores internacionais.

Composta por 71 expositores, a participação de Portugal esteve maioritariamente a cargo de três associações setoriais AIMMAP (36), AIDA (10) e ANEME (8), cobrindo todo o leque da subcontratação industrial: mecânica, corte a laser, trabalho da chapa, serralharia, ferramentas, moldes, fundição, forja, tratamentos térmicos e de superfície, transformação de plásticos e de borracha, cablagens e montagens eletrónicas, estudos e projetos. Juntaram-se igualmente empresas construtoras de equipamentos e de soluções de produção (máquinas, linhas de produção automáticas). Estas empresas apresentaram o melhor do *know-how* português nestas áreas, oferecendo uma certificação internacional da produção, do serviço e da qualidade.



Alemanha - Participação na Hannover Messe - abril

A presença institucional organizada pela AICEP traduziu-se na participação com stand institucional de 200 metros quadrados onde apresentou a excelência das competências nacionais através de uma Mostra de inovação composta por sete projetos nacionais, desenvolvidas em parceria com entidades nacionais de referência. A participação nesta edição da Hannover Messe é o resultado natural do sucesso alcançado na edição anterior, na qual Portugal foi o país-parceiro. Sob o mote "Portugal Makes Sense", o país apresentou diversas razões para investir, fazer *sourcing* e desenvolver parcerias comerciais em Portugal.





aicep Portugal Global

Complementarmente à mostra tecnológica a AICEP organizou a participação de empresas e entidades nacionais no programa de conferências organizadas pela Feira, aproveitando os diferentes palcos para promover outros



projetos de excelência nacionais, nos seguintes domínios: *Industry 4.0; Energy; Industrial Transformation e Startups*. Para o efeito a AICEP identificou moderadores e oradores para estarem presentes e darem testemunho do que Portugal oferece naqueles domínios. No âmbito das *startups* quatro empresas fizeram o seu *pitch* seguido de perguntas e respostas por parte das várias entidades que fizeram parte do painel, incluindo a Germany Trade & Invest. Foi igualmente feita uma apresentação do ecossistema português de *startups* por parte da Startup Portugal.

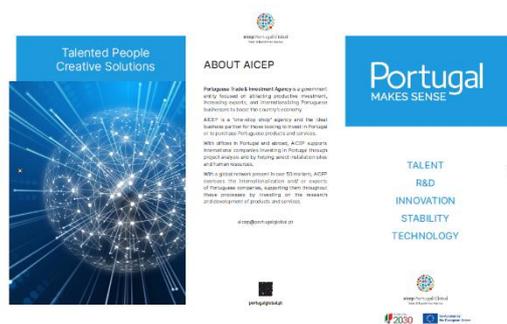
Países Baixos - The Next Web - junho

Portugal esteve presente na *Next Web Conference* em Amesterdão para apresentar as suas competências tecnológicas em um dos principais eventos B2B nos setores da tecnologia, inovação, *startup* e *scaleup* da Europa. Dado o crescente interesse dos ecossistemas de inovação e empreendedorismo português e holandês em aprofundar a sua colaboração e explorar novas oportunidades e o potencial do mercado holandês para as empresas tecnológicas portuguesas, a AICEP participou com um stand institucional no evento. A forte atratividade de Portugal para investimentos nesta área reforçou a decisão da AICEP em participar na conferência.

Este evento atrai muitas empresas *C-level* (22%) que pretendem estabelecer contactos com novas empresas e *startups* ou aprofundar relações já existentes num ambiente mais informal. A edição deste ano ultrapassou os números alcançados em 2022, com cerca de 10.000 participantes de mais de 120 países, incluindo mais de 1.500 empresas em fase de arranque e outras 6.000 empresas.

Durante dois dias a AICEP teve a oportunidade de apresentar o potencial do sector tecnológico português e estabelecer vários contactos com empresas e investidores dos Países Baixos e de outros países.

Os Países Baixos são amplamente reconhecidos pelo seu ecossistema dinâmico de inovação, empreendedorismo e tecnologia, ocupando os primeiros lugares nos principais *rankings* internacionais, como o *European Innovation Scoreboard* (EIS) 2022, o *2020 IMD Ranking* e o *Start-up Ecosystem Report 2022*. Nos últimos anos, Portugal emergiu como um *hotspot* para grandes empresas de TI e tem um número crescente de *startups* e *scaleups* de sucesso, bem como um elevado número de unicórnios *per capita* na Europa.





Macau - C-PLPEX Exposição Económica e Comercial China - Países de Língua Portuguesa - outubro

Em simultâneo com a MIF - Feira Internacional de Macau, decorreu pela primeira vez a Exposição Económica e Comercial China-Países de Língua Portuguesa (C-PLPEX), no espaço de exposições do *The Venetian Macao*. A AICEP marcou presença, na qualidade de entidade coorganizadora, com um stand institucional de 18 m², procurando apresentar Portugal, sob a temática “Portugal *Makes Sense*”, como destino atrativo para o investimento estrangeiro e como fornecedor de bens e serviços de excelência, quer de setores tradicionais da economia portuguesa, quer de fileiras associadas à criação de maior valor acrescentado. No *stand* da AICEP foram reproduzidos conteúdos digitais de promoção multisetorial e prestada informação aos visitantes, nomeadamente sobre os setores agroalimentar, casa, cidades inteligentes, energia/sustentabilidade, moda, saúde e *startups*.



EUA - Fórum Económico Portugal - EUA - outubro

O Presidente da AICEP e a Embaixadora dos EUA em Lisboa deslocaram-se aos Estados Unidos para participar na primeira missão conjunta ao país, na qual tiveram lugar encontros institucionais e empresariais em Washington D.C. e NYC. Na mesma ocasião, realizou-se a sexta edição do Fórum Económico da AICEP em Nova Iorque sob o tema da sustentabilidade.



A missão teve dois objetivos principais facilitar o diálogo com os decisores políticos dos EUA e potenciais parceiros de negócios e destacar oportunidades de negócio em Portugal, nomeadamente nas áreas de transição de energia limpa e mineração de lítio. A delegação da missão incluiu onze executivos seniores portugueses de indústrias

estrategicamente importantes, incluindo energia renovável e minerais críticos, automóvel e mobilidade elétrica, e sector químico.

O Fórum Económico integrou dois painéis, *Green Economy* e *Auto Industry/Mobility*. Representantes de várias empresas participaram enquanto oradores, como a EDP, GALP, EFACEC, Brisa e Borgwarner. Estiveram presentes cerca de 70 participantes, tendo o Fórum sido seguido de um jantar na *Portugal US Chamber of Commerce*.



China/Xangai - 6ª CIIE - China International Import Exhibition - novembro

A *China International Import Expo* (CIIE) é considerada uma das mais relevantes feiras de importação do mundo e foi iniciada em 2017 com o objetivo político de liberalização do comércio, maior abertura ao exterior e globalização da economia chinesa.



O certame de 2023 foi segmentado em três espaços: um Fórum político, os Pavilhões nacionais e a Feira Empresarial. Portugal participou com um Pavilhão Nacional no qual se promoveu o país enquanto destino atrativo para o investimento chinês, bem como se apresentaram as vantagens competitivas dos setores da oferta nacional que estiveram presentes: automóvel, agroalimentar, materiais de construção, casa, moda, florestal, indústrias culturais e criativas, TIC, ambiente e energia, mobilidade elétrica.



Apesar da crescente influência governamental em certames desta natureza, a CIE registou um valor recorde de acordos estabelecidos durante os 6 dias do evento (aumento de 6,7% face a 2022), consolidando este evento como “*global economic powerhouse*”. A feira contou com a participação de 289 empresas no *ranking Fortune 500*, de um total de 3.486 empresas expositoras, originárias de 128 países. Estima-se que mais de 400 mil *trade professionals* visitaram o evento.

Luxemburgo - Luxembourg Internet Days - novembro

Portugal foi País Convidado na 10ª edição do *Luxembourg Internet Days*, evento que se realizou nas instalações da Câmara de Comércio do Luxemburgo e que teve como mote *Network Security & Resilience*. Este certame, considerado o mais importante na área das tecnologias de informação e de comunicação no Luxemburgo, tem forte impacto na chamada “Grande Região”, área geográfica que engloba o Luxemburgo e as regiões vizinhas da Bélgica, França e Alemanha.



Estudo de caracterização dos investidores espanhóis em Portugal

Foi lançado em Espanha um projeto “piloto” de identificação e caracterização das empresas espanholas presentes em Portugal. Reforçar este conhecimento significa obter uma ferramenta que facilite uma melhor seleção de oportunidades de investimento espanhol em Portugal, na ótica do *aftercare*, mas também angariar projetos *greenfield*. Por sua vez, permitirá identificar os fatores de atratividade mais valorizados pelos investidores espanhóis e quais onde será necessário melhorar a ação da AICEP.

O estudo assenta em dois eixos específicos. O eixo I - Estruturação de conhecimento sobre o investimento direto espanhol em Portugal, desencadeado em 2023 e o eixo II - Desenvolvimento de Barómetro sobre o clima de negócios em Portugal, aplicado especificamente ao mercado espanhol, a realizar em 2024.



Promoção do Ecosistema Empreendedor de Portugal (Startups)

No âmbito das *startups* importa destacar o conjunto de três ações dirigidas a este ecossistema empresarial, realizadas no Canadá, Espanha e França.

No Canadá a AICEP participou na Collision Conference, através da realização de 3 eventos: uma *masterclass Discover the Portugal and Lisbon entrepreneurial ecosystems*, coordenada pela Startup Lisboa, Startup Portugal e Câmara Municipal de Lisboa; numa *fireside chat* intitulada *Growth from every stage*, moderada pela Startup Portugal, e; num *showcase* das 13 *startups*, relevando-se todo o networking existente.

A segunda iniciativa foi a participação de Portugal na 11ª edição da South Summit em Madrid. Estiveram presentes nesta iniciativa 10 startups



portuguesas que participaram no “Pitch” destinado a potenciais investidores e grupos económicos espanhóis e estrangeiros organizado pela AICEP: Leadzai; Xpctraltek; Enline; Biometrid; Goparity; Dimmersions; GovWise; Moviinn; Doctor Vida; e Luggit. Associaram-se ainda outras 6 startups, integrantes de uma missão da responsabilidade da Portugal Ventures.

No âmbito desta participação foi ainda dinamizado pela Startup Portugal um painel *Portugal – New Opportunities to Start and Scale Up*.

Portugal esteve representado, uma vez mais, na feira *Viva Technology*, um dos maiores eventos tecnológicos da Europa. Na feira participaram mais de 2.000 expositores, dos quais 1.800 *startups* (45% estrangeiras), e 700 fundos de investimento. Esta edição contou com 30 pavilhões nacionais e regionais dos quais 8 europeus: Alemanha, Wallonia (Bélgica), Bruxelas (Bélgica), Itália, Sardenha (Itália), Suíça, Luxemburgo e Países Baixos. Outros países não europeus participaram com stands nacionais: Canadá, Japão, Índia, Brasil e Taiwan.

A Delegação da AICEP em Paris, em parceria com a *Startup Portugal*, organizou o *Pitch Contest Portugal*. Dez *startups* nacionais apresentaram as suas competências perante mais de uma centena de empresas, investidores e potenciais parceiros franceses e internacionais. O júri, composto por 4 representantes de fundos, incubadores e outros atores do ecossistema francês escolheu a iLof como vencedora do *pitch Portugal* deste ano. A vencedora beneficiou de 6 meses de consultoria para o mercado francês por parte da AICEP Paris.

A 3ª edição do Portugal to *Take Off* foi implementada com recurso ao Programa de Aceleração da *German Entrepreneurship, Inc (Scaler8)*, consultora de serviços de inovação, especializada em capacitar empreendedores, conectando-os com os *players* mais relevantes nos principais *hubs* de inovação do mundo. Com uma equipa de especialistas, mentores e parceiros, o programa orientou *startups* portuguesas para expandir o seu negócio, validar a sua proposta de valor e até estabelecer uma presença local na costa oeste dos EUA. Candidataram-se 27 empresas e selecionaram-se 4 *startups* portuguesas: BHOT, *Connected Space*, *leadzai* e Quantum Nova.



Inserção de artigos, publicidade e publirreportagens

Ao longo de 2023 foram inseridos diversos artigos e publicidade em órgãos de comunicação social especializados. A título de exemplo refira-se a reportagem de 7 páginas sobre o setor automóvel em Portugal - especialmente o segmento de *aftermarket*, numa revista italiana da especialidade dirigida a profissionais. A reportagem resultou de entrevistas com empresas portuguesas, realizadas pela jornalista desta publicação, numa deslocação a Portugal no final de 2022.



Outro exemplo foi a inserção de uma publirreportagem dedicada aos setores industrial e tecnológico portugueses na Revista *Factory Innovation*, relevante órgão de comunicação social das novas tendências tecnológicas que acompanha os setores industriais como a metalomecânica e metalurgia, a robótica e automação, as startups industriais, as soluções industriais aplicadas à energia e as soluções para a digitalização.

Para promoção da fileira da mobilidade em Espanha foram publicadas de 3 publirreportagens na revista especializada em mobilidade automóvel, *AutoRevista*, em suporte físico e nos websites do grupo Versys. A publicação é uma das mais conceituadas no mercado espanhol e a única dirigida ao setor de componentes exclusivos (não reposição). Com esta iniciativa pretendeu-se dar destaque às soluções das empresas portuguesas para engenharia de produto, *software*, veículo elétrico, soluções elétricas de carregamento, mobilidade, entre outros.

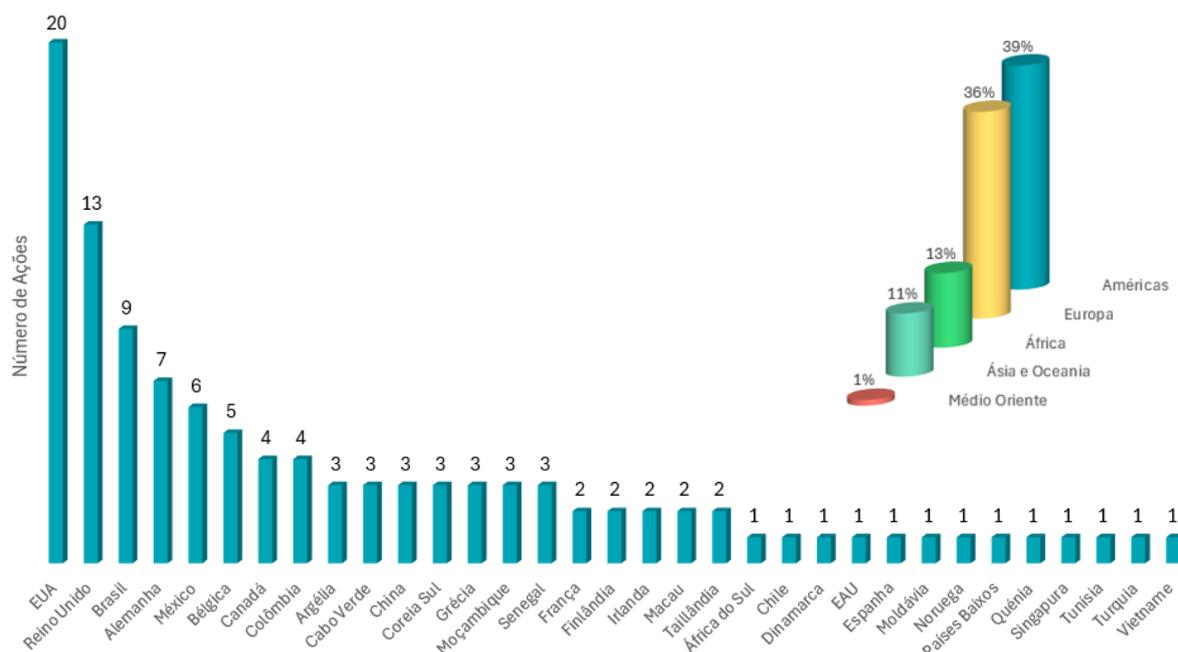


Missões empresariais, seminários e visitas institucionais ao estrangeiro

A AICEP foi responsável pela organização de 45 visitas institucionais ao estrangeiro, que envolveram 24 mercados, de 22 missões empresariais envolvendo 11 mercados, e de 45 seminários/*webinars*, envolvendo 18 mercados. Em termos globais, temos um total de 112 eventos, realizados em 33 países, que contaram, no seu conjunto, com 2.877 participantes. A nível geográfico, destacamos o peso dos mercados das Américas (39%) e da Europa (36% do total).

Em termos regionais, o continente americano foi o destino de 44 visitas oficiais, missões e seminários em 2023, a Europa com 40, seguindo-se África (inclui Magrebe) com 15, Ásia com 12 e Médio Oriente com 1.

Mercados	N.º de Participantes	N.º Eventos	Mercados	N.º de Participantes	N.º Eventos
África do Sul	30	1	Grécia	3	3
Alemanha	110	7	Irlanda	44	2
Argélia	60	3	Macau	50	2
Bélgica	45	5	México	30	6
Brasil	405	9	Moçambique	5	3
Cabo Verde	14	3	Moldávia	15	1
Canadá	87	4	Noruega	5	1
Chile	12	1	Países Baixos	40	1
China	108	3	Quénia	10	1
Colômbia	22	4	Reino Unido	232	13
Coreia Sul	150	3	Senegal	220	3
Dinamarca	10	1	Singapura	35	1
EAU	5	1	Taillândia	40	2
Espanha	20	1	Tunísia	30	1
EUA	912	20	Turquia	28	1
França	55	2	Vietname	5	1
Finlândia	40	2			
TOTAL			33	2.877	112



Neste conjunto de iniciativas destacamos as visitas institucionais de cariz económico, de SEXA O Presidente da República Portuguesa ao Senegal para o Fórum Economia Azul Portugal-Senegal: Uma Parceria Sustentável, e no final do ano em outubro à Bélgica e logo depois à Moldova.

Por outro lado, assinalem-se as visitas realizadas por SEXA PM à Coreia do Sul; de SEXA MENE à Turquia; de SEXA SEINT aos EUA/Califórnia, EUA/*Festival South by Southwest (SXSW)*, EAU/Abu Dhabi ao 8º Fórum Mundial Investimento (UNCTAD) e a Cabo Verde.



Missões empresariais, seminários e visitas institucionais a Portugal

Em 2023 foram organizadas em Portugal 45 iniciativas, que envolveram 33 países.

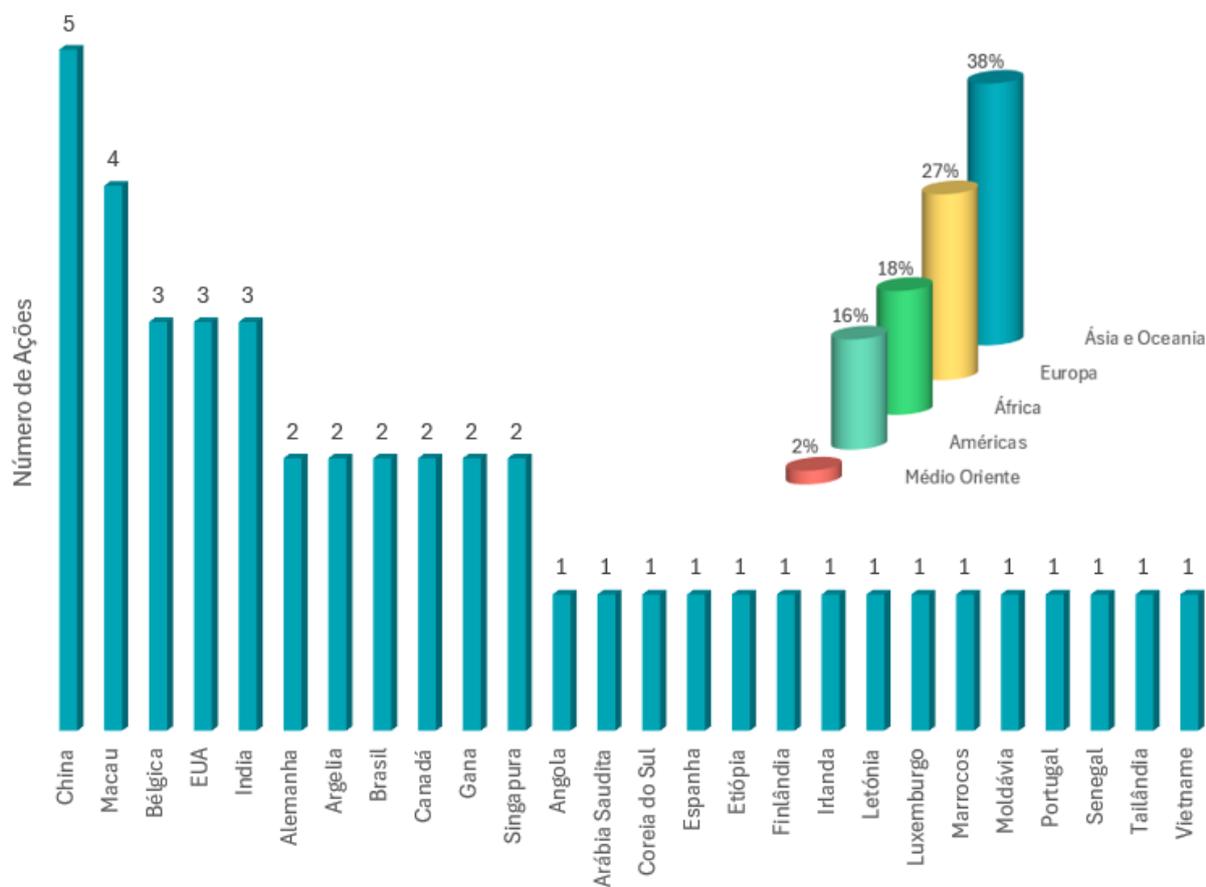
Destas iniciativas realizadas, 22 foram visitas institucionais: 4 visitas de Presidentes da República a Portugal (Brasil, Gana, Moldova e Senegal) e 18 Visitas de comitivas institucionais da Bélgica (2), China (3), EUA, Etiópia, Finlândia, Gana, Irlanda, Letónia, Luxemburgo, Macau (2), Singapura (2), Tailândia e Vietname. A estas 22 visitas, acrescem 10 que foram missões empresariais (Alemanha, Argélia, China (2), EUA (2), Índia (3) e Senegal) e 13 foram seminários/*webinars* sobre diversas temáticas relacionadas com 13 mercados (Alemanha, Angola, Arábia Saudita, Argélia, Bélgica, Brasil Canadá (2), Espanha, Macau (2), Marrocos e Portugal (Peer Review)).

Estas iniciativas contaram com a participação, no seu conjunto (portugueses e estrangeiros), de 1.442 empresas/entidades. Na repartição por zona geográfica, destaca-se a Ásia e Oceania, origem de 17 iniciativas, envolvendo 7 mercados, seguindo-se a Europa com 12 ações em 9 mercados, África com 8 eventos em 6 mercados, Américas com 7 em 3 mercados e Médio Oriente com 1 evento sobre a Arábia Saudita.



Mercados	N.º de Participantes	N.º Eventos
Alemanha	67	2
Angola	200	1
Arábia Saudita	68	1
Argelia	66	2
Bélgica	25	3
Brasil	285	2
Canadá	80	2
China	83	5
Coreia do Sul	5	1
Espanha	60	1
EUA	35	3
Etiópia	20	1
Finlândia	10	1
TOTAL		

Mercados	N.º de Participantes	N.º Eventos
Gana	35	2
India	30	3
Irlanda	5	1
Letónia	70	1
Luxemburgo	10	1
Macao	125	4
Marrocos	49	1
Moldávia	10	1
Portugal	60	1
Senegal	7	1
Singapura	30	2
Tailândia	5	1
Vietname	12	1
33	1.452	45





Multilaterais

Na área das multilaterais, 2023 foi um ano marcado pelo lançamento de novas ferramentas e pelo incremento de ações presenciais, destacando-se nesse contexto o lançamento no portugalexporta.pt da AICEP de uma área dedicada às multilaterais, disponibilizando-se, pela primeira vez e num único local, informação sobre todas as multilaterais em que Portugal participa, incluindo os Bancos de Desenvolvimento, as Nações Unidas e a União Europeia à NATO e as Instituições de *Big Science*.

Foi introduzido um novo instrumento financiador da União Europeia designado Estratégia Global Gateway (GG), o qual visa financiar investimentos públicos e privados, em infraestruturas sustentáveis e de qualidade. Como forma de divulgação a potenciais interessados, foi criada uma *One-Stop-Shop* pela AICEP, em articulação com o Camões IP, e incluída informação na área da UE no site portugalexporta.pt sobre o instrumento. Este balcão único disponibiliza informações úteis e serve como o primeiro ponto de contacto para temas, questões e projetos Global Gateway, contribuindo para a promoção de uma maior participação do setor privado e demais atores do desenvolvimento, nesta estratégia da União Europeia. Para além de canais de contacto dedicados, fornece um guião prático que dá resposta às principais questões e tem ligação para páginas relevantes na matéria. Este balcão único foi apresentado no seminário Global Gateway, organizado em conjunto com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e desde então está disponível para apoiar qualquer empresa interessada. O seminário reuniu mais de 150 pessoas de diferentes entidades e visou divulgar às empresas e a outros atores as oportunidades oferecidas pela Estratégia Global Gateway. Esta estratégia europeia pretende mobilizar até 300 mil milhões de euros, em particular nas áreas dos transportes, investigação e educação, digital, energia e saúde, e inclui geografias como África e América Latina.

No final do ano a AICEP juntou durante dois dias 99 participantes, 15 representantes das multilaterais e 6 testemunhos/casos de sucesso de empresas nacionais na 2ª edição dos Dias das Multilaterais, evento constituído por dois fóruns, um Fórum de Oportunidades de Negócio e um Fórum de Investimentos, num total de 19 reuniões bilaterais.



No total em 2023 realizaram-se 16 eventos

contando no total com 993 participantes: 1 missão empresarial presencial; 1 evento de *networking* presencial; 7 seminários presenciais; 3 *webinars* de capacitação sobre plataformas de concursos; 4 ações de Encontros Bilaterais. Para além disso, realizaram-se 310 interações de reuniões e de resposta a solicitações registadas, entre múltiplos contactos; 354 divulgações de informação/oportunidades; 6 sessões conjuntas AICEP-GPEARl de sensibilização da Rede Diplomática e Delegações AICEP para as oportunidades das multilaterais (Senegal e Guiné-Bissau; Cabo Verde; Cazaquistão; Marrocos; Polónia e Chile); 1 missão técnica AICEP ao BERD - Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento e preparação consequente de 2 pacotes de informação sobre empresas para o banco (infraestruturas e cibersegurança); 3 participações como orador em eventos promovidos por parceiros.



A. 2.c) Acompanhamento de entidades externas

A AICEP é contactada por diversas entidades externas como Associações multissetoriais e regionais, Comunidades Intermunicipais e Câmaras Municipais, Instituições de Ensino Superior, Cimeiras ou Comitês na Área Económica tendo em vista a prestação de informação ou pareceres especializados.

No contexto dos Projetos Conjuntos de Internacionalização das Associações, bem como de projetos no âmbito do SIAC - Sistema de Incentivos a Ações Coletivas do PT2020 e de outras fontes de financiamento de entidades associativas e institucionais, a Agência apresenta-se como Organismo intermédio, atuando como responsável pelos projetos da sua esfera de atuação e de ligação entre as Autoridades de Gestão e os beneficiários dos fundos. Nesse âmbito acompanhou Associações de âmbito Nacional e Regional, Câmaras de Comércio, Confederações, Instituições do Sistema Científico e Tecnológico e outras entidades similares nos seus planos de atividade anuais e articulação com as ações da Agência. Para além disso, a Rede Externa da AICEP é o apoio por excelência nos mercados às ações promocionais organizadas por estas entidades, bem como por instituições do ensino superior, ordens profissionais e outras entidades. A AICEP é também chamada a intervir em seminários, cimeiras e comitês quando estão em causa relações comerciais e institucionais com os mercados externos.

A. 2.d) Protocolos de cooperação, memorandos de entendimento e contratos

Numa lógica de reciprocidade, aprofundamento de conhecimento, competências e ainda partilha de informação em áreas especializadas, a AICEP celebrou um total de 15 Protocolos e Memorandos de Entendimento com entidades institucionais nacionais e estrangeiras, ao longo do ano de 2023.



País	Entidade
Portugal	Protocolo de Colaboração entre a AICEP e AESE – Associação de Estudos Superiores de Empresa
Portugal	Protocolo entre a AICEP, IAPMEI e AMA e o Município de Odivelas
Portugal	Protocolo de Colaboração entre a AICEP e CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Bangladesh	Memorando de Entendimento entre a AICEP e Export Promotion Bureau (EPB), Bangladesh
Bélgica	Memorando de Entendimento entre a AICEP e GESI – Global Enabling Digital Sustainability Initiative
Brasil	Memorando de Entendimento entre a AICEP e Agência Brasileira de Promoção de Exportações do Brasil
China	Memorando de Entendimento entre a AICEP e Department of Commerce of Shandong Province, China
China	Memorando de Entendimento entre a AICEP e Department of Commerce of Zhejiang Province, China
Coreia do Sul	Memorando de Entendimento entre a AICEP e Korea Trade and Investment Promotion Agency (KOTRA)
China/Macau	Memorando de Cooperação entre a AICEP e Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau
Coreia do Sul	Memorando de Entendimento entre a AICEP e Sk hynix Inc. (SK HYNIX)
Gana	Memorando de Entendimento entre a AICEP e Ghana Investment Promotion Center (GIPC)
Moldova	Memorando de Entendimento entre a AICEP e Invest Moldova Agency
Panamá	Mem. de Entendimento AICEP e Autoridad para la Atracción de Inversiones y la Promoción de Export. - PROPANAMA
Roménia	Memorando de Entendimento entre a AICEP e Romanian Agency for Investments and Foreign Trade (ARICE)

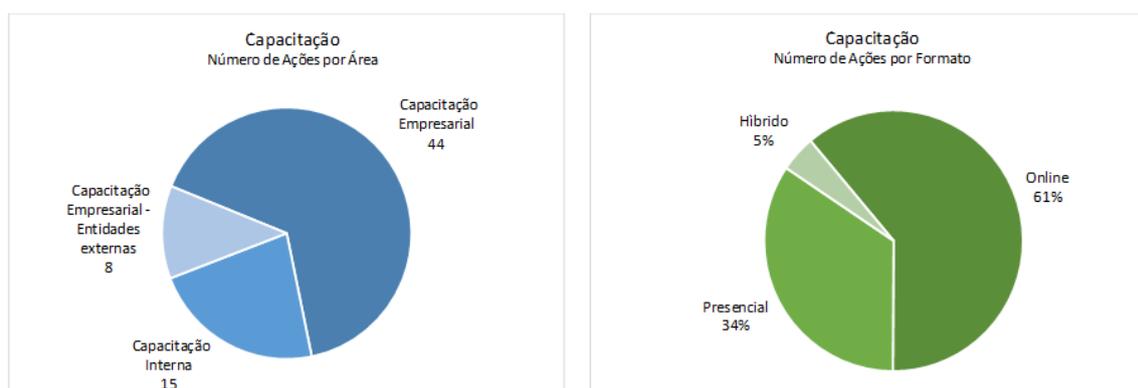


B. Áreas de Apoio ao Negócio

B.1 Academia AICEP

Tendo presente que o talento assume um papel central na atração do investimento, nacional e estrangeiro, e na internacionalização da economia, a área de Academia da AICEP tem como missão servir as empresas portuguesas, trabalhando os recursos humanos como ativo estratégico com impacto na sua transformação e competitividade internacional. Ao longo de 2023 estreitou-se a colaboração com as Universidades e as entidades do Sistema Científico e Tecnológico e demais parceiros associativos (associações empresariais, regionais, entre outros), bem como com o MNE/Instituto Diplomático e parceiros institucionais como o IAPMEI, Turismo de Portugal e IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional, com vista à organização de ações e de programas formativos de interesse comum, relacionadas com as áreas do investimento e internacionalização.

A Academia AICEP promoveu 67 ações de capacitação que, no seu conjunto, contaram com a participação de 3.107 pessoas de 2.287 entidades. Os resultados alcançados neste período traduziram-se na realização de 44 ações de Capacitação Empresarial e 15 de Capacitação Interna. A estas ações acresceram oito iniciativas organizadas em parceria com entidades externas.

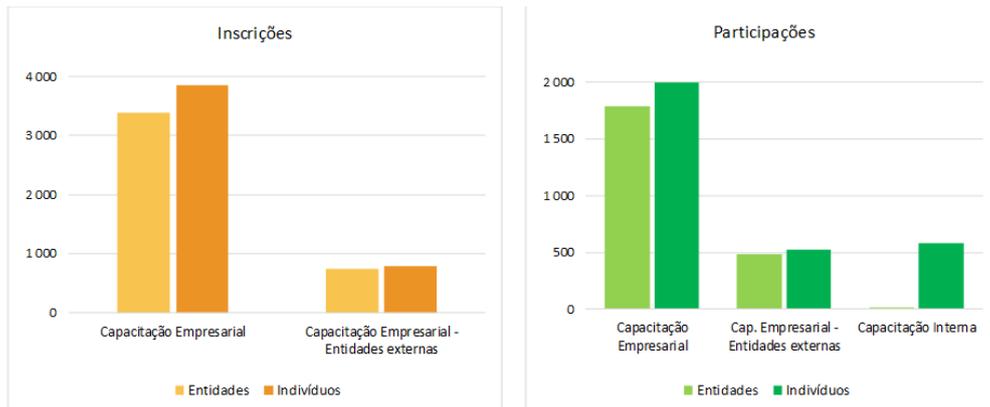


	Ações realizadas (nº)	Inscrições		Participações	
		Entidades (nº)	Indivíduos (nº)	Entidades (nº)	Indivíduos (nº)
Capacitação Empresarial	44	3 384	3 853	1 788	2 002
Capacitação Interna	15	15	3 661	15	583
Capacitação Empresarial - Entidades externas	8	739	797	484	522
Total	67	4 138	8 311	2 287	3 107



Capacitação empresarial

Nas ações de capacitação empresarial inscreveram-se 3.853 pessoas de 3.384 entidades, tendo participado 2.002 pessoas respeitantes a 1.788 entidades. No que se refere à capacitação empresarial em parceria com entidades externas, foram recebidas inscrições de 797 pessoas de 739 entidades, das quais resultaram as participações de 522 pessoas de 484 entidades. Estas ações correspondem a sete *webinars* realizados com a Amazon, na sua plataforma, e a um curso híbrido da PBS - *Porto Business School*.



As ações de Capacitação Empresarial organizadas focaram-se nos mercados com maior índice de interesse no mercado, atendendo-se, previamente, às manifestações de interesse da Rede Externa da AICEP. Conjugando estas variáveis, as ações incidiram nos mercados considerados *Core* e de Diversificação, de acordo com o anterior Plano Estratégico da AICEP, e nos mais procurados por parte das empresas e que concentram os recursos em termos de capacidade de resposta por parte da Rede (em particular para os produtos ABC, Em Foco e *Go to Market*). Neste contexto, foram abordados 10 mercados: Alemanha, África do Sul, Chile, Colômbia, Coreia do Sul, Espanha, Grécia, Malásia/ Singapura, Moçambique e Tailândia.

No que respeita aos setores/fileiras foi dada prioridade aos produtos que resultaram da articulação com as áreas comerciais (Em Foco e novos produtos setoriais) e para as temáticas relacionadas com o *e-commerce* e *marketplaces*.

Foram ainda desenvolvidos produtos transversais, dirigidos a empresas em vários setores, envolvendo temas de interesse relevante para a internacionalização (como a marca, comunicação, sustentabilidade, *marketing* digital, entre outros).

Criaram-se outros produtos inovadores no formato presencial, tais como os cursos de *e-commerce* e os *workshops* dedicados às tecnologias disruptivas, estes últimos focados nos seguintes setores: indústrias automóvel, componentes e moldes, farmacêuticas e dispositivos médicos, moda e calçado, agroalimentar e metalomecânica.

No total das 52 ações realizadas de capacitação empresarial participaram 2 524 pessoas representantes de 2 272 entidades, em sessões presenciais (24) e online (28).



Apresenta-se abaixo os quadros por tipologia das ações realizadas:

Ação	Local	Inscrições		Presenças		Taxa Particip.	Avaliação Média (1 a 5)
		Entidades (nº)	Indivíduos (nº)	Entidades (nº)	Indivíduos (nº)		
ABC Malásia e Singapura	Lisboa	28	28	9	9	32%	4,83
ABC África do Sul	Porto	43	50	30	33	66%	4,76
ABC Colômbia	Porto	65	70	39	41	59%	4,86
ABC Grécia	Porto	55	59	27	29	49%	4,88
Em Foco Tailândia - Energias renováveis	Lisboa	4	4	4	4	100%	
Em Foco Coreia do Sul - Fileira Casa	Porto	59	76	29	34	45%	4,91
Em Foco Espanha - O Design como valor estrutural do produto industrial	Porto	47	62	20	22	35%	4,68
Em Foco Grécia - Fileira Casa e Materiais de Construção	Porto	21	24	12	15	63%	4,98
Go to Market África do Sul	Porto	12	15	9	12	80%	4,94
Go to Market Coreia do Sul	Porto	14	15	12	13	87%	4,92
Go to Market Tailândia	Porto	11	12	5	6	50%	4,94
Go to Market Colômbia	Porto	19	21	17	19	90%	4,78
Go to Market Malásia e Singapura	Porto	33	36	17	19	53%	4,85
Total (13 ações)		411	472	230	256	54%	4,86



Ação	Local	Inscrições		Presenças		Taxa Particip.	Avaliação Média (1 a 5)
		Entidades (nº)	Indivíduos (nº)	Entidades (nº)	Indivíduos (nº)		
Workshop Tecnologias Disruptivas na Indústria Automóvel, Componentes Auto e Moldes	Porto	42	49	23	29	59%	4,78
Workshop Tecnologias Disruptivas na Indústria Farmacêutica e Dispositivos Médicos	Porto	24	29	14	17	59%	4,80
Workshop Tecnologias Disruptivas nas Indústrias da Moda e Calçado	Porto	45	66	23	36	55%	4,80
Metaverso - Casa - Arquitetura, design e modelagem 3D	Online	124	147	69	82	56%	4,56
Metaverso - Moda Digital	Online	152	182	55	68	37%	4,57
Metaverso - Saúde Digital	Online	56	63	34	38	60%	4,42
Disruptive Technologies in Agrifood	Online	106	126	51	63	50%	4,40
How can disruptive technologies impact your business?	Online	97	94	38	39	41%	4,89
Innovative Technologies in Metalworking	Online	59	91	40	51	56%	5,00
TOTAL (9 ações)		705	847	347	423	50%	4,69

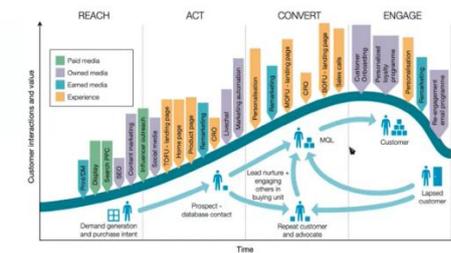
Ação	Local	Inscrições		Presenças		Taxa Particip.	Avaliação Média (1 a 5)
		Entidades (nº)	Indivíduos (nº)	Entidades (nº)	Indivíduos (nº)		
<i>1º Ciclo de Webinars</i>							
Marketing Digital - Ads - Campanhas Online	Online	181	196	102	111	57%	4,87
Marketing Digital - SEO - Optimização para os motores de busca	Online	194	216	118	130	60%	4,80
Marketing Digital - Web Analytics: Medição de plataformas online	Online	175	195	63	71	36%	4,91
<i>2º Ciclo de Webinars</i>							
Marketing Digital - Páginas de Produto	Online	159	187	95	113	60%	4,53
Marketing Digital - Logística e Operações	Online	202	227	107	116	51%	4,48
Marketing Digital - CRO - Conversion Rate Optimization	Online	109	126	51	54	43%	4,20
Marketing Digital - Growth	Online	136	155	50	54	35%	4,45
TOTAL (7 ações)		1 156	1 302	586	649	50%	4,61



Ação	Local	Inscrições		Presenças		Taxa Particip.	Avaliação Média (1 a 5)
		Entidades (nº)	Indivíduos (nº)	Entidades (nº)	Indivíduos (nº)		
Marketplace Alibaba: Quer começar a vender na Alibaba.com? Venha saber como	Porto	58	67	32	40	60%	4,67
Marketplace Alibaba: O que precisa para começar com a Alibaba	Online	61	72	35	37	51%	4,73
Marketplace Faire: Venha descobrir como o Faire o pode ajudar no seu negócio B2B	Online	73	75	39	40	53%	4,50
Marketplace Amazon: Aprenda como expandir o seu negócio na Amazon e introdução ao registo de conta	Online	79	85	57	62	73%	4,90
Marketplace Amazon: Como começar a vender através do Seller Central e as primeiras encomendas	Online	190	205	126	136	66%	4,71
Marketplace Amazon: Conheça os benefícios e custos de vender através da Logística da Amazon	Online	138	149	86	93	62%	
Marketplace Amazon: Publicidade na Amazon: Saiba mais sobre as soluções publicitárias no Marketplace	Online	104	112	64	69	62%	
Marketplace Amazon: Aumente as suas vendas online através da Amazon Business	Online	15	16	5	5	31%	
Marketplace Amazon: Marcas Próprias: Introdução ao Brand Registry e Ferramentas para Marcas Próprias	Online	103	111	66	71	64%	
Marketplace Amazon: Vender internacionalmente: como expandir o seu negócio para a Europa	Online	94	102	64	69	68%	
TOTAL (10 ações)		914	994	573	622	63%	4,70



COMPREENDER OS CANAIS DA PUBLICIDADE ONLINE.
The Digital "R.A.C.E." Framework.



	Local	Inscrições		Presenças		Taxa Particip.	Avaliação Média (1 a 5)
		Entidades (nº)	Indivíduos (nº)	Entidades (nº)	Indivíduos (nº)		
Café de CEOs: Conectar para Globalizar (Filipe Botton - Logoplaste)	Lisboa	29	29	10	10	34%	5,00
Café de CEOs: Conectar para Globalizar (Miguel Stilwell - EDP)	Lisboa	24	25	10	10	40%	4,90
Café de CEOs: Conectar para Globalizar (António Portela - Bial)	Porto	11	11	7	7	64%	
TOTAL (3 ações)		64	65	27	27	42%	4,95



	Local	Inscrições		Presenças		Taxa Particip.	Avaliação Média (1 a 5)
		Entidades (nº)	Indivíduos (nº)	Entidades (nº)	Indivíduos (nº)		
A Digitalização da Jornada de Internacionalização	Online	173	190	85	91	48%	4,53
Exportar para Moçambique: Como cumprir os requisitos de certificação	Online	136	170	76	105	62%	4,58
Programas de Apoio em Propriedade Intelectual e Industrial para PME	Online	92	98	47	54	55%	4,58
O mercado de capitais: opções para as empresas (CMVM)	Lisboa	34	35	20	20	57%	4,50
How to approach the German Food Retailing. Dos and Don'ts	Online	56	60	37	38	63%	4,60
Novas oportunidades de negócios no Chile: Reciclagem e Sustentabilidade	Online	67	75	44	47	63%	4,55
Conversas Temáticas Acordo União Europeia - Chile	Online	118	126	63	65	52%	4,94
TOTAL (7 ações)		676	754	372	420	56%	4,61

Ação	Local	Inscrições		Presenças		Taxa Particip.	Avaliação Média (1 a 5)
		Entidades (nº)	Indivíduos (nº)	Entidades (nº)	Indivíduos (nº)		
Curso de E-commerce Internacional (1ª ed.)	Lisboa	55	60	33	34	57%	4,74
Curso de E-commerce Internacional (2ª ed.)	Porto	125	139	67	76	55%	4,78
Curso Going Global 2023 (PBS - Porto Business School)	Porto (Híbrido)	17	17	17	17	100%	4,81
TOTAL (3 ações)		197	216	117	127	59%	4,78

Capacitação Interna

A Capacitação Interna tem como objetivo desenvolver programas e iniciativas dirigidas à qualificação dos colaboradores da AICEP e que contribuam para a melhoria do serviço prestado aos clientes da Agência. O portfolio de produtos disponibilizados foi o seguinte:

CAPACITAÇÃO INTERNA

PRODUTOS	PROGRAMA DE ACOLHIMENTO	PLANO INTERNO DE CAPACITAÇÃO	PROGRAMA CAPACITAÇÃO INTERNA EXPORTAR ONLINE	PLATAFORMA REDE EXTERNA
				
<ul style="list-style-type: none"> Novos quadros da AICEP INOV Contacto 	<ul style="list-style-type: none"> Quadros da AICEP de acordo com temas identificados 	<ul style="list-style-type: none"> Quadros da AICEP de acordo com temas identificados 	<ul style="list-style-type: none"> Direção Comercial Equipa Exportar Online Outros quadros AICEP 	<ul style="list-style-type: none"> Delegados Quadros da Rede Externa e de Portugal de acordo com os temas identificados
<ul style="list-style-type: none"> Manual de Acolhimento Manual do Exportador e vídeos Curso E-commerce Internacional 	<ul style="list-style-type: none"> Manual de Acolhimento Manual do Exportador e vídeos Curso E-commerce Internacional 	<ul style="list-style-type: none"> Mercado em Destaque Tecnologias Disruptivas ESG Caracterização da oferta portuguesa Fundos europeus e incentivos Aspectos jurídicos e fiscais Propriedade Intelectual e Industrial 	<ul style="list-style-type: none"> E-commerce Marketplaces 	<ul style="list-style-type: none"> Competências técnicas e comportamentais Organização da AICEP Relacionamento com Embaixadas/MNE, institucionais, agentes económicos e associações Liderança



Em termos das ações realizadas e repartição dos participantes, abaixo encontra-se o quadro respetivo:

Ação	Presenças	Avaliação
Mercado em Destaque: Coreia do Sul Hoje	51	4,66
Mercado em Destaque: Tailândia Hoje	55	4,80
Mercado em Destaque: Colômbia Hoje	42	4,79
Mercado em Destaque: China Hoje	40	5,00
Mercado em Destaque: Malásia e Singapura Hoje	46	4,44
Tecnologias Disruptivas	46	4,39
Propriedade Intelectual e Industrial para 'Business Advisers'	37	4,64
Mercado de Capitais - CMVM (DC)	30	
Mercado de Capitais - CMVM (DREI)	5	
Plataforma da Rede Externa: Como preparar relatórios de ações e de visitas a feiras	7	5,00
Apresentação do Comparador de Mercados da DP (DC)	36	5,00
Apresentação do GPS de Produtos da DP	38	5,00
Começar bem o mês com... "A Inovação" (Cotec)	104	4,80
Apresentação do GPS de Produtos da DP e das novas valências do CPI	46	4,50
ESG (Environmental, Social and Governance) & Sustainability	-	4,00
TOTAL	583	4,69

No âmbito desta vertente da capacitação interna, de realçar os novos produtos lançados em 2023: (a) Mercado em Destaque cujo objetivo é fornecer um enquadramento atualizado do mercado e dar a conhecer as oportunidades de negócios para as empresas portuguesa; (b) Tecnologias Disruptivas, *webinar* que versou sobre as vantagens do investimento das empresas em tecnologias como a *IoT*, *Robotics*, *AR/VR*, *Blockchain*, *Impressão 3D*, entre outras; (c) ESG (*Environmental, Social, and Corporate Governance*), ação híbrida de sensibilização dos colaboradores da AICEP para a importância de as organizações adaptarem as práticas ambientais, sociais e de governança corporativa; (d) Propriedade Intelectual e Industrial para *Business Advisers*, ação dirigida à área comercial, com o objetivo de reforçar as competências necessárias para o aconselhamento inicial, sensibilização e orientação das PME para os serviços e apoios existentes em matérias de Política Industrial; (e) Mercado de Capitais, ação também dirigida à área comercial de divulgação do funcionamento e produtos do mercado de capitais.

No âmbito das atribuições da Academia AICEP, inclui-se a aposta na implementação de uma cultura de sustentabilidade por parte das empresas clientes da Agência, concretamente na adoção de critérios ESG - *Environment, Social, Governance* e sua divulgação. Uma das ações mais relevantes nesta nova temática foi a realização, em Lisboa, em setembro de 2023, de uma conferência internacional em que foi apresentada a





Estratégia para as PME exportadoras. A conferência contou com mais de 500 participantes e marcou o início da promoção sistemática da temática ESG junto dos agentes económicos e parceiros da Agência. Um vasto painel de oradores nacionais e internacionais abordou temas como o quadro geral ESG e recentes desenvolvimentos na Europa e no mundo ao nível das implicações que trará às empresas, a correlação positiva com o seu bom desempenho global, a obrigatoriedade na lei e também no acesso a financiamento para se cumprirem métricas ESG e, finalmente, as ferramentas já disponíveis para assessorar as empresas no processo de transição para modelos de negócios que incluam políticas orientadas para o impacto ambiental e social.

A AICEP está a preparar uma ferramenta digital para as empresas realizarem um autodiagnóstico de posicionamento em matérias ESG, que as apoiará na definição dos respetivos percursos formativos e na elaboração de um relato adequado.

Programa Inov Contacto

O INOV Contacto é o programa de Estágios Internacionais criado pela AICEP para formar jovens habilitando-os com conhecimento e experiência para trabalhar na vertente internacional de uma empresa portuguesa ou estrangeira, em Portugal ou no exterior.

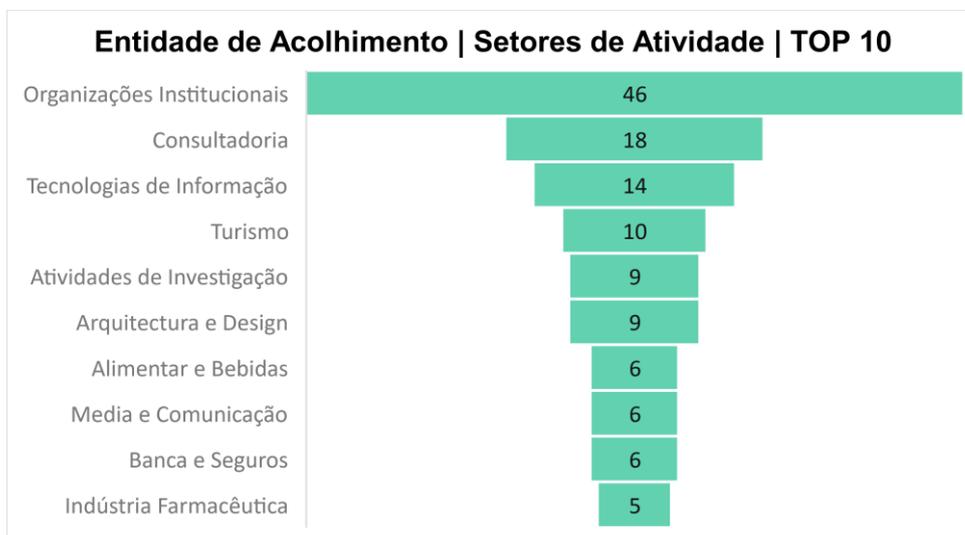
Ao longo da sua existência (desde 1997) esta iniciativa envolveu 6.200 jovens, distribuídos por 1.350 entidades nos 5 continentes. É um caso de sucesso, que inspira outras iniciativas aos níveis nacional e internacional, atrai parcerias e exige uma constante inovação, dedicação e investimento.



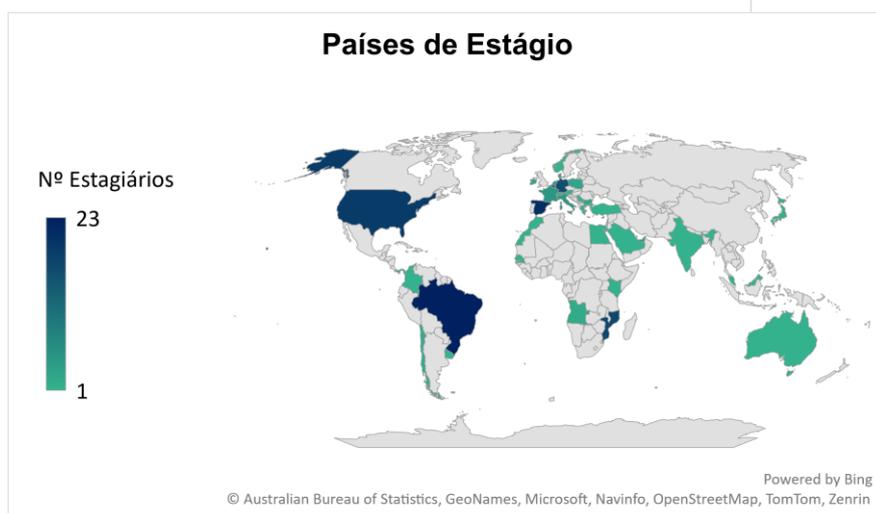
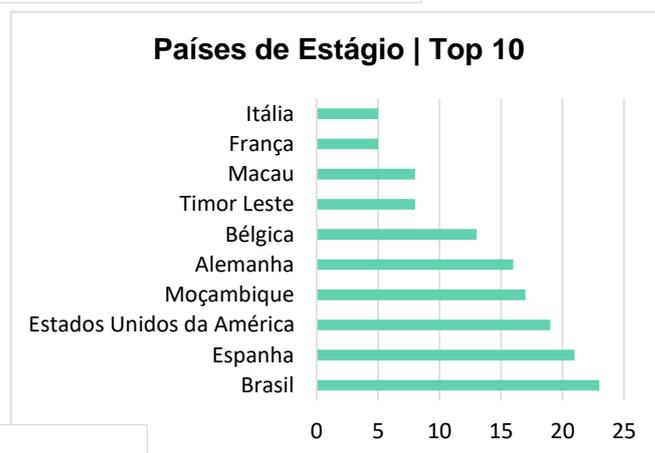
Ao longo do ano de 2023 realizou-se a 26ª edição do Programa. Foram validadas 698 candidaturas e, após um processo de seleção e *matching*, foram integrados na edição do programa 191 estagiários. Registaram-se 4 desistências e 2 exclusões, tendo concluído o programa de estágio, com sucesso, 185 jovens, maioritariamente do



sexo feminino (63%) e com uma média de idades de 24 anos. Quanto às áreas de formação, a maioria dos estagiários tem formação superior nas áreas das Ciências Empresariais e as Ciências Sociais e do Comportamento. No que respeita aos setores de atividade, para além das organizações institucionais, foi área da consultoria e das tecnologias da informação que recebeu o maior número de estagiários.



Os estagiários foram distribuídos por 41 países e 142 entidades de acolhimento, 49% das quais portuguesas. No que concerne à distribuição geográfica, o Brasil foi o país que acolheu o maior número de estagiários (23), seguindo-se Espanha e os Estados Unidos da América com 21 e 19 estagiários, respetivamente.





Após os 6 meses de estágio no estrangeiro, as entidades de acolhimento mostram-se satisfeitas com o programa e desempenho dos estagiários, sendo que 37% transmitiu a sua intenção de contratar os estagiários findo o estágio. 97% avalia positivamente o *matching* efetuado, em termo de adequação do perfil do candidato face às funções e tarefas atribuídas. Estas referem ainda que os estagiários revelaram uma elevada capacidade de adaptação à mudança e agilidade para reagir a situações adversas (98%), foram proativos e apresentaram ideias inovadoras sem receio de arriscar (98%), mostraram capacidade para defenderem as suas ideias, projetos e decisões junto das equipas de trabalho (98%), mantiveram-se disponíveis para uma aprendizagem contínua como forma de se manterem relevantes (97%) e foram comprometidos e responsáveis, souberam gerir o tempo e prazos, inspirando confiança junto das lideranças (97%).

ESTÁGIO



ESTRUTURA

CAMPUS - Designação dada a toda a formação proporcionada ao longo do Estágio, que integra um curso em regime intensivo de Práticas Internacionais e diversas formações online de diferentes temáticas ligadas à formação de competências e inserção em modelos de trabalho.

O Curso intensivo de Práticas Internacionais é em regime híbrido e marca o início do estágio. É na sessão presencial deste curso que ficas a saber qual a tua entidade de acolhimento e o país de destino.

ESTÁGIO - Formação em contexto real de trabalho, com a duração máxima de 9 meses, que decorre em Portugal e no estrangeiro e onde és integrado na equipa e projeto da tua entidade de acolhimento.

SESSÃO ENCERRAMENTO (1 DIA) - Evento onde se partilham experiências de estágio, com entrega de certificados e avaliação final.

MENTORING - Tens ainda possibilidade de integrar o programa de mentoria do InovContacto-IMentoring, que reúne um conjunto de especialistas de diferentes áreas, que permitirão acelerar a tua formação de competências e consolidar conhecimentos.

No âmbito do programa Inov Contacto é ainda disponibilizado na plataforma do programa, aos antigos estagiários, um serviço designado *Jobs*, sendo este um repositório de oportunidades de emprego onde empresas e entidades parceiras colocam as suas ofertas de emprego. Durante o ano de 2023 foi divulgado um total de 43 oportunidades. Para além deste, é disponibilizado ainda o *Seeking New Job*, serviço complementar às oportunidades de emprego, que tem como objetivo facilitar os processos de procura e oferta de emprego. Qualquer elemento da rede pode publicar a sua intenção de encontrar um novo emprego. No final de 2023, o *Seeking New Job* contava com 227 perfis disponíveis.

Outro serviço disponível aos estagiários é o programa de mentoria do Inov contacto. Como o próprio nome indica, este programa visa promover uma relação de entajuda entre uma comunidade de pessoas mais experientes (antigo estagiário, responsáveis de entidades de acolhimento, responsáveis pelos pontos de rede externa AICEP) com os estagiários de cada edição, com o objetivo de promover a evolução profissional e das competências internacionais destes últimos. Com este projeto pretende-se garantir o acompanhamento personalizado e voluntário do *mentee* e responder às suas necessidades específicas, promovendo o desenvolvimento e amadurecimento pessoal e profissional, nomeadamente das suas competências, aprendizagens e *skills*, em contexto internacional.

Em 2023 aderiram ao programa de mentoria 71 *mentees* (41% estagiários da 26ª edição do inov contacto) e 31 mentores. Entre setembro e dezembro de 2023, realizaram-se via teams, 10 *small talks* com 10 mentores, onde



aicep Portugal Global

foram abordadas temáticas diversas como interculturalidade, estratégia, gestão de projetos, adaptação cultural e partilha de experiências profissionais internacionais.



B.2 Produção de informação

Ao longo do ano 2023, a AICEP concebeu novos conteúdos e otimizou produtos e serviços já existentes, de modo a ajustá-los ao perfil, características e necessidades dos clientes - empresas nacionais, potenciais compradores e investidores estrangeiros, associações empresariais e clientes institucionais e às tendências de procura dos mercados internacionais. A produção de informação a disponibilizar às empresas e aos *stakeholders* da AICEP é, sempre que necessário, customizada.

A divulgação destes produtos e serviços de informação tem sido efetuada por intermédio das áreas comerciais (gestores de cliente), do *website* da AICEP e da presença da Agência nas redes sociais *Facebook*, *LinkedIn* e *Twitter*, da *newsletter Portugalnews*, da revista *PortugalGlobal* e da plataforma *Globalmail*.

A atuação da AICEP em matéria de produtos e serviços de informação distribui-se por quatro sub-áreas distintas, mas transversais: (1) Conteúdos técnicos (informação de caráter técnico sobre mercados, setores/produtos, regulamentar e estatísticas), (2) Oportunidades de Negócio, (3) Conteúdos Comunicacionais e (4) Outros Produtos.

Conteúdos técnicos (Mercados, Setorial, Regulamentar, Estatística)

Em 2023 deu-se continuidade ao processo de aperfeiçoamento dos produtos existentes, ao desenvolvimento do protótipo de um novo produto e ao alargamento dos mercados abrangidos, com o objetivo de dar resposta às necessidades dos diversos clientes (sobretudo empresas nacionais), com níveis de prestação de serviços adequados a cada um. Pretendeu-se, com este processo, fazer face a dois desafios importantes: por um lado, desenvolver e inovar em produtos que representassem um *upgrade* em relação aos já existentes e, por outro, recorrer a soluções tecnológicas que funcionassem como alavanca na disponibilização de produtos de informação de forma dinâmica, interativa e amigável.

Neste âmbito, e no que respeita aos Mercados, o resultado, ao longo do ano, traduziu-se principalmente nas seguintes alterações:

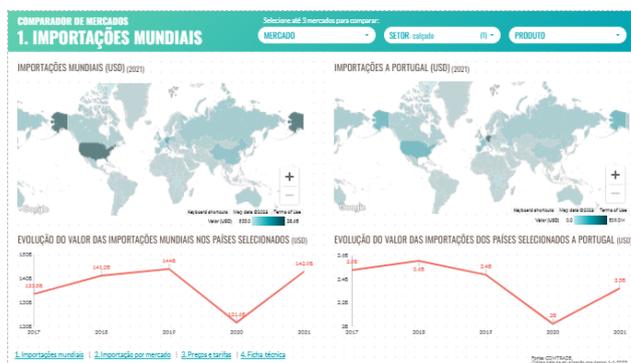
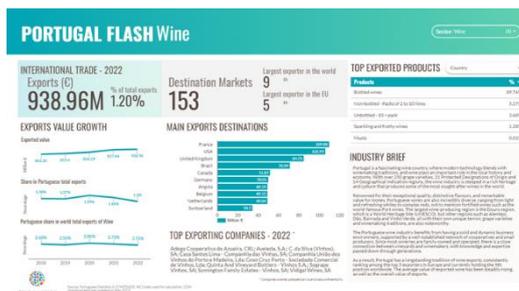
- Melhorias do “*Flash E-commerce*” e aumento dos mercados abrangidos, num total de 57, ou seja, mais 8 face ao ano anterior – Arábia Saudita, Hong Kong, Moçambique, Peru, Qatar, Senegal, Singapura e Tunísia. Este produto está disponível, por módulos, no portal “Portugal Exporta”;
- Conclusão do desenvolvimento do protótipo do novo produto “*Ficha E-commerce*”, que visa aprofundar e complementar as temáticas desenvolvidas no “*Flash E-commerce*”, fornecendo informação pertinente para potenciais exportadoras via comércio eletrónico. Devido a limitações da atual plataforma digital, este produto ainda não se encontra disponível, estando a ser desenvolvida uma solução que permita a sua distribuição a breve termo.



A área de conteúdos de Mercados, em síntese, desenvolveu a seguinte atividade:

Atividades da Área	Total	Observações
Produtos de informação geral sobre mercados externos	267	156 “Flash de Mercado”; 67 “Flash E-Commerce”; 44 “Ficha de Mercado”; 2 “Ficha Institucional de Mercado”.
Resposta a pedidos sobre mercados externos	157	A origem dos pedidos foi, sobretudo, a Direção da Rede Externa e Institucionais, seguida pela Direção Comercial e pelos Pontos de Rede.
Atualização semanal do <i>dashboard</i> de concursos internacionais PRR	52	Procedeu-se à atualização semanal do <i>dashboard</i> de concursos internacionais PRR, tendo em consideração as oportunidades PRR disponibilizadas por cada Estado-membro da UE.
Colaboração na rubrica “Factos e Tendências”	22	Colaboração na rubrica “Factos e Tendências” nas 11 edições da Revista Portugal Global, o que se traduziu na redação de 22 notícias.

Quanto à área setorial, o âmbito do trabalho incidiu na produção de informação passível de facilitar o conhecimento das características e dinâmicas setoriais em mercados externos, bem como permitir acompanhar a evolução de cada setor e fileira, no quadro da oferta portuguesa e das trocas externas de Portugal. Nesta área de realçar o produto Comparador de Mercados (CdM), produto interativo de caráter quantitativo que permite identificar mercados de potencial interesse para a internacionalização de cada setor, desenvolvido em 2021 e 2022. Em 2023, o CdM foi posto em produção tendo anteriormente sido realizadas ações de formação deste produto para capacitar as áreas comerciais para respostas a eventuais dúvidas das empresas sobre o funcionamento deste *dashboard*. Neste mesmo ano, foi-se também alargando os setores abrangidos por este produto.





Em síntese, a área de conteúdos setoriais produziu os seguintes conteúdos:

Atividades da Área	Total	Observações
Produtos de informação sobre Portugal	14	Foram desenvolvidas e publicadas 9 atualizações do Flash Setor Portugal (Azeite, Moldes, Mobiliário, Têxteis-Lar, Vinhos, Pasta/ Papel e Cartão, Vestuário e Confeção, Papel e Cartão e Calçado e alargada a oferta para 2 novos subsetores (Instrumentos Médico-Cirúrgicos e Tintas e Vernizes). Foram ainda desenvolvidas 3 atualizações (Cerâmicas para Revestimento, Rolhas de Cortiça, Rochas Ornamentais) que aguardam validação linguística para publicação.
Produto de informação detalhada sobre Portugal	1	Ficha Portugal
Produtos de informação setorial sobre mercados externos - Fichas de Entrada no Mercado	55	Produzidos 55 documentos sobre 28 setores/produtos, abrangendo 28 mercados.
Colaboração na rubrica “Factos e Tendências”	41	Colaboração na rubrica “Factos e Tendências” nas 11 edições da Revista Portugal Global, o que se traduziu na redação de 41 notícias.

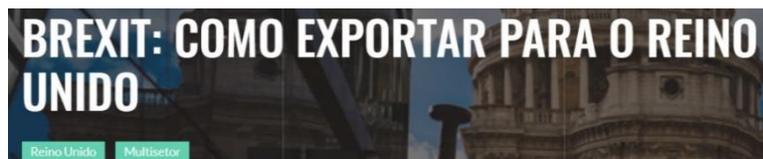
O conhecimento atualizado da vertente jurídica do negócio internacional, em constante evolução, é uma dimensão fundamental para os diversos *players*, designadamente para as empresas nacionais envolvidas em processos de internacionalização. As alterações verificadas no contexto internacional, incluindo as alterações decorrentes do conflito Rússia-Ucrânia e medidas transitórias do BREXIT implicaram, em 2023, uma forte aposta na disponibilização de conteúdos atualizados, por vezes mais do que uma vez, sobre as condições legais de acesso aos mercados externos (canal tradicional e canal online) com vista a apoiar e orientar as tomadas de decisão dos agentes económicos.

Já quanto a produtos de informação novos, é de realçar a elaboração da parte legal e regulamentar de 33 produtos de informação setor/mercado, num total de 34 concluídos no ano de 2023, com vista à disponibilização de um largo “pacote” de informação deste produto premium no Portugal Exporta.

Relativamente aos produtos de informação conjunturais, perante as repercussões económicas e financeiras para as empresas e complexidade das medidas restritivas adotadas no âmbito do conflito Rússia - Ucrânia, foi necessário continuar a providenciar



informação robusta, atualizada e facilmente acessível sobre a temática na página Conflito Rússia - Ucrânia: Implicações para as Empresas Portuguesas, disponível no portal PortugalExporta.



Também devido às sucessivas prorrogações das medidas transitórias decorrentes do Brexit e respetivas implicações para as empresas



portuguesas continuou a impor-se o acompanhamento e atualização da página “Brexit: Como exportar para o Reino Unido”, disponível no PortugalExporta.

Em síntese, a atividade desenvolvida pela área regulamentar, em 2023, foi a seguinte:

Atividades da Área	Total	Observações
Serviço de consultoria regulamentar (resposta a pedidos)	836	Entregue a pedido
Atualização página <i>Conflito Rússia-Ucrânia: Implicações para as Empresas Portuguesas</i>	8	Portugal Exporta
Atualizações página <i>BREXIT: Como exportar para o Reino Unido</i>	18	Portugal Exporta
Colaboração no produto <i>Factos & Tendências</i>	11 envíos (40 notícias)	Revista Portugal Global
<i>Flash E-Commerce</i> (Quadro Legal)	60	Portugal Exporta
<i>Flash Mercado</i> (Quadro Legal)	160	Portugal Exporta
Ficha de Mercado (Quadro Legal)	62	MYAICEP
Ficha de Entrada no Mercado (Quadro Legal)	34	Para constar em MYAICEP
Ficha Institucional (Quadro Legal)	2	Entregue a pedido

A área de Estatística, em 2023, focou a sua atividade nas seguintes vertentes:

- Produção e disponibilização de produtos de informação estatística padronizados;
- Respostas à medida a pedidos de informação sobre comércio internacional, investimento direto, indicadores macroeconómicos de Portugal e estatísticas de relacionamento económico bilateral.



Esta área produziu os seguintes conteúdos em 2023:

Atividades da Área	Total	Observações
Produtos de informação estatística sobre relacionamento bilateral de Portugal com mercados externos	622	Disponibilizados no Repositório de Conhecimento Interno AICEP
Produtos de informação estatística sobre Portugal	198	Disponibilizados no Repositório de Conhecimento Interno AICEP
Prestação de serviços de informação estatística	1 213	



Oportunidades de negócio

Abaixo apresenta-se a síntese quantitativa da atividade desenvolvida pela Gestão de Oportunidades de negócio em 2023:

Atividades da Área	Total	Observações
Listas de clientes estrangeiros	3 630	73 Mercados envolvidos, no âmbito da resposta a pedidos de 525 agentes económicos
Oportunidades de negócio divulgadas	11 470	160 Mercados
Nº de Feiras internacionais e em Portugal identificadas e divulgadas	6 611	138 Mercados
Prestação de serviço de informação empresarial (empresas exportadoras INE e IDPE)	566	-
Acessos diretos internos a listas de empresas portuguesas com IDPE	1 157	intranet
Prestação de serviço de informação empresarial (fabricantes/exportadores)	1 027	60 mercados envolvidos, no âmbito de resposta a pedidos
Prestação de serviço de informação empresarial (atualização de certificações IAPMEI)		

Conteúdos comunicacionais

A área de Conteúdos Comunicacionais assegura a desmultiplicação de conteúdos técnicos em outros mais simples, através da produção de textos para notícias sobre o conhecimento gerado na área da informação. Em 2023 manteve-se a colaboração com a revista Portugal Exporta, através da sinalização e sumarização de estudos e/ou factos recentes capazes de impactar o comércio internacional e o investimento. Neste âmbito foram redigidas 11 edições da secção “Factos e Tendências” da revista, num total de 133 notícias, 63 relativas a mercados e setores, 40 referentes à área regulamentar e 30 sobre a mais recente informação estatística.

Singapura, Canadá e Dinamarca são os países com melhor ambiente de negócios
"Assessing the best countries for doing business" – Business Intelligence Unit, abril 2023
Singapura, Canadá e Dinamarca são os países com melhor ambiente para fazer negócios de acordo com o ranking do Investment Intelligence para 2023, que agrupa 82 países e 100 indicadores. No total, os países desafiados com o ambiente de negócios mais favorável incluem os Estados Unidos, Suíça, Suécia, Hong Kong, Alemanha, França, México e Finlândia.

Guerra na Ucrânia e inflação com forte impacto na Europa e Ásia Central
"Weak Growth, High Inflation, and Cost-of-Living Crisis" – Banco Mundial, abril 2023
A guerra na Ucrânia e a inflação elevada e persistente nos continentes a ter um forte impacto nos economias da Europa e da Ásia Central, conduziu o Banco Mundial em 2023 a prever um crescimento médio anual de 1,6 por cento, contra os 8,1 por cento previstos anteriormente, já em 2022 e 2023, no período anterior a um crescimento de 2,7 por cento devido à desinflação da inflação e ao aumento da procura interna e externa.

Inflação e aumento das taxas de juro atingiram países em desenvolvimento
"Trade and development report update – Global trends and prospects" – UNCTAD, abril 2023
O aumento das taxas de juro causou uma perda de terreno nos países em desenvolvimento: de mais de 800 mil milhões de dólares no primeiro ano, os países com a Confederação das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) no relatório "Global Trade and Prospects" visam um abrandamento do crescimento global em 2023, contra o crescimento de 2,7 por cento em 2022.

FMI prevê redução do crescimento para 2,8 por cento em 2023
"World Economic Outlook: A Road to Recovery" – International Monetary Fund, abril 2023
As previsões do FMI apresentadas em

Outros produtos de informação

Para permitir o acesso das empresas portuguesas à informação disponível sobre os concursos anunciados pelos países da UE, no âmbito das suas medidas PRR, e facilitar a identificação de oportunidades de negócio deles resultantes, a área da informação preparou e disponibilizou, com uma cadência de atualização semanal, um dashboard que fornece toda a informação que se encontra aberta sobre este tema nos diversos mercados da UE. Esta ferramenta foi criada em 2022,

PLANOS DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

Mercado: Valor:

Medidas: Estado do Concurso:

MEDIDAS, CONCURSOS E INFORMAÇÃO ADICIONAL - CONCURSOS ABERTOS

País/Região	Medida	Ministério	Interligação	Data de Encerramento	Valor
Espanha	Mobilidade sustentável e eficiência energética para veículos turísticos	Ministerio de Transportes, Turismo e Demografia	Concurso	15/05/2023	372,0 M €
Espanha	Projetos de I&D+i em desenvolvimento de energia e eficiência energética	Ministerio de Transición Ecológica y Demografía	Concurso	05/05/2023	30,0 M €
República Checa	Acção I&D+i em veículos de emergência em programas contra incêndios e segurança	Agência de Inovação, Tecnologia e Inovação	Concurso	15/05/2023	29,0 M €
República Checa	Construção de infraestrutura de investigação	Ministerio de Ambiente	Concurso	15/05/2023	62,8 M €
República Checa	Substituição de fontes tradicionais de produção de eletricidade com fontes de energia renováveis e instalação de redes de distribuição de energia elétrica	Fundo Nacional	Concurso	15/05/2023	283,2 M €
Ucrânia	Produção de equipamento para automação e robótica para a indústria e comércio de bens de consumo	Ministerio de Economia e Comércio Exterior	Concurso	16/05/2023	100,0 M €
República Checa	Objetos de construção	Ministerio de Ambiente	Concurso	16/05/2023	43,8 M €
Grécia	Avaliação de Matéria Prima Inteligente para o Desenvolvimento de Produtos	Ministerio de Desenvolvimento Económico	Concurso	20/05/2023	75,0 M €
Austria	Investimento para Têxteis e Acessórios	Ministerio de Economia	Concurso	20/05/2023	55,0 M €

PRINCIPAIS MEDIDAS POR VALOR - CONCURSOS ABERTOS

Valor:

MERCADOS

Austria

República Checa

Litânia

Grécia

Polónia

1 - 1/16

SETORES

Automóveis

TIC

Saúde

Química

Máquinas e aparelhos

0 - 1/10



tendo-se em 2023 desenvolvido uma nova versão do *dashboard*, permitindo expandir o universo de oportunidades PRR, e, deste modo, enriquecer a informação fornecida às empresas através do Portugal Exporta (designadamente, o valor financeiro das iniciativas).

Foram ainda criados mais dois produtos de informação, “Saber Vender Online” e “Vencer nos Mercados Internacionais”. O “Saber Vender Online” estrutura-se em torno dos seguintes temas: *E-commerce* a nível europeu e nacional: breve diagnóstico; Principais desafios à exportação via *e-commerce*: a realidade portuguesa; Exportações via *e-commerce*: comparação com outros mercados; Exportações online: oito mercados em destaque; Constrangimentos e dificuldades do *e-commerce*; Como superar os constrangimentos do *e-commerce cross-border*: casos de sucesso e Medidas concretas para exportar online: o que fazer, como e quando.



E-commerce a nível europeu e nacional: breve diagnóstico

SAIBA MAIS



Principais desafios à exportação via e-commerce: a realidade portuguesa

SAIBA MAIS



Exportações via e-commerce: comparação com outros mercados

SAIBA MAIS

Não há uma receita única para entrar num determinado mercado, ainda mais num mundo sem fronteiras, como é o atual. Existem várias formas de abordar os mercados, com especificidades próprias, e cada uma delas conduzirá, certamente, a resultados diferentes. É essa sistematização e explicação das formas de entrada que o estudo “Vencer Nos Mercados Internacionais” oferece a todas as empresas que queiram lançar-se ou expandir-se na internacionalização.

O estudo estrutura-se nos seguintes capítulos: Decisão de Internacionalizar; Análise e Seleção de Mercado; Opções Estratégicas e Formas de Entrada e Estratégia de Marketing Local.





B.3 Gestão de incentivos

B.3 a) Avaliação e seleção de projetos

A atividade da área de incentivos da AICEP no ano de 2023 repartiu-se, fundamentalmente, entre os trabalhos de encerramento do Portugal2020, a operacionalização da Medida «Internacionalização via e-commerce» do PRR e o arranque do Portugal2030. Em paralelo, foram desencadeados os procedimentos preparatórios tendentes à criação de um novo regime de apoio a grandes projetos estratégicos.

No âmbito do encerramento do Portugal2020, procedeu-se, em articulação com a área de verificação de incentivos,



a uma nova campanha de recuperação de processos pendentes em matéria de acompanhamento e verificação de projetos, à semelhança da que tinha sido já encetada em 2022. Neste contexto, destacam-se:

- Registo de trâmites em falta no Sistema de Gestão Operacional (SGO) do Portugal2020, designadamente no

que se refere a notificações de encerramento de projetos, tendo sido realizadas perto de 300 notificações até ao final do ano;

- Registo de *minimis* relativo a incentivos concedidos ao abrigo deste regime no âmbito do encerramento de Projetos Conjuntos de Internacionalização (13);

- Sequência de análise e proposta de decisão relativa a pedidos de alteração a projetos aprovados, designadamente no que se refere à alteração à configuração dos planos de investimento, prorrogação de prazos de execução, renegociação de Contratos de Investimento e outras situações (fusões/cisões, cessões de posição contratual e alteração de elementos dos beneficiários) que se encontravam sujeitas a autorização da AICEP e/ou das Autoridades de Gestão dos Programas financiadores, num total de mais de 100 processos.

Ainda no contexto do Portugal2020, foi dada sequência à aprovação e contratualização de 4 novos projetos na Tipologia de Investigação & Desenvolvimento Tecnológico, ao abrigo do Regime Contratual de Investimento, representando um montante global de investimento de 51,72 milhões de euros.

No que diz respeito à operacionalização da Medida «Internacionalização via e-commerce» do PRR, tendo sido lançado o primeiro Aviso para Apresentação de Candidaturas no final de agosto de 2022, concluiu-se o processo de análise e decisão relativo às 306 candidaturas entradas, tendo sido selecionados 239 projetos de PME, representando um investimento elegível de 10,7 milhões de euros. Ainda no âmbito desta Medida, foi lançado um segundo Aviso para



Apresentação de Candidaturas em agosto de 2023, tendo sido recebidas 863 candidaturas: 379 na primeira fase, até 15 de setembro, a que se somam 484 na segunda fase, que decorreu até 4 de outubro. A decisão sobre as candidaturas à primeira fase deverá ser adotada até ao final do primeiro trimestre de 2024. Recorde-se que a



Medida «Internacionalização via *e-commerce*» do PRR tem como meta apoiar 1.500 PME até ao final de 2025. De referir que a AICEP dispõe, ao abrigo desta medida do PRR, de uma verba para desenvolver um projeto próprio que visa prestar apoio de consultoria às empresas para formulação do seu plano de *e-commerce*. Em 2023 foram desencadeadas ações de divulgação deste instrumento em diversas capitais de distrito tendo em vista sensibilizar as empresas para o aproveitarem deste serviço especializado. Enquadrada neste projeto realizou-se a 4.ª Conferência Exportar Online no dia 21 de junho de 2023 no Convento de S. Francisco, em Coimbra subordinada ao tema “Empresas, Marketplaces e Tecnologia: Como o *E-Commerce* está a ser transformado”. Estiverem presentes 128 participantes. A assistência máxima online do evento foi de 150 participantes.

Já no contexto do arranque do Portugal 2030 cumpre realçar, desde logo, o forte envolvimento da AICEP quer na preparação da legislação enquadradora do novo período de programação, em particular do Regulamento Específico da área temática Inovação e Transição Digital (REITD), quer na definição dos termos dos Avisos para Apresentação de Candidaturas já operacionalizados no âmbito do Portugal 2030. Neste âmbito, é de destacar, desde logo, a concretização da análise e decisão relativa ao primeiro Aviso para Projetos Conjuntos de



Cofinanciado pela
União Europeia

Internacionalização, ainda integrado no Mecanismo Extraordinário de Antecipação do Portugal2030 (aprovado pela Deliberação n.º 27/2021, de 23 de agosto, da Comissão

Interministerial de Coordenação (CIC) do Portugal 2020) e destinado a projetos de promoção externa desenvolvidos por associações e outras entidades da envolvente empresarial, em conjunto com PME.

Tendo dado entrada 36 candidaturas nesta modalidade de projetos, foram selecionadas 27 operações, envolvendo um investimento elegível da ordem dos 86,2 milhões de euros. Saliente-se que, apesar do número reduzido de operações aprovadas, esta modalidade de projetos permite alavancar um elevado número de PME participantes nas ações de promoção externa, perspetivando-se que as 27 operações selecionadas possam envolver mais de 1.250 empresas, em cerca de 680 ações de promoção a realizar em 56 mercados externos.

No final de outubro, foi lançado um segundo Aviso para Projetos Conjuntos de Internacionalização, encerrado em 31 de janeiro de 2024, ao abrigo do qual deram entrada mais 14 candidaturas.

No último trimestre de 2023, foram também lançados os Avisos para Apresentação de Candidaturas destinados às Tipologias de Inovação Produtiva (esta ainda precedida, em julho, do lançamento de um Aviso para pré-Registos de Pedidos de Auxílio que permitisse salvaguardar o efeito de incentivo associado aos projetos com maior premência no início dos investimentos) e de Investigação & Desenvolvimento Tecnológico, ao abrigo do Regime Contratual de Investimento. Sobre estas Tipologias recaem enormes expectativas, considerando o pipeline de intenções de investimento já conhecido.

A par desta atividade de índole mais operacional, a área dos incentivos foi, não só chamada a participar no desenho e regulamentação do Portugal 2030, mas também à preparação de um novo regime de apoios a grandes projetos estruturantes. Com efeito, tendo sido identificado um pipeline extremamente relevante desta natureza de projetos,



concluiu-se que os mesmos dificilmente seriam acomodáveis nos sistemas de incentivos atualmente disponíveis, seja no contexto do PRR, seja no contexto do Portugal 2030.

Assim, o Governo incumbiu a AICEP de preparar um Sistema de Incentivos a «Investimentos em Setores Estratégicos», acionando para tal o enquadramento europeu do Quadro Temporário de Crise e Transição, adotado em 9 de março de



2023 pela Comissão Europeia e mobilizando fundos nacionais adicionais para o efeito. Espera-se que todo o processo legislativo conducente à criação deste novo Sistema de Incentivos possa ficar concluído durante o segundo semestre de 2024.

Outras Atividades

À semelhança de anos anteriores, a área dos incentivos continuou a dar apoio às áreas comerciais e angariação e na fase de captação de novos investimentos, traduzida na participação em múltiplas reuniões com potenciais promotores de novos projetos e na preparação de simulações para diversas intenções de investimento.

Do mesmo modo continuou a assegurar as renegociações de Contratos de Concessão de Incentivos Financeiros e de Benefícios Fiscais, consubstanciadas em alterações aos Planos de Investimento de projetos já contratados, pedidos de prorrogação de Prazo de Execução e renegociação de Objetivos Contratuais, já formalizadas ou a formalizar através de Aditamentos contratuais.

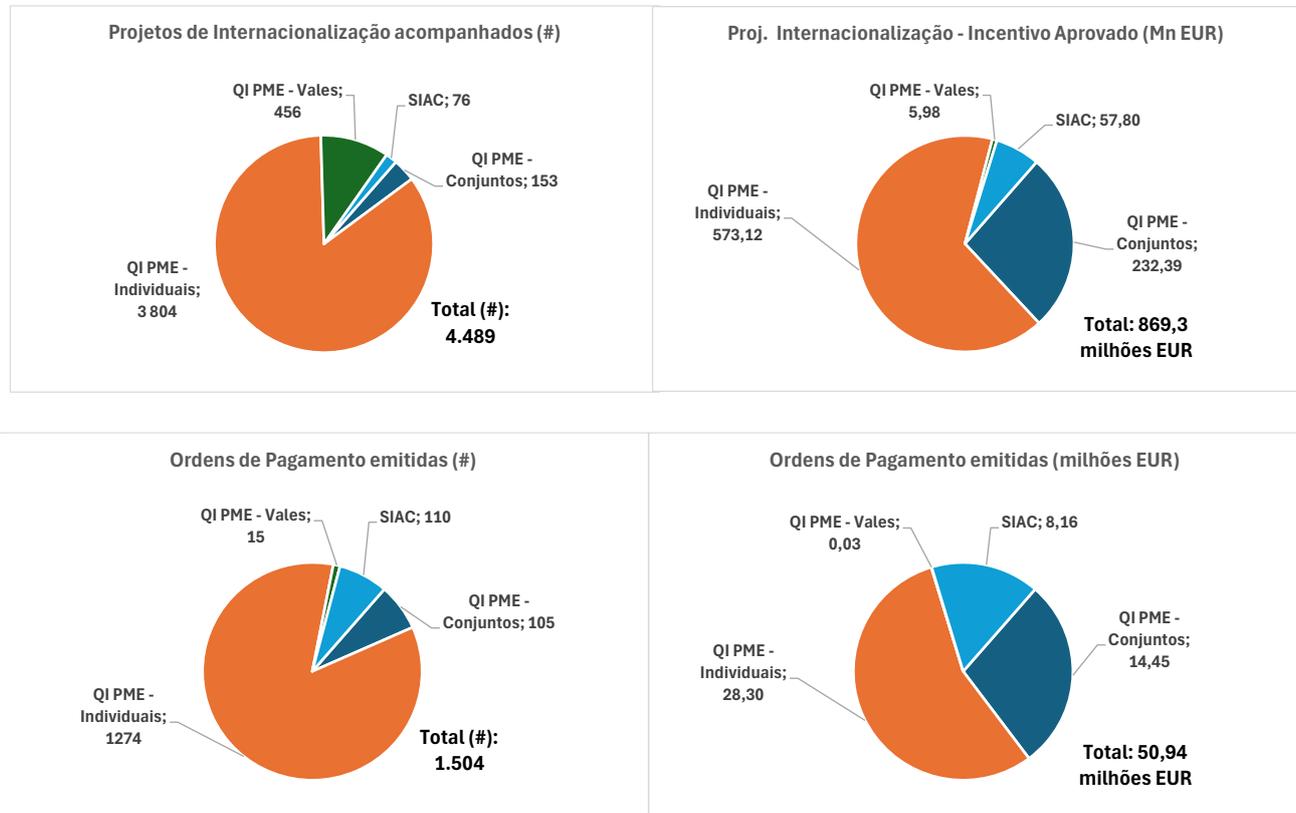
Foi igualmente assegurado o apoio à Auditoria interna no âmbito de processos de Auditoria desencadeados pelo COMPETE e pela própria AICEP, integrados nos respetivos planos anuais de controlo e *reperformance*.

Assegurou-se ainda o acompanhamento do processo de Notificação à Comissão Europeia (DG Concorrência) de um grande projeto de investimento (657 milhões de euros), aprovado em julho de 2021 ao abrigo do Regime de Benefícios Fiscais Contratuais ao Investimento - processo concluído, com sucesso, já em março de 2024.



B.3 b) Acompanhamento e pagamento de incentivos

No âmbito do acompanhamento dos projetos de internacionalização (SIQPME individuais, conjuntos e SIAC das associações), a situação de 2023 é a seguinte:



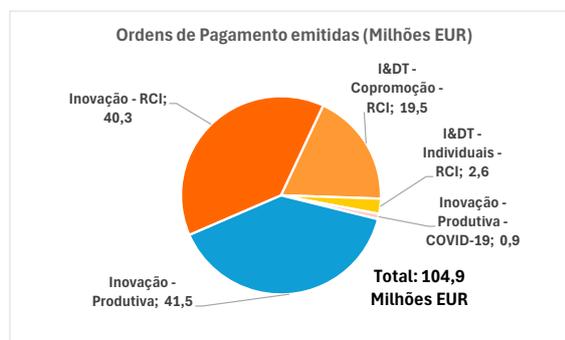
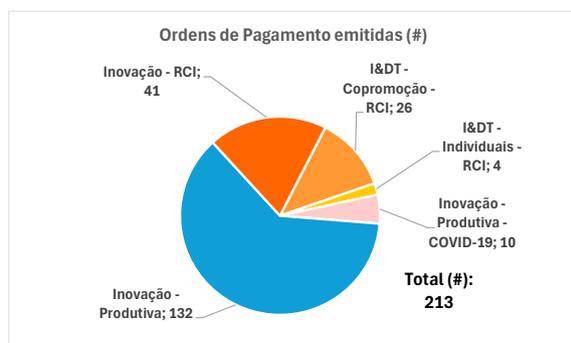
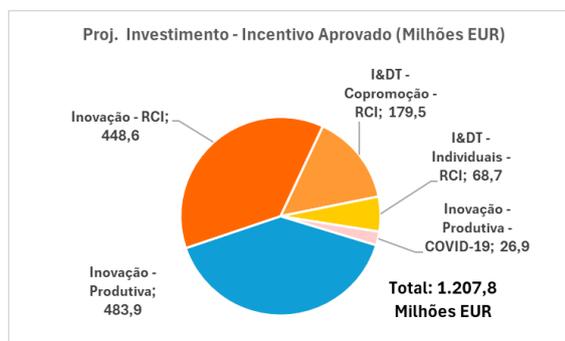
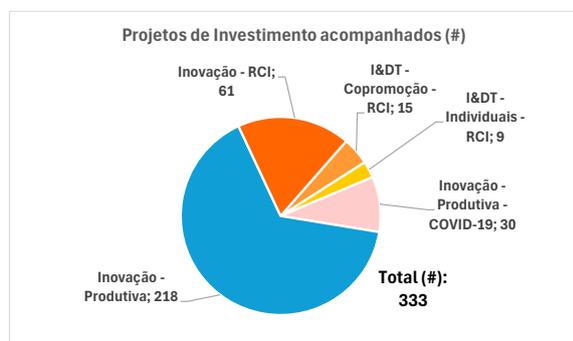
Foram emitidas 490 ordens de devolução (OD) com um valor global de 18,9 milhões de euros.

Do universo total de projetos aprovados e em acompanhamento em 2023 foram realizadas 409 revogações contratuais (representa 9,1% do total) e ocorreram 79 desistências (1,8% do total). Foram ainda aprovados 507 pedidos de prorrogação e 1.118 pedidos de alteração de projeto.

Refira-se, por último, que o número de encerramentos totalizou 971, dos quais 621 de investimento e 350 de projeto.



No que respeita ao acompanhamento dos projetos de investimento (SI Inovação e Contratual, IDT), os gráficos abaixo ilustram a situação de 2023.



Salienta-se que foram emitidas 20 ordens de devolução com um valor global de 10,5 milhões de euros.

Do universo total de projetos aprovados foi realizada 1 revogação contratual (representa 0,3% do total) e ocorreram 11 desistências (3,3% do total). Foram ainda aprovados 23 pedidos de prorrogação e 81 pedidos de alteração de projeto. Refira-se, por último, que o número de encerramentos totalizou 97, dos quais 50 de investimento e 47 de projeto.

No que respeita ao acompanhamento de projetos no âmbito da medida C16 do PRR (e-Commerce), foram processados 195 adiantamentos.

No âmbito da verificação dos incentivos e acompanhamento dos contratos de benefícios fiscais, em 2023 foram acompanhados 76 projetos no âmbito do Relatório Anual de 2020.



B.4 Participação portuguesa em grandes eventos - Expo Osaka, SBEIF e Web Summit

Expo Osaka 2025

A Exposição Mundial realizar-se-á na Ilha Yumeshima, cidade de Osaka, no Japão, entre 13 de abril e 13 de outubro de 2025, sob o tema: *“Designing Future Society for Our lives”* e conceito: *“People’s living Lab – a laboratory for future society”* (Sociedade 5.0). A exposição pretende comprometer-se com o esforço de concretização de uma sociedade diversificada e inclusiva de forma sustentável, apoiada no compromisso de garantir que “ninguém é deixado para trás”.

Considerando o conceito temático “Ocean: Blue” a participação portuguesa na Expo Osaka está já em fase de preparação dada a envergadura que se reveste este evento a nível internacional e o seu impacto na economia portuguesa. O ano de 2023 ficou marcado pela assinatura do Contrato de Participação de Portugal na Expo 2025 Osaka e pela reunião com o Diretor Executivo da Nippon Foundation, para apresentação da participação de Portugal e prospeção de potencial parceria. Ainda no 1º semestre Portugal participou na *“Ground-breaking Ceremony for Expo 2025 Osaka”* em Osaka.

No final do ano teve lugar a primeira reunião do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Osaka e a sessão de esclarecimento *“4th Online Session on Type A pavilion”*.



Portugal Expo 2025

Em novembro a AICEP participou na 1.ª *“EU & Member States coordination meeting”*, realizada em Osaka, tendo a 2ª reunião tido lugar em dezembro. Nessa altura foi também submetida a proposta para a celebração do Dia Nacional de Portugal na Expo 2025 Osaka Kansai (5 de maio de 2025).

O ano de 2024 será de enorme investimento por parte da AICEP para que no dia 13 de abril de 2025 esteja tudo pronto para a abertura da exposição ao público.

A programação económica e científica foi definida em alinhamento com os objetivos estratégicos e missão da AICEP, reconhecendo que o país entende a aposta no mar como um desígnio nacional, assente numa estratégia a médio e longo prazo, sustentada na potenciação das atividades económicas do mar.



Sustainable Blue Economy Investment Forum (SBEIF)

Debater o crescimento económico impulsionado pela economia do Oceano e sublinhar o papel do setor financeiro no desenvolvimento de abordagens inovadoras e sustentáveis foi o mote central da segunda edição do *Sustainable Blue Economy Investment Forum (SBEIF)* que se realizou no Centro de Congressos do Estoril, em Cascais.

A iniciativa contou com oradores nacionais e internacionais que partilharam a sua visão sobre cinco grandes áreas temáticas: energias renováveis oceânicas e *green shipping*, bio economia azul, digitalização marítima, comunidades azuis e áreas marinhas protegidas. Cada um destes tópicos foi abordado na perspetiva do financiamento da economia azul e no desenvolvimento de modelos de negócio sustentáveis, para a concretização



das metas previstas no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 – Proteger a vida marinha, da Agenda 2030 das Nações Unidas.

A realização desta segunda edição do *Sustainable Blue Economy Investment Forum* reforça a sua posição como fórum económico internacional de excelência para debater a agenda 2030 das Nações Unidas e destaca o papel de Portugal no âmbito da liderança da agenda internacional da governação do

oceano. O evento visou, também, identificar ações e sinergias entre agentes económicos e financeiros em torno da economia azul sustentável, sensibilizando para a importância do Oceano como principal recurso para a vida no planeta, garante do bem-estar da humanidade e ativo fundamental para o desenvolvimento económico sustentável.

Web Summit Lisboa

Decorreu entre os dias 13 a 16 de novembro na cidade de Lisboa a 15ª edição da *Web Summit*, maior conferência tecnológica da Europa. Os participantes no evento vão desde empresas da Fortune 500 até às pequenas empresas de tecnologia, as quais partilham o mesmo espaço com CEOs e fundadores de start-ups tecnológicas e a indústria de tecnologia global. Entre as indústrias mais representados destacam-se as áreas de SaaS (*Software-as-a-Service*), *fintechs*, inteligência artificial, *e-commerce* e publicidade.

A AICEP, desde a primeira edição da *Web Summit*, em Portugal, tem vindo a realizar um evento paralelo, restrito, para decisores e potenciais investidores, que visitam a *Web Summit*, dedicado a promover Portugal como destino de *nearshore* e *outsourcing*.



Para a edição de 2023, a AICEP contou com a colaboração da APDC - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações. Assim, para este ano, organizámos um cocktail, no dia 15 de novembro, subordinado ao tema Portugal as a *Tech Hub*, com o foco nas empresas *corporate* internacionais que estão em Portugal ou que têm Portugal na sua *short list* para abrirem os seus centros tecnológicos.

Este evento reveste-se de grande importância estratégica para Portugal chamando a si, membros do Governo central e local, que se juntaram neste *networking* de contactos ao mais alto nível.



aicep Portugal Global

A *Web Summit* reuniu 2 608 *startups*, 900 investidores, cerca de 2 000 meios de comunicação, 300 parceiros, 800 oradores e um total de 70 236 participantes, de 153 países, tendo sido debatidos temas tão variados como cidades inteligentes, saúde, educação, desporto, empreendedorismo, privacidade e segurança, comunicação e redes sociais, entre outros temas, com destaque para a inteligência artificial e a aprendizagem automática.



B.5 Projetos de Potencial Interesse Nacional (PIN) e Custos de Contexto

Da experiência acumulada da AICEP na vertente de apoio ao investimento, a Agência é a entidade coordenadora da Comissão Permanente de Apoio ao Investidor (CPAI), a qual tem como responsabilidade o acompanhamento de projetos de investimento, entre os quais aqueles classificados como sendo de Potencial Interesse Nacional (PIN). Abaixo indicam-se as candidaturas recebidas desde a constituição da Comissão (de Avaliação e Acompanhamento de projetos PIN) em 2005 até ao final de 2023, retratando-se o seu estado presente.

Existem 288 candidaturas PIN:

- 3 em instrução;
- 1 em análise;
- 50 em acompanhamento;
- 72 em fim de acompanhamento (122 PINs = 50 + 72);
- 4 suspensas;
- 158 arquivadas.

No que diz respeito a candidaturas em acompanhamento pela CPAI, existem 11 candidaturas:

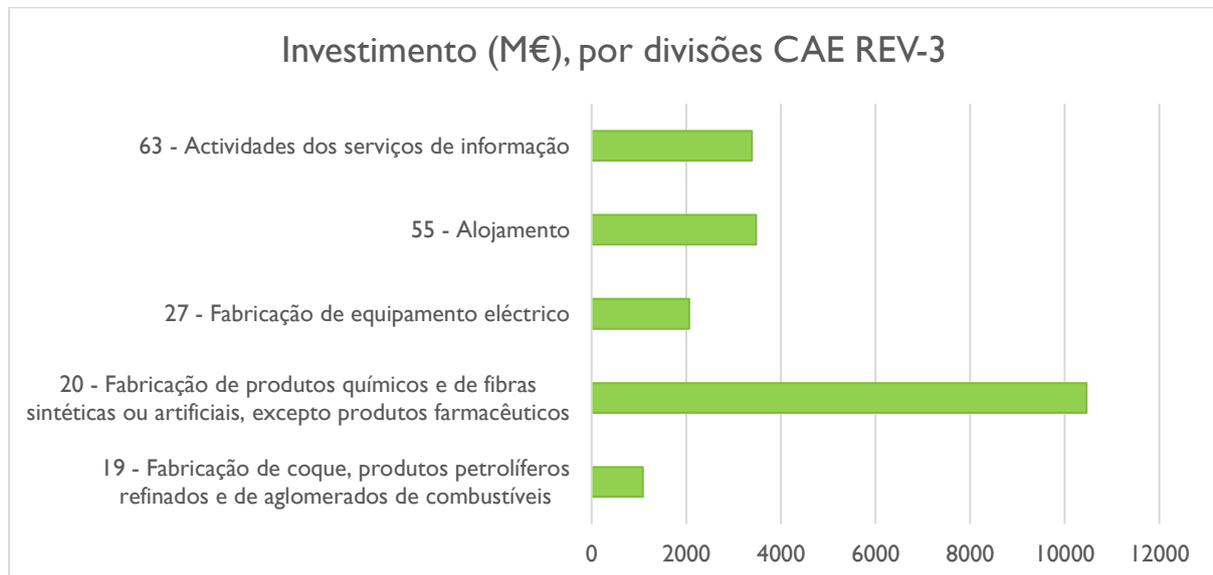
- 1 em acompanhamento;
- 4 em fim de acompanhamento;
- 6 arquivadas.

De informar sobre a existência de um projeto reconhecido como Projeto de Investimento para o Interior (PII), bem como de outro que terminou o ano no estado de análise. Finalmente, procedeu-se ao indeferimento de uma terceira candidatura, por não cumprimento das condições impostas aquando do reconhecimento como PII. O ano de 2023 superou 2022 em termos de candidaturas entradas, com 19 (17 das quais PIN), sendo ainda de referir que o conjunto das candidaturas rececionadas em 2023 e 2022 representa 40% do total das candidaturas desde 2013, data de criação da Comissão Permanente de Apoio ao Investidor pelo Decreto-Lei n.º 154/2013, de 5 de novembro. Das 19 novas candidaturas de 2023, a AICEP foi designada gestor de processo em 11.

Confirmou-se a tendência do ano anterior, da aposta em fontes de energia sustentáveis, como o hidrogénio, sendo que 7 das 19 novas candidaturas preveem a utilização do gás renovável hidrogénio nas suas dimensões principais, i.e. vetor energético, e “commodity” industrial, assim permitindo alcançar o objetivo da descarbonização de indústrias pesadas.



O gráfico seguinte evidencia que a divisão 20 da CAE - REV3 é claramente a que tem preponderância em termos de investimento do universo dos projetos PIN em acompanhamento.



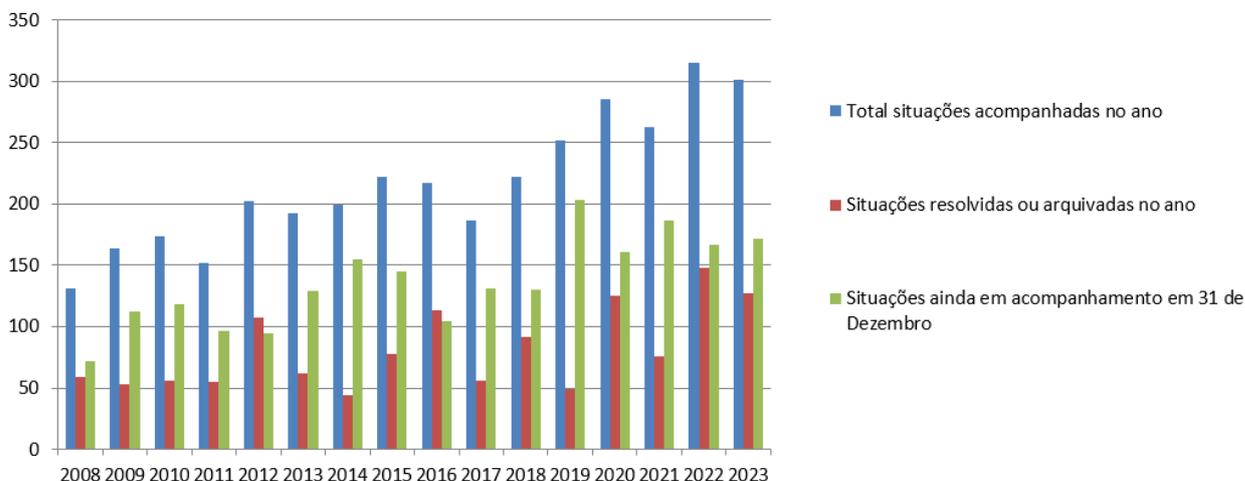
A estes projetos que agora iniciam o seu percurso na obtenção dos respetivos licenciamentos, somar-se-ão brevemente muitos outros que se encontram agora ainda numa fase inicial da sua angariação para Portugal.

No que diz respeito à atuação da AICEP na vertente dos “custos de contexto”, continuou a ser feito o acompanhamento a “clientes externos” - empresas e investidores – para resolução de situações que afetem o normal desenvolvimento da atividade empresarial e do investimento, tendo sido contabilizado durante 2023 o acompanhamento de 301 situações de “custos de contexto” - 167 transitadas dos exercícios anteriores, 134 que deram entrada durante 2023. Durante este ano passaram para a situação de arquivo 127 casos. Transitaram para o exercício de 2024, 172 situações em acompanhamento / por resolver.

O gráfico seguinte permite comparar o decurso da atividade deste ano com os anos anteriores: total de situações acompanhadas, número de situações resolvidas / arquivadas no ano e o número de situações por resolver no fim do ano (e que desse modo transitam para o exercício seguinte). Releve-se que o “número total de situações acompanhadas no ano” não reflete um acompanhamento efetivo de cada uma delas: na verdade, para esse número contribui fortemente o paulatino acumular de situações que tiveram tratamento em relação às quais foram realizadas diligências, mas, por razões de diversa ordem, não se conhece o seu desfecho, transitando assim para o ano civil seguinte na situação de “em acompanhamento”. Tem sido feito todos os anos um esforço para obter e atualizar a informação relativamente ao maior número possível dessas situações, com vista ao prosseguimento do seu tratamento e/ou arquivamento.

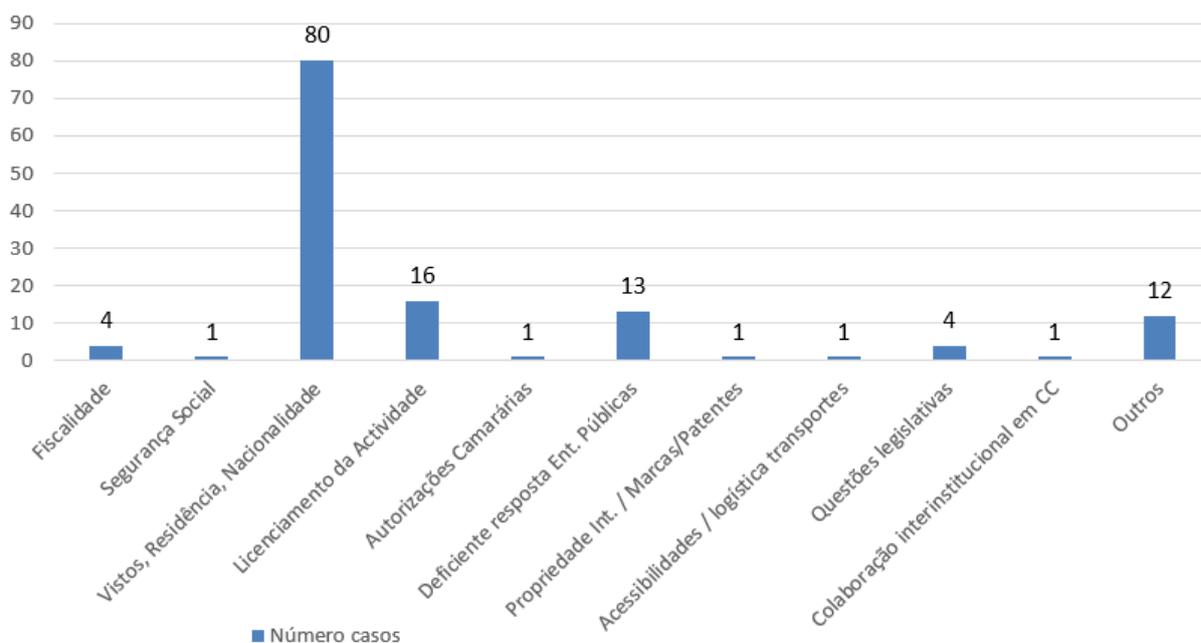


Comparação total casos 2008-2023



O gráfico seguinte mostra, relativamente às situações reportadas em 2023 à Agência com pedido de tratamento, a distribuição das mesmas por cada uma das tipologias pelas quais se optou descrever / registar as situações em presença (Ambiente; Ordenamento do Território; Fiscalidade; Segurança Social; Vistos, Autorizações de Residência, processos de Naturalização; Licenciamento da Atividade; Autorizações Camarárias; Deficiente resposta de Entidade Pública; Propriedade Intelectual, Marcas e Patentes; Acessibilidades, Logística, Transportes; Questões Legislativas; Colaboração interinstitucional visando redução de CC; Outros).

Casos CC entrados em 2023 - distribuição por tipologias





Além da componente “reativa” da atuação contra custos de contexto - o tratamento de situações pontuais colocadas por investidores e empresas - acima resumida, a AICEP prosseguiu este ano a sua atuação que pode ser descrita como “preventiva”, na procura de identificação de situações recorrentes, transversais à atividade económica em geral ou mais frequentemente de natureza sectorial, constituindo obstáculos permanentes, previsíveis, ao investimento ou à atividade empresarial. Reportando a Agência superiormente essas situações - à Tutela ou no contexto da RCAEI - sempre que possível apresentando sugestões de atuação corretiva. De notar que no ano de 2023 apesar de agendada duas vezes, tendo a AICEP feito a preparação da agenda da mesma, não foi possível realizar nenhuma sessão da RCAEI por questões alheias à Agência.

Para além dos projetos PIN e da gestão de custos de contexto, a AICEP foi chamada a participar em diversos grupos de trabalho interministeriais.

A AICEP continuou a participar nas sessões do Grupo de Trabalho (GT) criado pelo Governo designado “Simplificação dos Licenciamentos”, no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), onde se efetuou um estudo mais imersivo da política licenciante, de modo a que se procedesse, faseadamente, a uma reforma estrutural dos processos e procedimentos que sejam obstáculo à execução de projetos de investimento, podendo ser considerados custos de contexto solucionáveis. O primeiro pacote de medidas, focado Simplificação Administrativa Ambiente, foi apresentado a 7 de dezembro de 2022, tendo sido publicado no Decreto-Lei 11/2023, de 10 de fevereiro.

Seguidamente, o mesmo Grupo de Trabalho visou as áreas do Urbanismo, Ordenamento do Território e Indústria, procurando a eliminação de licenças, autorizações, atos e procedimentos dispensáveis ou redundantes, nas matérias suprarreferidas, simplificando a atividade das empresas. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro de 2024, foram aprovadas medidas de simplificação na área do urbanismo e do ordenamento do território, aplicáveis a toda a Administração Pública e aos procedimentos relacionados com o exercício da função administrativa.

A AICEP também esteve presente na reunião do Grupo de Trabalho Economia e Saúde, cujo objetivo é a dinamização de uma Política Industrial da Saúde tendo-se proposto várias iniciativas para o desenvolvimento e aumento da competitividade do Setor da saúde em Portugal.

O Grupo de Trabalho de Avaliação e Planeamento das Necessidades de Energia Elétrica - Grandes Consumidores (GTAPNE-GC), cujas sessões ocorreram na Secretaria de Estado da Energia e do Clima, tinha como objetivo fazer a análise às necessidades de consumo energético dos projetos, em execução e previstos, em Sines. Os resultados dos esforços do Grupo de Trabalho consubstanciaram-se na publicação do Decreto-Lei n.º. 80/2023, de 6 de setembro, estabelecendo-se o procedimento excecional de atribuição de capacidade de ligação à rede de instalações de consumo de energia elétrica em zonas de grande procura.

Por último, a AICEP participou no Grupo de Trabalho da Estratégia Industrial Verde, criado no âmbito do artigo 68.º da Lei de Bases do Clima - Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro, e que prevê a criação de uma Estratégia Industrial Verde, que se pretende assumir como um elemento estruturante das políticas públicas, proporcionando um enquadramento adequado ao processo de transição climática do setor industrial, reforçando a sua competitividade e sustentabilidade.



Recursos humanos

A estrutura orgânica da Aicep Portugal Global conta com uma dimensão de recursos humanos, à data de 31 de dezembro de 2023, de 497 trabalhadores, distribuídos de acordo com o seguinte quadro:

Efetivo AICEP

		2022	2023
Portugal	Conselho de Administração (membros executivos)	5	5
	Quadro		
	Carreira Técnica	277	291
	Carreira de Assistente	55	50
	Sub-Total (1)	337	346
	Cedido à AICEP	2	1
	Contratado a Termo/Comissão de Serviço		
Sub-Total (2)	2	1	
Total (1+2)	339	347	
Rede	Quadro (Comissão de Serviço)	34	30
	Contratado a Termo (Comissão de Serviço)	16	15
	Contratado Local	102	95
	Sub-Total	152	140
Total (Portugal e Rede)		491	487
Pessoal Pré-Reformado		6	10
Total		497	497

Nota

Inclui:

Licença sem Retribuição: 4 Trabalhadores

Requisitado à AICEP: 12 Trabalhadores

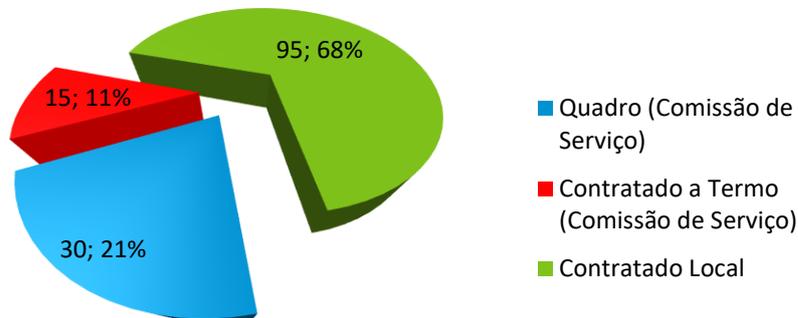
Exclui:

Contratados ao abrigo do PRR: 4 Trabalhadores

No 2.º semestre de 2023, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 51/2023, de 3 de julho, que altera a orgânica do Instituto do Turismo de Portugal, foram realizados todos os procedimentos conducentes à saída dos trabalhadores da AICEP, que estavam afetos ao exercício de funções nas equipas de Turismo do Turismo de Portugal, na rede externa, cuja data efeito se concretizou em 1 de janeiro de 2024.



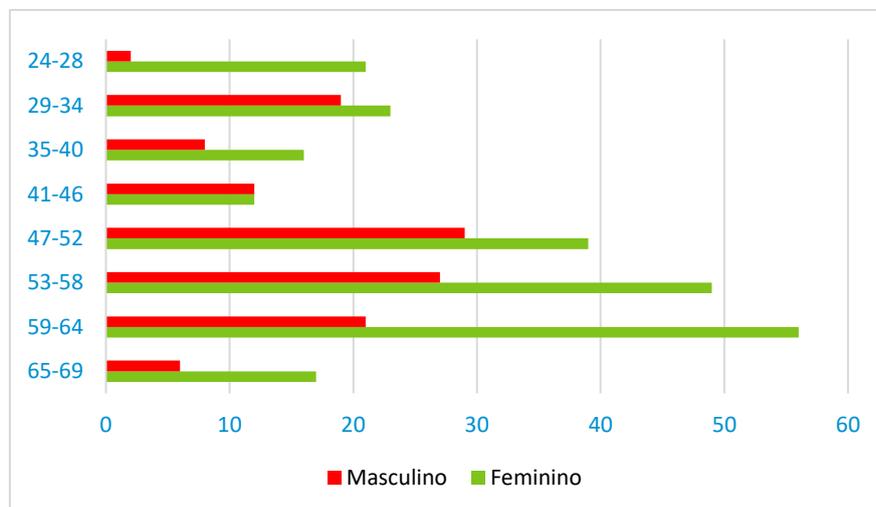
Relação dos Contratados Locais na Rede Externa/ Destacados



No que diz respeito à Rede Externa da AICEP, esta é composta por pessoal do quadro em regime de comissão de serviço e por trabalhadores contratados localmente, regendo-se estes últimos pela lei local, aplicável a cada país.

Efetivo por escalão etário

O maior número de efetivos, por escalão etário, situou-se entre os (59-64) anos de idade, representando 77 trabalhadores, seguido do intervalo (53-58) com 76 trabalhadores. A média etária, em 2023, do efetivo da AICEP em Portugal era de 50 anos.





A AICEP Global Parques

A AICEP detém uma participação na AICEP Global Parques que ascende a 91,19% do capital. A AICEP Global Parques é uma sociedade anónima, de capitais inteiramente públicos que se rege pelo Código das Sociedades Comerciais, pelas normas do setor público empresarial, nos termos do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro e ainda pelos seus estatutos.

A aicep Global Parques é especialista em gestão de parques empresariais para os setores da energia, indústria, logística e serviços e em localização empresarial. A aicep Global Parques procura garantir condições de captação, de realização e de acompanhamento de projetos de investimento, nacionais e estrangeiros.

Missão

Garantir que os parques e serviços da aicep Global Parques são infraestruturas ao serviço da competitividade da economia portuguesa e instrumentos de objetivos específicos do programa “Internacionalizar 2030”, em articulação com a AICEP e outras entidades, promovendo na sua atividade:

- A disponibilização de espaços infraestruturados e plataformas para localização de empresas e/ou de entidades não empresariais, promovendo o aumento do volume de investimento direto estrangeiro (IDE) produtivo em Portugal;
- O acréscimo do valor acrescentado nacional (VAB) através da Qualificação do Território e especialmente das Áreas de Localização Empresarial, prestando serviços de gestão integrada em parques empresariais;
- A Transição Energética, na perspetiva da descarbonização e na circularidade das indústrias de produção de energia, refinação, petroquímica, química, metalurgia e ainda do setor dos transportes, com ênfase em gases renováveis, hidrogénio e amónia verdes, bem como novos combustíveis, com foco no Complexo de Sines;
- A Transição Digital, na perspetiva da infraestrutura comercial, com enfoque nas estações de amarração de cabos submarinos de telecomunicações e nos centros de computação, processamento e armazenamento de dados, na ZILS.

Valores

Os valores corporativos da aicep Global Parques assentam na melhoria contínua da sua performance de forma a permanecer uma organização:

- Competitiva, eficiente e orientada para o cliente;
- Sustentada na contínua qualificação e valorização dos seus colaboradores;
- Institucionalmente articulada com parceiros públicos e privados;
- Financeiramente sustentável;
- Socialmente responsável; e
- Reconhecida na sua esfera de atuação.



Modelo de negócio

O modelo de negócio da aicep Global Parques assenta em quatro pilares essenciais, a saber:

- Desenvolvimento dos ativos sob gestão;
- Desenvolvimento de novos ativos e prestação de serviços;
- Desenvolvimento de competências de informação e conhecimento da oferta para a localização empresarial e gestão integrada de áreas empresariais;
- Estabelecimento de parcerias com os *stakeholders* numa lógica de otimização de sinergias.

Áreas de intervenção





Unidades operativas

A aicep Global Parques apresenta três soluções de localização empresarial no país: a ZILS Global Parques - Zona Industrial e Logística de Sines; o *BlueBiz* Global Parques - Parque Empresarial da Península de Setúbal; e o Albiz Global Parques - Parque Empresarial de Sintra, em Albarraque.

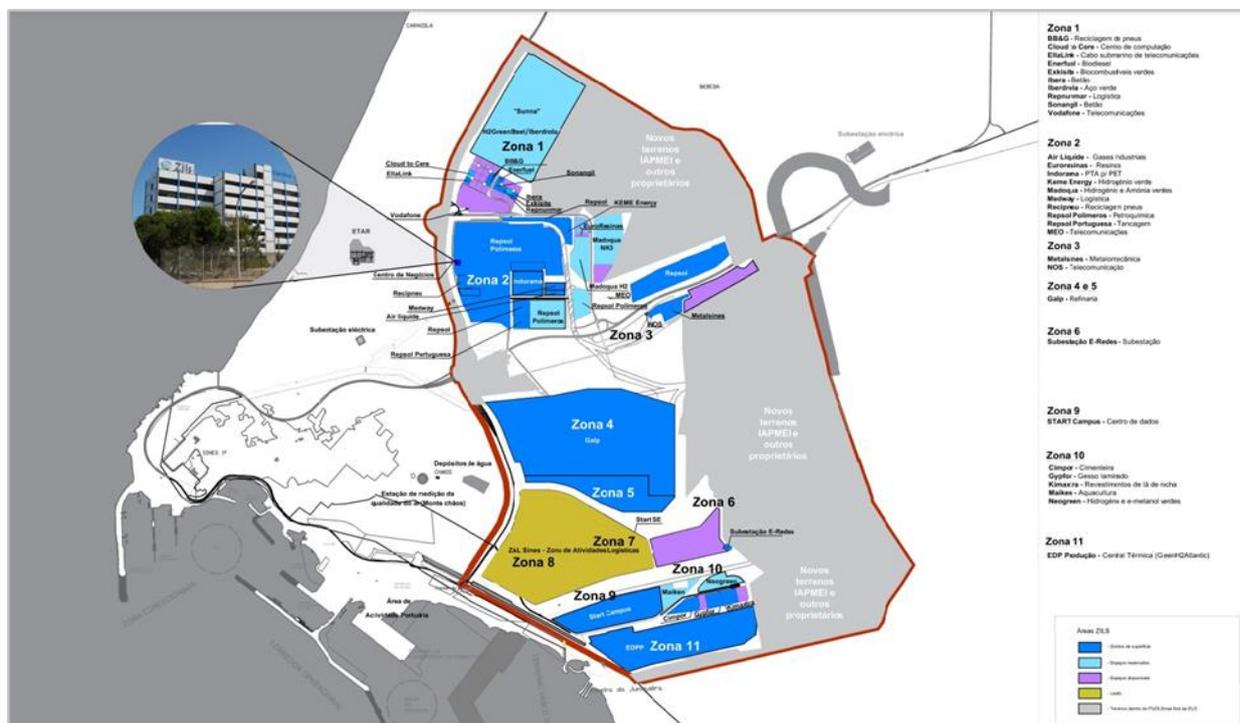


A empresa presta ainda serviços de *procurement* para a instalação de atividades empresariais no território nacional, apoia a instalação de empresas e promove a capacitação para atração de investimento aos municípios, através da ferramenta e serviços de consultadoria: *Portugal Site Selection*.

1. ZILS Global Parques

1.a) Zona Industrial e Logística de Sines

A ZILS é a maior zona industrial, logística e de serviços portuguesa e tem atualmente uma área total de cerca de 8610 hectares (ha), dividindo-se, por um lado, na área de 3.306 ha inserida nos 4.157 ha do Plano de Urbanização da ZILS, e por outro na área de 5.304 ha de terrenos adicionais afetos a atividades de produção energética, atividades correlacionadas e outros que foram recentemente transferidos pelo Decreto-Lei n.º 80/2022 de 25 de novembro para expansão da ZILS. Está localizada a Sul, contígua ao porto de águas profundas de Sines, distando hora e meia por estrada de Lisboa e do seu aeroporto internacional. Para além das acessibilidades rodoviárias, ferroviárias e marítimas, que a tornam uma localização ímpar em Portugal para os mercados ibérico e europeu e terceiros, a ZILS afirma-se como um polo empresarial potenciador de sinergias entre empresas, promotor de uma economia mais circular e com vantagens para a necessária descarbonização industrial.





Na ZILS coexistem zonas de instalação de indústria e áreas de serviços, separadas por espaços verdes que garantem um desenvolvimento sustentado nos domínios ambiental, económico e social. Desde novembro de 2008 que dispõe de um instrumento de gestão territorial, o PUZILS - Plano de Urbanização da ZILS, o qual veio permitir uma bem definida articulação entre todas as ações presentes na sua gestão, nomeadamente o planeamento do território, a criação das infraestruturas, a instalação de clientes e a sustentabilidade ambiental.

Com o estabelecimento deste referencial de ordenamento, e considerando o conjunto das responsabilidades que decorrem do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, no caso específico de entidades de capital público que administram Zonas e Parques Empresariais e Logísticos, a ZILS tem hoje um quadro de oferta estabilizado, no qual se abrem novas perspetivas de desenvolvimento dos serviços prestados em Sines.

A evolução da procura registada na ZILS em 2021, assim como a aproximação da data de fim da vigência do Plano de Urbanização da ZILS (PUZILS), levou a que perante um novo conjunto de necessidades de instalação, em 2022 se tenha iniciado a revisão do PUZILS, tendo a aicep Global Parques e o Município de Sines avançado com assinatura de um Contrato de Planeamento. Esta revisão permitirá adaptar o PUZILS à nova realidade da procura e às novas necessidades da dupla transição em curso - a transição energética e a transição digital, que operam novas realidades no planeamento e operação da ZILS.

A área ocupada da ZILS registou, em termos líquidos, um incremento de 19%, ou seja, 2.255.737 m². Na ZILS, a 31 de dezembro de 2023, estavam ocupados e/ou contratados 14.103.058 m² de uma oferta total de 17.023.252m², com enorme pressão de novos projetos sobre o sobranse. Em 2023 procedeu-se ao aumento das áreas pela inclusão da área do novo contrato celebrado com a CALB.

Taxas de ocupação ZILS a 31 de dezembro de 2023

Direitos de superfície	2021	2022	2023
Área total m ² (a)	23.751.256	23.751.256	24.670.400
Oferta total m ² (b)	16.104.109	16.104.109	17.023.252
Área ocupada m ² (c)	9.556.952	11.847.322	14.103.058
Taxa de ocupação (c)/(b)	59%	74%	83%

Nota: em 2023 ainda não foi contabilizada a área dos novos terrenos transferidos através do DL80/2022, uma vez que ainda se encontra a decorrer a respetiva Due Diligence. Assim apenas foi considerada a área do novo contrato com a CALB na oferta total e na área ocupada.

1.b) Centro de Negócios ZILS (CNZILS)

O edifício, com a área total de 16.570 m², dispõe de cerca de 4.000 m² de escritórios climatizados, com segurança diária, salas de reunião e formação, entre outros serviços. Este equipamento permite que empresas de apoio e de manutenção encontrem na zona um local para sediar as suas operações de suporte. Por outro lado, as empresas promotoras de investimento encontram um espaço adequado para instalar os seus recursos humanos (e os seus fornecedores), durante a fase de construção das respetivas instalações.



A taxa de ocupação em 31/12/2023 foi de 95%, correspondendo a 2.936 m², o que significa um crescimento de 8 % face a 2022, representando praticamente a ocupação total deste ativo e a melhor taxa de ocupação do mesmo desde o início da sua exploração e comercialização em 1999. Há igualmente a registar o aumento da área locável com a requalificação do Piso 2 do Edifício 2, o que representou o aumento da oferta de mais 6 salas e uma área líquida adicional de 155m².

Taxas de ocupação CNZILS a 31 de dezembro de 2023

CN ZILS	2021	2022	2023
Área ocupável m ² (a)	3.021	3.021	3.096
Área ocupada m ² (b)	1.773	2.621	2.936
Taxa de ocupação (b)/(a)	59%	87%	95%
Número de clientes	23	36	42

1.c) Apartamentos

A aicep Global Parques tem sob sua gestão um conjunto de 37 apartamentos em Vila Nova de Santo André, que permitem uma oferta habitacional ao público em geral e aos novos promotores de investimento em particular, configurando uma solução imediata para um número limitado de recursos humanos e suas famílias. Como se verifica no quadro abaixo, regista-se em 2023 uma taxa de ocupação de 91% encontrando-se disponíveis 3 apartamentos, situação resultante da denúncia do contrato pelo cliente Águas de Santo André.

Taxas de ocupação dos Apartamentos a 31 de dezembro de 2023

Apartamentos	2021	2022	2023
Nº de apartamentos (a)	37	37	37
Oferta total em nº apt. (b)	35	35	35
Nº de apt. ocupados (c)	35	35	32
Taxe de ocupação (c)/(b)	100%	100%	91%

1.d) Centro de Negócios da Galiza

O Centro de Negócios da Galiza, antiga sede do Gabinete da Área de Sines, tem uma área total de 29.000 m² e alguns espaços de escritórios. Situado na Galiza, a 2 Km de Vila Nova de Santo André, funciona como uma alternativa para a instalação de empresas de serviços.

O imóvel encontra-se vazio, estando em curso o processo de regularização cadastral e um processo de reavaliação patrimonial, bem como de informação prévia junto do Município de Santiago do Cacém, tendo em vista as diligências junto de algumas imobiliárias e outros interessados com vista à sua comercialização.



1.e) Inertes e Florestas

Dada a dimensão e características dos terrenos, a ZILS proporciona outros negócios, que lhe garantem rendimentos suplementares, como é o caso da floresta com a venda de madeira, cortiça, resina e pinha. As áreas florestais mantiveram as ações previstas no Plano de Gestão Florestal, nas quais se destaca também a realização dos habituais concursos da venda da resina natural, da apanha da pinha mansa e alguns cortes culturais de madeira (pinho e eucalipto).

No ano de 2023 foi celebrado, com a Repsol Polímeros, um contrato de gestão e reafecção das terras resultantes das escavações do Projeto ALBA de expansão daquela unidade, de modo a redirecioná-las para a recuperação das cavas da exploração do Areeiro ZILS II. Esta ação enquadra-se no seio do Plano Ambiental de Recuperação Paisagístico conducente ao encerramento dos Areeiros ZILS I e II e a sua reafecção à atividade de produção de energia fotovoltaica, em projetos focados na produção de energia verde por parte da Repsol Polímeros e ainda por parte da *Energykeme*, para a produção de hidrogénio verde, procedendo-se a uma verdadeira realocação destes terrenos com vista a novas atividades de valor acrescentado económico e ambiental.

2. BlueBiz - Parque Empresarial da Península de Setúbal

O BlueBiz, em Setúbal, dedica-se à localização de empresas industriais, logísticas e de serviços, dispondo de uma área total de 560.000 m². Trata-se de um Parque Empresarial localizado na Área Metropolitana de Lisboa com uma oferta completa de infraestruturas vocacionadas para responder às necessidades do setor industrial, nomeadamente as do setor químico industrial, químico farmacêutico e metalúrgico, que são o alvo da sua promoção comercial. Disponibiliza uma área comercializável de 280.299 m², repartida entre 90.729 m² de área coberta para uso industrial, 181.858 m² de área descoberta e 7.712 m² de escritórios.



BlueBiz Global Parques

CONTACTO

Estrada Vale da Rosa
2910-845 Setúbal, Portugal

Tel: + 351 265 701 901
Email: bluebiz@globalparques.pt
Web: www.globalparques.pt



Os últimos anos foram marcados por um esforço de requalificação deste parque empresarial indo ao encontro das necessidades dos seus clientes. A sua localização, numa das regiões com maior dinâmica populacional em Portugal, servido por excelentes acessibilidades rodoviárias, ferroviárias e marítimas, que ligam o parque ao maior polo consumidor do país, bem como ao mercado espanhol pela A6, torna o BlueBiz numa localização empresarial competitiva para projetos de investimento nacional ou estrangeiro, de média dimensão. Com uma ligação em via rápida ao Porto de Setúbal e ao nó rodoviário da A2 e a 300 metros de um terminal ferroviário de mercadorias, o BlueBiz é um parque especialmente vocacionado para a instalação de indústrias ligeiras, nomeadamente dos setores da logística automóvel e das indústrias metalomecânicas de precisão, como a dos componentes automóveis e aeronáuticos, e química, como farmacêutica e agro, com particular relevância para indústrias onde a incorporação de tecnologia e mão-de-obra especializada são requisitos fundamentais.

Para além da flexibilidade para customização dos espaços, o BlueBiz oferece serviços de vigilância e controlo de acessos de pessoas e viaturas 24 horas por dia, 365 dias por ano; limpeza e manutenção de espaços comuns e de espaços verdes; recolha de resíduos sólidos urbanos; manutenção e iluminação de vias de circulação interna;



infraestruturas básicas de energia elétrica em média tensão (MT) e baixa tensão (BT); redes de abastecimento de água industrial e para consumo humano; infraestruturas de comunicação em rede estruturada de voz e dados; infraestruturas de escoamento de águas residuais domésticas, industriais e pluviais; e uma estação de tratamento de águas residuais (ETAR e ETARI). O parque está dotado de um Plano de Emergência Interno e de um Regulamento Interno, a respeitar pelos clientes no desenvolvimento da sua atividade.

O BlueBiz dispõe, ainda, de uma área de escritórios com três edifícios onde se inclui um Centro de Negócios, devidamente equipado, ao dispor de todos os clientes, para realização de ações de formação, reuniões e outros eventos.



Com o propósito de manter atualizada e organizar toda a oferta disponível, procedeu-se à atualização do cadastro das áreas disponíveis totais e comerciais. Destaca-se a redução da área da oferta total industrial coberta na sequência do projeto de edificação das vias interiores da Nave 1.

A área coberta industrial ocupada contraiu em 2023, em sequência do término do contrato de reserva da Killine, no mês de setembro, correspondente a uma área de 7.285m² coberta industrial e de 2.704m² de logradouro, e da saída do cliente Mectop, por motivo de insolvência, o qual ocupava um espaço de 823,05m² de área coberta industrial e 460m² de logradouro.

Em 2023 foram instalados dois novos clientes, contudo sem impacto no aumento da taxa de ocupação, embora com saldo positivo na rentabilidade das áreas ocupadas. Em julho de 2023 a Curaleaf International, multinacional americana especializada na produção e comércio de canábis medicinal, assumiu as instalações previamente ocupadas pela Clever Leaves com uma área total de 2.806,00m² na Nave I e no Edifício VII. Foi igualmente concluído o processo de desativação da fábrica da Mecahers Aeronáutica tendo sido celebrado um acordo de confissão de



dívida e plano de pagamento de indemnização por saída antecipada, com data efetiva a dia 31 de julho de 2023. Em setembro de 2023 a Gratnells International, multinacional britânica especialista no fabrico de artigos de matérias plásticas para transporte e embalagens, celebrou um contrato para a totalidade da área libertada pela Mecahers Aeronáutica na Nave I, no Edifício VI e Logradouro adjacente, com uma área total de 14.917,03m².

A área ocupada de escritórios manteve-se estável com uma ocupação de 60%, embora se tenha registado uma elevada flutuação de clientes.

O aumento da produção da Autoeuropa e a reativação das cadeias logísticas de importação de veículos permitiu chegar a 31 de dezembro de 2023 com uma taxa de ocupação de 95% das áreas descobertas.

Taxas de ocupação BlueBiz a 31 de dezembro de 2023

	Área coberta industrial			Área descoberta			Área escritórios		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023	2021	2022	2023
Oferta total m ² (a)	91.465	91.966	90.729	176.640	182.458	181.858	7.651	7.779	7.712
Área ocupada m ² (b)	48.751	57.216	49.185	106.177	166.703	172.192	4.370	4.680	4.652
Taxe de ocupação (b)/(a)	53%	62%	54%	60%	91%	95%	57%	60%	60%

3. Albiz - Parque Empresarial de Sintra

O Albiz é um parque que acolhe PME em Albarraque, Sintra, dispendo de uma área total de 24.700 m², completamente vedada, com uma área coberta comercializável de 8.297 m², distribuída por 16 edifícios. Inserido numa região de grande densidade populacional, o Albiz está vocacionado para acolher micro e pequenas empresas logísticas e de serviços, disponibilizando aos seus clientes espaços modulares até 1.450m².

O modelo de negócio utilizado permite aos clientes evitar o esforço financeiro de aquisição e de construção de instalações, dedicando o capital disponível integralmente ao desenvolvimento do seu negócio.

O parque encontra-se devidamente equipado ao nível de infraestruturas de abastecimento de águas para consumo humano e esgotos domésticos e pluviais, de rede de energia elétrica em baixa tensão (BT), de plano e sistema de segurança contra incêndios e de rede de telecomunicações e de fibra ótica.



O Albiz oferece, ainda, serviços de manutenção, de conservação e de limpeza de áreas comuns, recolha de resíduos sólidos urbanos, manutenção da iluminação dos arruamentos internos, estacionamento de viaturas e serviço de vigilância noturna. O parque está dotado de um Plano de Emergência Interno e de um Regulamento Interno, a respeitar pelos clientes no desenvolvimento da sua atividade.

Taxas de ocupação Albiz a 31 de dezembro de 2023

Área coberta	2021	2022	2023
Área total m ² (a)	9.072	9.072	9.072
Oferta total m ² (b)	9.012	9.012	9.012
Área ocupada m ² (c)	9.012	9.012	8.471
Taxa de ocupação (c)/(b)	100%	100%	94%

4. Portugal Site Selection - Serviços de Localização Empresarial

Plataforma Portugal Site Selection

Durante 2023 foram efetuadas alterações na estrutura funcional e na imagem da plataforma *Portugal Site Selection* (PSS), que serão colocadas online em 2024. Este desenvolvimento teve como objetivo melhorar o aspeto gráfico da plataforma, tornando-a mais intuitiva e apelativa para o utilizador final, aproveitando as potencialidades e funcionalidades da nova versão do software que dá suporte à plataforma. O interface gráfico do *Portugal Site Selection* foi renovado e otimizado, utilizando soluções e APIs (*Application Programming Interface*) de desenvolvimento mais modernas. O impacto deste trabalho será visível na página de entrada na plataforma, em toda a interface com o utilizador e nos relatórios gerados no PSS.

Foi dada particular atenção ao plano de contactos com as entidades gestoras de parques empresariais e outros potenciais fornecedores de informação, onde se incluem as agências imobiliárias, passíveis de valorizar o *Portugal Site Selection*, tendo resultado num incremento da informação constante da ferramenta tal como se especifica abaixo.

Lotes	+ 152
Parques Empresariais	+ 5
Office Space	+ 7
Ativos (terrenos)	+ 12
Municípios na plataforma	+ 2



Relativamente à informação da plataforma *Portugal Site Selection*, com o objetivo de alcançar uma maior cobertura do território, o enfoque centrou-se nas regiões com menor expressão na plataforma ao nível de presença e conteúdos contando, no final de 2023, com a seguinte informação disponível:

Tal como referido, foi feito um esforço contínuo nos contactos com os municípios, no sentido de aumentar a sua representatividade na plataforma com a inclusão de novos espaços de acolhimento empresarial, tendo sido possível aumentar a taxa de cobertura de Concelhos - existem atualmente 220 municípios com informação disponível no *Portugal Site Selection*, que representam 71,43% do total de municípios portugueses.



431
Parques
Empresariais



125
Espaços de
escritórios



102
Cadastro de
ativos



15.526
Lotes em Parques
Empresariais



5.265
Lotes livres em
Parques
Empresariais

Portugal Site Selection Consulting

No âmbito dos serviços de consultoria *Portugal Site Selection Consulting*, e em linha com as orientações do Programa Internacionalizar 2030, nomeadamente o eixo B10, no que respeita à divulgação e qualificação da oferta nacional de espaços de acolhimento empresarial (com «dossiers de investimento») foram realizadas as seguintes propostas:

- Proposta para o desenvolvimento do Dossier do Investidor do Município de Fafe com o objetivo de potenciar a capacitação para o Investimento das estruturas de acolhimento empresarial daquele Concelho;
- Apresentação de proposta e início dos trabalhos de um projeto para a Petrogal, S.A. visando a realização de serviços de Project Management do Projeto e Licenciamento das Obras de Urbanização necessárias à implementação dos projetos de HVO&SAF e GalpH2Park na Refinaria de Sines, localizados no Loteamento da U.O.P.G. B1 da ZILS;
- Proposta de prestação de serviços de Project Management do encaminhamento de efluentes da instalação industrial da EDP Produção Energia, para o sistema de descarga de efluentes da ZILS, com vista à implementação do projeto Green2Atlantic, sito na U.O.P.G. C - U.E. C1 da ZILS;
- Proposta de consultoria à Repsol Polímeros e início dos trabalhos, de prestação de serviços de gestão do projeto, licenciamento, fiscalização e monitorização das ações de deposição de solos e recuperação paisagística a realizar pela Repsol no Areeiro ZILS I da ZILS - Zona Industrial e Logística de Sines, no contexto do Projeto “Alba” de expansão do Complexo Petroquímico de Sines.

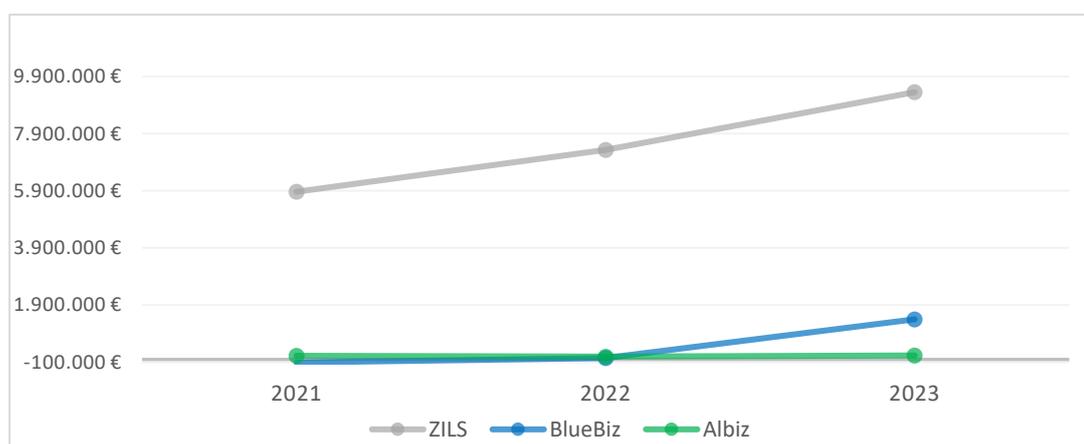


Situação económica e financeira

A aicep Global Parques apresentou um desempenho económico e financeiro excecional em 2023, alcançando o seu melhor Resultado Líquido de sempre, no valor de 7.112.250 EUR. Este valor representou um aumento extraordinário de 65% em comparação com o período homólogo de 2022, indicando a elevada dinâmica da atividade da empresa e uma gestão eficiente dos seus recursos.

No que diz respeito ao Resultado antes de Impostos, que totalizou 9.533.857 EUR, a ZILS foi a principal contribuinte, com 9.355.117 EUR, seguida pelo BlueBiz com 1.404.701 EUR e o Albiz com 140.281 EUR. Estes números refletem a diversidade de natureza das unidades de negócios da empresa. Os serviços operacionais transversais, por não contarem com fontes de receita diretas significativas apresentaram um impacto negativo de -1.366.243 EUR no Resultado antes de Impostos. Este valor reflete os custos associados ao funcionamento das unidades operativas de suporte, as quais, apesar de não gerarem rendimentos diretos, desempenham um papel fundamental no suporte de gestão e administração, técnico e operacional geral de empresa.

Resultado Antes de Impostos:



A ZILS foi a principal responsável pela variação positiva total de 67% do resultado antes de impostos em relação a 2022, contribuindo com o maior valor absoluto. Não obstante, é importante notar que em 2023 o BlueBiz apresentou uma evolução muito positiva de 1,35 mil EUR no seu resultado operacional. No total das unidades Operacionais de negócio a ZILS representa 86% do Resultado Operacional.



Ao analisar a estrutura de ganhos da empresa, cujo montante total atinge os 23,9 milhões de EUR, constata-se que o Volume de Negócios representa 20,5 milhões de EUR, equivalendo a 86% do total. De referir que do valor global do volume de negócios 78% são provenientes das rendas de cedência de direitos de superfície.

(em EUR)

Volume de Negócios	2022	2023	Varição 2023/2022
Cedência de direitos de superfície	12.740.540	15.952.676	25%
Aluguer de Instalações	2.299.909	2.733.042	19%
Outras prestações de serviços	1.723.259	1.854.360	8%
TOTAL	16.763.708	20.540.078	23%

INDICADORES ECONÓMICOS	2021	2022	2023	PAO 2023	2023/22	2022/PAO	
EBITDA (*)	6.731.796	8.109.064	11.879.074	8.504.521	3.770.010	3.374.553	EUR
Rentabilidade das Vendas (RL/VN)	23,43%	25,67%	34,63%	22,48%	8,96	12,15	pp
Rentabilidade de Capitais Próprios (RL/Capitais Próprios)	11,25%	14,22%	21,30%	14,29%	7,08	7,01	pp
Rentabilidade do Ativo (RL/Ativo Total)	8,17%	9,74%	15,41%	10,66%	5,67	4,75	pp
INDICADORES FINANCEIROS							
Autonomia Financeira (Capital Próprio/Ativo Total)	72,60%	68,52%	72,09%	74,61%	3,57	-2,52	pp
Solvabilidade (Capital Próprio/Passivo Total)	2,65	2,18	2,58	2,94	0,40	0,36	

(*) R. Operacional antes de Amortizações, Depreciações, Imparidades, Provisões e Reversões

Prazo médio de pagamentos

PMP	2022	2023	Variação 2023/22	
			Valor	%
Prazo (dias)	14,9	9,8	-5,1	-34%



Investimentos

Com o objetivo de assegurar a sustentabilidade da empresa, por norma, a aicep Global Parques só realiza os investimentos para infraestruturação e preparação de novos espaços após conclusão das negociações e elaboração de contratos com os potenciais clientes.

Relativamente a 2023 o Plano de Investimentos previu um valor total de 11,5 mil EUR, no entanto, no final do período foram concretizados 1,9 mil EUR.

Em 2023 foram realizados diversos investimentos na Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS), direcionados para operações vinculadas a contratos com novos clientes ou para a expansão das áreas de clientes já existentes. Destaca-se, entre esses investimentos, a construção do *Start Campus*, a ampliação das instalações da Repsol Polímeros e as operações envolvendo os novos clientes CALB, a Madoqua e a Energykeme. Destaca-se ainda o início do desenvolvimento de projetos de loteamento e infraestruturas para várias unidades de execução, bem como a requalificação da Estrada da Carbogal e a criação de lotes para diferentes fins, como uma subestação elétrica e uma central de dessalinização.

Relativamente ao BlueBiz o investimento focou-se na continuidade do projeto de reestruturação das infraestruturas elétricas do BlueBiz, visando permitir que cada cliente possa escolher e negociar com seu fornecedor de energia, eliminando a responsabilidade da aicep Global Parques por falhas na rede entre o parque e o cliente. Além disso, continuou-se a trabalhar no projeto de reestruturação do Edifício I do BlueBiz, respetivas infraestruturas de abastecimento e acessibilidades, para fracionamento do atual Edifício em 3 edificações autónomas, implicando a readaptação do edificado e das respetivas infraestruturas de abastecimento. Este projeto permite a maximização da ocupação desta nave industrial garantindo a conformidade com normas de segurança contra incêndios. Ainda de destacar a conclusão e implementação de diversos trabalhos no Edifício II, ocupado pelo cliente Lauak Aerostructures, incluindo melhorias estruturais, térmicas e de impermeabilização, e a substituição de uma área de cobertura do Edifício I e tratamento da estrutura metálica, como parte da contínua erradicação do amianto no BlueBiz.

De referir que parte da responsabilidade pela não realização de alguns dos investimentos está associada a fatores externos e contingências alheias à gestão da aicep Global Parques. Um exemplo é o projeto e obra de autonomização e atualização da rede elétrica do BlueBiz juntamente com a obra de construção de uma rede viária dentro do Edifício 1. A evolução destes projetos foi condicionada no ano de 2023 pelo interesse de um potencial cliente, que supostamente, iria ocupar uma área significativa deste edifício alterando assim os pressupostos dos projetos. Contudo essa situação não se veio a concretizar.

Relativamente à ZILS destaca-se a previsão de construção da Rotunda de São Torpes para 2023 cuja execução se encontra pendente de regularizações diversas relativas aos terrenos envolvidos. Ainda a referir as obras de novos loteamentos cujos projetos ainda não foram concluídos devido à morosidade na obtenção dos dados necessários por parte dos respetivos clientes, acrescendo a dificuldade em obter os necessários pontos de ligação às infraestruturas para a conclusão destes projetos. O projeto da ZAL- Zona de Atividades Logísticas encontra-se também suspenso devido à expectativa de captação de um cliente para a totalidade da área, cujos requisitos condicionam a elaboração dos projetos.



Responsabilidade corporativa

Responsabilidade social corporativa

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) está presente em toda a atividade da aicep Global Parques, seja no estudo de uma localização industrial, como no momento da operacionalização do mesmo. O forte vínculo entre a qualificação do contexto, da envolvente e a qualificação da oferta, orienta ativamente a RSC para o desenvolvimento sustentável regional/local e do negócio. A relação da empresa com os seus *stakeholders* – colaboradores, clientes, acionistas, parceiros e comunidade – é o primeiro desafio à sua responsabilidade social.

A aicep Global Parques acredita que tem responsabilidade em contribuir, através do seu envolvimento na comunidade e em iniciativas públicas, de uma forma positiva e construtiva, sendo consistente nas ações internas e externas para que a responsabilidade social seja interiorizada como um valor da empresa.

Na relação com outras entidades, continuámos com uma política de responsabilidade social ativa, orientada para o desenvolvimento sustentável da região e do negócio, com um forte vínculo entre a qualificação do contexto e a qualificação da oferta. O objetivo é criar e ajudar a criar Valor Sustentável.

Em linha com esta orientação, a aicep Global Parques apoiou diversas ações associadas à proteção do ambiente, de envolvimento com a comunidade, de empreendedorismo e de valorização do capital humano, promovidas em Sines, Setúbal e Sintra, onde os Parques sob gestão da empresa se localizam.

Responsabilidade ambiental

A responsabilidade ambiental está integrada na forma como a aicep Global Parques atua:

- Correta definição dos “*masterplans*” dos parques geridos;
- Respeito pelos relatórios de impacto ambiental;
- Respeito, promoção e conservação das zonas de reserva florestal;
- Melhoria de áreas comuns públicas sob sua gestão e do sistema de infraestruturas criado para garantir todas as disposições legais ambientais;
- Incentivo junto dos clientes à utilização de tecnologias cada vez mais limpas e que respeitem o meio ambiente;
- Desenvolvimento e operacionalização do PMA ZILS - Plano de Monitorização Ambiental da Zona Industrial e Logística de Sines, permitindo uma avaliação dos impactos ambientais, nas componentes da qualidade do ar e das águas subterrâneas e superficiais;
- Colaboração com os projetos GISA - Gestão Integrada da Saúde e do Ambiente no Litoral Alentejano e COMSINES (no qual integra, entre outros, o grupo de trabalho Saúde e Ambiente);
- Apoio como master *sponsor* das ações anuais da “Litoral Aventura” na Limpeza das Praias da Costa de Santo André à Lagoa de Santo André;
- Apoio a diversas ações de proteção ambiental.



Segurança e proteção

A aicep Global Parques participa na EGEO - Entidade Gestora das Esteiras de Oleodutos da ZILS, que se dedica à segurança superior das esteiras, é membro ativo do PEE - Plano de Emergência Externo de Sines, na Comissão Municipal de Proteção Civil e na coordenação geral da segurança com os meios de segurança e proteção locais.

A aicep Global Parques faz parte da Comissão Municipal da Proteção Civil de Sines para a gestão do Plano de Emergência Externo de Sines, assim como participa ativamente, no âmbito do COMSINES, no Grupo de Trabalho de Prevenção e Segurança.

A vigilância diária da ZILS contribui para a segurança geral da zona e para a deteção de situações anómalas. As limpezas regulares da floresta promovem a redução da propagação de fogos na ZILS.

Consciente da importância das entidades de Segurança e de Proteção no quotidiano das áreas de acolhimento empresarial, a aicep Global Parques apoia as Corporações de Bombeiros de Sines, de Santiago do Cacém, de Setúbal e de Sintra. Todos os anos, dedica uma parte do seu orçamento para auxiliar estas entidades, na aquisição de material necessário ao desenvolvimento da sua atividade.

Perspetivas para 2024

Com a passagem dos novos terrenos da área circundante da ZILS, em Sines e em Santiago do Cacém, da esfera do Estado para o património do IAPMEI no final de 2022, e, sequencialmente no âmbito do seu acordo de gestão, para a aicep Global Parques, no ano de 2023 foi dado enfoque em dar início ao processo de criação das condições necessárias para o acolhimento e instalação de novos clientes nestas novas áreas, quer estas se localizem dentro ou fora do Plano de Urbanização da Zona Industrial e Logística de Sines (PUZILS).

Neste âmbito, e seguindo a estratégia definida em 2023, foi dada prioridade durante esse ano à instalação de clientes das três áreas de negócio estratégicas – Indústria & Energia, Logística e Digital nos terrenos disponíveis dentro da área do PU.

Para 2024 perspectiva-se concluir o processo de regularização cadastral dos novos terrenos e dar início ao processo urbanístico dos mesmos o que permitirá alargar a área disponível para acolhimento empresarial.

É incontornável referir o grande interesse, que ocorreu em 2023, dos *players* nacionais e internacionais do setor da energia nas valências oferecidas pelo país, com destaque para Sines, que resultaram no robustecimento da área de negócio “Energia Sul”.

Para 2024 perspectiva-se o crescimento da área de negócio “*Sines Tech – Innovation & Data Center*” decorrente do desenvolvimento de projetos em áreas contratadas em anos anteriores, às quais se juntou em 2023, a reserva de mais um espaço para uma Cable Landing Station (CLS) na Zona 1 e que se espera venha a alavancar novas manifestações de interesse do setor do Digital e do IT&C.

A Logística será outra das apostas de 2024 com a conclusão do estudo de desenvolvimento da ZAL, donde se espera, por um lado, identificar alvos estratégicos que permitam dar impulso à área de negócio “ZAL Sines”, por outro, consolidar contactos desenvolvidos durante 2023 e, finalmente, concretizar essas manifestações de interesse numa ocupação progressiva da zona da ZAL.



Um dos grandes desafios de 2024 será o de continuar o trabalho com as entidades gestoras de Infraestruturas de energia, gás e água, de forma a garantir que todos os projetos estruturantes, que se perspetivam para a ZILS, têm as suas enormes necessidades, nomeadamente de eletricidade e de água, garantidas.

Perspetivamos também iniciar atividades para a certificação ambiental do plano de urbanização da ZILS, que se encontra em revisão. É fundamental compatibilizar os diversos interesses territoriais e urbanos, garantindo um desenvolvimento sustentável em que sejam implementadas as devidas e justas medidas compensatórias ambientais, face ao plano estratégico para a ZILS, que envolve simultaneamente zonas para a indústria e área para as atividades de suporte à descarbonização da mesma, nomeadamente a produção de energia verde.

Quanto ao BlueBiz - Parque Empresarial da Península de Setúbal, e com a entrada de novos clientes em 2023 e a perspetiva de novos contratos resultando de negociações em curso, prevê-se um aumento da dinâmica de ocupação, por via do crescente interesse de empresas no parque e do efeito de “âncora” decorrentes destes novos clientes, em alguns casos, provenientes de novos setores de atividade até aqui inexistentes no BlueBiz. Esta dinâmica será impulsionada pelos novos projetos que se prevê implementar em 2024 no BlueBiz - como o projeto de reestruturação da rede elétrica, o de reformulação da Nave 1 com a criação de três edifícios industriais, e a reestruturação da sinalética, projetos que irão concorrer para requalificar e modernizar o parque.

Para o Albiz - Parque Empresarial de Sintra, espera-se a manutenção de uma ocupação total, seguindo a tendência dos últimos anos em que eventuais saídas de clientes são rapidamente compensadas com entradas de novas empresas, por via da grande procura de armazéns logísticos na Área Metropolitana de Lisboa.

Relativamente à plataforma *Portugal Site Selection*, a nova imagem e a introdução de novas funcionalidades na plataforma, projeto que estará concluído durante o 1º trimestre de 2024, irão constituir uma oportunidade para relançar esta ferramenta, com ações de divulgação, quer nos meios de comunicação, quer alavancadas pela realização de eventos, dos quais o planeado *road-show* que visa a promoção e formação das regiões do interior para o investimento é um exemplo. Assim, é expectável que o *Portugal Site Selection* venha a gerar tráfego, não só para a plataforma, como também para o *site* institucional da aicep Global Parques, cuja nova versão será lançada, igualmente, durante o 1º trimestre de 2024.

Finalmente, no que respeita à APPE - Associação Portuguesa de Parques Empresariais, da qual a aicep Global Parques é associada fundadora e assume a presidência, perspetiva-se um incremento de notoriedade e subsequente entrada de associados e dinamização da interação nos respetivos meios de comunicação digitais, nomeadamente devido à sua intervenção, em parceria com a associação Nacional de municípios, e com a AICEP, no referido *road-show* que terá lugar em 2024 em diversos locais do país.



Cumprimento das orientações legais

1. Cumprimento dos Objetivos de gestão, previstos no artigo 38º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, e do Plano de Atividades e Orçamento (PAO)

A AICEP tem cumprido as linhas de atuação emanadas pela tutela. A Administração da Agência, para cada um dos triénios dos seus mandatos, tem apresentado um Plano Estratégico que estabelece os objetivos da sua atividade e as métricas de execução.

Na sequência da nomeação de um novo mandato do Conselho de Administração, com efeitos no dia 5 de junho de 2023, a tutela definiu uma carta de missão ao novo órgão diretivo, com as linhas de atuação para o triénio 2023/2025. Como já foi referido anteriormente neste relatório, a Comissão Executiva apresentou, nesse âmbito, o seu Plano Estratégico para o mesmo período, tendo como primeira prioridade reforçar a atratividade e promoção de Portugal como destino para investimentos produtivos, sejam nacionais ou estrangeiros: atrair investimento intensivo em capital e tecnologia, gerador de bens transacionáveis de elevado valor acrescentado e apreciador das qualificações e dos salários dos portugueses. Pretende-se apostar na transição energética e na transformação digital, atrair investimentos estratégicos e estruturantes de indústria verde e da economia de dados. A promoção das exportações nacionais tem sido e continuará a ser o segundo pilar fundamental do desígnio da AICEP em prol da economia portuguesa, incluindo o apoio à internacionalização, nomeadamente ao IDPE - Investimento Direto Português no Estrangeiro, de acesso ao mercado. O esforço de promoção das exportações terá em especial atenção aqueles mercados extracomunitários onde se verificam os maiores crescimentos económicos, dos rendimentos, das classes médias e do consumo. Um terceiro foco do Plano Estratégico será na capacitação das empresas portuguesas, fundamental para o sucesso da sua internacionalização. A AICEP reforçará as ferramentas ao dispor dos agentes económicos necessárias para que se tornem ainda mais competitivos, em temáticas como o comércio eletrónico, estratégias de responsabilidade ambiental, social e de modelos de governo, acesso a novas tendências e mercados e oportunidades multilaterais. O Plano Estratégico da AICEP está em linha com a missão que a Agência persegue para o país:

- Aumento do Valor Acrescentado Bruto do País, através do efeito direto de investimentos estruturantes e dos fluxos de comércio internacional;
- Redução do deficit da Balança Comercial, através do crescimento das exportações e pela substituição de importações;
- Dinamização do Emprego, medido pelo efeito na manutenção, criação e qualificação de postos de trabalho.

Os indicadores económicos monitorizam os resultados alcançados pela economia ao nível do cumprimento destes objetivos. As exportações têm vindo a apresentar valores crescentes ao longo dos últimos anos e o investimento estrangeiro em Portugal tem assumido valores sustentáveis. Nos últimos anos assistiu-se a um forte aumento das exportações e à eliminação progressiva do défice da balança comercial, atingindo-se, em



2023, 126,3 mil milhões de euros, e um excedente comercial de 3,3 milhões de euros (dados do Banco de Portugal), sendo o valor das exportações o mais elevado de sempre.

A economia portuguesa registou em 2023 um crescimento do PIB de 2,3%, contribuindo as exportações com 1,9 pontos percentuais, o consumo (público e privado) com 1,2 pontos percentuais, o investimento com 0,2 pontos percentuais e as importações menos 1 ponto percentual. As exportações apresentaram uma taxa de participação no PIB de 47,4%, a preços correntes, em 2023, face a 49,6% em 2022 e 27,1% em 2009. O contributo dos bens para as exportações foi de 59,1%, cabendo aos serviços o remanescente (40,9%). Os serviços de Viagens e Turismo representaram 19,9% do total das exportações, as Máquinas e Aparelhos 9,5% e os Serviços de transportes 8,1% do total exportado.

Segundo o INE, em 2023 estiveram envolvidas em operações de exportação de bens 22.013 empresas portuguesas (estimado), que compara com 22.940 em 2022, representado um decréscimo de 4,04 %. Os dados definitivos de 2023 apenas estão durante o primeiro semestre do ano 2024.

O investimento estrangeiro em Portugal registou em 2023 um montante de 6,8 mil milhões de euros, que compara com 8 mil milhões de euros do ano anterior. Os principais emissores de fluxos de IDE para Portugal foram Espanha, Luxemburgo, Reino Unido e Alemanha. Os países da União Europeia têm uma quota de 55% face a 45% do resto do mundo.

Assim, a Agência congratula-se com estes resultados, esperando ser vista como um meio ao dispor da comunidade empresarial que conduziu a este desempenho.

Em termos de execução do Plano de Atividade e Orçamento (PAO) *abaixo apresenta-se o quadro com os indicadores incluídos no Plano da AICEP*, referindo-se, contudo, que relativamente ao rácio EBITDA, foi solicitada autorização pela AICEP para a sua substituição por um novo indicador de Eficiência Operacional, dado que aquele não tem significado face à natureza da sua atividade. Do desempenho do indicador que foi aprovado para a Agência é dada informação mais adiante no ponto 15.

De referir que o PAO da AICEP foi aprovado a 21 de setembro de 2023 pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, economia e do setor de atividade.



No que respeita à situação da execução orçamental ao nível da receita e da despesa os valores previstos e executados são os seguintes.

Classificação económica	Receita				mil euros
	Orç. Inic.	Orç. ajust. (*)	Exec.	Dif.	
	(a)	(b)	(c)	(c)-(a)	
Rend. propriedade	2.904,96	4.102,25	4.102,04	1.197,08	
Transf. correntes	34.892,10	37.709,93	24.561,83	-10.330,26	
Venda de bens e serviços	300,50	157,00	1,15	-299,36	
Outras	400,00	265,72	225,82	-174,18	
Vendas bens investimento		0,20	0,10	0,10	
Ativos financeiros e recup. créditos garantidos	40.000,00	82.894,19	82.894,19	42.894,19	
Passivos financeiros	11.500,00	11.500,00	11.500,00		
Rep. não abatidas pag.		23,96	23,60	23,60	
Saldo da gerência anterior		21.077,42	21.077,42	21.077,42	
	89.997,56	157.730,68	144.386,15	54.388,60	

(*) ajustado por alterações orçamentais

Classificação económica	Despesa				mil euros
	Orç. Inic.	Orç. ajust. (*)	Exec.	Dif.	
	(a)	(b)	(c)	(c)-(a)	
Despesas com o pessoal	26.727,56	31.319,84	29.014,55	2.286,99	
Aquisição de bens e serviços	13.584,90	21.951,41	9.696,94	-3.887,96	
Juros e outros encargos		38,30	19,90	19,90	
Transferências correntes	4.510,00	6.683,82	4.648,53	138,54	
Outras despesas correntes	429,15	999,49	621,08	191,93	
Aquisição de bens de capital	4.745,96	5.344,62	2.175,16	-2.570,79	
Transferências capital		3.253,75	3.253,75	3.253,75	
Ativos financeiros	40.000,00	74.731,71	74.731,71	34.731,71	
	89.997,56	144.322,93	124.161,62	34.164,06	

(*) líquido de cativos e com alterações orçamentais

O desaparecimento dos constrangimentos impostos pela pandemia de COVID-19, a reabertura das feiras internacionais e dos contactos presenciais, permitiu uma significativa aceleração da atividade das empresas e dos seus negócios, refletida no desempenho das exportações nacionais de bens e serviços e de angariação de investimento em 2023. Ao longo do ano foi realizado um enorme leque de ações, de variados formatos e objetivos, já descritos nos capítulos anteriores deste Relatório.

O plano de promoção externa (comércio e turismo), de angariação e capacitação, o programa Inov Contacto e diversos investimentos em ativos intangíveis no âmbito da transformação digital da Agência contribuíram para os valores apresentados a nível da execução orçamental da despesa, sendo que a nível da receita refira-se os fluxos provenientes das transferências do Turismo de Portugal, da Direção Geral de Tesouro e Finanças, do FRI - Fundo para as Relações Internacionais, IP e de fundos comunitários (Inov, SAMA, PRR e Assistência Técnica).



Apresenta-se abaixo a situação dos investimentos.

mil euros

Investimento/Projeto	PAO prop.	Executado			Desvio	Observações
	2023	Total	FF-PRR	FF-OE	(PAOvsExec.)	
	(a)	(b)	(b1)	(b2)	(b)-(a)	
Investimento total	4.745,96	2.175,16	1.982,58	192,58	-2.570,79	Parceria para a Inovação ficou abaixo do previsto
Transformação digital	4.333,28	1.982,58	1.982,58		-2.350,69	
Investimentos de substituição e outros	412,68	192,58		192,58	-220,10	

A AICEP tem a sua situação regularizada para com a Autoridade Tributária e a Segurança Social.

2. Gestão de risco financeiro

A AICEP não possui financiamentos, seja em passivos correntes seja em passivos não correntes.

3. Cumprimento dos limites de crescimento do endividamento nos termos definidos no n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, a qual aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2023 (LOE2023), apurado nos termos da fórmula disposta no n.º 1 do artigo 134.º do Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro (DLEO 2023)

A AICEP não possui financiamentos.

4. Evolução do Prazo Médio de Pagamento, em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública nº 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos ("arrears") conforme definido no Decreto-Lei nº 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição

A AICEP tem procurado encurtar os prazos de pagamento aos seus fornecedores ao longo dos últimos exercícios. A posição a 31 de dezembro é a que abaixo se indica.

Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

PMP	2023	2022	Variação 23/22	
			Valor	%
Prazo (dias)	5	11	-6	-55%



A 31 de dezembro a AICEP não tinha Pagamentos em Atraso.

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art.º 1.º DL 65-A/2011 (€)				
		0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	43.807,65					
Aq. de Capital						
Total						

5. Diligências tomadas e resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas

À data de 31 de dezembro de 2023, a última aprovação de contas reportava-se ao exercício de 2017 e é datada de 19 de agosto de 2019. Os termos da aprovação incluem duas recomendações, uma relativa à elaboração do Relatório relativo às remunerações pagas a homens e mulheres, conforme o nº 2 da Resolução do Conselho de Ministros nº 18/2014, de 7 de março e outra relativa à aplicação do Estatuto do Gestor Público, nomeadamente nos termos dos nºs 3º e 4º do art.º 32º e do nº 3 do 33º do Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro. No 1º trimestre de 2024 a AICEP foi informada da aprovação das contas relativas a 2018, 2019, 2020 e 2021, em despacho datado de 28 de março de 2024.

No que respeita ao Relatório previsto na RCM 18/2014, este foi elaborado em 2024 relativo a 2023. Da sua análise dá-se nota no ponto 10 adiante.

Relativamente ao art.º 32º do Estatuto do Gestor Público (EGP), os nºs 3 e 4 referem-se à existência de plafonds para as comunicações dos Gestores, sendo que os gastos com as comunicações da AICEP são feitos em serviço. O nº 3 do art.º 33º do EGP determina um montante máximo para a utilização de viaturas dos Gestores. Os veículos da AICEP são geridos em conjunto, sendo utilizados de acordo com as necessidades de serviço.

6. Diligências tomadas com vista a solucionar as situações subjacentes à emissão de reservas na última Certificação Legal das Contas

De referir que não foi emitida qualquer reserva na última Certificação Legal das Contas relativa ao exercício de 2022.



7. Orientações relativas às remunerações, vigentes em 2023

A AICEP cumpriu o disposto nos diplomas legais relativo às remunerações previstas para os Órgãos Sociais e Auditor Externo, conforme anexo.

8. Disposições relativas ao Estatuto do Gestor Público nos termos do artº 32º e 33º do Decreto-Lei nº. 8/2012, de 18 de janeiro

A Agência aplicou o previsto no artº 32º do Estatuto do Gestor Público relativos à utilização de cartões de crédito e similares, bem como às despesas de representação pessoal.

Relativamente às despesas com comunicações apresentam-se abaixo os valores da Comissão Executiva da Agência.

Gastos com comunicações

Membro da CE (Nome)	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
<u>01.01.23-04.06.2023</u>			
Luís Castro Henriques	-	190,49	
Madalena Oliveira e Silva	-	184,24	
Rita Lindley Araújo	-	118,24	
Luís Rebelo de Sousa	-	188,26	
<u>05.06.23-31.12.2023</u>			
Filipe Santos Costa	-	150,29	
Cristina Mª Cerqueira Pucarinho	-	244,93	
Luís Rebelo de Sousa	-	209,79	
Isabel Mª Marques Tenreiro	-	121,35	
João Filipe Noronha Leal	-	203,78	
		<u>1.611,37</u>	

(*) Os gastos em comunicação de serviço repartem-se pelas atividades de funcionamento e de promoção, em que o peso destas é muito elevado dado que, no âmbito da diplomacia económica decorrente das atribuições e objeto estatutários da AICEP, as deslocações ao estrangeiro são normais e frequentes.



A Administração não possui viaturas atribuídas para uso pessoal, nem mesmo específicas para o serviço na Agência. As viaturas da empresa fazem parte de um parque de viaturas, cuja utilização é gerida em função das necessidades de serviço e por quem se justificar, no âmbito das respetivas funções. Todas as deslocações se enquadram nas necessidades da Agência para o cumprimento da sua missão, de visita e acompanhamento dos seus clientes, a que acresce o facto de ter instalações em vários pontos do país, nomeadamente a sua sede no Porto e escritórios em Lisboa. Atendendo ao exposto, não se considerou adequado o preenchimento do quadro relativo aos plafonds mensais para combustíveis e portagens associados a viaturas e respetivos gastos.

9. Aplicação do disposto no nº 2 do artº 16º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, e do artº 11º do EGP, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais.

A Agência tem todas as suas despesas devidamente documentadas.

10. Elaboração, de três em três anos, e divulgação interna e no respetivo sítio na internet, do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens, conforme determina a Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março

Como referido no ponto 5 deste capítulo, a Agência elaborou em 2024 o relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens relativo ano de 2023. Dos dados apurados comparativos de 2023 face a 2021 conclui-se que as diferenças entre os valores médios auferidos por homens e por mulheres têm vindo a ficar esbatidas e variam conforme a categoria. O relatório está disponível no sítio na internet da Agência.

11. Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade

A AICEP, conforme nº 1 da Resolução do Conselho de Ministros nº 19/2012, de 23 de fevereiro, tem um plano para a igualdade aprovado que visa promover uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, eliminar as discriminações e facilitar a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional. A repartição do seu pessoal entre homens e mulheres, a 31 de dezembro de 2023, é de 197 do género masculino e 300 do género feminino, para um efetivo total de 497. No que respeita às chefias, incluindo a administração, à mesma data a AICEP possuía 45 do género masculino e igual número do género feminino (a Comissão Executiva é composta por 3 membros masculinos e 2 femininos – cumprindo a recomendação da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto). Verifica-se, assim, a existência de uma presença plural de mulheres e de homens em cargos diretivos, resultante da aplicação de uma política interna para a igualdade de género.

O Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, estabelece os procedimentos para a realização das comunicações sobre composição dos órgãos de gestão e fiscalização e planos de igualdade. Também nesse âmbito, a AICEP tem respondido ao que lhe é solicitado.

A AICEP dispõe de um Código para a Prevenção e Combate à Prática de Assédio e Discriminação no Trabalho em que se salvaguarda a igualdade de género, prevendo-se que os seus destinatários, o universo dos trabalhadores da Agência, se devam abster de adotar comportamentos discriminatórios em relação aos demais, sejam colaboradores ou terceiros. De entre os comportamentos vedados, incluem-se quaisquer formas discriminação



com base na raça, género, idade, incapacidade física, orientação sexual, opinião, ideologia política e religião. A Comissão Executiva deve proporcionar um ambiente de trabalho que valorize a inexistência de qualquer tipo de assédio e de discriminação, estimulando a assunção de uma cultura saudável, segura e cordial no local de trabalho.

12. Elaboração e divulgação no respetivo sítio na internet do relatório do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e do Relatório anual onde é indicado o grau de implementação das medidas elencadas no Plano, tendo em consideração as Recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção, designadamente a Recomendação do referido Conselho datada de 1 de julho de 2009. Indicação quanto ao cumprimento do dever de comunicação do plano e do relatório ao Conselho de Prevenção da Corrupção.

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas em vigor foi revisto em 2020 e aprovado pelo Conselho de Administração da Agência no dia 30 de setembro. Prevê-se que o Plano seja sujeito a nova revisão no decorrer de 2024, assumida como oportunidade de fortalecimento do sistema de controlo interno e de supressão e mitigação dos riscos que lhe são inerentes.

A AICEP tem apresentado anualmente um relatório identificativo das ocorrências dos factos relativos a corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, etc. previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro. O Relatório de 2023 relativo ao Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infração Conexas foi aprovado superiormente a 30 de janeiro de 2024. O Plano está disponível no site da entidade, bem como o último relatório de 2023.

A Agência comunica o Plano e o relatório ao Conselho de Prevenção da Corrupção e ao Mecanismo Nacional Anticorrupção, que lhe sucedeu.

Nos termos da Lei n.º 93/2021 de 20 de dezembro, que estabelece o regime de proteção de denunciante de infrações, transposta pela Diretiva (EU) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações de direito da União, a AICEP, de acordo com os princípios de transparência de gestão e do combate à criminalidade, disponibiliza no seu sítio da internet um canal de denúncias de infrações. Através deste, qualquer pessoa pode, de forma independente, lícita e segura, denunciar comportamentos fraudulentos ou irregulares que afetem e/ou envolvam a AICEP.

A criação e utilização deste canal segue as regras estabelecidas no regime geral de proteção de denunciantes de infrações (Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro), salvaguardando a confidencialidade e anonimato das denúncias, o seu processamento nos prazos legais e assegurando a não existência de retaliações. No quadro do cumprimento da lei, a AICEP visa, com a criação deste canal, acautelar a deteção e atuação quanto a situações eventualmente ilícitas que possam ocorrer, prejudicando a sua missão.

Todos os que trabalham na AICEP, bem como qualquer pessoa singular, que se relacione direta ou indiretamente com a mesma, pode comunicar, através deste canal, situações de incumprimento dos princípios e valores de natureza ética e/ou ilegalidades, tais como de corrupção e infrações conexas que se verifiquem no âmbito da atividade da AICEP.



13. Orientações sobre as normas da contratação pública

A AICEP tem vindo a cumprir as normas da Contratação Pública, tendo inclusivamente estabelecido procedimentos internos para aplicação das mesmas. No cumprimento das normas da contratação pública a AICEP norteia-se pelos princípios da igualdade, transparência e não discriminação.

O Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (9ª alteração ao Código dos Contratos Públicos, Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro), que introduziu alterações relevantes ao Código dos Contratos Públicos, tendo em vista a transposição de diversas diretivas europeias, entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2018.

A AICEP adaptou desde então os seus procedimentos internos, nomeadamente através da disponibilização de diversas minutas para os procedimentos de contratação pública preparadas pela área jurídica. Em 2019 foi efetuada nova atualização, tendo em vista garantir a adequação dos procedimentos à legislação em vigor, a uniformização na aplicação dos mesmos por parte das diversas áreas intervenientes, a celeridade dos processos, o correto registo nas plataformas legalmente exigidas e a possibilidade de os procedimentos existentes serem objeto de auditoria. Os processos aquisitivos da Agência foram, na altura, centralizados na área de compras. Essa centralização foi reforçada em novembro de 2021 com a criação da Central de Compras, tendo-lhe sido atribuídas nesse processo competências adicionais. Em 2023 procedeu-se a nova atualização dos procedimentos internos de aquisições de bens e serviços.

Ao longo do ano 2023 a AICEP abriu 505 procedimentos internos de contratação pública. Sessenta e seis dos procedimentos acabaram por, entretanto, serem revogados, suspensos ou cancelados. Dos restantes 439 procedimentos, 9 encontram-se ainda em curso. Dos 430 que foram concluídos, 206 são ajustes diretos (inclui simplificados em número de 186), 195 foram contratos excluídos do âmbito de aplicação do CCP ou contratações excluídas da parte II do CCP, 17 foram consultas prévias, 12 foram concursos públicos (nacionais ou internacionais). O valor de adjudicação a 31 de dezembro dos procedimentos concluídos através de concursos públicos ascende a 20,7 milhões de euros, das consultas prévias ascende a 369 mil de euros, de ajuste direto a 481 mil de euros e excluídos ascende a 2,5 milhões de euros, todos os valores sem IVA. Um dos contratos foi adjudicado por um valor superior a 5 milhões de euros e dois foram sujeitos ao visto prévio do Tribunal de Contas dois contratos, na sequência de concursos públicos.

Alguns procedimentos foram adjudicados já em 2024.

Relativamente ao modo como foram aplicadas as normas nas empresas em que a AICEP participa maioritariamente (AICEP Global Parques), refira-se que a AICEP Global Parques cumpre as normas vigentes que lhe são aplicáveis.

14. Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas

A AICEP pode fazer a adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas, mas optou por não o fazer até 2023 adotando, contudo, sempre uma postura de racionalização dos seus recursos financeiros na aquisição de bens e serviços. Em 2023, e tendo em conta a posição referida de racionalização e otimização de recursos financeiros, procedeu à adesão voluntária ao Sistema, o que lhe permite recorrer à sua utilização sempre que se justifique.



15. Cumprimento das medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais, previstas nos n.º 1, 2 e 3 do artigo 133.º do DLEO 2023, e evolução dos gastos operacionais, prevista nos n.º 4 e 5 do artigo 133.º do DLEO 2023

Como atrás referido, no que respeita ao rácio dos gastos operacionais, corrigidos dos encargos resultantes do disposto em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho em resultado da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das indemnizações por rescisão, sobre o volume de negócios, conforme previsto no artº 158 do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho (EBITDA para o Setor Empresarial do Estado) foi solicitada autorização para a sua substituição por um novo indicador de Eficiência Operacional dada que aquele não tem significado no caso da AICEP face à natureza da sua atividade. Por despacho favorável do Secretário de Estado do Tesouro, nº.521/2018-SET, de 3 de julho, exarado no âmbito aprovação do Plano de Atividades e Orçamento de 2018, foi a AICEP autorizada a utilizar um novo indicador para o triénio 2018-2020, que possa medir melhor a eficiência operacional da AICEP. No PAO 2021 foi solicitado o seu prolongamento para o triénio 2021-2023.

O indicador proposto é construído da forma abaixo referida e tem como ano base o ano de 2016:

Indicador de Eficiência = 55% x Indicador de eficiência da Sede + 45% x Indicador de eficiência da Rede

- Indicador de eficiência da Sede

$30\% \times (GOS_n / IA_n) / (GOS_{2016} / IA_{2016}) + 30\% \times (GOS_n / PI_n) / (GOS_{2016} / PI_{2016}) + 40\% \times (1 - TR_n) / (1 - TR_{2016})$

- Indicador de eficiência da Rede

$33\% \times (GOR_n / XR_n) / (GOR_{2016} / XR_{2016}) + 67\% \times (QMR_n) / (QMR_{2016})$

Em que:

GO - Gastos Operacionais (S-Sede; R-Rede)

IA - Investimento em acompanhamento na Agência (ano do contrato)

PI - Investimento de Internacionalização em acompanhamento na Agência (ano do contrato)

TR - Taxa de reembolso

XR - Exportações de bens para mercados da Rede

QMR - Quota de mercado das exportações de bens (mercados da Rede) (em n é n-1)

n - Ano n

O resultado obtido será tanto mais positivo quanto mais baixa for a percentagem obtida pelos cálculos, em relação ao ano anterior.

Notas:

- Gastos operacionais = FSE + Gastos com Pessoal (sem indemnizações)

- Taxa de reembolso é calculada considerando a média móvel nos 3 anos anteriores inclusive, ou seja, n, n-1 e n-2

- Quota de mercados das exportações de bens é calculada considerando a média móvel nos 3 anos anteriores (n-1, n-2, n-3)



- Investimento em Acompanhamento (ponderação em função do tempo de trabalho):

- Projetos QREN ainda pendentes – 20%

- Projetos PT 2020 – 70%

- Contratos de benefícios fiscais – 10%

- Investimento dos Projetos de Internacionalização em Acompanhamento (ponderação em função do tempo de trabalho):

- Projetos QREN ainda pendentes – 20%

- Projetos PT 2020 – 80%

Abaixo apresentam-se os valores do indicador calculado para os anos de 2012 a 2022 e estimado para o ano de 2023 e seguintes, excluindo despesas com as exposições universais e internacionais (Dubai 2020 e Osaka 2025) e promoção do Turismo de Portugal:

Indicador de Eficiência

Ano	Indicador de eficiência da Sede	Ponderação	Indicador de eficiência da Rede	Ponderação	Indicador de Eficiência total
2012	314%	55%	109%	45%	221,61%
2013	212%	55%	105%	45%	163,41%
2014	168%	55%	100%	45%	137,64%
2015	135%	55%	99%	45%	118,89%
2016	100%	55%	100%	45%	100,00%
2017	89%	55%	98%	45%	92,95%
2018	73%	55%	98%	45%	84,20%
2019	72%	55%	98%	45%	83,48%
2020	62%	55%	101%	45%	79,81%
2021	62%	55%	99%	45%	78,81%
2022	62%	55%	95%	45%	76,55%
2023	63%	55%	93%	45%	76,45%
2024	67%	55%	87%	45%	76,06%
2025	65%	55%	87%	45%	75,01%
2026	62%	55%	87%	45%	73,02%

nota: sem Expo Dubai e Osaka e Turismo

O Indicador da Agência apresenta uma redução gradual uma vez que o peso dos gastos operacionais relativos à atividade da Agência, tem vindo a diminuir, o que evidencia uma melhoria da sua eficiência global para o cumprimento dos seus objetivos e missão

Como já foi referido o Plano de Atividade e Orçamento de 2023 foi objeto de despacho por parte das tutelas da Agência a 21 de setembro de 2023.



Apresenta-se de seguida o quadro com a evolução dos gastos operacionais:

Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais

PRC	2023 Exec.	2023 Orç.	2022 Exec.	2019 Exec.
(0) EBITDA	-14.162	773	-28.525	-5.206
(1) CMVMC	-	-	-	-
(2) FSE	9.683	20.633	16.541	9.687
(3) Gastos com o pessoal	28.912	30.666	28.126	25.004
i. Relativos aos órgãos sociais	536	490	563	507
ii. Efeito do cumprimento de disposições legais				
iii. Efeito do acordo para a melhoria do rendimento				
iv. Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias	568	200	0	0
v. Efeito do absentismo e dos gastos com indemnizações pagas por rescisão	154		50	15
(4) Gastos com o pessoal sem os efeitos i. a v.	27.654	29.976	27.513	24.482
(5) Impacto nos gastos decorrentes de fatores excecionais				
(6) Gastos Operacionais p/ efeitos apuram. eficiência op. (1)+(2)+(3)-(5)	38.595	51.298	44.667	34.691
(7) Volume de negócios (VN)	-	-	-	-
Subsídios à exploração				
Indemnizações compensatórias				
(8) Perda da receita decorrente de fatores excecionais				
(9) Volume de negócios para efetivo apuramento da efic. op. (7)+(8)				
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	-	-	-	-
i. Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	1.566	1.989	1.678	1.602
ii. Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	69	113	88	88
iii. Gastos associados à frota automóvel ^{b)}	68	179	78	70
iv. Encargos contratação de estudos, pareceres, projetos e consult.	719	2.948	887	517
(11) Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv.)	2.422	5.228	2.731	2.278
Nº de viaturas	28	29	28	30

valores: mil euros

nota: o volume de negócios não tem significado para a Aicep dada a natureza da prestação de serviços da Agência.

nota: v. exceto por mútuo acordo



Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais

PRC	2023/2022		2023/2019	
	Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	14.363	-50%	-8.956	172%
(1) CMVMC	-	-	-	-
(2) FSE	-6.858	-41%	-4	0%
(3) Gastos com o pessoal	786	3%	3.908	16%
i. Relativos aos órgãos sociais	-28	-5%	29	6%
ii. Efeito do cumprimento de disposições legais	0	-	0	-
iii. Efeito do acordo para a melhoria do rendimento				
iv. Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias	568	-	568	-
v. Efeito do absentismo e dos gastos com indemnizações pagas por rescisão	104	-	139	226%
(4) Gastos com o pessoal sem os efeitos i. a v.	142	1%	3.173	13%
(5) Impacto nos gastos decorrentes de fatores excecionais	0		0	
(6) Gastos Operacionais p/ efeitos apuram. eficiência op. (1)+(2)+(3)-(5)	-6.072	-14%	3.904	11%
(7) Volume de negócios (VN)	-	-	-	-
Subsídios à exploração				
Indemnizações compensatórias				
(8) Perda da receita decorrente de fatores excecionais				
(9) Volume de negócios para efetivo apuramento da efic. op. (7)+(8)				
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	-	-	-	-
i. Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	-112	-7%	-36	-2%
ii. Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	-19	-21%	-19	-22%
iii. Gastos associados à frota automóvel ^{b)}	-10	-13%	-2	-3%
iv. Encargos contratação de estudos, pareceres, projetos e consult.	-168	-19%	202	39%
(11) Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv.)	-309	-11%	145	6%
Nº de viaturas	0	0%	-2	-7%

valores: mil euros

nota: o volume de negócios não tem significado para a Aicep dada a natureza da prestação de serviços da Agência.

nota: v. exceto por mútuo acordo

De referir que relativamente às despesas com o pessoal o valor executado ficou aquém do previsto no PAO - Plano de Atividades e Orçamento porque ainda se aguarda aprovação do Regulamento do Pessoal da Agência, em curso no Ministério das Finanças.



16. Divulgação do número de recursos humanos e massa salarial (artigo 131.º do DLEO 2023; Despachos, de 15 de dezembro de 2022 e 12 de maio de 2023, dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças)

O número de trabalhadores da Agência (incluindo os membros dos órgãos sociais) a 31 de dezembro de 2023 ascende a 497, mantendo-se igual face a 31 de dezembro de 2022. Abaixo apresenta-se o quadro completo relativo aos recursos humanos da AICEP.

	2023 Exec.	2023 Orç.	2022 Exec.	2019 Exec.
N.º Órgãos Sociais (OS)	5	5	5	5
N.º Cargos de Direção (CD)	88	95	94	73
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	404	435	398	392
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	497	535	497	470
N.º Trabalhadores/N.º CD	4,59	4,58	4,23	5,37
Gastos com Pessoal/Total (OS+CD+T)	58	57	57	53

	2023/2022		2023/2019	
	Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
N.º Órgãos Sociais (OS)	0	0%	0	0%
N.º Cargos de Direção (CD)	-6	-6%	15	21%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	6	2%	12	3%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	0	0%	27	6%
N.º Trabalhadores/N.º CD	0	8%	-1	-15%
Gastos com Pessoal/Total (OS+CD+T)	2	3%	5	9%

Nos termos e para os efeitos previstos nos Despachos de 15 de dezembro de 2022 e de 12 de maio de 2023, dos Senhores Secretário de Estado do Tesouro e Secretário de Estado das Finanças a massa salarial teve o seguinte incremento:

	%
Despachos de 15-12-2022 e 12-5-2023, SET e SEF	
Taxa de atualização da massa salarial (2023-2022) (*)	2%

(*) SET/SEF: 52,11 euros, para vencimentos brutos até 2.612,03 euros, e de 2 %, para valores superiores.

nota: em adicional ao Desp. SET/SEF realizou-se um aumento intercalar de 1% de acordo com o Decreto-Lei n.º 26-B/2023, de 18 de abril



17. Cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado conforme previsto no artº 28º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, artigo 136.º da LOE 2022 e artigo 102.º do DLEO 2022

A quase totalidade das disponibilidades da Agência está depositada no Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P. (IGCP, I. P.).

IGCP	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Disponibilidades	168.207.805,05	167.705.708,48	128.502.943,40	20.697.103,65
Aplicações financeiras	0,00	0,00	33.250.000,00	153.995.814,89
Total	168.207.805,05	167.705.708,48	161.752.943,40	174.692.918,54

A AICEP solicitou a dispensa do cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria, tendo obtido autorização através do ofício do IGCP Ref.ª UE: SGC nº 148/2022, de 3 de novembro (INF: 0743/2022), para 2022 e 2023. As exceções são as contas bancárias que tenham a custódia de títulos que não sejam de dívida pública; a conta utilizada para o carregamento dos cartões para pagamento do subsídio de alimentação aos colaboradores; reforço de um PPR a qual deve sempre apresentar saldo nulo ou igual ao valor da poupança desse mês. De referir que as contas bancárias das delegações da AICEP no exterior, onde o IGCP não opera, estão automaticamente dispensadas deste cumprimento. A autorização de dispensa foi carregada no SIRIEF/SISEE.

Abaixo encontra-se quadro com as disponibilidades na banca comercial e os rendimentos obtidos.

Banca Comercial*	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Banco Português de Investimento	1.701,66	755,66	1.309,66	240,66
Caixa Geral de Depósitos	3.743.314,10	130.928,16	28.964,40	20.998,18
Banca no estrangeiro (várias contas)	1.594.678,00	1.297.794,34	1.324.639,90	618.195,88
Total	5.339.693,76	1.429.478,16	1.354.913,96	639.434,72
Juros auferidos** / ***	10,98	7,86	5,77	412,46
				437,07

valores em euros

* Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras.

** Identificar os juros auferidos (em termos acumulados, desde 1-1-2023) de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da BC

*** devido às contas da rede externa da Agência por vezes se encontrar desfasada das datas de fecho mensal, o montante da entrega dos juros trimestral pode não corresponder ao montante auferido mensal havendo passagem de valores entre meses.

Os juros auferidos em cada trimestre de 2023 foram depositados no IGCP nos dias 16 de outubro, 29 de dezembro de 2023 e 15 de março de 2024.



18. Divulgação de recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e respetivo resultado

Durante o período de 2020 a 2023 não ocorreram auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas à AICEP.

19. Elaboração e divulgação da Demonstração não financeira

A Demonstração não financeira não se apresenta como obrigatória à AICEP dado que a Agência não é uma Entidade de Interesse Público (artº 3.º da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro - Regime Jurídico de Supervisão e Auditoria) e o impacto da sua atividade nas questões sociais, ambientais e relativas aos trabalhadores é reduzido.

20. Apresenta-se quadro com a informação divulgada no site do Setor Empresarial do Estado a 31 de dezembro

Informação a constar no Site do Setor Empresarial do Estado	Divulgação	
	S/N/N.A.	Data Atualização
Estatutos	S	08-10-2015
Caracterização da Empresa	S	09-04-2010
Função de tutela e acionista	S	06-12-2019
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	S	02-08-2019
- Identificação dos órgãos sociais	S	
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	
- Identificação das funções e respons. dos membros do Conselho de Administração	S	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	
Esforço Financeiro Público	S	02-08-2019
Ficha Síntese	S	04-09-2019
Informação Financeira histórica e atual	S	04-09-2019
Princípios de Bom Governo	S	04-09-2019
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	
- Outras transações	S	
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	
Económico	S	
Social	S	
Ambiental	S	
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	
- Código de ética	S	

**Apêndice 1 - Cumprimento das orientações legais – divulgação de informação****Conselho de Administração**Aplicação do Estatuto do Gestor Público

Membro do CA (nome)	EGP			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração mensal bruta (€) (**)	
			Vencimento mensal	Despesas Represent.
<u>01.01.23-04.06.2023</u>	(*)			
Luís Castro Henriques	N	-	5.343,70	1.945,73
Madalena Oliveira e Silva	N	-	5.105,90	1.575,31
Rita Lindley Araújo	N	-	4.076,49	1.575,31
Luís Rebelo de Sousa	N	-	4.058,47	1.575,31
<u>05.06.23-31.12.2023</u>				
Filipe Santos Costa	S	B	5.071,91	2.028,60
Cristina Pucarinho	S	B	4.057,21	1.622,88
Luís Rebelo de Sousa	N	-	4.058,47	1.622,88
Isabel Tenreiro	N	-	5.966,48	1.622,88
João Noronha Leal	S	B	4.057,21	1.622,88
Carlos Abade	-	-		
Marisa Garrido	-	-		

(*) por cessação de funções do Senhor Presidente, Dr. Luís Filipe de Castro Henriques, na sequência de renúncia ao cargo de 31 de março de 2023 formalizada junto da tutela, o cargo suplente do Presidente é exercido pela Dra. Madalena Oliveira e Silva, por vontade colegial e em razão da senioridade nas funções.

(**) valores sujeitos às reduções previstas no art.º 12º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho
nota: informação a dezembro, exceto situação de cessação de funções de fim de mandato

**Mandatos**

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma (1)	Data
<u>01.01.23-04.06.2023</u>		(3)		
2020/22	Presidente Executivo	Luís Castro Henriques	Desp.12638-A	29-12-20
2020/22	Vogal Executivo	Madalena Oliveira e Silva	Desp.12638-A	29-12-20
2020/22	Vogal Executivo	Rita Lindley Araújo	Desp.12638-A	29-12-20
2022	Vogal Executivo	Luís Rebelo de Sousa	Desp.11349	22-09-22
<u>05.06.23-31.12.2023</u>				
2023/25	Presidente Executivo	Filipe Santos Costa	Desp.6521	16-06-23
2023/25	Vogal Executivo	Cristina M ^a Cerqueira Pucarinho	Desp.6521	16-06-23
2023/25	Vogal Executivo	Luís Rebelo de Sousa	Desp.6521	16-06-23
2023/25	Vogal Executivo	Isabel M ^a Marques Tenreiro	Desp.6521	16-06-23
2023/25	Vogal Executivo	João Filipe Noronha Leal	Desp.6521	16-06-23
2023/25	Vogal não Executivo	Carlos Manuel Sales Abade	Desp.6521	16-06-23
2023/25	Vogal não Executivo	Marisa da Luz G. M. Oliveira	Desp.6521	16-06-23

(1) indicar Resolução (R)/Assembleia Geral (AG)/Decisão Unânime por Escrito (DUE)/Despacho (D)

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	OPRLO (2)				N.º Total Mandatos
			Sim/ Não	Entidade de Origem	Ent. Pag. (O/D)	Data e forma	
<u>01.01.23-04.06.2023</u>		(3)					
2020/22	Presidente Executivo	Luís Castro Henriques	S	EDP	D	D.12638-A	4
2020/22	Vogal Executivo	Madalena Oliveira e Silva	S	AICEP	D	D.12638-A	3
2020/22	Vogal Executivo	Rita Lindley Araújo	S	AICEP	D	D.12638-A	2
2022	Vogal Executivo	Luís Rebelo de Sousa	S	PWC	D	D.11349	2
<u>05.06.23-31.12.2023</u>							
2023/25	Presidente	Filipe Santos Costa	N		D	Desp.6521	1
2023/25	Vogal Executivo	Cristina M ^a Cerqueira Pucarinho	N		D	Desp.6521	1
2023/25	Vogal Executivo	Luís Rebelo de Sousa	S	PWC	D	Desp.6521	1
2023/25	Vogal Executivo	Isabel M ^a Marques Tenreiro	S	AICEP Parq.	D	Desp.6521	1
2023/25	Vogal Executivo	João Filipe Noronha Leal	N		D	Desp.6521	1
2023/25	Vogal não Executivo	Carlos Manuel Sales Abade	na	-	-	Desp.6521	1
2023/25	Vogal não Executivo	Marisa da Luz G. M. Oliveira	na	-	-	Desp.6521	1

(1) indicar Resolução (R)/Assembleia Geral (AG)/Decisão Unânime por Escrito (DUE)/Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no n.º 8 do artigo 28.º do EGP;
indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

(3) por cessação de funções do Senhor Presidente, Dr. Luís Filipe de Castro Henriques, na sequência de renúncia ao cargo de 31 de março de 2023 formalizada junto da tutela, o cargo suplente do Presidente é exercido pela Dra. Madalena Oliveira e Silva, por vontade colegial e em razão da senioridade nas funções.

Remunerações auferidas

Membro da CE	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remun. (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
<u>01.01.23-04.06.2023</u>	(*)				
Luís Castro Henriques	46.897,34		46.897,34	2.004,85	44.892,49
Madalena Oliveira e Silva	37.149,98		37.149,98	1.765,86	35.384,12
Rita Lindley Araújo	30.674,14		30.674,14	1.482,09	29.192,05
Luís Rebelo de Sousa	28.326,45		28.326,45	1.416,32	26.910,13
<u>05.06.23-31.12.2023</u>					
Filipe Santos Costa	53.825,60		53.825,60	2.691,24	51.134,36
Cristina M ^a Cerqueira Pucarinho	43.857,60		43.857,60	2.192,85	41.664,75
Luís Rebelo de Sousa	47.773,67		47.773,67	2.388,68	45.384,99
Isabel M ^a Marques Tenreiro	55.527,75		55.527,75	2.795,06	52.732,69
João Filipe Noronha Leal	43.857,60		43.857,60	2.192,85	41.664,75
			387.890,13	18.929,80	368.960,33

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento e despesas de representação (sem reduções)

(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

(*) por cessação de funções do Senhor Presidente, Dr. Luís Filipe de Castro Henriques, na sequência de renúncia ao cargo de 31 de março de 2023 formalizada junto da tutela, o cargo suplente do Presidente é exercido pela Dra. Madalena Oliveira e Silva, por vontade colegial e em razão da senioridade nas funções.

Acumulação de funções

Os membros da Comissão Executiva não exercem, em simultâneo, cargos em outras empresas.

Benefícios Sociais auferidos

Membro da CE (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Ident.	Encargo Anual			Identificar	Valor
<u>Mandato 01.01.23-04.06.2023</u>								
Luís Castro Henriques	9,00	540,00	SS	10.713,83	287,00	Ac. pess. e Trab.	234,88	
Madalena Oliveira e Silva	9,00	711,00	SS	9.342,89	430,51	Ac. pess. e Trab.	165,90	
Rita Lindley Araújo	9,00	765,00	SS	9.423,75	430,51	Ac. pess. e Trab.	134,20	
Luís Rebelo de Sousa	9,00	666,00	SS	8.584,75	430,51	Ac. pess. e Trab.	131,07	
<u>Mandato 05.06.23-31.12.2023</u>								
Filipe Santos Costa	9,00	909,00	SS	12.166,48	430,51	Ac. pess. e Trab.	214,42	
Cristina M ^a Cerqueira Pucarinho	9,00	1.080,00	SS	9.920,32	430,51	Ac. pess. e Trab.	174,47	
Luís Rebelo de Sousa	9,00	666,00	SS	8.584,75	430,51	Ac. pess. e Trab.	224,18	
Isabel M ^a Marques Tenreiro	9,00	1.152,00	SS	12.550,39	430,51	Ac. pess. e Trab.	250,73	
João Filipe Noronha Leal	9,00	1.017,00	SS	9.915,33	430,51	Ac. pess. e Trab.	174,47	
		7.506,00		91.202,49	3.731,08		1.704,31	

Viaturas e encargos

Como já referido, a Administração não possui viaturas atribuídas para uso pessoal, nem mesmo específicas para o serviço na Agência. As viaturas da empresa fazem parte de um parque de viaturas, cuja utilização é gerida em função das necessidades de serviço e por quem se justificar, no âmbito das respetivas funções. Todas as deslocações se enquadram nas necessidades da Agência para o cumprimento da sua missão, de visita e acompanhamento dos seus clientes, a que acresce o facto de ter instalações em vários pontos do país, nomeadamente a sua sede no Porto e escritórios em Lisboa. Atendendo ao exposto, não se considerou adequado o preenchimento do quadro relativo aos encargos com viaturas.

Gastos com deslocações em serviço

Membro da CE (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto total com viagens (Σ)
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras Identificar	Valor	
<u>Mandato 01.01.23-04.06.2023</u>						
Luís Castro Henriques	5.501,10	1.935,00	251,00	Refeições	286,06	7.973,16
Madalena Oliveira e Silva	2.692,66	440,00	275,47	Refeições	133,70	3.541,83
Rita Lindley Araújo	7.949,56	2.683,48	718,57	Refeições	686,55	12.038,16
Luís Rebelo de Sousa	18.597,47	4.089,00	1.587,40	Refeições	399,87	24.673,74
<u>Mandato 05.06.23-31.12.2023</u>						
Filipe Santos Costa	8.306,18	8.419,68	931,08	Refeições	882,55	18.539,49
Cristina M ^a Cerqueira Pucarinho	961,71	930,00	481,56	Refeições	29,03	2.402,30
Luís Rebelo de Sousa	8.844,80	5.394,19	1.996,83	Refeições	368,40	16.604,22
Isabel M ^a Marques Tenreiro				Refeições	164,71	164,71
João Filipe Noronha Leal	868,18		62,75	Refeições	422,98	1.353,91
						<u>87.291,52</u>

(*) A maioria dos gastos referem-se a deslocações ao estrangeiro relacionadas com a atividade de promoção no âmbito da diplomacia económica, que a AICEP desenvolve com vista à internacionalização da economia portuguesa, de acordo com a missão, objeto e atribuições definidos estatutariamente

Fiscalização**Conselho Fiscal**Mandatos

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estat. Rem. Fixado Mensal	N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data		
2021-2023	Presidente	Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro	Desp. conj.	26-02-21	1.362,01	1
2021-2023	Vogal Efetivo	Maria da Nazaré Mendonça Luis Barbosa Campos Vilar	Desp conj.	26-02-21	1.021,51	1
2021-2023	Vogal Efetivo	José Manuel Cristóvão Veríssimo	Desp. conj.	26-02-21	1.021,51	1
2021-2023	Vogal Suplente	Abel Cubal Tavares de Almeida	Desp. conj.	26-02-21	1.021,51	1

Número estatutário de membros: 4

Membro do órgão de fiscalização	Rem. anual bruta auferida €
Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro	19.068,14
Maria da Nazaré Mendonça Luís Barbosa Campos Vilar	14.301,14
José Manuel Cristóvão Veríssimo	14.301,14
	<u>47.670,42</u>

**Revisor Oficial de Contas**Mandatos

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		
		Nome	Nº de insc. na OROC	Nº Registo na CMVM
2022-2024	ROC	Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda.	23	20161381
2022-2024	ROC supl.	Grant Thornton & Associados, SROC, Lda.	67	20161403

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
	Nome	Forma (1)	Data	Contratada			
ROC	Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda.	Despacho	10-05-22	-	2	2	
ROC supl.	Grant Thornton & Associados, SROC, Lda.	Despacho	10-05-22	-	2	2	

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

(1) Indicar AG/DUE/Despacho (D).

Contrato de prestação de serviços

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2023		Valor Anual de Serviços Adicionais - 2023	
	Valor anual €	Identificação do Serviço	Valor anual	Identificação do Serviço
Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda.	18.450,00	Revisão contas		

valores com IVA

Valor pago 16.912,50 euros (com IVA)

**Auditor Externo**

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	Nº OROC	Nº CMVM				
BDO & Associados, SROC, Lda.	725	1122	29-12-22	2023/25	17	17

Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2023		Valor Anual de Serviços Adicionais - 2023	
	Valor anual €	Identificação do Serviço	Valor anual	Identificação do Serviço
BDO & Associados, SROC, Lda.	19.680,00	Auditoria contas		

valores com IVA

Valor pago 13.948,20 euros (com IVA)

Apêndice 2 - Cumprimento das orientações legais

Cumprimento das Orientações legais - 2023	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/ Identificação	Justificação / Refª Relat.
Objectivos de Gestão	N.A.		
Objetivo de gestão 1 ^(a)			
Objetivo de gestão 2 ^(a)			
Objetivo de gestão 3 ^(a)			
Metas a Atingir constantes no PAO 2022	S	100%	
Investimento			
Nível de endividamento			
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	S	100%	
Gestão do Risco Financeiro	N.A.		
Limites de Crescimento do Endividamento	N.A.		
Evolução do PMP a fornecedores	S	-8	
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	0	
Recomendações do acionista na última aprovação de contas	S		
Recomendação 1			
Reservas emitidas na última CLC	S		
Reservas 1			
Remunerações			
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2023	S	0 euros	
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S		
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S		
Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		



Cumprimento das Orientações legais - 2023	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/ Identificação	Justificação / Refª Relat.
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	link no texto acima	
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	link (c)	
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S		
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	S		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	nº: 2; 19.321.190	euros (s/ iva)
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S	Adesão voluntária	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S	Ponto 15	
Contratação de estudo, pareceres, projetos e consultoria (artº 49º do DLEO 2019)	S	Ponto 15	
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	0%	
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	639.434,72	euros
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S	437,07	euros
		entregue a 16.out., 29.dez.23 e 15.mar.24	
Auditorias do Tribunal de Contas ^(b)	S		
Recomendação 1			
Recomendação 2			
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina a Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto	S		
Apresentação da demonstração não financeira	NA		

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa.

(b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.

(c) https://portugalglobal.pt/PT/sobre-nos/conduca-etica/Documents/RAE_PGRCCI-2023.pdf

Análise às contas do exercício

Os documentos contabilísticos apresentados no último capítulo deste relatório, designadamente as Demonstrações Financeiras Individuais e respetivos anexo, reportados ao exercício de 2023 apresentam, só por si, uma visão clara, fiel e integral da situação económica e financeira da AICEP e da sua empresa participada. Neste capítulo pretende-se apresentar resumidamente os principais movimentos ocorridos durante o ano. Para efeitos de comparação, reproduz-se, de seguida, a estrutura patrimonial da AICEP nos anos de 2023 e 2022.

Estrutura Patrimonial (mil Euros)

	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO NÃO CORRENTE		
Ativos fixos tangíveis	1.051	1.196
Propriedades de investimento	37	39
Ativos intangíveis	5.197	4.150
Participações financeiras	39.962	37.207
Outros ativos financeiros	19.024	22.438
Outras contas a receber	4	4
ATIVO CORRENTE		
Clientes, contribuintes e utentes	14	705
Estado e outros entes públicos	181	171
Outras contas a receber	10.671	10.077
Diferimentos	837	895
Caixa e depósitos	175.338	177.211
Total do Ativo	252.316	254.093
PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Património / Capital	114.928	114.928
Prémios de emissão	57.950	57.950
Reservas	93	93
Resultados transitados	-57.663	-39.989
Ajustamentos em ativos financeiros	2.183	1.992
Excedentes de revalorização	192	199
Outras variações no património líquido	2.115	1.992
Resultado líquido do período	-15.183	-28.985
Total do Património Líquido	104.615	108.180
PASSIVO NÃO CORRENTE		
Provisões	6.352	4.226
Passivos por impostos diferidos	17	18
Outras contas a pagar	96.373	132.187
Diferimentos	400	400
PASSIVO CORRENTE		
Credores por transferências e subsídios concedidos	36.746	0
Fornecedores	86	209
Estado e outros entes públicos	1.024	1.079
Fornecedores de investimento	13	96
Outras contas a pagar	2.944	2.846
Diferimentos	3.746	4.852
Total do Passivo	147.701	145.913
Total do Património Líquido e do Passivo	252.316	254.093



No que se refere ao ativo não corrente há a salientar uma variação negativa sofrida a nível dos investimentos financeiros tal como descrito a seguir.

Embora em sentido contrário é de salientar que a participação de 91,185% na AICEP Global Parques, relevada nas contas por aplicação do método da equivalência patrimonial registou um acréscimo de cerca de 2.754 mil Euros, pela conjugação do registo positivo de 6.480 mil Euros, correspondente ao resultado líquido da empresa em 2023 ponderado pela percentagem de participação na empresa e redução de 3.726 mil Euros relativos à distribuição, em 2023, de dividendos do exercício de 2022.

Já no que diz respeito aos outros ativos financeiros, houve lugar à redução de capital no Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento, que se traduziu numa diminuição de 2.894 mil Euros. Houve ainda ajustamentos às imparidades do valor das U.P. dos fundos de capital de risco detidas pela AICEP que, no seu conjunto, contribuíram com um valor negativo de 515 mil Euros, reforço da imparidade no Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grow and Expand e do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Internacionalização nos montantes de 603 mil Euros e 43 mil Euros respetivamente e em sentido contrário, contributo do ajustamentos no Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento no montante de 131 mil Euros e o recebimento do saldo do Fundo de Compensação do Trabalho no montante de 5 mil Euros. Note-se que o valor de 19.024 mil Euros, relativo ao saldo dos outros ativos financeiros, em 2023, inclui o valor da participação no FINOVA, no montante de 6.821 mil Euros, que passou a estar evidenciada nas contas da AICEP, a partir de 2018, para que a mesma possa constar, operacional e estatisticamente, na esfera do Estado. Assim, aquela participação passou a estar integrada no ativo do balanço, tendo por contrapartida um passivo de igual montante na conta “Outros credores”. Quaisquer variações no valor da participação têm imediata e completa equivalência em variações, dos mesmos montantes, no valor do passivo conexo.

Também a rubrica dos ativos intangíveis sofreu um aumento de 1.047 mil Euros derivados das aquisições relacionadas com o processo de transformação digital que a AICEP atravessa.

No ativo corrente importa destacar a rubrica de outras contas a receber com 10.671 mil Euros, onde se destacam os valores dos acréscimos de rendimentos com os projetos próprios – SIAC (5.511 mil Euros) e os correspondentes a candidaturas apresentadas e cofinanciadas no âmbito do Programa INOV Contacto (3.435 mil Euros).

Pela sua importância, 69% do total do Balanço, o valor de depósitos bancários e caixa merece também uma explicação. Neste momento a AICEP tem à sua guarda os valores resultantes dos reembolsos e das devoluções das empresas que foram destinatárias de incentivos no âmbito do Sistema de Incentivos PRIME que, em 31 de dezembro de 2023 ascendiam a cerca de 118 milhões de Euros. O remanescente engloba fundos próprios da AICEP. Tal como pode ser constatado, os depósitos bancários sofreram uma variação negativa de 1.873 mil Euros. Para além dos gastos normais da Agência, contribuíram também pagamentos de incentivos no âmbito do Aviso para apresentação de candidaturas nº 11 – Sistema de Incentivos às Empresas Regime Contratual de Investimento (RCI), num montante de 3,25 milhões de Euros. Por outro lado, em sentido contrário, destacam-se os recebimentos de 11,5 milhões de Euros da DGTF e os 11 milhões de Euros do Turismo de Portugal e



ainda a recebimento relativo à redução de capital no Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento no montante de 2.894 mil Euros.

As rubricas que integram o Património Líquido mantiveram-se estáveis relativamente a 2022, sendo apenas de realçar o aumento desfavorável de 17.674 mil Euros na rubrica de resultados transitados, decorrente do resultado de 2022 e do recebimento de 11.500 mil Euros da DGTF ao abrigo da alínea d) do nº 1 do artigo 38º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, alterado pela Lei nº 75-A/2014, de 30 de setembro, e posteriormente pela Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro, em que ficou determinada a entrada de capital em numerário no valor de 11.500 mil Euros para cobertura de prejuízos da AICEP.

Embora apenas com um peso de 6% do passivo não corrente, o valor das provisões aumentou 2.126 mil Euros. Dado que a AICEP tem vindo a perder ações em tribunal interpostas por colaboradores, em 2023, por prudência, optou por provisionar situações análogas, mesmo que ainda não tenham colocado ações judiciais. Assim, este aumento decorre fundamentalmente dos pagamentos de diuturnidades, de pré-reformas, de prémios de antiguidade e subsídios de função técnica. Tal como consta detalhadamente dos documentos anexos às contas, procedeu-se à sua atualização com base nas ocorrências de 2023, passando no final do ano para um total de 6.352 mil Euros.

A restante percentagem do passivo não corrente, corresponde fundamentalmente à expressão, no passivo, da qualidade da AICEP enquanto intermediária na gestão de fluxos financeiros derivados da aplicação do SIPRIME. Assim, as explicações dadas a propósito dos depósitos bancários têm pleno cabimento na análise desta rubrica.

Relativamente aos diferimentos, de salientar que estão registados 400 mil Euros recebidos do MNE correspondente a uma parcela das receitas dos emolumentos cobrados no âmbito das autorizações de residência para atividade de investimento (ARI) destinados a atividades de diplomacia económica envolvendo a rede externa.

No que se refere ao passivo corrente, importa destacar a rubrica credores por transferências e subsídios, que corresponde ao saldo que a AICEP tem em seu poder, para atribuir apoios no âmbito do aviso 11, conforme anteriormente descrito. Uma vez que estes montantes são para ser pagos com verbas do QCA III que estão na posse da AICEP, durante o ano de 2023 foram transferidos 40 milhões de Euros da rubrica outras contas a pagar, do passivo não corrente, para esta rubrica. Adicionalmente foram pagos três incentivos no montante total de 3.254 mil Euros. Merece ainda registo a rubrica de diferimentos, dado o seu decréscimo de 1.106 mil Euros face a 2022 que se prendeu na sua quase totalidade com o facto de se ter terminado o Protocolo de cooperação com o Turismo de Portugal, relativo à cedência de colaboradores e de pagamento de despesas de promoção do Turismo de Portugal.



Apresenta-se de seguida quadro resumo com a composição do resultado do grupo:

Composição do Resultado do Grupo AICEP (mil Euros)

	2023	2022
Resultados sem participadas e fundos	-21.153	-32.383
Resultados relativos às participadas e fundos		
Contribuição da AICEP Global Parques	6.485	3.922
Imparidades de participações financeiras e outros ativos financeiros	-515	-524
Resultado Líquido do Grupo	-15.183	-28.985

Como se pode constatar no quadro anterior, o resultado da atividade da AICEP foi cerca de 21.153 mil Euros negativos, o que, após consolidação com o resultado das suas participações financeiras, corresponde a cerca de 15.183 mil Euros negativos.

O resultado negativo da atividade da AICEP (15.183 mil Euros negativos), pode-se resumir em grande parte derivado de três fatores. Um dos motivos prende-se com o facto de não ter recebido o montante de 11,5 milhões de Euros referente à transferência do IAPMEI, I.P., prevista no n.º 12 do Mapa de alterações e transferências orçamentais, referido no Artº 7 da lei n.º 24-D/2022 do Orçamento de Estado, tendo recebido este montante da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTf), ao abrigo do capítulo 60, valor este registado na rubrica de resultados transitados, dado que, segundo a Tutela, a sua finalidade foi para cobertura de prejuízos.

Outra das razões está relacionada com o aumento da rubrica de provisões, no final do ano, no montante de 2.387 mil Euros.

Por último, o facto de uma parcela significativa dos estagiários da edição do Programa INOV Contacto, que se realizou em 2023, não ser apoiada por fundos comunitários, por terem sido excluídos do financiamento as regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Algarve e Ilhas, traduzindo-se no não reconhecimento de rendimentos respeitante a estes gastos, que ascendem ao montante de 1.285 mil Euros.

Desde 2015, o financiamento da AICEP tem assentado, fundamentalmente, em transferências correntes provenientes do Turismo de Portugal, I. P., do IAPMEI e do Fundo para as Relações Internacionais.

Contudo, para além da falta de revisão destes valores desde então e a conseqüente desvalorização por força da inflação, a partir de 2022 o IAPMEI deixou de proceder à respetiva transferência corrente, tendo este facto sido compensado por via de transferência de capital da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, a título de cobertura de prejuízos, com o impacto negativos refletido no Resultado Líquido da Agência.



Neste sentido, a AICEP apresentou, em 2023, às tutelas setorial e financeira, uma proposta de um novo modelo de financiamento que permita ultrapassar as permanentes dificuldades verificadas, no sentido de:

- Reorganizar as fontes de financiamento da Agência;
- Atualizar os valores de financiamento;
- Definir cronograma adequado para a materialização desse financiamento;
- Dar sustentabilidade, estabilidade e previsibilidade à gestão da Agência, nomeadamente em matéria de gestão financeira e assunção de compromissos.

Este modelo proposto, que se pretende conseguir implementar em 2025, assenta, eventualmente, na celebração de um contrato de prestação de serviço público entre a AICEP e o Estado português, considerando o estabelecido no artigo 22º dos estatutos da AICEP, para além da inclusão de um mecanismo de bonificação em função do respetivo desempenho.

Interessa, agora, analisar a formação do resultado líquido da AICEP em função da evolução dos respetivos rendimentos e gastos.

Relativamente a 2022, os rendimentos alcançados em 2023 diminuíram em cerca de 11% para um total aproximado de 32,2 milhões de Euros.

A principal variação tem a ver com o facto de em 2022 a AICEP ter reconhecido em rendimentos, em proporção dos gastos com a Expo 2020 Dubai, o que não aconteceu em 2023. Não tendo a AICEP recebido 11,5 milhões de Euros do IAPMEI, consequentemente não os pode registar em rendimentos. Assim, a componente fundamental dos rendimentos teve origem nos pagamentos do Turismo de Portugal, conforme estabelecido na Lei do Orçamento para 2023 e que contribuiu com cerca de 34% do total. A AICEP obteve ainda rendimentos com origem em fontes diversificadas, como sejam, o FRI Fundo para as Relações Internacionais, Turismo de Portugal (Protocolos) e verbas comunitárias.

No que se reporta a gastos, a AICEP incorreu em cerca de 47,3 milhões de euros repartidos, na sua grande parte, por encargos com o pessoal (61%), fornecimentos e serviços externos (20%) e bolsas atribuídas no âmbito do Programa Inov Contacto (9%).

Relativamente às restantes rubricas dos gastos operacionais, em comparação com o ano anterior, regista-se uma diminuição, na sua totalidade, na rubrica de transferências e subsídios concedidos, que em 2022 era constituída exclusivamente pela transferência para o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., que visava conceder um apoio ao Estado de São Tomé e Príncipe via CICL. Registou-se ainda um aumento na ordem dos 2,8% na categoria de gastos com pessoal, enquanto que em relação aos fornecimentos e serviços externos, verificou-se uma forte redução desta rubrica num total 41,5% (menos 6,9 milhões de Euros face ao ano anterior), fundamentalmente pelo decréscimo no valor dos gastos associados com a Promoção (menos 2.832 mil Euros), nas despesas com funcionamento (menos 127 mil Euros), nos gastos relativos à Expo 2020 Dubai (menos 3.833 mil Euros) e nas despesas com a promoção do turismo (menos 205 mil Euros).

As contas consolidadas incluem no seu perímetro a AICEP Global Parques, empresa participada pela AICEP em 91,185%, considerada pelo método de Consolidação Integral.



aicep Portugal Global

Em termos consolidados mantêm-se, sensivelmente, a estrutura patrimonial do ano anterior, sendo que as alterações operadas são, fundamentalmente, determinadas pelas variações ocorridas na AICEP, E.P.E.

O resultado líquido consolidado apresentará a mesma expressão quantitativa do resultado líquido extraído das contas individuais.



Proposta de aplicação de resultados

O Conselho da Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício, negativo em 15.183.325,49 Euros, seja transferido para a conta de Resultados Transitados, devendo subsequentemente a componente positiva de 324.268,46 Euros relativa aos resultados positivos apropriados segundo o método da equivalência patrimonial da AICEP Global Parques, SA, e ainda não distribuídos, seja transferida para a conta de Ajustamentos em Ativos Financeiros.



aicep Portugal Global

Relatório e Contas 2023

Parte II - Demonstrações Financeiras e Orçamentais



Parte II – Demonstrações Financeiras e Orçamentais

Contas Individuais

Demonstração Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras

Demonstração Orçamentais

Contabilidade de Gestão



Contas individuais

Demonstrações Financeiras



aicep Portugal Global

AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL, E.P.E.

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em euros)

Rubricas	Notas	31 dezembro 2023	31 dezembro 2022
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	1.051.498	1.196.043
Propriedades de investimento	6	37.427	38.609
Ativos intangíveis	5	5.196.541	4.149.753
Participações financeiras	7	39.961.866	37.207.404
Outros ativos financeiros	7	19.023.716	22.437.992
Outras contas a receber	10	4.143	4.143
		<u>65.275.189</u>	<u>65.033.943</u>
ATIVO CORRENTE:			
Clientes, contribuintes e utentes	10	14.143	704.638
Estado e outros entes públicos	15	181.363	171.524
Outras contas a receber	10	10.670.534	10.077.412
Diferimentos	11	836.985	894.694
Caixa e depósitos	4/10	175.338.109	177.211.047
		<u>187.041.135</u>	<u>189.059.315</u>
	Total do Ativo	252.316.324	254.093.259
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	12	114.927.980	114.927.980
Prémios de emissão	12	57.950.052	57.950.052
Reservas	12	92.986	92.986
Resultados transitados	12	(57.662.636)	(39.988.780)
Ajustamentos em ativos financeiros	12	2.183.223	1.992.286
Excedentes de revalorização	12	191.709	199.093
Outras variações no Património Líquido	12	2.114.832	1.992.162
Resultado líquido do período		(15.183.325)	(28.985.342)
Interesses que não controlam			
	Total do Património Líquido	<u>104.614.820</u>	<u>108.180.436</u>
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	13	6.352.463	4.226.184
Passivos por impostos diferidos	9	17.254	17.918
Outras contas a pagar	14	96.372.692	132.187.105
Diferimentos	16	400.000	400.000
		<u>103.142.409</u>	<u>136.831.208</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Credores por transferências e subsídios concedidos	14	36.746.250	-
Fornecedores	14	85.620	208.626
Estado e outros entes públicos	15	1.024.445	1.078.614
Fornecedores de investimentos	14	13.197	96.024
Outras contas a pagar	14	2.943.769	2.846.313
Diferimentos	16	3.745.813	4.852.038
		<u>44.559.096</u>	<u>9.081.615</u>
	Total do Passivo	<u>147.701.505</u>	<u>145.912.822</u>
	Total do Património Líquido e Passivo	252.316.324	254.093.259

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

**AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL, E.P.E.**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022*(Montantes expressos em euros)*

Rendimentos e Gastos	Notas	2023	2022
Vendas	17	-	84.270
Prestação de serviços	17	11.000.933	11.025.748
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	7	6.485.308	3.921.985
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	17	(180)	(71.694)
Fornecimentos e serviços externos	19	(9.682.933)	(16.540.521)
Gastos com o pessoal	20	(28.912.228)	(28.126.427)
Transferências e subsídios concedidos	18	-	(15.000.000)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	42.611	42.610
Provisões (aumentos/reduções)	13	(2.386.765)	(445.442)
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	7	(514.758)	(524.587)
Outros rendimentos	22	14.394.891	20.897.326
Outros gastos	23	(4.588.972)	(3.788.630)
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		(14.162.092)	(28.525.362)
Gastos/reversões de depreciação e amortização	21	(1.191.258)	(538.813)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		(15.353.351)	(29.064.175)
Juros e rendimentos similares obtidos	24	360.465	337.873
Juros e gastos similares suportados	25	(57.776)	(115.138)
Resultado antes de impostos		(15.050.662)	(28.841.439)
Imposto sobre o rendimento	9	(132.663)	(143.903)
Resultado líquido do período		(15.183.325)	(28.985.342)
Contabilista Certificado		O Conselho de Administração	



AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL, E.P.E.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Montantes expressos em euros)

Património líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe													
Notas	Capital / Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do património líquido	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	[1]	114.927.980	-	57.950.052	92.986	(39.988.780)	1.992.286	199.093	1.992.162	(28.985.342)	108.180.436	-	108.180.436
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:													
Primeira adoção do novo referencial contabilístico											-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas											-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											-	-	-
Realização de excedentes de revalorização											-	-	-
Excedentes de revalorização e respetivas variações					(188.514)	195.897	(7.383)				-	-	-
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido					11.500.000			122.670	28.985.342	40.608.012		40.608.012	
Resultado Líquido					(28.985.342)	(4.961)				(28.990.303)		(28.990.303)	
	[2]	-	-	-	(17.673.856)	190.936	(7.383)	122.670	28.985.342	11.617.709	-	11.617.709	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	[3]								(15.183.325)	(15.183.325)		(15.183.325)	
RESULTADO INTEGRAL	[4] = [2]+[3]								13.802.016	(3.565.617)		(3.565.617)	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Realizações de capital/património											-	-	-
Entradas para cobertura de perdas											-	-	-
Outras operações											-	-	-
	[5]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	[6] = [1]+[2]+[3]+[5]	114.927.980	-	57.950.052	92.986	(57.662.636)	2.183.223	191.709	2.114.832	(15.183.325)	104.614.820	-	104.614.820

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

**AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL, E.P.E.**

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em euros)

Rubricas	Notas	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		114.199,49	201.041,78
Recebimentos de contribuintes			
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		17.154.929,74	18.031.068,57
Recebimentos de utentes			
Pagamentos a fornecedores		(9.784.088,69)	(15.469.899,49)
Pagamentos ao pessoal		(28.262.844,78)	(28.869.855,37)
Pagamentos a contribuintes/utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios		(7.417.723,23)	(4.890.306,18)
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		(28.195.527,47)	(30.997.950,69)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(60.477,31)	(73.322,78)
Outros recebimentos / pagamentos		9.169.180,17	14.356.703,21
Fluxos das atividades operacionais [a]		(19.086.824,61)	(16.714.570,26)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(192.580,53)	(238.645,76)
Ativos intangíveis		(1.982.581,79)	(1.282.254,12)
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		2.894.192,55	4.771.508,91
Propriedades de investimento			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Transferências de capital		1.000.000,00	1.000.000,00
Juros e rendimentos similares		213.052,92	2.163,32
Dividendos		3.781.803,54	3.070.074,87
Fluxos das atividades de investimento [b]		5.713.886,69	7.322.847,22
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos		11.500.000,00	11.500.000,00
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			(15.000.000,00)
Fluxos das atividades de financiamento [c]		11.500.000,00	(3.500.000,00)
Variação de caixa e seus equivalentes [a]+[b]+[c]		(1.872.937,92)	(12.891.723,04)
Efeito das diferenças de câmbio		843,30	(1.251,03)
Caixa e seus equivalentes no início do período		177.211.047,03	190.102.770,07
Caixa e seus equivalentes no fim do período		175.338.109,11	177.211.047,03



Rubricas	Notas	2023	2022
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		177.211.047,03	190.102.770,07
- Equivalentes a caixa no início do período		(151.200.000,00)	(118.000.000,00)
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		-	-
- Variações cambiais de caixa no início do período		-	-
= Saldo de Gerência anterior		<u>26.011.047,03</u>	<u>72.102.770,07</u>
De execução orçamental		21.077.421,35	64.365.270,88
De operações de tesouraria		<u>4.933.625,68</u>	<u>7.737.499,19</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período		175.338.109,11	177.211.047,03
- Equivalentes a caixa no fim do período		(153.995.814,89)	(151.200.000,00)
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		-	-
- Variações cambiais de caixa no fim do período		-	-
= Saldo para a Gerência seguinte		<u>21.342.294,22</u>	<u>26.011.047,03</u>
De execução orçamental		20.224.535,73	21.077.421,35
De operações de tesouraria		<u>1.117.758,49</u>	<u>4.933.625,68</u>

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



Contas individuais

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais



Contas Individuais

Notas às Demonstrações Financeiras

1. Nota introdutória – Identificação da Sociedade

1. A Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. ("Empresa" ou "AICEP") foi criada mediante o n.º 1 do Art.º 1º do Decreto-Lei n.º 245/2007, de 25 de junho. A AICEP sucedeu à Agência Portuguesa para o Investimento, E.P.E. ("API"), criada pelo Decreto-Lei n.º 225/2002, de 30 de outubro, diploma entretanto revogado. De acordo com o disposto na alínea i) da alínea b), do número 18 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2006, de 30 de março de 2006, publicada no Diário da República, I Série B, de 21 de abril, foi definida a criação da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., integrando as atribuições do ICEP Portugal, I.P. (ICEP - Instituto das Empresas para os Mercados Externos) e as da Agência Portuguesa para o Investimento, E.P.E..
2. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 244/2007, de 25 de junho de 2007, foi extinto o ICEP Portugal, I.P., com referência à data de 30 de junho de 2007. Em resultado da coordenação deste diploma com o disposto no Decreto-Lei n.º 245/2007, também de 25 de junho, com efeitos a 1 de julho de 2007, a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E. sucede à Agência Portuguesa para o Investimento, E.P.E. e integra o património e atribuições do ICEP Portugal, I. P..
3. A AICEP, que mantém a personalidade jurídica da anterior API, é uma pessoa coletiva de direito público com natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial e ainda dos poderes de autoridade pública administrativa inerentes à prossecução do seu objeto, quando atua em representação do Estado, nos termos definidos no Decreto-Lei n.º. 203/2003, de 10 de setembro (n.ºs 1 e 2 do Art.º 1.º dos Estatutos).
4. No âmbito da orgânica do anterior Governo, o Decreto-Lei n.º 119/2013 de 21 de agosto, que republica o DL 86-A/2011 de 12 de julho, refere no seu Art.º 10º, ponto 4, a integração da AICEP na Presidência do Conselho de Ministros, o departamento central do Governo. Por Despacho n.º 11299-A/2013 de 30 de agosto, publicado na IIª série do DR n.º 167, o Primeiro-Ministro delegou os poderes que detinha na AICEP, no Vice-Primeiro-Ministro, com a faculdade de subdelegação no Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e no Ministro da Economia.

Pelo Despacho n.º 15794/2013 de 4 de dezembro, no Diário da República n.º 235, IIª série, o Vice-Primeiro-Ministro define a tutela da AICEP dentro de um quadro global de gestão, em que sob a sua superintendência, é assegurada a coordenação e articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em matéria da diplomacia económica, na estreita colaboração entre a rede consular e a rede externa da



AICEP, assim como com o Ministério da Economia, na definição estratégica das políticas e em ações que visam a promoção das exportações de bens e serviços, a criação de um ambiente favorável à captação de investimento nacional e estrangeiro, e o reforço da internacionalização e competitividade das empresas portuguesas. No mesmo diploma, subdelega no Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (MENE) e no Ministro da Economia (ME) as superintendência e tutela das ações a desenvolver pela AICEP no âmbito das suas atribuições estatutárias relacionadas com as respetivas áreas de intervenção. Assim, foi subdelegada no MENE a superintendência das ações de diplomacia económica, de internacionalização e promoção externa de produtos, de empresas e da economia portuguesas, assim como as de cooperação internacional no domínio da economia e do setor empresarial. No ME está delegada a superintendência das atividades relacionadas com a captação de investimento nacional e estrangeiro, de apoio à internacionalização das empresas portuguesas, a gestão, negociação de fundos de apoio ao investimento e internacionalização das empresas no âmbito dos sistemas fiscais e financeiros em vigor, assim como a recolha, tratamento e difusão das informações macroeconómicas e de mercado.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro de 2015, é confirmada, no seu Art.º 12º, n.º 3, a integração da AICEP no Ministério dos Negócios Estrangeiros, em que o Ministro dos Negócios Estrangeiros exerce, em coordenação com o Ministro da Economia, a superintendência e tutela da AICEP que, nos termos do disposto no n.º 1 do Art.º 25º, tem por missão formular, conduzir, executar e avaliar as políticas de desenvolvimento dirigidas ao crescimento da economia, da competitividade, da inovação, de internacionalização das empresas e de promoção do comércio, da indústria e do investimento. Refere ainda no n.º 5 do Art.º 13º que compete à Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa a promoção de reuniões de coordenação de assuntos económicos e de investimento, visando favorecer a concretização célere de projetos de investimento relevantes, em coordenação com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, com o Ministro-adjunto e com o Ministro da Economia.

5. O Decreto-Lei n.º 229/2012 de 26 de outubro aprovou os Estatutos da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E. e revoga o Decreto-Lei n.º 245/2007, de 25 de junho. Em conformidade com o Art.º 2º dos seus Estatutos, a AICEP rege-se por estes mesmos, pelos seus regulamentos internos e, subsidiariamente, pelo regime jurídico das entidades públicas empresariais, o que significa que está sujeita às normas de direito privado nas suas relações com terceiros, aplicando-se aos atos e contratos por si praticados ou celebrados o previsto na alínea a) do Art.º 47.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.
6. No Decreto-Lei n.º 219/2015, de 8 de outubro procedeu-se à primeira alteração dos Estatutos da AICEP, aprovados em anexo ao Decreto-Lei n.º 229/2012, de 26 de outubro, incluindo nas respetivas atribuições a organização da participação portuguesa em exposições universais e internacionais.



7. O Decreto-Lei n.º 75/2020, de 25 de setembro procedeu à segunda alteração dos Estatutos da AICEP, aprovados em anexo ao Decreto-Lei n.º 229/2012, de 26 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 219/2015, de 8 de outubro, para adaptação do modelo de fiscalização.
8. A AICEP tem por objeto, nos termos do Art.º 5º dos Estatutos, "o desenvolvimento e a execução de políticas estruturantes e de apoio à internacionalização da economia portuguesa".
9. As atribuições da AICEP estão descritas no Art.º 6º dos Estatutos do modo seguinte:
 - a) "Com vista à realização do seu objeto, são atribuições da AICEP:
 - b) Contribuir para a competitividade das empresas portuguesas através da sua internacionalização, da promoção e aumento das exportações e do investimento direto estrangeiro no País;
 - c) Participar na conceção, aplicação e avaliação das políticas de apoio e desenvolvimento das estratégias empresariais de investimento nacional e internacional;
 - d) Contribuir para um contexto de eficiência propício e adequado ao investimento, internacionalização das empresas portuguesas e aumento das exportações;
 - e) Promover condições favoráveis à captação de investimento estrangeiro para Portugal, em parceria com os vários agentes públicos e privados;
 - f) Apoiar, coordenar e estimular o desenvolvimento de ações de cooperação externa no domínio do sector empresarial;
 - g) Apoiar, coordenar e estimular iniciativas de divulgação e promoção no estrangeiro das competências, produtos e serviços das empresas nacionais, incluindo as referentes à participação portuguesa em exposições universais e internacionais;
 - h) Gerir, negociar e participar no desenvolvimento, caso a caso, de apoios ao investimento em Portugal e às empresas portuguesas no exterior, no âmbito dos sistemas de incentivos em vigor;
 - i) Gerir e negociar programas de apoio relacionados com a promoção das marcas portuguesas e com a promoção da internacionalização da economia portuguesa;
 - j) Gerir fundos de apoio ao investimento constituídos pelas verbas provenientes dos reembolsos dos incentivos financeiros atribuídos ou a atribuir a projetos de investimento, que nos termos da lei possam ser atribuídos à AICEP, E. P. E.;
 - k) Acompanhar projetos de investimento em Portugal e projetos de internacionalização no exterior, nos termos previstos no artigo anterior;
 - l) Conceber e propor acordos de cooperação económica empresarial em colaboração com outras entidades oficiais, participando na sua negociação e execução;
 - m) Promover, constituir e participar em empresas ou outras formas de associação que tenham por objeto o reforço da competitividade e da imagem de Portugal nos mercados externos e a internacionalização das atividades dessas empresas;



- n) Constituir ou participar em entidades de direito privado e participar direta ou indiretamente na gestão de parques industriais e áreas de localização empresarial;
 - o) Colaborar, em articulação estratégica com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), no desenvolvimento da cooperação económica externa, bilateral, regional e multilateral;
 - p) Promover o fortalecimento da diplomacia económica de forma unificada com os serviços periféricos externos do MNE;
 - q) A recolha, tratamento e difusão das informações macroeconómicas e de mercados."
10. No que respeita à rede externa, esta articula-se com as várias áreas de intervenção da Agência, podendo igualmente prestar "serviços para a realização de ações de promoção da oferta portuguesa em áreas de atividade não abrangidas pelo seu objeto", conforme previsto no Art.º 7.º dos Estatutos. A atividade da rede externa da AICEP deverá ser articulada com os órgãos e serviços do Estado no estrangeiro, particularmente com a rede diplomática e consular, com vista ao aumento da eficácia da representação de Portugal no exterior. Pelo Art.º 8.º dos seus Estatutos, a AICEP está incumbida de promover as ações necessárias junto das autoridades públicas, com vista à eficiência e competitividade propícias à internacionalização da economia portuguesa.
11. O modo como o ICEP se encontrava organizado no estrangeiro, determinou particulares relacionamentos com a rede diplomática donde resultou que a organização tivesse sido suportada por recurso a processos não completamente formalizados em nome daquele Instituto e com a respetiva identificação fiscal, o que tem implicado que nem toda a documentação esteja em nome da AICEP. A AICEP solicitou ao Tribunal de Contas e à Inspeção-Geral de Finanças autorização para a continuação daquela prática, tendo obtido respostas negativas. Dada a complexidade do problema, o Conselho de Administração da AICEP tem promovido o seu estudo e a implantação das práticas corretas, com a finalidade de extinguir estes procedimentos. Apesar das dificuldades, têm-se resolvido todas as questões, restando neste momento um pequeno número que se encontra em vias de sanção.
12. Quanto à gestão e negociação de sistemas de incentivos ao investimento, através do Art.º 9.º dos Estatutos, é atribuído à AICEP o papel de "organismo responsável pela administração e gestão dos sistemas de apoios e incentivos que lhe sejam atribuídos pela lei, respeitantes a projetos de investimento, à internacionalização das empresas e à promoção externa das marcas portuguesas", podendo, excecionalmente, tais incentivos "incluir específicas contrapartidas para atenuar custos de contexto". A AICEP deve ainda "propor ao membro do Governo responsável pelo sistema de incentivos em causa novos sistemas e melhorias aos sistemas de incentivos vigentes, dentro da cabimentação prevista, em função da avaliação que faça quanto às necessidades de cumprimento do seu objeto e aproveitando as melhores práticas de países concorrentes" (n.º 4. do Art.º 9.º dos Estatutos). Releva referir que a AICEP dispõe, em exclusivo, do regime contratual de investimento, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 191/2014 de 31 de dezembro.



13. No que respeita ao capital de risco e de desenvolvimento, a AICEP, nos termos Art.º 10.º dos Estatutos, "pode ser titular de unidades de participação de fundos de capital de risco e similares e deter participações em entidades gestoras desses fundos, em sociedades de capital de risco ou similares e em sociedades gestoras de participações sociais ou similares, desde que qualquer desses fundos ou sociedades seja instrumental para o seu objeto".
14. Na atribuição referente à localização empresarial, a AICEP poderá, em conformidade com o Art.º 11.º dos Estatutos, "participar em entidades especializadas na gestão de parques empresariais ou em sociedades gestoras de áreas de localização empresarial de modo a dispor de instrumentos que facilitem a disponibilização de espaços infraestruturados para a implantação física de investimentos".
15. O capital estatutário da AICEP foi estabelecido, nos termos do n.º 1 do Art.º 4º dos Estatutos, no valor inicial de 110 milhões de Euros, tendo sido aumentado durante o exercício de 2008 em 4,9 milhões de Euros, conforme determinado por Despacho Conjunto dos Ministros de Estado e das Finanças e da Economia e Inovação. O Capital é detido integralmente pelo Estado. Com o início da atividade da API, o capital de 110.000.000 Euros foi realizado pelo montante de 162.840.541 Euros, com um prémio de emissão de 52.840.541 Euros. No exercício de 2008 o aumento de capital de 4.927.980 Euros foi realizado pela conversão de créditos do Estado nos montantes de 2.212.992 Euros e 1.633.749 Euros e pela cessão de crédito detido pelo Estado no montante de 1.081.239 Euros.
16. A indicada realização do capital estatutário inicial de 110 milhões de Euros consistiu, nos termos do Despacho Conjunto da Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Economia, na entrega de meios de investimento em entidades adstritas a atividades consonantes com a gestão e negociação de apoios de capital de risco e com a gestão de parques industriais e áreas de localização empresarial, estatutariamente contempladas, a saber:
- Investimentos em entidades ligadas ao capital de risco e de desenvolvimento:
- Ações representativas da totalidade ou de parte de capitais sociais:
 - o inteiro capital social de IPE - Estudos e Projetos Internacionais, S.A. (entretanto extinto);
 - 86% do capital social de IPE Capital - Sociedade de Investimento, S.A. (posteriormente designada por AICEP Capital Global, atualmente extinta);
 - 40% do capital social do FIEP Fundo para a Internacionalização das Empresas Portuguesas, S.A. ("FIEP") (entretanto extinto).
 - Unidades de participação nos fundos:
 - 45% do capital do FRIE IPE Capital I;
 - 92% do capital do FCR IPE Capital Tecnologia;
 - 7% do capital do FRIE IPE Capital Retex/Paiep.



Investimentos em entidade de gestão de parques industriais e áreas de localização empresarial:

- ações representativas da totalidade do capital social de Isósceles - Compra, Venda e Exploração de Imóveis, S.A. (atualmente designada por AICEP Global Parques);
- empréstimo a esta sociedade.

17. Sobre o regime patrimonial e financeiro da AICEP, estabelece o Art.º 22.º dos Estatutos que são receitas desta entidade, no exercício dos poderes de autoridade pública administrativa:

- a) Uma comissão de gestão devida pelo Estado por serviços prestados, fixada e regulamentada por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos negócios estrangeiros, incidente sobre o saldo do investimento acompanhado pela AICEP, entendendo-se como tal o somatório dos valores efetivamente investidos que hajam sido objeto de apoios e incentivos de qualquer natureza contratados, e que estejam em acompanhamento pela AICEP;
- b) Uma comissão de gestão resultante da ação da Agência, fixada e regulamentada por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos negócios estrangeiros, calculada sobre o contributo da AICEP, para as exportações de bens e serviços e o seu valor acrescentado;
- c) Comissões de gestão devidas por entidades participadas maioritariamente pela AICEP.

São igualmente receitas da AICEP, de acordo com o n.º 2 do Art.º 22.º:

- d) Juros ativos;
- e) Dividendos e remunerações de capital;
- f) Dotações do OE para projetos especiais a cargo da AICEP;
- g) Remunerações por serviços prestados a empresas, por solicitação destas, institutos ou outras entidades que se situem para além do âmbito corrente dos serviços da AICEP;
- h) Receitas, designadamente pelo produto da venda de publicações e outros documentos;
- i) Rendimentos provenientes da gestão do seu património mobiliário e imobiliário e de outros bens próprios e do produto da sua alienação e da constituição de direitos sobre eles, designadamente os montantes de empréstimos ou outras operações financeiras que seja, nos termos legais, autorizada a contrair;
- j) Quaisquer outras receitas que lhe sejam atribuídas por lei, ato ou contrato ou lhe possam advir do exercício das suas atribuições.

18. A atividade da AICEP desenvolve-se, em decorrência do exposto, nas seguintes vertentes, com interesse para a sua caracterização económica, financeira e contabilística e, imediatamente, para a compreensão das demonstrações financeiras correspondentes ao exercício de 2023:

- Realização das ações inerentes à contribuição para um contexto de eficiência propício e adequado ao investimento, à gestão e negociação de sistemas de incentivos ao investimento e ao acompanhamento de grandes projetos de investimento já realizados ou em curso de realização,



mediante ações que têm implicado reduzidos investimentos em ativos e que envolvem gastos operacionais significativos, proporcionando rendimentos substanciais em "Comissão de gestão" a pagar pelo Estado (cf. Art.º 22º dos Estatutos);

- Gestão dos investimentos em participações em capitais de sociedades e em fundos de investimento, com assinalável incidência no balanço da situação patrimonial, dada a elevada importância dos ativos associados, e com os reflexos nos resultados da AICEP decorrente dos resultados das sociedades participadas e da valia das unidades de participação em fundos;
- Execução de iniciativas de promoção e divulgação das atividades económicas desenvolvidas em Portugal, nomeadamente no comércio de bens e serviços; apoio a projetos de internacionalização das empresas; e promoção da imagem de Portugal e das marcas portuguesas no exterior com impacto nas exportações e internacionalização e captação do investimento, em colaboração com as entidades competentes.

19. Em 2009, ano de encerramento do Quadro Comunitário de Apoio III (QCA III), foram pagas todas as verbas dos incentivos atribuídas aos projetos de investimento que se candidataram e foram objeto dos apoios financeiros previstos no programa PRIME, onde a AICEP desempenhou o papel de entidade gestora e pagadora das verbas destinadas aos projetos acompanhados por si. Essas verbas do Programa PRIME eram canalizadas pelo IAPMEI para a AICEP que, por seu lado, fazia a sua entrega aos promotores dos investimentos após a aprovação, pelas diversas entidades envolvidas, da análise e avaliação efetuadas pelos seus Técnicos à concretização dos referidos projetos. Tendo sido esgotadas as verbas atribuídas no âmbito do QCA III, e apesar do seu término, este facto não significou que o acompanhamento desses projetos tenha cessado, visto que os efeitos decorrentes dos contratos assinados com os seus Promotores se prolongam para além do prazo do programa, nomeadamente o acompanhamento do cumprimento dos planos de reembolsos dos incentivos que é efetuado por intermédio da AICEP. Em 2023 continuaram a ser recebidos reembolsos no âmbito do QCA III.

No final de 2007, teve início o novo programa comunitário QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional, que vigorou entre 2007 e 2013, tendo a AICEP intervenção em diversos programas operacionais como entidade gestora na atribuição e acompanhamento dos incentivos a projetos de investimentos na esfera das suas atribuições, mas não como entidade pagadora dos incentivos financeiros. Tal como no quadro anterior, o acompanhamento dos projetos de investimento manter-se-á para além do final do programa, nos termos dos contratos assinados com cada empresa quanto ao plano de reembolsos aprovado, recebendo a AICEP os respetivos reembolsos.

Em 2014 iniciou-se o novo Quadro Comunitário, designado por Portugal2020, que vigorou de 2014 a 2020. A AICEP continuou a assumir neste Quadro o seu papel de organismo especialista na vertente da internacionalização do tecido económico português e de captação de investimento estrangeiro, tendo sido responsável, na área do Sistema de Incentivos, pelos projetos de internacionalização da Medida "Qualificação e Internacionalização" e por diversas tipologias de projetos do Regime Contratual. O ano 2021 correspondeu ao último ano de aprovações de candidaturas ao abrigo do Portugal2020 concentraram-se as candidaturas nas tipologias mais complexas e de maior dimensão, em particular nos



Sistemas de Incentivos à Inovação Produtiva e à Investigação & Desenvolvimento Tecnológico (I&DT) ao abrigo do Regime Contratual de Investimento. Efetivamente, no âmbito dos projetos de investimento o ano ficou marcado pelo retomar da análise e das negociações de diversos projetos/contratos que se mantiveram em standby durante 2020 e os primeiros meses de 2021 - período crítico da pandemia associada à doença COVID-19 - e, por outro, o lançamento dos derradeiros Concursos do Portugal2020. Manteve a sua atuação ao nível do acompanhamento e verificação da execução dos beneficiários.

Para além deste Quadro Comunitário de Apoio, em 2020 iniciou-se um novo pacote de ajudas com verbas comunitárias, tendo Portugal apresentado o seu PRR - Plano de Recuperação e Resiliência em abril de 2021. Neste âmbito, a AICEP integra os Comités Coordenadores e respetivas Comissões de Seleção de diversas componentes, ao nível de investimentos de internacionalização e investimento estrangeiro, sendo ainda entidade Gestora da Medida "Internacionalização via e-commerce".

Em 17 de maio de 2021, foi publicado o Aviso para apresentação de candidaturas nº 11 - Sistema de Incentivos às Empresas Regime Contratual de Investimento (RCI) e que definia a AICEP como entidade responsável pela análise dos projetos, bem como pelo pagamento dos incentivos, o que não acontecia desde o QCA III. Para esse efeito, a Agência utilizaria reembolsos de anteriores quadros comunitários que estão à sua guarda, nomeadamente do QCA III e PEDIP's.

De acordo com o referido aviso: "A entidade designada por contrato de delegação de competências que assegura a análise das candidaturas no âmbito do presente Aviso é a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E. (AICEP), a quem cabem as competências de análise, negociação e contratualização dos projetos que se enquadrem no Regime Contratual de Investimento nos termos do Decreto-Lei n.º 191/2014, de 31 de dezembro. No âmbito do presente Aviso a AICEP é igualmente a entidade competente para a realização dos pagamentos dos apoios concedidos."

No decorrer de 2022 e 2023, a Agência analisou e foram aprovadas diversas candidaturas ao abrigo do referido aviso, sendo que, com a consequente assinatura dos contratos de investimento, foi apresentado e pago um primeiro pedido de pagamento no valor de 1,36 milhões de Euros em 2022 e três pedidos de pagamento em 2023 num total de 2,46 milhões de Euros.

De referir que a AICEP também é beneficiária de um conjunto de medidas de apoio comunitário no âmbito do Portugal2020 e do PRR, apoios estes dirigidos à sua atividade promocional, programa INOV Contacto e projeto de Transformação Digital da Agência. Estão envolvidos apoios dos Sistemas de Incentivo SIAC - Ações Coletivas e SAMA - Modernização Administrativa, do POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego e da Medida de Transformação Digital das entidades tuteladas pelo MNE do PRR.

20. No balanço da AICEP, individual e consolidado, constam, no Ativo, em contas de Depósitos à Ordem, e no Passivo, na conta de Outras contas a pagar, os montantes já recebidos dos promotores, a título de reembolso ou devolução. O total dos montantes de ambas as naturezas, representava em 31 de dezembro de 2023, um saldo de 118.039.564 Euros. Os montantes de incentivo reembolsável e o idêntico montante a devolver ao gestor destes fundos, unicamente após o reembolso por aqueles promotores ascendia, no termo de 2023, a 24.571.947 Euros. De acrescentar que não existe para a AICEP qualquer risco de crédito nos movimentos dos incentivos, uma vez que esta instituição apenas está vinculada, por um lado, a



efetuar as correspondentes entregas aos promotores depois da transferência das importâncias pelo IAPMEI e, por outro lado, a devolver as importâncias devidas, posteriormente ao seu reembolso pelos promotores.

21. Em agosto de 2008, por Despacho da Direção Geral do Orçamento, foi dado parecer no sentido de que os saldos do ex-ICEP deverão constituir receita da AICEP. Neste contexto a AICEP passou a registar a utilização daqueles saldos por contrapartida de rendimentos, na medida das necessidades para cobertura dos prejuízos, de modo a apurar um resultado nulo nos exercícios de 2008 a 2010, antes do registo dos ajustamentos em Investimentos financeiros e apuramento do imposto corrente e diferido. Foram utilizados os montantes de 22.330.560, 30.379.790 e 593.583 Euros em despesa de funcionamento nos exercícios de 2008 a 2010, respetivamente, tendo sido registado o rendimento nos mesmos valores com contrapartida em rendimentos diferidos.
22. No exercício de 2023, os rendimentos operacionais da AICEP, no montante total de 31.923.743 Euros, subdividem-se como segue:
- a) 11.000.000 Euros, a título de comissão de gestão, referente a verba recebida do Turismo de Portugal, pela transferência prevista no n.º 11 do Mapa de alterações e transferências orçamentais, referido no Artº 7 da lei n.º 24-D/2022 do Orçamento de Estado;
 - b) 1.000.000 Euros, a título de comissão de gestão, referente a verba recebida do FRI - Fundo para as Relações Internacionais, transferência prevista no n.º 6 do Mapa de alterações e transferências orçamentais, referido no Artº 7 da lei n.º 24-D/2022 do Orçamento de Estado;
 - c) 114.962 Euros para o financiamento dos encargos decorrentes da participação portuguesa da Expo 2020 Dubai, referente a verba recebida do FRI - Fundo para as Relações Internacionais, pela transferência prevista no n.º 14 do Mapa de alterações e transferências orçamentais, referido no Artº 7 da lei n.º 12/2022 do Orçamento de Estado;
 - d) 6.093.379 Euros resultantes da celebração de um Protocolo de cooperação com o Turismo de Portugal de cedência de colaboradores e de pagamento de despesas de promoção do Turismo de Portugal, num total de 5.900.000 Euros, pela transferência prevista no n.º 10 do Mapa de alterações e transferências orçamentais, referido no Artº 7 da lei n.º 24-D/2022 do Orçamento de Estado;
 - e) 5.749.223 Euros relativos ao reconhecimento em rendimentos do PT2020 de financiamentos de despesas de projetos cujo promotor é a própria AICEP;
 - f) 506.022 Euros relativos ao reconhecimento em rendimentos do PRR de financiamentos de despesas de projetos cujo promotor é a própria AICEP;
 - g) 8.025 Euros relativos a inserções publicitárias na revista da AICEP;
 - h) 16.988 Euros relativos ao arrendamento de instalação;
 - i) 71.658 Euros relativos à restituição de impostos na Rede Externa;
 - j) 6.485.308 Euros relativos à aplicação do Método da Equivalência Patrimonial;
 - k) 706.164 Euros relativos a subsídios e transferências para investimentos;
 - l) 42.611 Euros relativos a reversões de perdas por imparidade em dívidas a receber;



m) 129.403 Euros referentes a outros rendimentos diversos.

23. A AICEP apresenta, relativamente ao exercício de 2023, demonstrações financeiras individuais, elaboradas com aplicação do método da equivalência patrimonial no que respeita à valorimetria dos investimentos financeiros em partes de capital, e contas consolidadas com aplicação do método de consolidação integral conforme se explica na nota 3.6.

O Resultado Líquido do Exercício de 2023, nas contas individuais da AICEP, negativo de 15.183.325 Euros, pode sumariamente discriminar-se como segue:

Resultados da atividade sem participadas	
Gastos	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	180
Fornecimentos e serviços externos	9 682 933
Gastos com o pessoal	28 912 228
Gastos de depreciação e de amortização	1 191 258
Provisões do período	2 386 765
Outros gastos e perdas	4 588 972
Gastos e perdas de financiamento	57 776
Total gastos	46 820 112
Rendimentos	
Vendas e Prestações de serviços e concessões	11 000 933
Reversões	42 611
Outros rendimentos e ganhos	14 394 891
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	360 465
Total rendimentos	25 798 900
Impostos sobre o rendimento do exercício	132 663
Resultado antes de resultados na participada	(21 153 875)
Resultados relativos às participadas	
Método de equivalência patrimonial	6 485 308
Imparidades relativas às participações financeiras	(514 758)
Total de Método de Equivalência Patrimonial e Imparidades	5 970 550
Resultado Líquido do Exercício	(15 183 325)



24. Os indicados resultados relativos à aplicação do Método de Equivalência Patrimonial e registo de Ajustamentos, podem ser discriminados, com referência às participações financeiras, como segue:

Método de equivalência patrimonial

AICEP Global Parques, SA	6 485 308
	<u>6 485 308</u>

Imparidade de ativos financeiros – Fundos

FCR Portugal Ventures GPI	131 277
FCR Portugal Ventures Internacionalização	(42 798)
FCR Portugal Ventures Grow and Expand	(603 236)
	<u>(514 758)</u>

25. Em 2012, como divulgado e detalhado no respetivo Anexo às contas desse ano, no âmbito da reestruturação das empresas e fundos de capital de risco público, a AICEP Capital Global, SA foi extinta e incorporada por fusão, na Portugal Capital Ventures-SCR, SA, da qual, a AICEP passou a deter 1.568.648 ações representativas de 19,41% do seu capital social, e valorizadas no seu balanço por 8.671.434 Euros. Previamente a esta operação de fusão, a AICEP Capital Global, SA sofreu uma redução do seu capital no montante nominal de 18.000.000 Euros, tendo a AICEP E.P.E. recebido, em contrapartida, 9.011.954 Euros em dinheiro e 8.988.945 Euros em unidades de participação (UP's) nos Fundos de Capital de Risco Portugal Ventures GPI (424 UP's) e Portugal Ventures III (9 UP's). Estas unidades de participação foram objeto de uma avaliação independente reportada a 30 de junho de 2012.
26. Também em 2012, aquando da fusão, conforme citado no ponto anterior e de acordo com a metodologia adotada pela AICEP no que respeita aos ajustamentos de justo-valor positivos para o setor do Capital de Risco, a valoração dessas UP's foi objeto de ajustamento face ao seu valor contabilístico em 31 de dezembro de 2011 (incluindo a anulação dos ajustamentos de justo valor positivo), do qual resultou uma desvalorização de 602.289 Euros contabilizada por contrapartida de capital próprio (reserva de fusão).
27. No início de 2013 houve lugar à fusão do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures II (FCR PV II) e do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures III (FCR PV III) por incorporação no Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento (FCR PV GPI), mediante integração no seu património, de todos os ativos e passivos dos outros dois fundos com referência a 31 de dezembro de 2012. A fusão operou-se nas seguintes condições:
- Transferência da totalidade do ativo e do passivo, bem como deveres legais, do FCR PV II e do FCR PV III para o FCR PV GPI pelos valores inscritos nas respetivas contabilidades, assim como a cessão da posição contratual para o FCR PV GPI em todos os contratos celebrados pelos primeiros;
 - Aumento de capital do FCR PV GPI de 65.400.000 Euros para 71.971.504,09 Euros, pela emissão de 336.781 novas unidades de participação ordinárias, com o preço de emissão correspondente ao valor



da unidade de participação em 31 de dezembro de 2012 do FCR PV GPI a 19.512,70 Euros resultante da integração dos ativos e passivos do FCR PV II e do FCR PV III.

28. Em junho de 2015 foi efetuada uma operação de cisão do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento (FCR PV GPI) para constituir o Fundo de Capital de Risco Portugal Global Ventures I (FCR PGV I). A Cisão foi efetuada e realizada através da transferência de depósitos bancários do FCR PV GPI mantendo-se no novo fundo a mesma estrutura acionista, ou seja, a AICEP manteve no novo fundo uma participação de 78,22%. Durante o ano de 2019, a AICEP reforçou a subscrição neste FCR, que se passou a designar por Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grow and Expand (FCR PV G&E), cabendo à Agência 23.380.118,58 Euros correspondentes a 2.661.467,022 unidades de participação, equivalentes a uma participação de 78,69%. No final de 2019 encontravam-se por realizar 2.400.360 Euros, valor este que foi realizado no decorrer de 2020.
29. No âmbito da resolução dos créditos do Estado Português sobre a Qimonda foi constituída a sociedade Nanium, tendo sido atribuídas ao Estado Português 2.682.446 ações, com o valor nominal 1 Euro por ação, no valor total de 2.682.446 Euros, do respetivo capital social. Circunstancialmente aquelas ações ficaram em nome da AICEP e, por determinação tutelar, as mesmas ações ficaram sob gestão da AICEP, não integrando, naturalmente, o seu património. Todavia, acatando as recomendações do acionista Estado, nas notas referentes a aprovação de contas, nomeadamente do ano de 2013, e perspetivando-se a alienação da Nanium, face à oferta de compra entretanto apresentada, a AICEP reconheceu, em 2016, no seu ativo, a participação financeira na Nanium, SA, na conta "Ativos Não Correntes Detidos para Venda", ao valor que a empresa estava a ser avaliada para venda, 478.684 Euros e que correspondeu a uma proposta formal e vinculativa em 1 de fevereiro de 2017. Foi também reconhecido o valor de 7.813.887 Euros, relacionado com o valor dos incentivos ainda não reembolsados.
- A operação de alienação foi autorizada pelo Senhor Secretário de Estado do Tesouro, Despacho nº 219/2017-SET, de 8 de maio de 2017, tendo ficado demonstrado o interesse da alienação daquela participação, bem como ficou demonstrado a viabilidade económica e financeira desta operação.
- A venda veio a acontecer em maio de 2017, conforme contrato realizado entre a compradora e os acionistas, tendo por base as condições e valores que resultaram do Despacho, proferido em 9 de maio de 2017, pelo Senhor Secretário de Estado da Internacionalização, no qual se refere que "o Estado Português receberá de imediato 7.183.886 Euros associados aos créditos remanescentes em dívida provenientes dos incentivos ainda não reembolsados, acrescidos de 478.684 Euros associados aos instrumentos de capital, bem como a quota parte-devida dos recebimentos futuros resultantes do processo de insolvência da Qimonda".
30. A partir de 2015 a AICEP entrou no perímetro da consolidação de contas do estado, estando sujeita à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) através do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, tendo por esse facto havido uma mudança de critério, face a exercícios anteriores, nomeadamente no que dizia respeito ao resultado líquido nulo antes de MEP, passando agora a serem



reconhecidos como rendimentos a totalidade dos montantes recebidos no ano, via IAPMEI e Turismo de Portugal, dos valores inscritos no Orçamento de Estado.

31. Durante os anos de 2022 e 2023 houve lugar à redução de capital no FCR Portugal Ventures GPI respetivamente nos montantes de 4.771.509 Euros e 2.894.193 Euros, mantendo-se, contudo, a percentagem de participação.

32. Durante o ano de 2020, na sequência do Decreto-Lei n.º 63/2020 de 7 de setembro, foi regulada a atividade e funcionamento do Banco Português de Fomento, S.A. (BPF) e aprovados os respetivos estatutos (cf. n.º 1 do art.º 1.º).

De acordo com o n.º 2 do art.º 1.º, verificou-se a fusão por incorporação da PME Investimentos - Sociedade de Investimento, S. A., além de outra, na então SPGM - Sociedade de Investimento, S. A., que passou, exatamente, a denominar-se do Banco Português de Fomento, S.A.

Após esta fusão, a AICEP, que detinha uma participação na PME Investimentos de 1,14%, passou a deter uma participação de 0,278% no BPF, com o valor nominal de 595.815,84 Euros, representado por ações com valor nominal unitário de 1 euro, nos termos da al. d) do n.º 1 do art.º 4.º.

Simultaneamente, mas metodologicamente a seguir, e nos termos do n.º 2 do art.º 4.º, foi realizado um aumento de capital do BPF para 255.000.000 Euros, representado por igual número de ações, tendo nesse aumento de capital a AICEP realizado uma parcela no montante de 9.023.592 Euros, mediante a entrega espécie da sua participação de 19,41% na Portugal Capital Ventures - Sociedade de Capital de Risco, S. A. (Portugal Ventures).

Para o efeito foi realizada uma avaliação desta participação, nos termos do art.º 28.º do CSC, que atribuiu o valor de 9.022.607 Euros, correspondente, na prática, ao referido aumento de capital social no BPF.

Após estas operações, a AICEP fica titular de 3,77% do BPF, correspondente a 9.619.407 ações, com idêntico valor nominal em Euros.

A participação da AICEP na Portugal Ventures que foi transmitida ao BPF, tinha o valor contabilístico líquido de 7.705.924 Euros.

De acordo com o n.º 10 da NCP 18, as ações do BPF adquiridas no aumento de capital, são valoradas pelo justo valor, que é, na prática, o valor do aumento de capital do BPF, realizando-se, então, um resultado positivo, no ano, de 1.317.668 Euros.

Por sua vez, adotando idêntico critério, designadamente para igualdade de tratamento e melhor compreensão das demonstrações financeiras, a participação da AICEP no BPF por efeito da fusão, é, também, registada pelo valor nominal da participação recebida.



Deste modo:

- a) Participação final no BPF – 9.619.407,00 Euros – valor nominal e registo na contabilidade da AICEP
- b) Participações transmitidas para o BPF
 - i. Por efeito de fusão - 1,14% da PME Investimentos – valor contabilístico de 222.469,95 Euros
 - ii. Por efeito de aumento de capital - 19,41% na Portugal Ventures – valor contabilístico, líquido de imparidade no montante de 7.705.924,00 Euros

Em 2022 houve lugar ao aumento de capital social do BPF de 250 milhões de euros para 505 milhões de euros, pelo que a AICEP ficou titular de 1,9% do BPF, correspondente às 9.619.407 ações.

Durante os anos de 2022 e 2023 foram recebidos respetivamente dividendos do BPF no montante de 316.785 Euros e 74.558 Euros.

33. Os subsídios SAMA e PRR incorporam uma componente que se destina a financiar despesas correntes (exploração) e outra componente para financiar despesas com investimento (ativos intangíveis). Em 2022 e 2023 foram contabilizados respetivamente em património líquido, na rubrica de “Outras variações no património líquido”, a crédito, 1.186.622 Euros e 864.448 Euros, pelo valor efetivamente recebido a título de subsídios ao investimento, e a débito, 266.990 Euros e 194.501 Euros, relativo ao valor do passivo por imposto diferido associado. Durante 2023 foram reconhecidos em rendimentos 706.164 Euros de subsídios ao investimento, ficando um valor líquido de 122.760 Euros a serem reconhecidos numa base linear de acordo com as amortizações dos ativos subjacentes àqueles investimentos.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 19 de abril de 2024.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras anexas, relativas ao exercício de 2023 foram elaboradas no âmbito do SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. Este novo referencial contabilístico enquadra-se na reforma da administração financeira do Estado. O ano de 2018 foi o primeiro exercício da aplicação deste novo normativo contabilístico.

Não existiram, no decorrer do exercício, casos excecionais que implicassem a derrogação de disposições previstas pelo SNC-AP que pudessem inferir na imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.



3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas de Contabilidade Pública, integradas no SNC-AP.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, e de acordo com o Classificador complementar 2 – cadastro e vida útil dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, integrante do SNC-AP.

As taxas de depreciações utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Classe de bens</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	5-10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4-8
Outros ativos fixos tangíveis	4-8

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.



O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os ativos fixos tangíveis correspondentes a terrenos, edifícios e outras construções encontram-se registados de acordo com o modelo de revalorização, correspondendo a sua quantia escriturada ao seu justo valor na data da última revalorização deduzido de amortizações e de perdas por imparidade acumuladas.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica “Excedentes de revalorização”, exceto se o mesmo reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações negativas são registadas diretamente na rubrica “Excedentes de revalorização” até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização respetivo ao ativo, incluído no capital próprio, é transferido para a rubrica “Resultados transitados”.

3.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos em funcionamento, deduzido de amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, e de acordo com o Classificador complementar 2.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Bem</u>	<u>Anos</u>
Projetos de desenvolvimento	3
Programas de computador	3
Outros Ativos intangíveis	3

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo intangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações



acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.4 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas ao custo. Subsequentemente, as propriedades de investimento são mensuradas de acordo com o custo deduzido de amortizações acumuladas.

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais para além do inicialmente estimado são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

As propriedades de investimento são depreciadas à taxa de 2% ao ano, de acordo com as taxas máximas legalmente fixadas no Classificador complementar 2.

Desde 2012 que a AICEP detém apenas uma propriedade de investimento, para a qual foi efetuada avaliação a 31 de dezembro de 2017 por perito externo independente. Uma vez que não existiram grandes variações no mercado imobiliário, em 2023 manteve-se a avaliação, não se verificando qualquer imparidade.

As outras duas propriedades de investimento existentes foram transferidas, em 2012, para os ativos fixos tangíveis por passarem a ser utilizadas por Serviços da AICEP, como instalações próprias, ao valor registado no balanço por não se ter verificado qualquer imparidade após avaliação por entidade externa independente.

3.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa e propriedades de investimento, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre o justo valor deduzido de custos para vender e o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto



aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações e amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.6 Participações financeiras em subsidiárias e outras participações financeiras

Participações financeiras em subsidiárias

As participações em subsidiárias são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.



À data de 31 de dezembro de 2023 a AICEP apenas detém uma participação numa empresa subsidiária - AICEP Global Parques, SA.

As contas da AICEP Global Parques – Gestão de Parques Empresariais, S.A. (inicialmente designada por Isósceles – Compra e Venda e Exploração de Imóveis, S.A. e depois API Parques – Gestão de Parques Empresariais, S.A.) foram tratadas segundo o método de equivalência patrimonial nas contas individuais e serão tratadas de acordo com o método de consolidação integral nas contas consolidadas.

Participações financeiras em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas

A AICEP detinha em 31 de dezembro de 2023, 9.619.407 ações do Banco Português de Fomento, SA, correspondendo a uma percentagem de 1,9%.

A AICEP, em 31 de dezembro de 2023, além de participar no capital do Banco Português de Fomento, S.A., detinha Unidades de Participação (UP's) em quatro Fundos de Capital de Risco e num fundo autónomo vocacionado para a criação ou reforço de instrumentos de financiamento de empresas, em particular, no que se refere às pequenas e médias empresas (PME) e aos projetos com maior grau de inovação (FINOVA). Esta participação passou a estar evidenciada nas contas da AICEP, a partir de 2018, para que a mesma possa constar, operacional e estatisticamente, na esfera do Estado. Assim, aquela participação passou a estar integrada no ativo do balanço, tendo por contrapartida um passivo de igual montante na conta "Outros credores". Quaisquer variações no valor da participação têm imediata e completa equivalência em variações, dos mesmos montantes, no valor do passivo conexo.

A valoração das participações de Fundos de Capital de Risco da AICEP teve em consideração a política de valoração da carteira da AICEP Capital Global – Sociedade de Capital de Risco, SA, (entretanto extinta por fusão na Portugal Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A.), conforme previsto no Regulamento da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 12/2005 de 9 de dezembro, bem como o Regulamento da CMVM n.º 1/2008 de 7 de março. Esta política contabilística de valoração dos investimentos é diferente da utilizada pela AICEP, dado que esta não considera os ajustamentos de valor acima do valor de aquisição. Nesse sentido, foram ajustados, em 2012, os valores das participações atribuídas através do registo de uma reserva de fusão no capital próprio no montante de 602.289 Euros.



Estas participações financeiras são constituídas essencialmente por unidades de participação em fundos de investimento, que são mensuradas ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade acumuladas, sendo reforçada ou reduzida a imparidade de acordo com a comparação entre os valores das unidades de participação e os respetivos custos de aquisição, conforme segue:

- i. FCR Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento (GPI) - Participação de 78,22%, registada ao custo de aquisição pelo montante de 55.641.430 Euros. Durante o exercício de 2013 a participação foi aumentada em 1,31%, devido ao processo de fusão do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures II e do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures III por incorporação no FCR PV GPI. Em 2015, em resultado da cisão mencionada na Nota introdutória ponto 28, a participação financeira foi reduzida para 39.762.435 Euros. Em 2023 este fundo efetuou nova redução de capital, tendo devolvido o montante de 2.894.193 Euros, pelo que o seu valor de aquisição passou a 9.725.357 Euros. Verificou-se também no corrente ano uma redução da imparidade deste fundo no montante de 131.277 Euros, passando o valor acumulado da imparidade no final do ano para o montante de 8.612.348 Euros.
- ii. FCR Portugal Ventures Internacionalização - Participação de 8,55%, registada ao custo de aquisição pelo montante de 4.000.000 Euros. Este fundo foi constituído em 18 de abril de 2011, encontrando-se no final de 2013 realizado apenas 33,5% do capital. Em 2014, este fundo efetuou uma redução de capital, tendo devolvido o montante de 2.814.000 Euros, pelo que o seu valor de aquisição passou a 1.186.000 Euros. Em 2023 registou-se um reforço da imparidade deste fundo no montante de 42.798 Euros, passando o valor acumulado da imparidade no final do ano para o montante de 920.833 Euros.
- iii. FCR Portugal Ventures Grow and Expand - Participação de 78,69%, registada ao custo de aquisição pelo montante de 23.380.119 Euros, em resultado na cisão mencionada na Nota introdutória ponto 28. Verificou-se no exercício de 2023 um reforço da imparidade deste fundo no montante de 603.236 Euros, sendo o valor acumulado da imparidade no final do ano de 12.512.834 Euros.
- iv. FINOVA - Ao abrigo do Eixo III - Financiamento e Partilha do Risco da Inovação - Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha do Risco da Inovação (SAFPRI), o Compete transferiu em 2010 para a AICEP a verba de 3.032.356 Euros consignada à realização de capital do Fundo de Apoio à Inovação (FINOVA), tendo transferido nova verba de 4.122.298 Euros em 2015, totalizando 7.154.655 Euros que corresponde a 0,7% do capital do fundo. Face à redução de capital concretizada em 2016, o valor desta participação corresponde no final do ano a 6.821.000 Euros, realizada na totalidade. Por se tratar de uma operação neutra do ponto de vista patrimonial, a AICEP não evidenciava até 2017 esta participação no seu balanço. Contudo, aproveitando a passagem do normativo contabilístico SNC para SNC-AP, entendeu o Conselho de Administração passar a evidenciar a participação nas suas contas, para que a mesma possa constar, operacional e estatisticamente, na esfera do Estado. Assim, aquela participação passou a estar integrada no ativo do balanço, tendo por contrapartida um passivo de igual montante na conta "Outros credores". Quaisquer variações no valor da participação têm imediata e completa equivalência em variações, dos mesmos montantes, no valor do passivo conexo.
- v. Banco Português de Fomento, SA - Participação direta de 3,77%, registada ao custo de aquisição pelo montante de 9.619.407 Euros. Em 2020, no âmbito da criação do Banco através do Decreto-Lei n.º



63/2020 de 7 de setembro, a AICEP passou a deter 9.619.407 ações representativas de 3,77% do capital social do Banco Português de Fomento, através da incorporação no Banco, da percentagem detida na PME Investimentos - Sociedade de Investimento, S. A e pela entrada em espécie mediante transmissão para o BPF da participação social detida pela AICEP na Portugal Capital Ventures (cf. ponto 32 da Nota Introdutória). Desde 2022, com o aumento de capital do BPF, a participação da AICEP passou a ser de 1,9%. Não foram identificadas situações que colocassem em causa o valor de aquisição.

Nos Fundos (FCR's) referidos nos parágrafos anteriores, a política de valoração das respetivas carteiras (participações sociais ou ativos equiparáveis) é conforme o regime previsto no Regulamento da CMVM n.º 1/2005 (são registados nas respetivas contas os ajustamentos de justo valor positivos acima do valor de aquisição). Passou a ser aplicado, desde 2008, o procedimento, em que não são incluídos os ajustamentos de justo valor positivo no cálculo da valoração dos fundos, uma vez que esta metodologia não é consistente com as políticas contabilísticas utilizadas pela AICEP.

3.7 Outros ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados de acordo com o critério do custo:

- **Clientes e outras contas a pagar** - Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo/valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

- **Caixa e depósitos** - Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, sendo estes ativos mensurados ao custo.

- **Fornecedores e outras contas a pagar** - Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo. As dívidas a pagar não vencem juros e encontram-se registadas pelo valor nominal.

- **Investimentos financeiros** – estão considerados nesta rubrica, como ativo não corrente, participações financeiras em fundos de capital de risco e outras entidades, conforme nota 7.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros mensurados ao custo são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado



de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- a) O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- b) É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- c) Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- d) A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente de juros e dividendos é reconhecido quando se encontra estabelecido o direito da Empresa a receber o correspondente montante.



3.9 Julgamentos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Com base na informação disponível e expectativas futuras, a Agência continuará a operar no futuro previsível, assumindo-se que não existe nem intenção nem necessidade de alterar de forma substancial a sua atividade ou níveis operacionais.

3.10 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das



diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.11 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominado em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

Para a conversão para euros dos itens monetários denominados em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2023, foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio:

Moeda	Sigla	Câmbio
DIRHAM DOS E.A.U.	AED	0,24674
KWANZA ANGOLANA	AON	0,00109
PESO ARGENTINO	ARS	0,00112
DÓLAR AUSTRALIANO	AUD	0,61931
REAL BRASILEIRO	BRL	0,18670
DÓLAR CANADIANO	CAD	0,68658
FRANCO SUIÇO	CHF	1,07469
PESO CHILENO	CLP	0,00103
YUAN RENMIMBI DA CHINA	CNY	0,12777
PESO COLOMBIANO	COP	0,00023
ESCUDO CABO VERDIANO	CVE	0,00907
COROA CHECA	CZK	0,04051
COROA DINAMARQUESA	DKK	0,13414
DINAR ARGELINO	DZD	0,00677
LIBRA ESTERLINA	GBP	1,15413
FORINT DA HUNGRIA	HUF	0,00262
NOVO SHEKEL ISRAELITO	NIS	0,25186
RUPÍA INDIANA	INR	0,01095
YENE DO JAPÃO	JPY	0,00642



Moeda	Sigla	Câmbio
WON DA COREIA DO SUL	KRW	0,00070
DIRHAM MARROQUINO	MAD	0,09337
PATACA DE MACAU	MOP	0,11257
PESO MEXICANO	MXN	0,05351
METICAL NOVO MOÇAMBICANO	MTN	0,01434
COROA NORUEGUESA	NOK	0,08864
ZLOTY DA POLÓNIA	PLN	0,22879
NOVO LEU DA ROMÉNIA	RON	0,20119
RUBLO RUSSO	RUR	0,01018
COROA SUECA	SEK	0,08965
SINGAPURA DÓLAR	SGD	0,68809
DOBRA DE SÃO TOMÉ	STN	0,04126
BAHT DA TAILÂNDIA	THB	0,02662
DINAR TUNISINO	TND	0,29588
LIRA TURCA	TRY	0,03070
DÓLAR DOS E.U.A.	USD	0,91274
RAND DA ÁFRICA DO SUL	ZAR	0,04910
FRANCO (SENEGAL)	XAF	0,00152
FRANCO OCIDENTAL (GUINÉ)	XOF	0,00152

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.12 Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.13 Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do



momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.14 Acontecimentos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

4. Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, consideram-se caixa e seus equivalentes, numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022 detalham-se conforme segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa	5 756	6 005
Depósitos à ordem		
Depósitos à ordem no Tesouro	20 697 104	24 855 409
Depósitos bancários à ordem	639 435	1 149 634
Depósitos a prazo no Tesouro	<u>153 995 815</u>	<u>151 200 000</u>
	<u>175 338 109</u>	<u>177 211 048</u>

Conforme Nota introdutória ponto 20, a rubrica de depósitos bancários inclui o montante de 118.039.564 Euros que não se encontra disponível para uso da Empresa, uma vez que, no âmbito da função da AICEP de gestão de incentivos, trata-se de montantes já recebidos dos promotores a título de reembolso ou devolução a devolver ao gestor dos fundos.



5. Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis

5.1 Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2023							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. Básico	Equipam. de Transporte	Equipam. Administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos							
Saldo inicial	229 430	1 238 099	282 228	569 890	5 219 676	641 317	8 180 640
Aquisições	-	-	44 531	99	129 961	11 878	186 469
Alienações	-	-	-	-	(4 036)	-	(4 036)
Abates	-	-	(539)	-	(67 100)	(1 353)	(68 992)
Saldo final	229 430	1 238 099	326 220	569 989	5 278 501	651 842	8 294 081
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	-	686 969	245 699	485 707	4 987 145	579 078	6 984 598
Depreciações do exercício	-	53 767	17 807	57 268	183 445	18 478	330 765
Alienações	-	-	-	-	(4 036)	-	(4 036)
Abates	-	-	(539)	-	(67 100)	(1 105)	(68 744)
Saldo final	-	740 736	262 967	542 975	5 099 454	596 451	7 242 583
Ativos líquidos	229 430	497 363	63 253	27 014	179 047	55 391	1 051 498

2022							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. Básico	Equipam. de Transporte	Equipam. Administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos							
Saldo inicial	229 430	1 225 684	288 344	607 571	5 086 137	630 342	8 067 508
Aquisições	-	12 718	1 244	-	194 260	11 896	220 118
Alienações	-	-	-	(37 681)	(1 549)	(176)	(39 406)
Abates	-	(303)	(7 360)	-	(59 172)	(744)	(67 579)
Saldo final	229 430	1 238 099	282 228	569 890	5 219 676	641 318	8 180 641
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	-	631 294	243 218	449 656	4 847 014	569 846	6 741 028
Depreciações do exercício	-	53 767	9 842	73 732	200 853	10 152	348 346
Alienações	-	-	-	(37 681)	(1 549)	(176)	(39 406)
Abates	-	(303)	(7 360)	-	(59 172)	(744)	(67 579)
Outras variações	-	2 211	-	-	-	-	2 211
Saldo final	-	686 969	245 700	485 707	4 987 146	579 078	6 984 598
Ativos líquidos	229 430	551 130	36 528	84 183	232 530	62 240	1 196 043



Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas dos bens, e de acordo com o estabelecido no Classificador complementar 2.

As depreciações do exercício, no montante de 330.765 Euros (348.345 Euros em 2022), foram registadas nas rubricas de gastos de depreciação e amortização.

O detalhe dos custos históricos de aquisição dos terrenos e edifícios e os correspondentes valores de revalorização em 31 de dezembro de 2023, é o seguinte (cf. nota 12):

	2023		
	Custo histórico	Excedente revalorização	Valor revalorizado
Terrenos e recursos naturais	108 483	120 946	229 429
Edifícios e outras construções	325 450	362 839	688 289
	433 933	483 785	917 718

Em 31 de dezembro de 2023 a Agência não detinha quaisquer ativos fixos tangíveis escriturados com restrição de titularidade.

5.2 Ativos intangíveis

Durante o exercício de 2023 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, foi o seguinte:

RUBRICAS	2023					Quantia Escriturada Final
	Quantia Escriturada Inicial	Variações no período				
	Adições	Transferências Internas à Entidade	Depreciações do Período	Diminuições		
ATIVOS INTANGÍVEIS						
Outros	2 157 450	2 600 205	-	(859 311)	3 898 344	
Ativos intangíveis em curso	1 992 303	1 906 099	-	-	(2 600 205)	1 298 197
Total	4 149 753	4 506 304	-	(859 311)	(2 600 205)	5 196 541

RUBRICAS	2022					Quantia Escriturada Final
	Quantia Escriturada Inicial	Variações no período				
	Adições	Transferências Internas à Entidade	Depreciações do Período	Diminuições		
ATIVOS INTANGÍVEIS						
Outros	200 655	2 147 118	(1 037)	(189 286)	-	2 157 450
Ativos intangíveis em curso	2 769 514	1 369 907	-	-	(2 147 118)	1 992 303
Total	2 970 169	3 517 025	(1 037)	(189 286)	(2 147 118)	4 149 753



Os ativos intangíveis correspondem a despesas com o processo de transformação digital da Agência, incluído nos Plano Estratégico da AICEP para o triénio de 2017-2019 e de 2020-2022, nomeadamente o desenvolvimento de portais com ferramentas de apoio aos clientes da Agência na área do negócio internacional e do investimento. Estes ativos são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas dos bens, e de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, Classificador complementar 2. O valor desta rubrica diz respeito a doze projetos de investimento concluídos do SAMA/PT 2020 e cinco ainda em curso, no âmbito do PRR.

6. Propriedades de Investimento

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento, foi o seguinte:

2023						
RUBRICAS	Quantia	Variações	Quantia	Rendimentos do		
	Líquida	(modelo do custo)	Líquida	Período		
	Escriturada	Depreciações do	Escriturada	Gastos do	Rendas	Outros
	Inicial	Período	Final	período		
Propriedades de Investimento						
Terrenos e recursos naturais	19 698	-	19 698	-	-	-
Edifícios e outras construções	18 910	(1 182)	17 729	2 991	16 989	2 331
Total	38 608	(1 182)	37 427	2 991	16 989	2 331

2022						
RUBRICAS	Quantia	Variações	Quantia	Rendimentos do		
	Líquida	(modelo do custo)	Líquida	Período		
	Escriturada	Depreciações do	Escriturada	Gastos do	Rendas	Outros
	Inicial	Período	Final	período		
Propriedades de Investimento						
Terrenos e recursos naturais	19 698	-	19 698	-	-	-
Edifícios e outras construções	20 092	(1 182)	18 910	2 985	16 655	2 331
Total	39 790	(1 182)	38 608	2 985	16 655	2 331

As propriedades de investimento são depreciadas de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas dos bens.

As depreciações do exercício, no montante de 1.182 Euros (1.182 Euros em 2022), foram registadas nas rubricas de gastos de depreciação e amortização.



O detalhe dos custos históricos de aquisição das propriedades de investimento e correspondentes valores de revalorização em 31 de dezembro de 2023 é o seguinte (cf. nota 12):

	2023		
	Custo histórico	Excedente revalorização	Valor revalorizado
Terrenos e recursos naturais	17 588	2 111	19 698
Edifícios e outras construções	52 763	6 332	59 094
	<u>70 350</u>	<u>8 442</u>	<u>78 793</u>

O detalhe da propriedade de investimento registrada em 31 de dezembro de 2023 é conforme segue:

	2023	
	Montante registrado	Justo valor
Arrendadas:		
Av. da Liberdade, Lisboa (9º piso)	37 427	390 000
	<u>37 427</u>	<u>390 000</u>

O justo valor da propriedade de investimento foi determinado através de avaliação reportada à data de 31 de dezembro de 2017. Uma vez que a evolução dos preços no mercado imobiliário foi positiva, e seguindo um critério de prudência, a AICEP optou por, em 2023, manter a avaliação considerada àquela data, não se verificando qualquer imparidade.

Tal justo valor foi determinado por uma entidade especializada independente, que possui uma qualificação profissional reconhecida e relevante e que tem experiência na localização e tipologia das propriedades de investimento em questão.



7. Participações Financeiras

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o movimento ocorrido na rubrica “Participações financeiras”, incluindo as respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte (cf. Nota Introdutória ponto 24):

2023			
	Método da equiv. patrimonial	Método do Custo	Total
Participações financeiras / Outros ativos financeiros			
Saldo inicial	27 587 997	53 632 361	81 220 358
Método da equiv. Patrimonial	6 480 347	-	6 480 347
Dividendos	(3 725 885)	-	(3 725 885)
Redução de capital	-	(2 899 519)	(2 899 519)
Saldo final	30 342 459	50 732 842	81 075 301
Perdas por imparidade			
Saldo inicial	-	21 574 961	21 574 961
Perdas por imparidade do exercício	-	514 758	514 758
Saldo final	-	22 089 719	22 089 719
Ativos líquidos	30 342 459	28 643 124	58 985 581

2022			
	Método da equiv. patrimonial	Método do Custo	Total
Participações financeiras / Outros ativos financeiros			
Saldo inicial	26 504 304	58 508 854	85 013 157
Aquisições	-	1 544	1 544
Transferências	-	(4 988)	(4 988)
Método da equiv. Patrimonial	3 916 179	-	3 916 179
Dividendos	(2 832 486)	-	(2 832 486)
Redução de capital	-	(4 873 048)	(4 873 048)
Saldo final	27 587 997	53 632 361	81 220 358
Perdas por imparidade			
Saldo inicial	-	21 055 363	21 055 363
Perdas por imparidade do exercício	-	524 587	524 587
Transferências	-	(4 988)	(4 988)
Saldo final	-	21 574 961	21 574 961
Ativos líquidos	27 587 997	32 057 400	59 645 396



O valor de 58.985.581 Euros, no final de 2023, a título de participações financeiras, está evidenciado no balanço, no ativo não corrente, nas rubricas de participações financeiras e outros ativos financeiros, pelos montantes de 39.961.865 Euros e 19.023.581 Euros, respetivamente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nos valores na coluna de “Método de equivalência patrimonial”, o aumento de 6.480.347 Euros resulta da valoração dos investimentos financeiros da participada AICEP Global Parques, em consequência da aplicação do método de equivalência patrimonial.

A redução de 3.725.885 Euros resulta da distribuição de dividendos pela AICEP Global Parques, SA.

O montante na rubrica de redução de capital resulta da redução no capital do Fundo Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento no valor de 2.894.193 Euros, bem como reembolso do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) no montante de 5.326 Euros.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias, sendo a percentagem indicada correspondente à grandeza do interesse (produto da percentagem de participação da AICEP na participada direta pela percentagem em que esta participa na sua própria participada):

2023									
	Sede	Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
Subsidiárias:									
AICEP Global Parques	Setúbal	46 156 862	12 881 163	33 275 699	23 911 650	7 112 250	91,19%	6 485 305	6 480 347
								<u>6 485 305</u>	<u>6 480 347</u>

2022									
	Sede	Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
Subsidiárias:									
AICEP Global Parques	Setúbal	44 160 267	13 905 307	30 254 960	18 096 901	4 301 128	91,19%	3 921 984	3 916 179
								<u>3 921 984</u>	<u>3 916 179</u>

Conforme referido na nota 3.6 os investimentos em subsidiárias são registados pelo método da equivalência patrimonial.



Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe das outras participações incluindo as respetivas perdas por imparidade, é o seguinte:

	2023			2022			
	% Participação	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Outras Participações							
Sociedades:							
Banco Português de Fomento	1,90%	9 619 407	-	9 619 407	9 619 407	-	9 619 407
Spidouro - Soc. Prom. Emp. e Inv. do Douro e T.-os-M.	2,49%	22 446	(22 446)	-	22 446	(22 446)	-
Vitrocristal - Estudos e Proj. de Apoio à Cristalaria, ACE	4,00%	499	(499)	-	499	(499)	-
		<u>9 642 352</u>	<u>(22 945)</u>	<u>9 619 407</u>	<u>9 642 352</u>	<u>(22 945)</u>	<u>9 619 407</u>
Centros/Associações							
CITEVE - Centro Tec. das Ind. Têxtil e Vest. Portugal	n/a	2 993	(2 993)	-	2 993	(2 993)	-
Club Financiero de Vigo	n/a	17 768	(17 768)	-	17 768	(17 768)	-
		<u>20 761</u>	<u>(20 761)</u>	<u>-</u>	<u>20 761</u>	<u>(20 761)</u>	<u>-</u>
		<u>9 663 112</u>	<u>(43 705)</u>	<u>9 619 407</u>	<u>9 663 112</u>	<u>(43 705)</u>	<u>9 619 407</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe dos outros ativos financeiros incluindo as respetivas perdas por imparidade, é o seguinte:

	2023			2022			
	% Participação	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Outros Ativos Financeiros							
Unidades de participação em fundos de investimento:							
FCR Portugal Ventures Grandes Proj. de Inv.	78,22%	9 725 357	(8 612 348)	1 113 010	12 619 550	(8 743 624)	3 875 926
FCR Portugal Ventures Internacionalização	8,55%	1 143 254	(920 833)	222 421	1 143 254	(878 034)	265 219
FCR Portugal Ventures Grow and Expand	78,69%	23 380 119	(12 512 834)	10 867 285	23 380 119	(11 909 597)	11 470 521
Fundo de Compensação de Trabalho	n/a	-	-	-	5 326	-	5 326
FINOVA	0,70%	6 821 000	-	6 821 000	6 821 000	-	6 821 000
		<u>41 069 730</u>	<u>(22 046 014)</u>	<u>19 023 716</u>	<u>43 969 248</u>	<u>(21 531 256)</u>	<u>22 437 992</u>

O montante bruto do FCR Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento foi deduzido das reservas de fusão, constituídas em 2012, no montante de 502.422 Euros do FCR PV GPI e de 99.867 Euros do FCR Portugal Ventures III no processo de fusão de 2013, conforme Nota introdutória ponto 27.

O montante de 6.821.000 Euros refere-se à participação no FINOVA. Apesar de a AICEP deter a participação desde 2012, considera, no entanto, que não tem qualquer intervenção nesta participação, pois foi meramente um veículo para a aquisição da participação, por orientações do Compete. Por se tratar de uma operação neutra do ponto de vista patrimonial, a AICEP não evidenciava até 2017 esta participação no seu balanço. Contudo, aproveitando a passagem do normativo contabilístico SNC para SNC-AP, entendeu o Conselho de Administração passar a evidenciar a participação nas suas contas, para que a mesma possa constar, operacional e estatisticamente, na esfera do Estado. Assim, aquela participação passou a estar integrada no ativo do balanço, tendo por contrapartida um passivo de igual montante na conta de outros credores. Quaisquer variações no valor da participação têm imediata e completa equivalência em variações, dos mesmos montantes, no valor do passivo conexo.



8. Imparidade de Ativos

A este propósito ver o mencionado nas notas 7 e 10, relativamente à imparidade das participações financeiras e de outros créditos a receber, respetivamente.

9. Impostos sobre o Rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham existido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2019 a 2023 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhado conforme segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado antes impostos	<u>(15 050 662)</u>	<u>(28 841 439)</u>
<i>Taxa nominal de imposto</i>	<i>22,50%</i>	<i>22,50%</i>
<i>Imposto teórico calculado</i>	<u>(3 386 399)</u>	<u>(6 489 324)</u>
Gastos não aceites fiscalmente	6 303 740	3 396 862
Rendimentos não tributáveis	<u>(10 458 989)</u>	<u>(7 301 777)</u>
Lucro tributável / Prejuízo fiscal	<u>(19 205 912)</u>	<u>(32 746 354)</u>
Tributação Autónoma	<u>133 328</u>	<u>144 567</u>
Imposto sobre o rendimento corrente	133 328	144 567
Imposto sobre o rendimento diferido	<u>(665)</u>	<u>(665)</u>
Imposto sobre o rendimento	<u>132 663</u>	<u>143 903</u>
Taxa efetiva de imposto	-0,9%	-0,5%

Conforme se pode verificar acima, o imposto registado decorre essencialmente do cálculo do imposto sobre o rendimento corrente.



Em 31 de dezembro de 2023 os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 44.616.355 Euros, ficando assim este montante para utilizar, sendo que a data-limite de utilização é conforme segue:

	Montante	Data
Gerados em 2016	983 673	Sem limitação temporal
Gerados em 2017	2 506 262	Sem limitação temporal
Gerados em 2018	2 606 752	Sem limitação temporal
Gerados em 2019	2 666 896	Sem limitação temporal
Gerados em 2020	1 807 117	Sem limitação temporal
Gerados em 2021	1 299 301	Sem limitação temporal
Gerados em 2022	32 746 354	Sem limitação temporal
	<u>44 616 355</u>	

Impostos diferidos

O detalhe dos passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
	Passivos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Reserva de reavaliação - amortizações não aceites	17 254	17 918
	<u>17 254</u>	<u>17 918</u>

Conforme referido na Nota introdutória ponto 33 e na nota 12, no final de 2023 estão registados 613.983 Euros, em Outras variações no Património Líquido, referentes ao valor do passivo por imposto diferido associado a subsídios, conforme segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
	Passivos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Passivos por impostos diferidos - Subsídios	613 983	578 370
	<u>613 983</u>	<u>578 370</u>

De notar que o passivo pelo efeito fiscal diferido dos subsídios ao investimento se encontra reconhecido na rubrica de Outras contas a pagar.



Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, existiam ainda as seguintes diferenças temporárias dedutíveis relativamente às quais não foi reconhecido qualquer ativo por impostos diferidos por não existirem expectativas razoáveis quanto à geração de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização

	2023	2022
Prejuízos fiscais reportáveis	9 369 435	2 492 700
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:		
Participações financeiras	4 970 187	4 854 366
	<u>14 339 622</u>	<u>7 347 066</u>

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foi como segue:

	2023	2022
	Passivos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	17 918	18 583
Reserva de reavaliação - amortizações não aceites	(665)	(665)
Saldo final	<u>17 254</u>	<u>17 918</u>



10. Ativos financeiros e outras contas a receber

Categorias de ativos financeiros

As categorias de “ativos financeiros” e de “outras contas a receber” em 31 de dezembro de 2023 e 2022, no ativo corrente, são detalhadas conforme segue:

ATIVO CORRENTE	2023			2022		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Disponibilidades:						
Caixa	5 756	-	5 756	6 005	-	6 005
Depósitos bancários	21 336 538	-	21 336 538	26 005 042	-	26 005 042
Depósitos a prazo	153 995 815	-	153 995 815	151 200 000	-	151 200 000
	175 338 109	-	175 338 109	177 211 047	-	177 211 047
Contas a receber						
Clientes, contribuintes e utentes	2 764 143	(2 750 000)	14 143	3 454 638	(2 750 000)	704 638
	2 764 143	(2 750 000)	14 143	3 454 638	(2 750 000)	704 638
Outras contas a receber						
Adiantamentos a fornecedores	5 712	-	5 712	5 084	-	5 084
Adiantamentos a Pessoal	176 030	-	176 030	168 297	-	168 297
Devedores por acréscimos de rendimentos	10 089 025	-	10 089 025	9 504 492	-	9 504 492
Cauções entregues a terceiros	244 036	-	244 036	225 257	-	225 257
Outros devedores	154 058	-	154 058	174 282	-	174 282
	10 670 534	-	10 670 534	10 077 412	-	10 077 412
	188 772 786	(2 750 000)	186 022 786	190 743 097	(2 750 000)	187 993 097

Relativamente à imparidade registada na rubrica de Clientes, contribuinte e utentes, diz respeito a três faturas emitidas ao IAPMEI, equivalentes a três duodécimos dos 11 milhões de Euros do IAPMEI, previstos no Orçamento de Estado para 2020. Apesar de a AICEP ter faturado 11 milhões de Euros ao IAPMEI em 2020, no final de 2023 encontravam-se ainda por receber 2,75 milhões de Euros, pelo que se encontra registada uma imparidade no mesmo montante face à pouca probabilidade de ainda vir a receber essa verba.

O valor em Devedores por acréscimos de rendimentos respeita, maioritariamente, à situação da Agência perante as entidades gestoras de fundos comunitários. A AICEP desenvolve diversos projetos no âmbito das suas atribuições estatutárias, para os quais recorre a financiamento proveniente de fontes diversas, nomeadamente verbas comunitárias do PT2020, PT2030 e do PRR. À medida da realização dos gastos e do recebimento das participações, esta conta de Devedores por acréscimos reflete a conta corrente da AICEP para com os Programas Financiadores.

Os valores que mais contribuem para o saldo de cerca de 10 milhões de Euros, existente no final de 2023, respeitam aos projetos do SIAC-Sistema de Incentivos a Ações Coletivas, relativos à atividade promocional dos anos de 2021 a 2023, bem como à última edição do Programa INOV Contacto de 2023, ambos do PT2030. Estas duas parcelas ascendem, respetivamente, a 5,5 milhões de Euros e 3,4 milhões de Euros. De referir que



se verificaram atrasos consideráveis na transição entre Quadros Comunitários, do PT2020 para o PT2030, o que justifica a existência destes elevados montantes.

No ativo não corrente:

ATIVO NÃO CORRENTE	2023			2022		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Outras contas a receber						
Outros devedores-Outros - Realizável a mais de 12 meses	84 362	(80 219)	4 143	126 973	(122 830)	4 143
	<u>84 362</u>	<u>(80 219)</u>	<u>4 143</u>	<u>126 973</u>	<u>(122 830)</u>	<u>4 143</u>

Rendimentos e gastos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os rendimentos, relacionados com ativos financeiros, foram juros bancários nos montantes de 285.907 e 21.088 Euros, respetivamente. Foram ainda recebidos 74.558 Euros relativos a dividendos do Banco Português de Fomento.

11. Diferimentos ativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica do ativo corrente “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

	2023	2022
Rendas	165 093	185 753
Seguros	21 900	25 581
Aluguer de Espaços	37 917	108 966
Software	409 606	290 969
Publicidade	69 296	42 927
Outros	133 173	240 499
	<u>836 985</u>	<u>894 694</u>

O aumento ocorrido na rubrica de “Software” prende-se com a aquisição de licenças Microsoft, enquanto a diminuição na rubrica de “Aluguer de espaços” deriva do facto de em 2022 se ter registado o aluguer de espaço na feira Deutsche Messe em Hannover.



12. Património Líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital da empresa, totalmente subscrito e realizado, no montante de 114.927.980 Euros era detido integralmente pelo Estado Português.

Prémios de emissão

Com o início da atividade da API, o capital de 110.000.000 Euros foi realizado pelo montante de 162.840.541 Euros, com um prémio de emissão de 52.840.541 Euros.

Após a constituição da API, foram realizadas pela AICEP Capital diversas operações que determinaram resultados extraordinários positivos, e que já se encontravam em curso, pelo que foi entendido que o resultado realizado devia ser totalmente imputado ao valor inicial da participação naquela sociedade. A contrapartida deste aumento foi registada numa conta especial denominada Prémios de Emissão Suplementares no montante de 3.952.690 Euros, com o objetivo de registar de forma mais rigorosa o valor entregue efetivamente pelo Estado Português na realização em espécie do Capital estatutário da API.

Na mesma avaliação para a realização em espécie do Capital Estatutário da API, a participação no FIEP foi avaliada com base no capital próprio contabilístico da participada em 31 de dezembro de 2001. Uma vez que a API teve o seu início em 31 de outubro de 2002, àquela participação foi acrescido o montante correspondente a cinco sextos do resultado líquido do ano de 2002. A contrapartida deste aumento foi registada igualmente na conta Prémios de Emissão Suplementares no montante de 1.156.821 Euros.

Assim, o valor global dos prémios de emissão é de 57.950.052 Euros.



Revalorizações

O movimento do excedente de revalorização (rubrica “Excedentes de revalorização”) no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi conforme segue:

	Excedente de revalorização Propr. Invest.	Excedente de revalorização tangíveis	Excedente de revalorização total
Saldo no início do período	4 137	194 956	199 093
Amortizações	(127)	(7 257)	(7 384)
Saldo no final do período	4 010	187 699	191 709

A este propósito confrontar notas 5.1 e 6.

A Empresa procedeu em anos anteriores à revalorização dos seus ativos fixos ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de maio
- Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de abril
- Decreto-Lei n.º 49/91 de 25 de janeiro

Como resultado das revalorizações efetuadas, as amortizações do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aumentadas em 7.384 Euros. Deste montante, 40% não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria coletável em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Resultados transitados

O projeto de orçamento da AICEP, EPE para o ano de 2023 foi elaborado, tal como nos anos anteriores, com base na previsão das transferências oriundas de comissões de gestão constantes de protocolos e com dotação específica definida no Orçamento do Estado (IAPMEI, I.P., Turismo de Portugal, I.P. e Fundo para as Relações



Internacionais, I.P.). Contudo, em sede de elaboração de relatórios preliminares (DGO) e “Análise e decisão de ajustes” (SEO), o orçamento da AICEP foi ajustado, dado existirem divergências entre o valor inserido pelo organismo dador (IAPMEI, I.P.) e organismo beneficiário (AICEP, EPE). Constatou-se que a DGO/SEO procedeu ao ajuste do financiamento oriundo IAPMEI, I.P., no montante de 11,5 milhões de Euros (fonte de financiamento 541) para a Fonte de Financiamento 721, bem como a Classificação Económica da Receita transitando da CER 06030701 para a CER 120703.

Através do despacho nº 1291/2023/SEO de 28 de dezembro, a Sra. Secretária de Estado do Orçamento, Dra. Sofia Batalha autorizou a entrada de capital em numerário na AICEP para cobertura de prejuízos no valor de 11,5 milhões de euros, conforme despacho 597/2023-SET de 28 de dezembro, do Sr. Secretário de Estado do Tesouro, Dr. Pedro Sousa Rodrigues, que tiveram subjacente a informação DGTF nº INFSE_DGTF/2023/727 – DSPE.

Face a este despacho, o recebimento dos 11,5 milhões de Euros foi registado na rubrica de Resultados Transitados.

Ajustamentos em ativos financeiros

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Ajustamentos em ativos financeiros” apresentou o seguinte movimento:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	1 992 286	1 849 014
Lucros não atribuídos	195 897	149 078
Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas	(4 961)	(5 806)
Saldo final	<u>2 183 223</u>	<u>1 992 286</u>

O saldo desta rubrica correspondente ao resultado apropriado segundo o método da equivalência patrimonial da AICEP Global Parques deduzido dos dividendos recebidos.

A transferência de Resultados Transitados para Ajustamentos de partes de capital em associadas é, nestes termos, e nas contas da AICEP, correspondente aos ganhos das participadas tal como são evidenciados nas contas destas. Na verdade, é entendimento da AICEP que na conta de Ajustamentos de partes de capital em subsidiárias e associadas deve figurar o lucro da participada que esta possa vir a distribuir, mas sem consideração dos prejuízos que deverão permanecer em Resultados transitados.



O montante registado na rubrica “Ajustamentos em ativos financeiros decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas” refere-se a um subsídio ao investimento recebido na AICEP Global Parques.

Subsídios

Conforme é explicado na Nota introdutória ponto 35 e na sequência do processo de transformação digital da AICEP, foram apresentados projetos ao SAMA – Sistema de Apoios à Modernização Administrativa e ao PRR - Plano de Recuperação e Resiliência para financiamento de despesas correntes e despesas de capital. Os montantes dos subsídios recebidos até 31 de dezembro de 2023, o valor do passivo por imposto diferido e o montante do rendimento reconhecido no corrente exercício são os seguintes:

	Acumulado final 2022		Movimento 2023		Acumulado final 2023	
	Subsídio ao investimento	Subsídio à exploração	Subsídio ao investimento	Subsídio à exploração	Subsídio ao investimento	Subsídio à exploração
Montante recebido						
Projetos SAMA						
22159	235 546	60 687	-	-	235 546	60 687
35425	177 764	79 918	-	-	177 764	79 918
88	725 720	605 864	-	-	725 720	605 864
40221	214 752	45 161	25 092	3 392	239 844	48 553
40222	411 641	102 659	44 886	-	456 527	102 659
POCI-02-0550-FEDER-043982	127 759	53 696	27 106	4 266	154 864	57 962
POCI-05-5762-FSE-000221	36 608	-	28 374	-	64 982	-
POCI-05-5762-FSE-000231	11 235	-	-	-	11 235	-
POCI-05-5762-FSE-000249	63 275	11 157	(28 068)	37 617	35 207	48 774
POCI-05-5762-FSE-000250	131 705	36 279	17 958	12 986	149 663	49 265
POCI-05-5762-FSE-000364	221 489	22 887	-	101 158	221 489	124 045
POCI-05-5762-FSE-000369	52 269	75 679	4 162	(64 091)	56 431	11 587
Projetos PRR						
Transformação Digital	427 758	309 065	744 938	446 772	1 172 696	755 837
	<u>2 837 521</u>	<u>1 403 054</u>	<u>864 448</u>	<u>542 099</u>	<u>3 701 968</u>	<u>1 945 152</u>
Passivos por imposto diferido						
Projetos SAMA	482 124	-	(131 997)	-	350 127	-
Projetos PRR	96 246	-	167 611	-	263 857	-
	<u>578 370</u>	<u>-</u>	<u>35 614</u>	<u>-</u>	<u>613 983</u>	<u>-</u>
Rendimentos reconhecidos						
Projetos SAMA						
22159	216 681	60 258	41 066	-	257 747	60 258
35425	9 208	79 918	110 500	-	119 708	79 918
88	24 555	580 559	294 657	8 180	319 212	588 739
40221	-	114 742	16 802	(24 933)	16 802	89 809
40222	16 545	102 961	198 822	-	215 367	102 961
POCI-02-0550-FEDER-043982	-	41 808	5 261	26 138	5 261	67 945
POCI-05-5762-FSE-000221	-	12 438	5 501	-	5 501	12 438
POCI-05-5762-FSE-000231	-	2 528	1 895	-	1 895	2 528
POCI-05-5762-FSE-000249	-	110 075	7 266	34 725	7 266	144 800
POCI-05-5762-FSE-000250	-	77 232	14 668	43 388	14 668	120 619
POCI-05-5762-FSE-000364	-	145 138	4 350	121 628	4 350	266 766
POCI-05-5762-FSE-000369	-	12 202	5 374	27 964	5 374	40 167
Projetos PRR						
Transformação Digital	-	243 938	-	506 022	-	749 960
	<u>266 989</u>	<u>1 583 796</u>	<u>706 164</u>	<u>743 111</u>	<u>973 153</u>	<u>2 326 907</u>
	<u>1 992 162</u>	<u>(180 742)</u>	<u>122 670</u>	<u>(201 012)</u>	<u>2 114 832</u>	<u>(381 755)</u>



13. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhada conforme segue:

	2023				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Indemnizações pessoal	498 082	9 649	-	(19 120)	488 611
Outros custos com pessoal	3 393 259	2 377 116	-	(241 367)	5 529 008
Projetos de investimento	316 065	-	-	-	316 065
Outros riscos e encargos	18 777	-	-	-	18 777
	<u>4 226 183</u>	<u>2 386 765</u>	<u>-</u>	<u>(260 487)</u>	<u>6 352 461</u>

	2022				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Indemnizações pessoal	669 392	-	(152 190)	(19 120)	498 082
Outros custos com pessoal	3 739 182	621 977	-	(967 900)	3 393 259
Projetos de investimento	316 065	-	-	-	316 065
Outros riscos e encargos	43 122	1 064	(25 409)	-	18 777
	<u>4 767 761</u>	<u>623 041</u>	<u>(177 599)</u>	<u>(987 020)</u>	<u>4 226 183</u>

O aumento de 2.377.116 Euros verificados na conta de provisões relativas a outros custos com pessoal resulta da atualização do valor, face a 2022, das provisões com diuturnidades, com prémios de antiguidade de funcionários do ex-ICEP (Sede e Rede Externa) e dos colaboradores em pré-reforma.

Relativamente à provisão das diuturnidades, o regulamento do ex-ICEP previa o pagamento de uma diuturnidade por cada cinco anos de tempo de serviço com o limite de cinco diuturnidades, sendo que cada diuturnidade correspondia a 19,95 Euros e desde a integração do ex-ICEP na AICEP em 2007 não têm sido processadas, cifrando-se a provisão no final de 2023 em 1.429.286 Euros, incluindo 303.424 Euros de juros.

A provisão relativa aos prémios de antiguidade de funcionários do ex-ICEP, cujos contratos de trabalho previam uma compensação pelos anos de trabalho ao serviço do Instituto e que desde a integração do ex-ICEP na AICEP em 2007 não têm sido processados. Considerando que a AICEP tem vindo a perder vários processos em tribunal relativos ao pagamento de prémios de antiguidade de ex-funcionários, sendo que no final de 2017 a AICEP procedeu ao pagamento dos referidos prémios a 43 colaboradores, mas apenas aos direitos vencidos até ao final de 2010. Desde o ano de 2018 a AICEP continuou a perder processos no mesmo âmbito, tendo pagado, portanto os prémios de antiguidade requeridos. Assim, a provisão já existente correspondente agora à estimativa do montante máximo a pagar de prémios de 2011 a 2023 registando um total de 429.247 Euros, aos quais acrescem 144.584 Euros correspondentes a juros de mora, relativos a 85 colaboradores, dos quais 17 com direito ao pagamento de cinco vencimentos, 11 a três vencimentos, 49 a dois vencimentos e 8 a um vencimento.



A provisão das pré-reformas corresponde ao valor a pagar a nove ex-colaboradores que assinaram com a AICEP, até ao final de 2023, acordos de pré-reforma, que ascendem a 1.232.414 Euros.

Adicionalmente foram constituídas provisões para fazer face aos possíveis encargos com pagamentos de comissões de serviço a sete colaboradores e de subsídio de função técnica a 15 colaboradores, num total, respetivamente de 375.098 Euros e 423.005 Euros.

Foram igualmente constituídas provisões relacionados com o eventual pagamento de subsídios de natal e de férias, a 25 colaboradores admitidos no âmbito do PREVPAP, num total de 153.542 Euros, bem como com duas ações interpostas por colaboradores da Sede, no montante total de 35.001 Euros.

Foi reforçada a provisão relativa ao reajuste salarial dos contratados locais no Ponto de Rede da AICEP no Brasil pelo montante de 45.526 Euros, correspondente à atualização cambial, a provisão relacionada com diuturnidades de 4 colaboradores da Rede, no montante 143.124 e de uma ação interposta por uma colaboradora da rede, no montante de 14.521 Euros.

Houve ainda lugar a um reforço, por via do estudo atuarial, do valor da provisão já existente para cobrir as indemnizações aos herdeiros de uma ex-colaboradora no montante de 9.649 Euros, tendo sido utilizado no corrente exercício o montante de 19.120 euros, incluindo juros de mora.

Em 2023 foram utilizados 260.487 Euros de provisões, dos quais se 223.504 Euros foram relativos a pagamentos de pré-reformas.

A provisão referente a projetos de investimento foi constituída para fazer face à eventualidade de os incentivos recebidos terem de vir a ser devolvidos, caso tal se revele necessário após a auditoria final aos projetos. Durante o ano de 2015 houve lugar à reversão desta provisão no montante de 60.100 Euros, dado os projetos em causa terem terminado e não ter havido lugar a qualquer devolução. Durante o ano 2023 a provisão não sofreu alterações, mantendo-se o montante de 316.065 Euros.

Em 2023 manteve-se a provisão, no montante de 18.777 Euros, relativa ao risco de a AICEP ter de pagar faturas reclamadas por duas empresas e despesas por parte de um ex-estagiário do INOV Contacto.

**- Conta bancária para caução das seguintes responsabilidades:**

Processo judicial - Vanda Boavida	427.054
	<u>427.054</u>

14. Passivos Financeiros e outras contas a pagar**Fornecedores e outros passivos financeiros**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as rubricas de “Fornecedores” e de “Outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
PASSIVO NÃO CORRENTE		
Outras contas a pagar		
Gestão de incentivos ao investimento	81 297 996	117 558 519
Saldo extinção Ex-IPT	5 031 516	5 031 516
Outros Credores	10 043 180	9 597 070
	<u>96 372 692</u>	<u>132 187 105</u>
PASSIVO CORRENTE		
Fornecedores		
Fornecedores c/c	85 620	208 626
	<u>85 620</u>	<u>208 626</u>
Fornecedores de investimento		
Fornecedores de investimento	13 197	96 024
	<u>13 197</u>	<u>96 024</u>
Outras contas a pagar		
Credores por transferências e subsídios concedidos	36 746 250	-
Remunerações a pagar	20 636	-
Outras operações (Pessoal)	3 288	21 093
Credores por acréscimos de gastos	2 900 896	2 816 358
Outros Credores	18 949	8 862
	<u>39 690 019</u>	<u>2 846 313</u>
	<u>39 788 837</u>	<u>3 150 963</u>
Total de Fornecedores e outros passivos financeiros	<u>136 161 529</u>	<u>135 338 068</u>

As explicações para os saldos mais significativos na rubrica de “outras contas a pagar” são as seguintes:

- a) Gestão de incentivos ao investimento - No âmbito da sua competência, enquanto entidade gestora e pagadora no programa Prime do passado QCA III, conforme é explicado na Nota introdutória ponto 19, os saldos referentes à gestão de verbas de incentivos registados no passivo da AICEP em 31 de dezembro de 2023, referem-se aos reembolsos e devoluções de incentivos entregues pelos Promotores à AICEP e ainda não devolvidos por esta à entidade gestora dos fundos comunitários.



O aumento do saldo em cerca de 0,4 milhões de Euros no decurso de 2023, resulta fundamentalmente, por um lado, do aumento dos reembolsos, devoluções e juros no âmbito do QCA III, relacionados com o SIME B (0,08 milhões de Euros), SIME C (1 milhão de Euros), SIME D (7 mil Euros) e juros PEDIP (2 mil Euros), por outro, pelo decréscimo de reembolsos no montante de 3,3 milhões de Euros que foram utilizados para pagamento de incentivos, no âmbito do Aviso 11, conforme mencionado na Nota introdutória ponto 19.

Também contribuiu para esta variação, os recebimentos de verbas relativas a projetos QREN/ PT2020, no montante de 2,6 milhões de Euros, em que a AICEP foi o organismo pagador, utilizando para tal verbas de reembolsos QCA III, pelo que os valores agora recebidos voltam a ficar na AICEP até a entidade gestora dos fundos comunitários decidir o seu destino.

De referir ainda que, durante o ano 2023, a AICEP foi recebendo dos promotores verbas no âmbito do QREN e também do PT2020, a título de reembolsos, devoluções e juros no valor de cerca de 6,5 milhões de Euros e 74 milhões de Euros, respetivamente. Estas verbas juntamente com as que tinham sido recebidas ainda em 2022, foram sendo mensalmente transferidas para o IAPMEI e AD&C, ficando apenas por transferir recebimentos de promotores efetuados no final de dez.2023, relativos ao PT2020, que totalizam de 1.689.241 Euros.



Durante o ano de 2023, no cumprimento da sua competência como entidade gestora e pagadora de verbas de incentivos comunitários dos programas QCA III e QREN, ocorreram os seguintes movimentos:

	FEDER/OE	FDE	FSE/OSS	Total
Saldo incentivos em 31/12/2022:	117 110 875,02	0,01	442 962,00	117 553 837,03
Movimentos em 2023:				
1. Recebimento de verbas de incentivos	-	-	-	-
2. Pagamento aos Promotores	-	-	-	-
3. Reembolsos de promotores	81 521 282,03	-	-	81 521 282,03
4. Devoluções de promotores	1 029 914,61	-	-	1 029 914,61
5. Transferências	-78 811 719,63	-	-	-78 811 719,63
6. Devoluções de verbas de incentivos	-	-	-	-
7. Pagamento aos Promotores - Aviso 11	-3 253 749,70	-	-	-3 253 749,70
Saldo incentivos em 31/12/2023	117 596 602,33	0,01	442 962,00	118 039 564,34

NOTA: O saldo de 118.039.564 euros inclui o saldo devedor de 4.682 euros correspondente a Juros de Mora devidos pelos promotores que estão incluídos na rubrica "Outras contas a receber" do Ativo Não Corrente.

- b) Por outro lado, devido ao acordo assinado com o estado português acerca da cedência de créditos e participação relativos à empresa Nanium, foram também registados, em 2016, em contas de fundos comunitários o valor de 8,3 milhões de euros, respeitantes a essa entidade e recebidos pela Aicep em maio de 2017. No final de 2018 apenas existia um saldo de 478.684 euros respeitante ao valor da alienação da participação financeira na Nanium, cujo valor pertence ao estado português, que ainda se mantém em 2023.
- c) Saldo extinção ex-IPT - este valor respeita ao montante apurado em sede de extinção do Instituto em agosto de 1992, que foi integrado nas contas do ICEP. De referir que, em setembro desse ano, foi nomeado um Administrador Liquidatário responsável pelo processo de extinção do IPT, processo esse não formalmente concluído. Os custos do processo de extinção foram suportados pelos ativos do extinto IPT. Em fevereiro de 2008 a Inspeção Geral de Finanças (IGF) fez uma auditoria às contas da extinção do IPT junto da AICEP (Procº n.º 2008/88/A5/31). No seu relatório final remetido à AICEP a 16 de junho de 2008, a IGF propôs que a conclusão do processo de liquidação fosse efetuada pela AICEP no prazo de 90 dias. Em resposta, a Agência informou não ter viabilidade económica e recursos para concluir este processo, entendendo que seja proposto o encerramento das contas do ex-IPT e a sua integração no balanço da AICEP.
- d) Outros credores - os valores mais significativos são:
- Valores provenientes do Fundo para as Relações Internacionais, IP, em 2013, ao abrigo do Art.º 8º da Lei n.º 66-B/2012 do Orçamento de Estado para 2013, que inscreveu no mapa de alterações e transferências orçamentais, a dotação de 750.000 Euros a entregar à AICEP para que esta, no



- âmbito de um protocolo assinado com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, entregue às Embaixadas portuguesas prémios para utilização em ações de diplomacia económica de sua iniciativa. Foram aprovados superiormente um regulamento e uma comissão de avaliação para a definição das regras de atribuição e utilização do Prémio +DE (Diplomacia Económica). Em finais de 2023, o saldo remanescente é de 223.803 Euros;
- Passivo por imposto diferido relativo a subsídios ao investimento - aquando do registo dos subsídios ao investimento em capital próprio foi registado o valor imposto diferido que lhe estão associados, no montante de 613.983 Euros (cf. Nota 9).
 - Valor a devolver ao Compete - Ao abrigo do Eixo III - Financiamento e Partilha do Risco da Inovação - Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha do Risco da Inovação (SAFPRI), o Compete transferiu em 2010 para a AICEP a verba de 3.032.356 Euros consignada à realização de capital do Fundo de Apoio à Inovação (FINOVA), tendo transferido nova verba de 4.122.298 Euros em 2015, totalizando 7.154.655 Euros que corresponde a 0,7% do capital do fundo. Face à redução de capital concretizada em 2016, o valor desta participação corresponde no final do ano a 6.821.000 Euros, realizada na totalidade. Este montante encontra-se na rubrica “Outros Credores”, dado que se trata de verba a devolver ao Compete.
 - Valores a devolver de Projetos Próprios (ex-ICEP) – 136.891 Euros, valores a devolver de projetos próprios do ex-ICEP resultantes da análise em sede auditoria em que foram considerados indevidos;
- e) No decurso do ano de 2023, a AICEP, no exercício da sua atividade de gestão e acompanhamento de projetos de investimento financiados por fundos comunitários do QREN/PT 2020, entregou a IAPMEI as verbas QREN resultantes de reembolsos de incentivos efetuados pelos promotores, no montante de 5.207.207 Euros, de devoluções de subsídios recebidos, no valor de 1.023.901 Euros, e de juros (de mora e contratuais) no montante de 287.500 Euros. Relativamente às verbas PT2020, que resultaram de reembolsos de incentivos no valor de 73.949.914 Euros, de devoluções no montante de 10.025 Euros e de juros no valor de 22.413 Euros, a AICEP transferiu quase a globalidade destes montantes para a Agência de Desenvolvimento e Coesão (AD&C), ficando apenas por transferir o valor de 1.689.241 Euros, correspondente a reembolsos creditados na conta bancária da AICEP no final de dezembro de 2023 e não contemplados na última transferência do ano para a AD&C.
- f) Credores por transferências e subsídios concedidos - O montante desta rubrica corresponde ao saldo que a AICEP tem em seu poder, para atribuir apoios no âmbito do Aviso para apresentação de candidaturas nº 11 - Sistema de Incentivos às Empresas Regime Contratual de Investimento (RCI). Uma vez que estes montantes são para ser pagos com verbas do QCA III que estão na posse da AICEP, durante o ano de 2023 foram transferidos 40 milhões de Euros da rubrica outras contas a pagar, do passivo não corrente, para esta rubrica. Adicionalmente foram pagos três incentivos no montante total de 3.254 mil Euros.



- g) Credores por acréscimos de gastos - Inclui remunerações a liquidar no montante de 2.861.656 Euros e outros acréscimos de gastos, no montante de 39.240 euros, relativos à estimativa de IMI e a fornecimentos e serviços externos correntes a pagar em 2024.

15. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2023		2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	181 363	-	171 524	144 567
Retenções de imposto sobre o rendimento	-	229 783	-	231 077
Imposto sobre o valor acrescentado	-	48 091	-	137 551
Contribuições para a Segurança Social e CGA	-	560 558	-	519 285
Outros Impostos/ FCT	-	52 686	-	46 134
	<u>181 363</u>	<u>891 117</u>	<u>171 524</u>	<u>1 078 614</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não existiam dívidas em mora ao Estado.

16. Diferimentos Passivos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica do passivo “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

	2023	2022
Comissão de Gestão	-	250 000
ARI - Autorização de Residência para Atividade de Investimento	400 000	400 000
Protocolo Turismo de Portugal	-	669 265
FRI - Fundo para as Relações Internacionais (Expo2020Dubai)	3 713 155	3 787 098
PT 2020 - Assistência Técnica	-	54 898
PRR - Plano de Recuperação e Resiliência	23 224	82 474
Outros	9 435	8 304
	<u>4 145 813</u>	<u>5 252 038</u>

Em 2023 procedeu-se à devolução de 250.000 Euros ao Turismo de Portugal, verba que estava em discussão e que, por uma questão de prudência, tinha sido diferido esse montante.

Em dezembro de 2013 o Ministério dos Negócios Estrangeiros transferiu o montante de 400.000 Euros para a AICEP - correspondente a uma parcela das receitas dos emolumentos cobrados no âmbito das autorizações



de residência para atividade de investimento (ARI) - destinado a atividades de diplomacia económica envolvendo a rede externa. Neste sentido, este valor foi diferido para utilização em ações promocionais na rede externa a realizar futuramente, encontrando-se registado no passivo não corrente.

No final de 2023 terminou o Protocolo de cooperação com o Turismo de Portugal de cedência de colaboradores e de pagamento de despesas de promoção do Turismo de Portugal, pelo que o diferimento é nulo no final do exercício.

A junho de 2019 foi recebido do FRI – Fundo para as Relações Internacionais, o montante de 7 milhões de Euros para financiamento da Expo 2020 Dubai, conforme previsto no ponto 13 do Mapa de Alterações e Transferências Orçamentais, a que se refere o n.º 8, anexo à Lei do Orçamento do Estado para 2019. Foram recebidos do FRI – Fundo para as Relações Internacionais em 2019, 2020, 2021 e 2022 respetivamente 7.000.000, 753.181, 5.000.000 e 7.611.067 Euros. Dado que a AICEP registou, em 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023 respetivamente, 1.854.125, 4.845.419, 4.074.171, 4.053.435 e 73.943 Euros de gastos com a Expo 2020 Dubai, foi registado em diferimentos a diferença correspondente a 5.463.155 Euros. A este valor foram reduzidos, em 2021, 1,75 milhões de euros relativos à comissão de gestão, conforme Despacho Conjunto dos Ministros de Estado e das Finanças, dos Negócios Estrangeiros e da Economia e Transformação Digital, totalizando um diferimento no final de 2023 de 3.713.155 Euros. Este valor ainda se encontra pendente do relatório final sobre a Expo 2020 Dubai, a apurar pela AICEP.

Em 2023 procedeu-se à devolução do montante de 54.898 Euros que respeitava ao saldo dos projetos do Compete (2015/2018), nº 17532 e que foi encerrado no presente exercício.

No que respeita ao diferimento do PRR este respeita à globalidade dos três projetos próprios contratualizados com a AICEP, sendo que dois deles resultam em acréscimo de rendimento de 217.740 Euros e um terceiro em diferimento de 240.964 Euros.

O montante inscrito na rubrica “Outros” diz respeito a um mês de arrendamento das instalações e a recebimentos por parte de ex-colaboradores, para fazer face ao seguro de saúde de 2024, que a AICEP suporta.



17. Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2023 e 2022   detalhado conforme segue:

	2023	2022
Presta�o de serviços	11 000 933	11 025 748
Venda de bens	-	84 270
	<u>11 000 933</u>	<u>11 110 018</u>

Conforme referido na Nota introdutória ponto 22, os montantes mais significativos includidos na rubrica de presta o de serviços em 31 de dezembro de 2023, são os 11.000.000 Euros recebidos, a título de comissão de gestão, referente a verba recebida do Turismo de Portugal, pela transferência prevista no n.  11 do Mapa de altera es e transferências orçamentais, referido no Art.  7 da lei n.  24-D/2022 do Orçamento de Estado.

18. Transferências e subsídios concedidos

Durante o ano de 2023 não houve lugar a qualquer registo nesta rubrica, contrastando com o exercício de 2022, em que foram registados 15.000.000 Euros na rubrica de "Transferências e subsídios concedidos" respeitantes exclusivamente a uma contribui o para o Camões - Instituto da Coopera o e da Língua, I.P.

Com efeito, o Conselho de Administra o da Agência, ratificou a delibera o tomada por consulta escrita, em 26 de dezembro de 2022, através da qual autorizou, por instru o dos Gabinetes de Suas Excelências o Ministro das Finanças e do Secretário de Estado da Internacionaliza o, a transferência de 15 milhões de euros para o Camões – Instituto da Coopera o e da Língua, I.P. (CICL), por contrapartida de saldos de gerência (Fonte de Financiamento 522) e com registo da despesa na rubrica 04.03 – Transferência para a Administra o Central, conforme determina o do Governo, para efeitos de operacionaliza o do disposto na Resolu o do Conselho de Ministros n.  131-D/2022, de 22 de dezembro, que visava conceder um apoio ao Estado de São Tomé e Príncipe via CICL, o que implicou, de acordo com as instru es recebidas, a mobiliza o de saldos da AICEP para aquele instituto, autorizada nos termos do Despacho n.  791/2022/SEO, de 22 de dezembro.

A transferência foi concretizada pela AICEP em 26 de dezembro de 2022, em execu o da referida delibera o, tendo em simultâneo sido de imediato comunicado ao Gabinete de Sua Excelência o Secretário de Estado da Internacionaliza o.

Foi solicitado   tutela setorial e financeira da AICEP a ratifica o ou homologa o das instru es recebidas para o efeito em 26 de dezembro de 2022, por comunica es dos Gabinetes de Suas Excelências o Ministro



das Finanças e do Secretário de Estado da Internacionalização por despacho a exarar por Suas Excelências os Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Finanças sobre as referidas comunicações.

19. Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhada conforme segue:

	2023	2022
Trabalhos especializados	3 003 365	7 940 795
Publicidade e propaganda	326 831	881 825
Vigilância e segurança	36 632	79 172
Honorários	365 126	336 302
Conservação e reparação	194 679	103 361
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3 990	5 946
Livros e documentação técnica	112 058	224 067
Material escritório	33 191	44 604
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	6 302	23 330
Eletricidade	63 784	150 664
Combustíveis e lubrificantes	40 776	47 646
Água	12 330	14 813
Outros consumos	20 664	17 768
Deslocações e estadas	886 334	889 145
Transportes de pessoal	668 633	779 947
Outros associados à deslocação	10 899	8 643
Rendas e alugueres	2 543 094	3 186 028
Comunicações	204 451	273 475
Seguros	50 819	74 149
Royalties	-	10 613
Contencioso e notariado	72 859	71 865
Despesas de representação dos serviços	61 375	63 500
Limpeza higiene e conforto	184 083	192 127
Outros serviços	780 656	1 120 736
	<u>9 682 933</u>	<u>16 540 521</u>

Antes de mais, importa realçar a forte redução nesta rubrica, face ao ano anterior, que deriva fundamentalmente pelo facto de em 2022 a AICEP ter participado na Expo 2020 Dubai, o que originou um aumento dos fornecimentos e serviços externos nesse ano.

No detalhe de Fornecimentos e Serviços Externos, temos a destacar a rubrica de Trabalhos Especializados com um peso significativo no total destes gastos e que se explica, pelas diversas despesas com consultoria, projetos e serviços de informática e ainda com despesas na organização de eventos, principalmente com a Web Summit



e a Hannover Messe na Alemanha. Para além desta, são de realçar ainda os gastos com Rendas e Alugueres, justificados pelas rendas das nossas instalações em Lisboa, bem como dos escritórios dos nossos pontos de rede distribuídos pelos diversos países. Para este montante contribuíram com significado alguns gastos com Alugueres de Espaços, em vários pontos de rede, para algumas ações de promoção de comércio e turismo desenvolvidas pela AICEP.

20. Gastos com o Pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhada conforme se segue:

	2023	2022
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	446 481	476 001
Remunerações do pessoal	22 284 098	21 793 178
Benefícios pós-emprego	8 633	8 998
Indemnizações	154 045	50 405
Encargos sobre remunerações	5 030 392	4 972 290
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	84 512	91 374
Gastos de ação social	23 605	-
Outros gastos com o pessoal	72 243	60 175
Outros encargos sociais	808 219	674 006
	<u>28 912 228</u>	<u>28 126 427</u>

O montante relativo a benefícios pós-emprego diz respeito apenas a seguros médicos e de reforma pagos aos contratados locais no Japão e ainda a um PPR a uma colaboradora da sede.

Durante os exercícios de 2023 e 2022 o número médio de pessoas foi de 497 e 491, respetivamente.



21. Amortizações

A decomposição da rubrica de “Gastos/reversões de depreciação e amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é conforme segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativos fixos tangíveis:		
Edifícios e outras construções	53 767	53 767
Equipamento Básico	17 807	9 842
Equipamento de Transporte	57 268	73 732
Equipamento Administrativo	183 445	200 853
Outros Ativos Fixos Tangíveis	18 478	10 152
Propriedades de investimento:		
Edifícios e outras construções	1 182	1 182
Ativos Intangíveis:		
Outros	859 311	189 286
	<u>1 191 258</u>	<u>538 813</u>

22. Outros Rendimentos

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é conforme segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Rendimentos suplementares:		
Cedência do Pessoal	56 533	54 934
Protocolo com o Turismo de Portugal	6 093 379	5 590 932
Protocolo com o Turismo de Portugal - Programa Inov Contacto	135	33 200
FRI-Fundo para as Relações Internacionais	1 000 000	1 000 000
FRI-Fundo para as Relações Internacionais - Expo 2020 Dubai	114 962	4 053 435
Projetos Próprios - PT2020 - Programa INOV Contacto	2 834 435	3 491 787
Projetos Próprios - PT2020 - SIAC	1 893 766	3 725 167
Projetos Próprios - PT2020 - Assistência Técnica	783 933	1 940 267
Projetos Próprios - PT2020 - SAMA	943 253	397 843
Projetos Próprios - PRR	506 022	194 873
Outros rendimentos suplementares	19 664	135 409
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	17 086	30 628
Outros	131 722	248 852
	<u>14 394 891</u>	<u>20 897 326</u>



23. Outros Gastos

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é conforme segue:

	2023	2022
Impostos	16 026	18 027
Outros		
Quotizações	10 150	13 090
Estágios - Programa Contacto	4 067 807	3 301 194
Outros Estágios	179 574	220 791
Diferenças de câmbio desfavoráveis	94 355	174 357
Outros	221 031	59 358
Juros Tributários e outros juros	28	1 813
	<u>4 588 972</u>	<u>3 788 630</u>

Na rubrica Outros estão incluídos 136.486 Euros, relacionados com o acerto de contas das ações promocionais do Turismo de Portugal, que foram registados em correções de exercícios anteriores (gastos).

24. Juros e outros rendimentos similares

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são detalhados conforme segue:

	2023	2022
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	285 907	21 088
Dividendos obtidos		
Outras entidades	74 558	316 785
	<u>360 465</u>	<u>337 873</u>



25. Juros e gastos similares suportados

Os juros e gastos similares ocorridos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são detalhados conforme segue:

	2023	2022
Juros de Mora	9 106	81 414
Outros juros	48 670	33 724
	<u>57 776</u>	<u>115 138</u>

O montante mais significativo incluído na rubrica de Juros e Gastos similares suportados corresponde a despesas bancárias que ocorreram devido às transferências e pagamentos em diversas moedas que a AICEP realiza nos seus vários pontos de rede (48.670 Euros).

25. Partes relacionadas

Conforme anteriormente referido a Empresa é detida em 100% pelo Estado Português

A participação da Empresa na subsidiária em 2023 e 2022 e respetivas transações e saldos são conforme segue:

Subsidiária

Subsidiária	Sede	2023	2022
		Percentagem de participação	Percentagem de participação
AICEP Global Parques, S.A.	Setúbal	91,185%	91,185%

Transações com partes relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

2023:

	Compras de inventários	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Serviços prestados	Outros rendimentos	Juros obtidos
Subsidiárias			18 529				4 500	
			<u>18 529</u>				<u>4 500</u>	



2022:

	Compras de inventários	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Serviços prestados	Outros rendimentos	Juros obtidos
Subsidiárias			18.212				6.119	
			18.212				6.119	

Saldos com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

2023:

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Cauções Contratuais	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Subsidiárias	554			1 200	1 754			
	554			1 200	1 754			

2022:

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Cauções Contratuais	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Subsidiárias	1.107			1.200	2.307			
	1.107			1.200	2.307			

Relativamente à remuneração da pessoal chave de gestão, para além do mencionado na anterior nota 20, ver o ponto 7 do cumprimento das Orientações Legais e o ponto VII.D. do Relatório de governo societário.



2023

Comissão Executiva

Membro da CE

	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remun. (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
<u>01.01.23-04.06.2023</u>	(*)				
Luís Castro Henriques	46.897,34		46.897,34	2.004,85	44.892,49
Madalena Oliveira e Silva	37.149,98		37.149,98	1.765,86	35.384,12
Rita Lindley Araújo	30.674,14		30.674,14	1.482,09	29.192,05
Luís Rebelo de Sousa	28.326,45		28.326,45	1.416,32	26.910,13
<u>05.06.23-31.12.2023</u>					
Filipe Santos Costa	53.825,60		53.825,60	2.691,24	51.134,36
Cristina M ^ª Cerqueira Pucarinhc	43.857,60		43.857,60	2.192,85	41.664,75
Luís Rebelo de Sousa	47.773,67		47.773,67	2.388,68	45.384,99
Isabel M ^ª Marques Tenreiro	55.527,75		55.527,75	2.795,06	52.732,69
João Filipe Noronha Leal	43.857,60		43.857,60	2.192,85	41.664,75
			387.890,13	18.929,80	368.960,33

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento+despesas de representação (com reduções)

(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

(*) por cessação de funções do Senhor Presidente, Dr. Luís Filipe de Castro Henriques, na sequência de renúncia ao cargo de 31 de março de 2023 formalizada junto da tutela, o cargo suplente do Presidente é exercido pela Dra. Madalena Oliveira e Silva, por vontade colegial e em razão da senioridade nas funções.

26. Divulgações exigidas por diplomas legais e outras

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a revisão legal das contas anuais ascenderam a 15.000 Euros (excluindo o IVA).

Outras informações

Ao abrigo do Eixo III – Financiamento e Partilha do Risco da Inovação – Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha do Risco da Inovação (SAFPRI), o Compete transferiu em 2010 para a AICEP a verba de 3.032.356 Euros consignada à realização de capital do Fundo de Apoio à Inovação (FINOVA), tendo transferido nova verba de 4.122.298 Euros em 2015, totalizando 7.154.655 Euros que corresponde a 0,7% do capital do fundo. Face à redução de capital concretizada em 2016, o valor desta participação corresponde no final do ano a 6.821.000 Euros, realizada na totalidade.

Por se tratar de uma operação circunscrita no âmbito referido e neutra do ponto de vista patrimonial, a AICEP não evidenciava até 2017 esta participação no seu balanço, contudo, aproveitando a passagem do normativo contabilístico SNC para SNC-AP, entendeu o Conselho de Administração passar a evidenciar a participação nas suas contas, para que a mesma possa constar, operacional e estatisticamente, na esfera do Estado. Assim, aquela participação passou a estar integrada no ativo do balanço, tendo por contrapartida um passivo de igual montante na conta de outros credores. Quaisquer variações no valor da participação têm imediata e completa



equivalência em variações, dos mesmos montantes, no valor do passivo conexo. Apesar desta expressão no seu Balanço, a AICEP considera que não tem qualquer intervenção nesta participação, pois foi meramente um veículo para a aquisição da participação, por orientações do Compete.

Proposta de aplicação dos resultados

O Conselho da Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício, negativo em 15.183.325,49 Euros, seja transferido para a conta de Resultados Transitados, devendo subseqüentemente a componente positiva de 324.268,46 Euros relativa aos resultados positivos apropriados segundo o método da equivalência patrimonial da AICEP Global Parques, SA, e ainda não distribuídos, seja transferida para a conta de Ajustamentos em Ativos Financeiros.



27. Acontecimentos após a data do balanço

Apesar do atual período em que vivemos refletir uma retração económica quer a nível nacional, quer a nível mundial, originado pelo início da guerra, durante o ano de 2023, o Conselho de Administração da AICEP, tendo em consideração as questões relacionadas com a aplicação do pressuposto da continuidade das operações, nomeadamente pelo efeito adverso que pode ser suscitado pela atual conjuntura existente na Ucrânia, pelas sanções aplicáveis à Rússia e outros efeitos colaterais, como por exemplo, o preço e disponibilidade de matérias-primas, energia e/ou outros aspetos comerciais e tecnológicos, continuará a avaliar o potencial impacto a nível das importações e exportações de e para estes países, podendo ter natural impacto a nível da atividade promocional realizada pela AICEP, não sendo ainda possível quantificar neste momento.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Mónica Rita Matos

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Filipe Santos Fernandes da Costa

João Filipe Ribeiro Noronha Leal

Cristina Maria Cerqueira Pucarinho

Carlos Manuel Sales Abade

Luís Maria Pinto de Mesquita Rebelo de Sousa

Marisa da Luz Bento Garrido Marques Oliveira (*)

Isabel Maria Rocha Marques Tenreiro Freitas dos Reis

(*) A Vogal não executiva do Conselho de Administração Marisa da Luz Bento Garrido Marques Oliveira não procedeu à assinatura do presente relatório por ter apresentado a renúncia ao cargo, em 5 de abril de 2024, na sequência de ter assumido as funções de Secretária de Estado da Administração Pública do XXIV Governo Constitucional.



Contas individuais

Demonstrações Orçamentais



Contas Individuais

Demonstrações Orçamentais

1 Demonstrações previsionais

1.1. Orçamento e plano orçamental plurianual

Receita

Rúbrica	Designação	Orçamento t			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Total	t+1	t+2	t+3	t+4
	Receita corrente	44.422.248,00	-2.187.345,00	42.234.903,00	32.807.536,00	47.471.807,00	48.418.658,00	49.420.530,00
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistema de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Redimentos de propriedade	3.168.921,00	933.327,00	4.102.248,00	6.161.040,00	6.653.923,00	7.186.237,00	7.761.136,00
R5	Transferências e subsídios correntes	40.686.410,00	-2.976.477,00	37.709.933,00	26.141.906,00	40.298.156,00	40.697.101,00	41.108.014,00
R51	Transferências Correntes	40.686.410,00	-2.976.477,00	37.709.933,00	26.141.906,00	40.298.156,00	40.697.101,00	41.108.014,00
R511	Administrações Públicas	22.629.641,00	-3.099.053,00	19.530.588,00	13.313.041,00	27.084.425,00	27.086.958,00	27.089.567,00
R5111	Administração Central - Estado	0,00	59.706,00	59.706,00	81.966,00	84.425,00	86.958,00	89.567,00
R5112	Administração Central - Outras entidades	22.629.641,00	-3.158.759,00	19.470.882,00	13.231.075,00	27.000.000,00	27.000.000,00	27.000.000,00
R5113	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5114	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5115	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R512	Exterior - EU	18.056.769,00	37.576,00	18.094.345,00	12.743.865,00	13.126.181,00	13.519.966,00	13.925.565,00
R513	Outras	0,00	85.000,00	85.000,00	85.000,00	87.550,00	90.177,00	92.882,00
R52	Subsídios Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	116.185,00	40.819,00	157.004,00	81.590,00	84.038,00	86.559,00	89.156,00
R7	Outras receitas correntes	450.732,00	-185.014,00	265.718,00	423.000,00	435.690,00	448.761,00	462.224,00
	Receita de capital	7.711.305,00	-7.687.148,00	24.157,00	150.184.500,00	500.190.035,00	500.195.736,00	500.201.608,00
R8	Venda de bens de investimento	13.973,00	-13.775,00	198,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências e subsídios de Capital	7.674.312,00	-7.674.312,00	0,00	150.184.500,00	500.190.035,00	500.195.736,00	500.201.608,00
R91	Transferências de capital	7.674.312,00	-7.674.312,00	0,00	150.184.500,00	500.190.035,00	500.195.736,00	500.201.608,00
R911	Administrações Públicas	7.674.312,00	-7.674.312,00	0,00	150.000.000,00	500.000.000,00	500.000.000,00	500.000.000,00
R9111	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	150.000.000,00	500.000.000,00	500.000.000,00	500.000.000,00
R9112	Administração Central - Outras entidades	7.674.312,00	-7.674.312,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9113	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9114	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9115	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R912	Exterior - EU	0,00	0,00	0,00	184.500,00	190.035,00	195.736,00	201.608,00
R913	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R92	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Reposição não abtidas aos pagamentos	23.020,00	939,00	23.959,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita efetiva (1)	52.133.553,00	-9.874.493,00	42.259.060,00	182.992.036,00	547.661.842,00	548.614.394,00	549.622.138,00
	Receita não efetiva (2)	61.314.256,00	33.079.937,00	94.394.193,00	124.867.209,00	0,00	0,00	0,00
R12	Receita com ativos financeiros	49.814.256,00	33.079.937,00	82.894.193,00	113.367.209,00	0,00	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	11.500.000,00	0,00	11.500.000,00	11.500.000,00	0,00	0,00	0,00
	Receita total (3) = (1)+(2)	113.447.809,00	23.205.444,00	136.653.253,00	307.859.245,00	547.661.842,00	548.614.394,00	549.622.138,00

Despesa

Rúbrica	Designação	Orçamento t				Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Total	t+1	t+2	t+3	t+4	
	Despesa corrente	73.353.954,00	-13.141.928,00	60.212.026,00	65.248.896,00	60.642.051,00	51.899.099,00	52.418.092,00	
D1	Despesa com o pessoal	30.281.073,00	1.038.764,00	31.319.837,00	29.937.170,00	27.920.726,00	28.199.933,00	28.481.934,00	
D11	Remunerações certas e permanentes	23.151.102,00	892.924,00	24.044.026,00	20.711.862,00	20.918.981,00	21.128.171,00	21.339.453,00	
D12	Abonos variáveis ou eventuais	592.603,00	-69.080,00	523.523,00	1.626.952,00	1.643.222,00	1.659.654,00	1.676.251,00	
D13	Segurança Social	6.537.368,00	214.920,00	6.752.288,00	7.598.356,00	5.358.523,00	5.412.108,00	5.466.230,00	
D2	Aquisição de bens e serviços	23.253.707,00	-1.990.861,00	21.262.846,00	30.162.940,00	27.521.051,00	18.446.890,00	18.631.359,00	
D3	Juros e outros encargos	201.301,00	-162.999,00	38.302,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4	Transferências correntes	18.622.400,00	-11.938.585,00	6.683.815,00	4.764.735,00	4.812.382,00	4.860.505,00	4.909.110,00	
D41	Administrações Públicas	18.622.400,00	-11.938.585,00	6.683.815,00	4.764.735,00	4.812.382,00	4.860.505,00	4.909.110,00	
D411	Administrações Públicas	15.706.806,00	-14.515.434,00	1.191.372,00	60.827,00	61.435,00	62.049,00	62.669,00	
D4111	Administração Central - Estado	19,00	80,00	99,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4112	Administração Central - Outras entidades	15.000.000,00	-14.613.513,00	386.487,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4113	Segurança Social	706.787,00	97.999,00	804.786,00	60.827,00	61.435,00	62.049,00	62.669,00	
D4114	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4115	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D412	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D413	Famílias	2.915.594,00	2.380.903,00	5.296.497,00	4.703.908,00	4.750.947,00	4.798.456,00	4.846.441,00	
D414	Outras	0,00	195.946,00	195.946,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D42	Subsídios Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D5	Outras despesas correntes	995.473,00	-88.247,00	907.226,00	384.051,00	387.892,00	391.771,00	395.689,00	
	Despesa de capital	6.917.276,00	1.681.092,00	8.598.368,00	190.694.069,00	502.120.322,98	502.183.932,67	502.249.450,65	
D6	Investimentos	5.552.778,00	-208.160,00	5.344.618,00	2.058.566,00	2.120.322,98	2.183.932,67	2.249.450,65	
D7	Transferências e subsídios de Capital	1.364.498,00	1.889.252,00	3.253.750,00	188.635.503,00	500.000.000,00	500.000.000,00	500.000.000,00	
D71	Transferências de Capital	1.364.498,00	1.889.252,00	3.253.750,00	188.635.503,00	500.000.000,00	500.000.000,00	500.000.000,00	
D711	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7111	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7112	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7113	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7114	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7115	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D712	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D713	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D714	Outras	1.364.498,00	1.889.252,00	3.253.750,00	188.635.503,00	500.000.000,00	500.000.000,00	500.000.000,00	
D72	Subsídios de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Despesa efetiva (4)	80.271.230,00	-11.460.836,00	68.810.394,00	255.942.965,00	562.762.373,98	554.083.031,67	554.667.542,65	
	Despesa não efetiva (5)	73.635.502,00	1.096.204,00	74.731.706,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D9	Despesa com ativos financeiros	73.635.502,00	1.096.204,00	74.731.706,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Despesa total (6) = (4)+(5)	153.906.732,00	-10.364.632,00	143.542.100,00	255.942.965,00	562.762.373,98	554.083.031,67	554.667.542,65	
	Saldo total (3)-(6)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Saldo global (1)-(4)	-28.137.677,00	1.586.343,00	-26.551.334,00	-72.950.929,00	-15.100.531,98	-5.468.637,67	-5.045.404,65	
	Despesa primária	80.271.230,00	-11.460.836,00	68.810.394,00	255.942.965,00	562.762.373,98	554.083.031,67	554.667.542,65	
	Saldo corrente	-28.931.706,00	10.954.583,00	-17.977.123,00	-32.441.360,00	-13.170.244,00	-3.480.441,00	-2.997.562,00	
	Saldo de capital	794.029,00	-9.368.240,00	-8.574.211,00	-40.509.569,00	-1.930.287,98	-1.988.196,67	-2.047.842,65	
	Saldo primário	-28.137.677,00	1.586.343,00	-26.551.334,00	-72.950.929,00	-15.100.531,98	-5.468.637,67	-5.045.404,65	



2 Demonstração de relato individual

A aplicação da Lei de Orçamento de Estado para 2023 aprovada pela Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, estabeleceu o Orçamento de Receita e Despesa da AICEP.

2.1. Demonstração do desempenho orçamental

Esta demonstração permite a análise do desempenho orçamental da AICEP. Pode observar-se que este mapa apresenta as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos que ocorreram no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria. Nesta demonstração também se evidenciam os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte, saldo global, saldo corrente, saldo de capital e saldo primário). Apresenta ainda, informação organizada pela forma de financiamento, e por classificação económica da execução orçamental.



Recebimentos:

Rúbrica	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					Total	n-1
		Receitas Próprias	Receitas Gerais	Financiamento U.E	Empréstimos	Fundos Alheios		
	Saldo de gerência anterior	19.886.345,15 €	676.723,00 €	89.356,29 €	424.996,91 €	4.933.625,68 €	26.011.047,03 €	182.939.403,23 €
	Operações orçamentais (1)	19.886.345,15 €	676.723,00 €	89.356,29 €	424.996,91 €	- €	21.077.421,35 €	64.365.270,88 €
	Restituição do saldo oper. Orçamentais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	Operações de tesouraria (A)	- €	- €	- €	- €	4.933.625,68 €	4.933.625,68 €	7.737.499,19 €
	Receita corrente	22.483.939,92 €	- €	6.406.903,07 €	- €	- €	28.890.842,99 €	28.814.253,00 €
R1	Receita fiscal	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R11	Impostos diretos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R12	Impostos indiretos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R2	Contribuições para sistema de proteção social e	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R4	Redimentos de propriedade	4.102.037,42 €	- €	- €	- €	- €	4.102.037,42 €	3.168.918,27 €
R5	Transferências e subsídios correntes	18.154.929,74 €	- €	6.406.903,07 €	- €	- €	24.561.832,81 €	25.078.663,56 €
R51	Transferências Correntes	18.154.929,74 €	- €	6.406.903,07 €	- €	- €	24.561.832,81 €	25.078.663,56 €
R511	Administrações Públicas	18.154.929,74 €	- €	909.268,79 €	- €	- €	19.064.198,53 €	19.031.068,57 €
R5111	Administração Central - Estado Português	- €	- €	59.705,45 €	- €	- €	59.705,45 €	- €
R5112	Administração Central - Outras entidades	18.154.929,74 €	- €	849.563,34 €	- €	- €	19.004.493,08 €	19.031.068,57 €
R5113	Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5114	Administração Regional	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5115	Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R512	Exterior - EU	- €	- €	5.497.634,28 €	- €	- €	5.497.634,28 €	6.047.594,99 €
R513	Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R6	Venda de bens e serviços	1.148,00 €	- €	- €	- €	- €	1.148,00 €	115.940,49 €
R7	Outras receitas correntes	225.824,76 €	- €	- €	- €	- €	225.824,76 €	450.730,68 €
	Receita de capital	97,55 €	- €	- €	- €	- €	97,55 €	7.625.039,53 €
R8	Venda de bens de investimento	97,55 €	- €	- €	- €	- €	97,55 €	13.972,53 €
R9	Transferências e subsídios de Capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	7.611.067,00 €
R91	Transferências de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	7.611.067,00 €
R911	Administrações Públicas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	7.611.067,00 €
R9111	Administração Central - Estado	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9112	Administração Central - Outras entidades	- €	- €	- €	- €	- €	- €	7.611.067,00 €
R9113	Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9114	Administração Regional	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9115	Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R912	Exterior - EU	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R913	Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R92	Subsídios de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R10	Outras receitas de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	23.157,72 €	- €	442,10 €	- €	- €	23.599,82 €	23.019,66 €
	Receita efetiva (2)	22.507.195,19 €	- €	6.407.345,17 €	- €	- €	28.914.540,36 €	36.462.312,19 €
	Receita não efetiva (3)	82.894.192,55 €	- €	- €	11.500.000,00 €	- €	94.394.192,55 €	27.678.752,29 €
R12	Receita com ativos financeiros	82.894.192,55 €	- €	- €	- €	- €	82.894.192,55 €	16.178.752,29 €
R13	Receita com passivos financeiros	- €	- €	- €	11.500.000,00 €	- €	11.500.000,00 €	11.500.000,00 €
	Soma (4) = (1)+(2)+(3)	125.287.732,89 €	676.723,00 €	6.496.701,46 €	11.924.996,91 €	- €	144.386.154,26 €	128.506.335,36 €
	Operações de tesouraria (B)	- €	- €	- €	- €	260.879.856,42 €	260.879.856,42 €	183.057.328,53 €



Pagamentos:

Rúbrica	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					Total	n-1
		Receitas Próprias	Receitas Gerais	Financiamento U.E	Empréstimos	Fundos Alheios		
	Despesa corrente	27.235.972,18	0,00	5.766.236,19	10.998.792,24	0,00	44.001.000,61	64.583.437,77
D1	Despesa com o pessoal	18.908.066,98	0,00	248.155,65	9.858.324,17	0,00	29.014.546,80	29.413.259,87
D11	Remunerações certas e permanentes	15.437.008,54	0,00	194.759,86	6.760.705,97	0,00	22.392.474,37	22.740.445,09
D12	Abonos variáveis ou eventuais	402.508,03	0,00	17.895,22	26.735,63	0,00	447.138,88	581.271,95
D13	Segurança Social	3.068.550,41	0,00	35.500,57	3.070.882,57	0,00	6.174.933,55	6.091.542,83
D2	Aquisição de bens e serviços	5.371.979,60	0,00	3.220.597,66	1.104.365,07	0,00	9.696.942,33	15.491.895,89
D3	Juros e outros encargos	18.300,53	0,00	0,00	1.602,82	0,00	19.903,35	200.871,80
D4	Transferências e subsídios correntes	2.351.055,65	0,00	2.297.474,70	0,00	0,00	4.648.530,35	18.521.863,87
D41	Transferências Correntes	2.351.055,65	0,00	2.297.474,70	0,00	0,00	4.648.530,35	18.521.863,87
D411	Administrações Públicas	415.356,05	0,00	696.500,36	0,00	0,00	1.111.856,41	15.635.107,35
D4111	Administração Central - Estado Português	98,18	0,00	0,00	0,00	0,00	98,18	18,44
D4112	Administração Central - Outras entidades	386.486,55	0,00	0,00	0,00	0,00	386.486,55	15.000.000,00
D4113	Segurança Social	28.771,32	0,00	696.500,36	0,00	0,00	725.271,68	635.088,91
D4114	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4115	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D412	Entidades no setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D413	Famílias	1.837.727,51	0,00	1.600.974,34	0,00	0,00	3.438.701,85	2.886.756,52
D414	Outras	97.972,09	0,00	0,00	0,00	0,00	97.972,09	0,00
D42	Subsídios Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras despesas correntes	586.569,42	0,00	8,18	34.500,18	0,00	621.077,78	955.546,34
	Despesa de capital	4.787.803,04	0,00	641.108,98	0,00	0,00	5.428.912,02	2.845.476,24
D6	Aquisição de bens de capital	1.534.053,34	0,00	641.108,98	0,00	0,00	2.175.162,32	1.480.978,99
D7	Transferências e subsídios de Capital	3.253.749,70	0,00	0,00	0,00	0,00	3.253.749,70	1.364.497,25
D71	Transferências de Capital	3.253.749,70	0,00	0,00	0,00	0,00	3.253.749,70	1.364.497,25
D711	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7111	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7112	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7113	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7114	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7115	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D712	Entidades no setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D713	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D714	Outras	3.253.749,70	0,00	0,00	0,00	0,00	3.253.749,70	0,00
D72	Subsídios de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesa efetiva (5)	32.023.775,22	0,00	6.407.345,17	10.998.792,24	0,00	49.429.912,63	67.428.914,01
	Despesa não efetiva (6)	74.731.705,90	0,00	0,00	0,00	0,00	74.731.705,90	40.000.000,00
D9	Despesa com ativos financeiros	74.731.705,90	0,00	0,00	0,00	0,00	74.731.705,90	40.000.000,00
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Soma (7) = (5)+(6)	106.755.481,12	0,00	6.407.345,17	10.998.792,24	0,00	124.161.618,53	107.428.914,01
	Operações de tesouraria (C)	0,00	0,00	0,00	0,00	264.695.723,61	264.695.723,61	185.861.202,04
	Saldo para a gerência seguinte	18.532.251,77	676.723,00	89.356,29	926.204,67	1.117.758,49	21.342.294,22	26.011.047,03
	Operações orçamentais (8)=(4)-(7)	18.532.251,77	676.723,00	89.356,29	926.204,67	0,00	20.224.535,73	21.077.421,35
	Operações de tesouraria (D)=(A)+(B)-(C)	0,00	0,00	0,00	0,00	1.117.758,49	1.117.758,49	4.933.625,68
	Saldo global (2)-(5)	-9.516.580,03	0,00	0,00	-10.998.792,24	0,00	-20.515.372,27	-30.966.601,82
	Despesa primária	32.005.474,69	0,00	6.407.345,17	10.997.189,42	0,00	49.410.009,28	67.228.042,21
	Saldo corrente	-4.752.032,26	0,00	640.666,88	-10.998.792,24	0,00	-15.110.157,62	-35.769.184,77
	Saldo de capital	-4.787.705,49	0,00	-641.108,98	0,00	0,00	-5.428.814,47	4.779.563,29
	Saldo primário	-9.498.279,50	0,00	0,00	-10.997.189,42	0,00	-20.495.468,92	-30.765.730,02
	Receita total (1)+(2)+(3)	125.287.732,89	676.723,00	6.496.701,46	11.924.996,91	0,00	144.386.154,26	128.506.335,36
	Despesa total (5)+(6)	106.755.481,12	0,00	6.407.345,17	10.998.792,24	0,00	124.161.618,53	107.428.914,01



2.2. Demonstração de execução orçamental da receita

Esta demonstração explicita todas as fases e eventos da execução orçamental da receita, em coluna, organizada pelas diversas rúbricas detalhadas. O traçado do layout apresentado para esta demonstração decorre da Norma Técnica n.º 1/2017 e da informação enviada para o S3CP – Sistema Central de Contabilidade e Contas Públicas.

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período	Grau de execução orçamental	
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(5)-(7)	(11)	(12)=(8)/(2)*100	(13)=(9)/(1)*100
Receita corrente		42.234.903,00	3.589.595,59	28.841.358,47	661.370,63	29.072.856,38	182.013,39	182.013,39	751.918,68	28.138.924,31	28.890.842,99	2.878.740,44	21%	67%
R1	Receita fiscal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	R1.1 Impostos diretos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	R1.2 Impostos indiretos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R2	Contribuições para sistema de proteção social e subsistemas de saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R3	Taxas, multas e outras penalidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R4	Redimentos de propriedade	4.102.248,00	-	4.102.245,62	208,20	4.102.079,06	41,64	41,64	-	4.102.037,42	4.102.037,42	-	-	100%
R5	Transferências e subsídios correntes	37.709.933,00	3.453.530,69	24.529.709,14	659.662,43	24.743.804,56	181.971,75	181.971,75	703.530,69	23.858.302,12	24.561.832,81	2.761.744,59	20%	63%
	R5.1 Transferências Correntes	37.709.933,00	3.453.530,69	24.529.709,14	659.662,43	24.743.804,56	181.971,75	181.971,75	703.530,69	23.858.302,12	24.561.832,81	2.761.744,59	20%	63%
	R5.1.1 Administrações Públicas	19.530.588,00	3.453.530,69	19.004.006,94	631.594,51	19.218.102,36	153.903,83	153.903,83	703.530,69	18.360.667,84	19.064.198,53	2.761.744,59	20%	94%
	R5.1.1.1 Administração Central - Estado	59.706,00	-	59.705,45	-	59.705,45	-	-	-	59.705,45	59.705,45	-	-	100%
	R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	19.470.882,00	3.453.530,69	18.944.301,49	631.594,51	19.158.396,91	153.903,83	153.903,83	703.530,69	18.300.962,39	19.004.493,08	2.761.744,59	20%	94%
	R5.1.1.3 Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	R5.1.1.4 Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	R5.1.1.5 Administração Local	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	R5.1.2 Exterior - EU	18.094.345,00	-	5.525.702,20	28.067,92	5.525.702,20	28.067,92	28.067,92	-	5.497.634,28	5.497.634,28	-	-	30%
	R5.1.3 Outras	85.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%
	R5.2 Subsídios correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R6	Venda de bens e serviços	157.004,00	-	1.307,90	-	1.148,00	-	-	-	1.148,00	1.148,00	159,90	-	1%
R7	Outras receitas correntes	265.718,00	136.064,90	208.095,81	1.500,00	225.824,76	-	-	48.387,99	177.436,77	225.824,76	116.835,95	36%	67%



Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas (1)	Receitas por cobrar de períodos anteriores (2)	Receitas liquidadas (3)	Liquidações anuladas (4)	Receitas cobradas brutas (5)	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período (11)	Grau de execução orçamental		
							Emitidos (6)	Pagos (7)	Períodos anteriores (8)	Período corrente (9)	Total (10)=(5)-(7)		Períodos anteriores (12)=(8)/(2)*100	Período corrente (13)=(9)/(1)*100	
Receita de capital		115.495.773,00	-	115.495.410,79	99,52	115.495.410,79	99,52	99,52	-	115.495.311,27	115.495.311,27	-			100%
R8 Venda de bens de investimento		198,00	-	197,07	99,52	197,07	99,52	99,52	-	97,55	97,55	-			49%
R9 Transferências e subsídios de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
R9.1 Transferências de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
R9.1.1 Administrações Públicas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
R9.1.1.1 Administração Central - Estado		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
R9.1.1.3 Segurança Social		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
R9.1.1.4 Administração Regional		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
R9.1.1.5 Administração Local		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
R9.1.2 Exterior - EU		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
R9.1.3 Outras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
R9.2 Subsídios de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
R10 Outras receitas de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
R11 Reposição não abatidas aos pagamentos		23.959,00	-	23.599,82	-	23.599,82	-	-	-	23.599,82	23.599,82	-			99%
R12 Receita com ativos financeiros		82.894.193,00	-	82.894.192,55	-	82.894.192,55	-	-	-	82.894.192,55	82.894.192,55	-			100%
R13 Receita com passivos financeiros		11.500.000,00	-	11.500.000,00	-	11.500.000,00	-	-	-	11.500.000,00	11.500.000,00	-			100%
Saldo da gerência anterior - operações orçamentais		21.077.423,00	-	21.077.421,35	-	21.077.421,35	-	-	-	21.077.421,35	21.077.421,35	-			100%
Total		157.730.676,00	3.589.595,59	144.336.769,26	661.470,15	144.568.267,17	182.112,91	182.112,91	751.918,68	143.634.235,58	144.386.154,26	2.878.740,44	21%		91%



2.3. Demonstração de execução orçamental da despesa

Esta demonstração explicita todas as fases e eventos da execução orçamental da despesa, em coluna, organizada pelas diversas rubricas detalhadas. O traçado do layout apresentado para esta demonstração decorre da Norma Técnica n.º 1/2017 e da informação enviada para o S3CP – Sistema Central de Contabilidade e Contas Públicas.

Rúbrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
							(1)	(2)	(3)			(4)	(5)
Despesa corrente		1.038.067,07	60.992.856,00	780.830,00	46.219.226,90	44.966.597,62	1.037.751,39	42.963.249,22	44.001.000,61	1.252.629,28	965.597,01	1,70%	70,44%
D1 Despesa com o pessoal		795.645,41	31.319.837,00	-	29.828.707,24	29.804.520,20	795.635,37	28.218.911,43	29.014.546,80	24.187,04	789.973,40	2,54%	90,10%
D1.1 Remunerações certas e permanentes		387.896,72	24.044.026,00	-	22.785.948,03	22.785.948,03	387.896,72	22.004.577,65	22.392.474,37	-	393.473,66	1,61%	91,52%
D1.2 Abonos variáveis ou eventuais		8.488,82	523.523,00	-	468.781,75	467.015,08	8.488,82	438.650,06	447.138,88	1.766,67	19.876,20	1,62%	83,79%
D1.3 Segurança Social		399.259,87	6.752.288,00	-	6.573.977,46	6.551.557,09	399.249,83	5.775.683,72	6.174.933,55	22.420,37	376.623,54	5,91%	85,54%
D2 Aquisição de bens e serviços		235.551,78	21.951.414,00	688.568,00	10.987.800,70	9.759.358,46	235.246,14	9.461.696,19	9.696.942,33	1.228.442,24	62.416,13	1,07%	43,10%
D3 Juros e outros encargos		-	38.302,00	-	19.903,35	19.903,35	-	19.903,35	19.903,35	-	-	0,00%	51,96%
D4 Transferências e subsídios correntes		6.806,65	6.683.815,00	-	4.761.715,61	4.761.715,61	6.806,65	4.641.723,70	4.648.530,35	-	113.185,26	0,10%	69,45%
D4.1 Transferências Correntes		6.806,65	6.683.815,00	-	4.761.715,61	4.761.715,61	6.806,65	4.641.723,70	4.648.530,35	-	113.185,26	0,10%	69,45%
D4.1.1 Administrações Públicas		3.951,04	1.191.372,00	-	1.169.253,70	1.169.253,70	3.951,04	1.107.905,37	1.111.856,41	-	57.397,29	0,33%	92,99%
D4.1.1.1 Administração Central - Estado		-	99,00	-	98,18	98,18	-	98,18	98,18	-	-	0,00%	99,17%
D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades		-	386.487,00	-	386.486,55	386.486,55	-	386.486,55	386.486,55	-	-	0,00%	100,00%
D4.1.1.3 Segurança Social		3.951,04	804.786,00	-	782.668,97	782.668,97	3.951,04	721.320,64	725.271,68	-	57.397,29	0,49%	89,63%
D4.1.1.4 Administração Regional		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.1.5 Administração Local		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.2 Entidades no setor não lucrativo		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.3 Famílias		2.855,61	5.296.497,00	-	3.494.489,82	3.494.489,82	2.855,61	3.435.846,24	3.438.701,85	-	55.787,97	0,05%	64,87%
D4.1.4 Outras		-	195.946,00	-	97.972,09	97.972,09	-	97.972,09	97.972,09	-	-	0,00%	50,00%
D4.2 Subsídios Correntes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D5 Outras despesas correntes		63,23	999.488,00	92.262,00	621.100,00	621.100,00	63,23	621.014,55	621.077,78	-	22,22	0,01%	62,13%



Rúbrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
							(1)	(2)	(3)			(4)	(5)
Despesa de capital		95.792,67	83.330.074,00	-	80.186.412,42	80.173.815,25	95.792,67	80.064.825,25	80.160.617,92	12.597,17	13.197,33	0,11%	96,08%
D6 Aquisição de bens de capital		95.792,67	5.344.618,00	-	2.200.956,82	2.188.359,65	95.792,67	2.079.369,65	2.175.162,32	12.597,17	13.197,33	1,79%	38,91%
D7 Transferências e subsídios de Capital		-	3.253.750,00	-	3.253.749,70	3.253.749,70	-	3.253.749,70	3.253.749,70	-	-	0,00%	100,00%
D71 Transferências de capital		-	3.253.750,00	-	3.253.749,70	3.253.749,70	-	3.253.749,70	3.253.749,70	-	-	0,00%	100,00%
D7.1.1 Administrações Públicas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.1 Administração Central - Estado		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.3 Segurança Social		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.4 Administração Regional		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.5 Administração Local		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.2 Instituições sem fins lucrativos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.3 Famílias		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.4 Outras		-	3.253.750,00	-	3.253.749,70	3.253.749,70	-	3.253.749,70	3.253.749,70	-	-	0,00%	100,00%
D72 Subsídios de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D8 Outras despesas de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D9 Despesa com ativos financeiros		-	74.731.706,00	-	74.731.705,90	74.731.705,90	-	74.731.705,90	74.731.705,90	-	-	0,00%	100,00%
D10 Despesa com passivos financeiros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		1.133.859,74	144.322.930,00	780.830,00	126.405.639,32	125.140.412,87	1.133.544,06	123.028.074,47	124.161.618,53	1.265.226,45	978.794,34	0,79%	85,24%



2.4. Anexo às demonstrações orçamentais

A informação contida nas demonstrações orçamentais, sendo extremamente relevante, é insuficiente para proporcionar uma visão completa acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das várias fases das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental. Assim, o Anexo às demonstrações orçamentais, inclui informação adicional, alguma não financeira, havendo a possibilidade de ser divulgada informação suplementar, em simultâneo com as demonstrações orçamentais com a finalidade de proporcionar uma imagem integral das atividades da entidade durante o período de relato, sendo mesmo incentivadas, vide nº48 da NCP-26, a divulgar informação acerca do cumprimento das leis, regulamentos ou regras impostas externamente.

I. Alterações orçamentais da receita

Destina-se a evidenciar as alterações orçamentais que tenham ocorrido no período de relato devendo as rubricas da receita ter um grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações, entretanto ocorridas.

Rúbricas	Tipo	Receita					Previsões corrigidas	Obs.
		Previsões iniciais	Alterações orçamentais					
			Inscrições / Reforç	Diminuições / Anul	Créditos especiais			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)	(8)	
R4 - Rendimentos de propriedade	P/M	2.526.720	642.201	-	-	3.168.921		
R5 - Transferências e subsídios correntes	P/M	48.909.545	4.662.652	12.885.787	-	40.686.410		
R5.1 - Transferências Correntes	P/M	48.909.545	4.662.652	12.885.787	-	40.686.410		
R5.1.1 - Administrações Públicas	P/M	27.174.312	4.389.641	8.934.312	-	22.629.641		
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	P/M	27.174.312	4.389.641	8.934.312	-	22.629.641		
R5.1.2 - Exterior - U E	P/M	21.650.233	273.011	3.866.475	-	18.056.769		
R5.1.3 Outras	P/M	85.000	-	85.000	-	-		
R6 - Venda de bens e serviços	P/M	297.288	98.683	279.786	-	116.185		
R7 - Outras Receitas Correntes	P/M	400.000	135.494	84.762	-	450.732		
R8 - Venda de bens de investimento	P/M	-	13.973	-	-	13.973		
R9 - Transferências e subsídios de capital	P/M	-	8.674.312	1.000.000	-	7.674.312		
R9.1 - Transferências de capital	P/M	-	8.674.312	1.000.000	-	7.674.312		
R9.1.1 - Administrações Públicas	P/M	-	8.674.312	1.000.000	-	7.674.312		
R9.1.1.2 - Administração Central - outras entidades	P/M	-	8.674.312	1.000.000	-	7.674.312		
R11 - Reposições não abatidas aos pagamentos	P/M	-	23.020	-	-	23.020		
R12 - Receita com ativos financeiros	P/M	35.000.000	16.178.754	1.364.498	-	49.814.256		
R13 - Receita com passivos financeiros	P/M	11.500.000	-	-	-	11.500.000		
R14 - Saldo de gerência anterior - operações orçamentais	P/M	-	64.365.271	-	-	64.365.271		
Total		98.633.553	94.794.360	15.614.833	-	177.813.080		



II. Alterações orçamentais da despesa

À semelhança da demonstração das alterações orçamentais da receita, a demonstração das alterações orçamentais da despesa destina-se a evidenciar as alterações orçamentais que tenham ocorrido no período de relato devendo as rubricas da despesa ter um grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações, entretanto ocorridas.

Rúbricas	Tipo	Despesa				Dotações corrigidas	Obs.
		Dotações iniciais	Alterações orçamentais		Créditos especiais		
			Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)	(8)
D1 - Despesas Com o Pessoal	P/M	26.727.557	13.475.938	12.585.454	3.701.796	31.319.837	
D1.1 - Remunerações certas e permanentes	P/M	19.988.005	9.795.091	8.657.501	2.918.431	24.044.026	
D1.2 - Abonos variáveis ou eventuais	P/M	250.629	410.604	137.710	-	523.523	
D1.3 - Segurança social	P/M	6.488.923	3.270.243	3.790.243	783.365	6.752.288	
D2 - Aquisição de bens e serviços	P/M	13.584.902	16.601.257	8.234.745	-	21.951.414	
D3 - Juros e outros encargos	P/M	-	38.302	-	-	38.302	
D4 - Transferências e Subsídios Correntes	P/M	4.509.995	3.285.190	1.171.076	59.706	6.683.815	
D4.1 - Transferências Correntes	P/M	4.509.995	3.285.190	1.171.076	59.706	6.683.815	
D4.1.1 - Administrações Públicas	P/M	29.070	1.237.411	75.109	-	1.191.372	
D4.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	P/M	-	143	44	-	99	
D4.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	P/M	-	386.487	-	-	386.487	
D4.1.1.3 - Segurança Social	P/M	29.070	850.781	75.065	-	804.786	
D4.1.3 Famílias	P/M	4.480.925	1.851.833	1.095.967	59.706	5.296.497	
D4.1.4 Outras	P/M	-	195.946	-	-	195.946	
D5 - Outras despesas correntes	P/M	429.147	738.849	168.508	-	999.488	
D6 - Aquisição de bens de capital	P/M	4.745.957	1.642.673	1.044.012	-	5.344.618	
D7 - Transferências e subsídios de capital	P/M	-	3.253.750	-	-	3.253.750	
D7.1 - Transferências de Capital	P/M	-	3.253.750	-	-	3.253.750	
D7.1.4 Outras	P/M	-	3.253.750	-	-	3.253.750	
D9 - Despesa com ativos financeiros	P/M	40.000.000	114.731.706	80.000.000	-	74.731.706	
Total		89.997.558	153.767.665	103.203.795	3.761.502	144.322.930	

Por forma a cumprir a regra de equilíbrio orçamental, para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 10/2023, a AICEP solicitou à tutela setorial e financeira, através de comunicações de 16 de agosto e 23 de novembro de 2023 e de 4 de março 2024, pedido para obtenção de autorização para aplicação de saldos de gerência de anos anteriores até ao valor 7.362.014,70 euros e a alteração orçamental no valor de 7.362.027 euros. Até à presente não foi obtida resposta.



III. Operações de Tesouraria

Códigos das contas	Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
07.1.1 / 07.2.1	Recebimentos / pagamentos por Intermediação de fundos	-	-	-	-
07.1.2.1.1 / 07.2.1.1	Autarquias Locais	-	-	-	-
07.1.2.1.2 / 07.2.2.1.2	Entidade Contabilística Estado	-	-	-	-
07.1.2.1.3 / 07.2.2.1.3	Região Autónoma Açores	-	-	-	-
07.1.2.1.4 / 07.2.2.1.4	Região Autónoma Madeira	-	-	-	-
07.1.2.1.5 / 07.2.2.1.5	Outras entidades beneficiárias	-	-	-	-
07.1.2.2 / 07.2.2.2	Receita não Fiscal	-	-	-	-
07.1.3 / 07.2.3	Constituição e reforço/devolução de cauções e garantias	1.510,00	3.549,06	22.327,80	(17.268,74)
07.1.4 / 07.2.4	Cobrança/Entrega de recursos próprios europeus	-	-	-	-
07.1.5 / 07.2.5	Receção/receitas de receitas próprias – duplo cabimento	-	-	-	-
07.1.6 / 07.2.6	Retenções - Transição para o SNC-AP	-	-	-	-
07.2.8	Conversão de operações de tesouraria em receita orçamental	-	-	-	-
07.1.9 / 07.2.9	Outras receitas/despesas de operações tesouraria	4.932.115,68	260.876.307,36	264.673.395,81	1.135.027,23
Total		4.933.625,68	260.879.856,42	264.695.723,61	1.117.758,49



IV. Transferências e subsídios

Concedidos

A informação relativa a transferências e subsídios é também de grande importância, dado que permite acompanhar a intervenção do Estado na economia, e que tipos de apoio são concedidos.

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária	Despesas orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transferências/ subsídios ocorrida no exercício	Obs.
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(5)-(6)	(8)	(9)
Transferências correntes									
040301	Nº 8 Art. 91º DLEO 2023	Entrega dos rendimentos de depósitos e aplic.s fin. fora do IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e Dívida Pública	98,18	98,18	98,18	-		
040305	Protocolo	Transferência	Turismo de Portugal, I.P.	386.486,55	386.486,55	386.486,55	-		
040600	Estágios	Estágios Profissionais e INOV Contacto	Segurança Social	725.271,68	725.271,68	725.271,68	-		
040802	Estágios	Estágios Profissionais e INOV Contacto	Vários Estagiários	3.438.701,85	3.438.701,85	3.438.701,85	-		
040901	PT SAMA		Comunidade Intermunicipal do Oeste	97.972,09	97.972,09	97.972,09	-		
Total Transferências correntes				4.648.530,35	4.648.530,35	4.648.530,35	-		-
Transferências de capital									
080102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Incentivo às empresas no âmbito do RCI	Borgwarner Emissions Systems Portugal, Unipessoal	2.462.572,93	2.462.572,93	2.462.572,93	-		
080102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Incentivo às empresas no âmbito do RCI	Hanon Systems Portugal, S.A.	370.574,57	370.574,57	370.574,57	-		
080102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Incentivo às empresas no âmbito do RCI	IKEA Industry Portugal, Lda	420.602,20	420.602,20	420.602,20	-		
Total Transferências de capital				3.253.749,70	3.253.749,70	3.253.749,70	-		-
Subsídios									
Total Subsídios				-	-	-	-		-



Recebidos

A informação relativa a transferências e subsídios é também de grande importância, dado que permite acompanhar a intervenção do Estado na economia, e que tipos de apoio são recebidos.

Tipo de receita	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferências/ subsídios ocorrida no exercício	Obs.
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(4)-(5)	(8)	(9)
Transferências correntes								
060306	Decreto-Lei nº 53-B/2021, de 23 de junho	Financiamento de projetos na medida «Plano de Recuperação e Resiliência»	Direção Geral da Administração e do Emprego Público	59.705,45	59.705,45	-		
060307	Lei do Orçamento de Estado (Lei n.º 24-D/2022)	Promoção de Portugal no exterior, nos termos contratualizados entre as duas entidades e Protocolo de cedência de colaboradores e de pagamento de despesas de promoção entre o Turismo de Portugal, I. P., e a AICEP, E. P. E., a contratualizar entre as duas entidades	Turismo de Portugal, I.P.	17.166.674,33	17.154.929,74	11.744,59		
060307	Lei do Orçamento de Estado (Lei n.º 24-D/2022)	Promoção de Portugal no exterior, nos termos contratualizados entre as duas entidades	IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	2.750.000,00	-	2.750.000,00		-
060307	Lei do Orçamento de Estado (Lei n.º 24-D/2022)	Lei do Orçamento do Estado para 2023	Fundo para as Relações Internacionais, IP	1.000.000,00	1.000.000,00	-		-
060307	Decreto-Lei nº 53-B/2021, de 23 de junho	Financiamento de projetos na medida «Plano de Recuperação e Resiliência»	AMA - Agência para a Modernização Administrativa, I.P.	849.563,34	849.563,34	-		-
060307	Decreto-Lei nº 53-B/2021, de 23 de junho	Financiamento de projetos na medida «Plano de Recuperação e Resiliência»	IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	200.000,00	200.000,00	-		-
060901	Decreto-Lei n.º 159/2014	Regras gerais de aplicação dos programas operacionais e de desenvolvimento rural financiados pelos fundos europeus estruturais e de investimento	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	2.136.371,82	2.136.371,82	-		-
060901	Portaria 57-A/2015	Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social	208.067,57	208.067,57	-		-
060901	Portaria 97-A/2015	Regulamento específico do domínio da Inclusão Social e Emprego	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social	2.953.194,89	2.953.194,89	-		-
Total Transferências correntes				27.323.577,40	24.561.832,81	2.761.744,59		-
Transferências de capital								
Total Transferências de capital				-	-	-		-
Subsídios								
Total Subsídios				-	-	-		-



V. Contratação administrativa

Situação dos contratos

Contrato				Comunicação do contrato ao TC				Visto do TC				Pagamentos no período				Pagamentos acumulados								
Tipo	Objeto	Data	Procedimento de contratação	Valor do Contrato	Preço Contratual	Preço Contratual com Iva	Prazo de Execução	Início da execução (física)	MECP	Contratos adicionais	Contratos COVID-19	N.º do registo	Data	Data do 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os
Aquisição de serviços	Serviços de consultoria e de progra	23-08-2021	Parceria para a Inovação	1.545.437,00	1.545.437,00	1.900.887,51	730 dias	07-06-2022	Não	Não	Não	2072/2021	06-06-2022	25-10-2022	1.029.188,10	0,00	0,00	0,00	0,00	1.272.039,59	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de agências de viagens e s	10-02-2022	Concurso Público	1.425.000,00	1.425.000,00	1.434.503,16	966 dias	10-05-2022	Não	Não	Não	272/2022	06-05-2022	02-06-2022	945.810,04	0,00	0,00	0,00	0,00	1.426.550,56	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de fornecimento de softwa	20-09-2022	Concurso Público	719.411,90	719.411,90	884.876,64	1095	26-09-2022	Não	Não	Não			25-10-2022	274.458,88	0,00	0,00	0,00	0,00	552.073,23	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Aquisição de Serviços de Consultori	20-04-2023	Concurso Público	672.000,00	618.000,00	760.140,00	970 dias	20-04-2023	Não	Não	Não			13-09-2023	73.353,51	0,00	0,00	0,00	0,00	73.353,51	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	CPI-480/2022/DCT - Aquisição de s	31-12-2022	Concurso Público	784.211,46	560.603,82	560.603,82	365	01-01-2023	Não	Não	Não			18-01-2023	510.713,92	0,00	0,00	0,00	0,00	510.713,92	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de seguros	17-12-2021	Concurso Público	516.367,66	516.367,66	516.367,66	15 dias	17-12-2021	Não	Não	Não			14-01-2022	242,63	0,00	0,00	0,00	0,00	515.705,49	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de armazenagem de dados	01-10-2021	Concurso Público	487.750,00	487.750,00	599.932,50	92 dias	01-10-2021	Não	Não	Não			28-06-2022	198.733,42	0,00	0,00	0,00	0,00	309.492,81	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços relacionados com a gestão	29-09-2021	Concurso Público	379.200,00	379.200,00	466.416,00	94 dias	29-09-2021	Não	Não	Não			28-12-2021	102.831,31	0,00	0,00	0,00	0,00	252.384,92	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de consultoria em gestão c	30-08-2023	Concurso Público	211.200,00	211.200,00	259.776,00	123 dias	30-08-2023	Não	Não	Não			27-12-2023	226.654,56	0,00	0,00	0,00	0,00	226.654,56	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de promoção	25-09-2022	Concurso Público	207.740,00	207.740,00	255.520,20	669 dias	25-09-2022	Não	Não	Não			04-11-2022	102.209,31	0,00	0,00	0,00	0,00	153.313,35	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de Cloud Com	06-12-2022	Consulta Prévia Simplificada	199.900,01	199.900,01	245.877,01	609 dias	06-12-2022	Sm	Não	Não			25-01-2023	121.008,86	0,00	0,00	0,00	0,00	121.008,86	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de transporte rodoviário de	03-10-2023	Concurso Público	175.250,00	175.000,00	185.500,00	6 dias	03-10-2023	Não	Não	Não			22-12-2023	185.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	185.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de consultoria e de progra	19-01-2023	Consulta Prévia Simplificada	171.000,00	171.000,00	210.330,00	582	19-01-2023	Sm	Não	Não			08-09-2023	210.330,00	0,00	0,00	0,00	0,00	210.330,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de marketing	31-05-2023	Concurso Público	180.000,00	165.600,00	203.688,00	730 dias	01-06-2023	Não	Não	Não			23-11-2023	101.844,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101.844,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Campanha de Marketing Digital da F	13-10-2022	Concurso Público	162.100,00	162.100,00	199.383,00	180 dias (acre	13-10-2022	Não	Não	Não			21-12-2022	63.960,00	0,00	0,00	0,00	0,00	199.383,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de limpeza	04-08-2021	Concurso Público	160.917,12	160.917,12	197.928,06	150 dias	04-08-2021	Não	Não	Não			25-10-2021	52.848,12	0,00	0,00	0,00	0,00	123.312,52	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Aquisição de serviços destinados a r	20-02-2023	Concurso Público	162.100,00	159.950,00	196.738,50	90 dias	20-02-2023	Não	Não	Não			19-04-2023	196.738,51	0,00	0,00	0,00	0,00	196.738,51	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de manutenção e reparaçã	08-03-2023	Concurso Público	143.000,00	133.860,00	164.648,00	61	07-03-2023	Não	Não	Não			19-04-2023	169.740,00	0,00	0,00	0,00	0,00	169.740,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Vistos	17-05-2023	Concurso Público	102.200,00	102.200,00	125.706,00	31 dias	22-05-2023	Não	Não	Não			17-07-2023	30.525,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.525,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	CP-485/2022/DC- AQUISIÇÃO DE S	07-11-2022	Concurso Público	107.500,00	91.500,00	112.545,00	205 dias	07-11-2022	Não	Não	Não			16-12-2022	23.985,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112.545,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de consultoria em matéria	20-02-2023	Concurso Público	85.996,00	85.996,00	105.775,08	314 dias	20-02-2023	Não	Não	Não			09-05-2023	52.875,22	0,00	0,00	0,00	0,00	52.875,22	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Manutenção de software para as tes	11-05-2023	Concurso Público	85.092,24	85.092,24	104.663,46	234 dias	11-05-2023	Não	Não	Não			06-07-2023	34.113,90	0,00	0,00	0,00	0,00	34.113,90	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de bens	Combustíveis	25-06-2021	Concurso Público	84.000,00	84.000,00	103.320,00	190 dias	25-06-2021	Não	Não	Não			30-09-2021	24.303,18	0,00	0,00	0,00	0,00	57.873,32	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de TI: consultoria, deserv	22-12-2021	Concurso Público	83.800,00	83.800,00	103.074,00	10 dias	22-12-2021	Não	Não	Não			25-01-2022	4.976,03	0,00	0,00	0,00	0,00	101.413,51	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de telecomunicações	31-12-2021	Concurso Público Urgente	82.630,56	82.630,56	101.635,59	1 dias	31-12-2021	Não	Não	Não			03-03-2022	31.087,35	0,00	0,00	0,00	0,00	63.550,06	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de impressão e afins	09-03-2020	Concurso Público	87.096,00	81.274,40	99.967,51	1727 dias	09-03-2020	Não	Não	Não			04-02-2021	21.045,83	0,00	0,00	0,00	0,00	80.675,48	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de criação e d	17-04-2023	Consulta Prévia	74.999,00	74.999,00	92.248,77	485	17-04-2023	Não	Não	Não			28-06-2023	92.248,77	0,00	0,00	0,00	0,00	92.248,77	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de consultoria e de progra	17-03-2023	Consulta Prévia	74.200,00	74.200,00	91.266,00	289 dias	17-03-2023	Não	Não	Não			06-07-2023	91.266,00	0,00	0,00	0,00	0,00	91.266,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de consultoria em matéria	28-04-2023	Consulta Prévia	73.890,00	73.890,00	90.884,70	247 dias	28-04-2023	Não	Não	Não			27-12-2023	90.884,70	0,00	0,00	0,00	0,00	90.884,70	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de consultoria em matéria	30-11-2023	Concurso Público	77.000,00	67.500,00	83.025,00	90 dias	30-11-2023	Não	Não	Não			27-12-2023	24.907,50	0,00	0,00	0,00	0,00	24.907,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de consultoria em matéria	11-03-2022	Concurso Limitado por Prévia Q	66.000,00	66.000,00	81.180,00	295 dias	11-03-2022	Não	Não	Não			04-08-2022	27.211,52	0,00	0,00	0,00	0,00	53.040,34	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços diversos	04-05-2023	Consulta Prévia	57.725,00	57.725,00	71.001,75	241 dias	04-05-2023	Não	Não	Não			11-05-2023	71.001,76	0,00	0,00	0,00	0,00	71.001,76	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de implement	28-01-2023	Consulta Prévia	53.500,00	53.500,00	65.805,00	120	28-01-2023	Não	Não	Não			31-01-2023	65.805,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.805,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de consultoria de peritos	19-12-2023	Contratação excluída	52.569,19	52.569,19	64.660,10	112 dias	19-12-2023	Não	Não	Não			27-12-2023	64.660,10	0,00	0,00	0,00	0,00	64.660,10	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de revisão de contas	22-07-2022	Consulta Prévia	52.500,00	52.500,00	64.575,00	162 dias	22-07-2022	Não	Não	Não			22-07-2022	16.912,50	0,00	0,00	0,00	0,00	44.587,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Solução de Inteligência Económica c	11-10-2022	Consulta Prévia	52.180,00	52.180,00	64.181,40	60 dias implem	11-10-2022	Não	Não	Não			27-12-2022	32.090,70	0,00	0,00	0,00	0,00	64.181,40	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços relacionados com bases de	16-12-2021	Concurso Público	50.700,00	50.700,00	62.361,00	16 dias	16-12-2021	Não	Não	Não			27-12-2021	20.787,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62.361,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de recrutame	27-01-2023	Consulta Prévia	50.000,00	50.000,00	61.500,00	5	27-01-2023	Não	Não	Não			21-04-2023	61.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de desenvolvimento de sof	17-05-2023	Concurso Público	48.900,00	48.900,00	60.147,00	228 dias	17-05-2023	Não	Não	Não			17-08-2023	60.147,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.147,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de saúde e segurança	22-11-2022	Concurso Público	47.379,96	47.379,96	47.379,96	1096 dias	22-11-2022	Não	Não	Não			30-05-2023	5.637,44	0,00	0,00	0,00	0,00	5.637,44	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de bens	Equipamento e material informático	14-09-2023	Concurso Público	41.930,00	41.930,00	51.573,90	108 dias	14-09-2023	Não	Não	Não			08-11-2023	51.573,90	0,00	0,00	0,00	0,00	51.573,90	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços relacionados com bases de	01-09-2021	Concurso Público	39.0																				



Contrato									Comunicação do contrato ao TC			Visto do TC		Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					
Tipo	Objeto	Data	Procedimento de contratação	Valor do Contrato	Preço Contratual	Prazo de Execução	Início da execução (física)	MECP	Contratos adicionais	Contratos COVID-19	N.º do registo	Data	Data do 1.º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os	
Aquisição de serviços	Serviços de vigilância	30-12-2020	Consulta Prévia	30.936,00	30.102,00	37.025,46	1095 dias	30-12-2020	Não	Não	Não		12-03-2021	12.280,32	0,00	0,00	0,00	0,00	36.902,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de transporte ferroviário	31-10-2023	Contratação excluída	30.000,00	30.000,00	31.800,00	61 dias	31-10-2023	Não	Não	Não		20-12-2023	724,50	0,00	0,00	0,00	0,00	724,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de bens	Equipamento e material informático	21-03-2023	Consulta Prévia	28.440,36	28.440,36	34.981,64	285 dias	21-03-2023	Não	Não	Não		17-08-2023	34.981,64	0,00	0,00	0,00	0,00	34.981,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	AD_574- Aquisição de serviços para	07-11-2022	Ajuste Direto	19.990,00	19.990,00	24.587,70	54 dias	07-11-2022	Não	Não	Não		27-12-2022	17.211,39	0,00	0,00	0,00	0,00	24.587,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	AD-529/2022/DEE - Aquisição de se	29-12-2022	Ajuste Direto	19.990,00	19.990,00	24.587,70	367 dias	29-12-2022	Não	Não	Não		19-04-2023	17.211,39	0,00	0,00	0,00	0,00	17.211,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de promoção	08-03-2022	Ajuste Direto	19.980,00	19.980,00	24.575,40	298 dias	08-03-2022	Não	Não	Não		04-05-2022	12.287,70	0,00	0,00	0,00	0,00	24.575,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de arquivo	02-08-2021	Consulta Prévia	19.955,28	19.955,28	24.545,00	152 dias	02-08-2021	Não	Não	Não		15-10-2021	7.270,03	0,00	0,00	0,00	0,00	17.566,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de aprendizagem electrónica	24-08-2022	Ajuste Direto	19.900,00	19.900,00	24.477,00	730	25-08-2022	Não	Não	Não		14-10-2022	10.947,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.573,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços jurídicos	09-01-2023	Ajuste Direto	19.900,00	19.900,00	24.477,00	356 dias	09-01-2023	Não	Não	Não		09-05-2023	20.339,69	0,00	0,00	0,00	0,00	20.339,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços técnicos de análise ou cons	25-07-2022	Ajuste Direto	19.799,04	19.799,04	24.352,82	159 dias	25-07-2022	Não	Não	Não		06-12-2022	12.937,44	0,00	0,00	0,00	0,00	24.352,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de consultoria em matéria	03-03-2022	Ajuste Direto	19.500,00	19.500,00	23.985,00	312 dias	23-02-2022	Não	Não	Não		30-08-2022	13.431,60	0,00	0,00	0,00	0,00	23.985,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de eventos	06-01-2023	Ajuste Direto	18.099,43	18.099,43	22.262,30	33 dias	29-12-2022	Não	Não	Não		24-01-2023	23.059,69	0,00	0,00	0,00	0,00	23.059,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de fornecimento de software	22-08-2023	Contratação excluída	18.040,00	18.040,00	18.040,00	131 dias	22-08-2023	Não	Não	Não		03-11-2023	5.259,07	0,00	0,00	0,00	0,00	5.259,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Contratação de BIH para serviços de	18-05-2023	Ajuste Direto	17.000,00	17.000,00	20.910,00	227 dias	29-12-2022	Não	Não	Não		17-07-2023	20.906,93	0,00	0,00	0,00	0,00	20.906,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	AD_741/2022- Aquisição de serviços	29-12-2022	Ajuste Direto	16.200,00	16.200,00	19.926,00	183 dias	29-12-2022	Não	Não	Não		29-12-2022	13.948,20	0,00	0,00	0,00	0,00	19.926,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de fornecimento de software	21-07-2023	Ajuste Direto	15.956,93	15.348,50	18.878,60	365 dias	21-07-2023	Não	Não	Não		23-11-2023	18.878,63	0,00	0,00	0,00	0,00	18.878,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	AD_465- Expo 2025 Osaka - Contr	04-09-2022	Ajuste Direto	15.000,00	15.000,00	18.450,00	181 dias	04-09-2022	Não	Não	Não		22-09-2022	7.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de TI: consultoria, desenv	26-07-2023	Ajuste Direto	15.000,00	15.000,00	18.450,00	158 dias	26-07-2023	Não	Não	Não		08-09-2023	3.198,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.198,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestação de serviços ao a	Serviços de agências de viagens e se	28-11-2023	Consulta Prévia Simplificada	15.000,00	15.000,00	15.000,00	33 dias	29-12-2023	Não	Não	Não		29-12-2023	633,45	0,00	0,00	0,00	0,00	633,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestação de serviços ao a	Serviços de agências de viagens e se	28-11-2023	Consulta Prévia Simplificada	15.000,00	15.000,00	15.000,00	33 dias	28-11-2023	Não	Não	Não		22-12-2023	3.291,06	0,00	0,00	0,00	0,00	3.291,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestação de serviços ao a	Serviços de agências de viagens e se	28-11-2023	Consulta Prévia Simplificada	15.000,00	15.000,00	15.000,00	33 dias	28-11-2023	Não	Não	Não		20-12-2023	1.045,01	0,00	0,00	0,00	0,00	1.045,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestação de serviços ao a	Serviços de agências de viagens e se	28-11-2023	Consulta Prévia Simplificada	15.000,00	15.000,00	15.000,00	33 dias	28-11-2023	Não	Não	Não		27-12-2023	924,06	0,00	0,00	0,00	0,00	924,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de reparação e manutenção	30-03-2021	Ajuste Direto	14.553,00	14.553,00	17.900,19	277 dias	30-03-2021	Não	Não	Não		13-05-2021	6.482,62	0,00	0,00	0,00	0,00	17.421,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de bens	Aquisição de 12 computadores port	03-02-2023	Consulta Prévia	14.521,00	14.423,00	17.740,30	7	03-02-2023	Não	Não	Não		09-05-2023	17.740,29	0,00	0,00	0,00	0,00	17.740,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de concepção de sites da	08-03-2023	Ajuste Direto	13.950,00	13.950,00	17.158,50	298 dias	08-03-2023	Não	Não	Não		14-06-2023	17.158,50	0,00	0,00	0,00	0,00	17.158,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	CE_512/2022- Construção, desen	15-09-2022	Contratação excluída	13.814,86	13.814,86	16.992,28	107 dias	15-09-2022	Não	Não	Não		20-01-2023	13.211,33	0,00	0,00	0,00	0,00	13.211,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de TI: consultoria, desenv	19-09-2023	Concurso Público	13.442,50	13.442,50	16.534,27	366 dias	02-10-2023	Não	Não	Não		25-10-2023	4.133,58	0,00	0,00	0,00	0,00	4.133,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de bens	Aquisição de Material de Higiene par	22-08-2023	Ajuste Direto	13.436,00	13.436,00	16.526,28	131 dias	22-08-2023	Não	Não	Não		18-10-2023	16.526,28	0,00	0,00	0,00	0,00	16.526,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de bens	AD_720/2022- Aquisição de 18 equ	22-12-2022	Ajuste Direto	13.245,50	13.245,50	16.291,97	121 dias	22-12-2022	Não	Não	Não		09-05-2023	16.291,97	0,00	0,00	0,00	0,00	16.291,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de reparação e manutenção	16-01-2023	Ajuste Direto	12.788,34	12.788,34	15.729,66	349 dias	16-01-2023	Não	Não	Não		31-03-2023	15.729,66	0,00	0,00	0,00	0,00	15.729,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Outros serviços	10-05-2023	Ajuste Direto	12.771,68	12.771,68	14.432,00	1	10-05-2023	Não	Não	Não		30-05-2023	14.432,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.432,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de transporte (excl. transp	21-03-2023	Ajuste Direto	12.591,30	12.591,30	12.591,30	285 dias	21-03-2023	Não	Não	Não		22-06-2023	12.030,30	0,00	0,00	0,00	0,00	12.030,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de consultoria e de progr	26-05-2023	Ajuste Direto	12.300,00	12.300,00	15.129,00	60	26-05-2023	Não	Não	Não		06-07-2023	15.129,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.129,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Manutenção de software para as tes	22-12-2021	Ajuste Direto	11.846,60	11.846,60	11.846,60	10 dias	22-12-2021	Não	Não	Não		26-04-2022	3.948,87	0,00	0,00	0,00	0,00	7.897,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de formação	18-04-2023	Contratação excluída	11.605,00	11.605,00	11.605,00	257 dias	18-04-2023	Não	Não	Não		17-05-2023	9.520,50	0,00	0,00	0,00	0,00	9.520,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de transporte (excl. transp	19-10-2022	Ajuste Direto	11.545,99	11.545,99	11.545,99	73 dias	19-10-2022	Não	Não	Não		13-01-2023	11.545,99	0,00	0,00	0,00	0,00	11.545,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de fornecimento de software	22-08-2023	Contratação excluída	11.325,00	11.325,00	11.325,00	365 dias	23-08-2023	Não	Não	Não		27-10-2023	11.324,02	0,00	0,00	0,00	0,00	11.324,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outro	Serviços de fornecimento de referen	20-03-2023	Contratação excluída	10.981,92	10.981,92	10.981,92	286 dias	20-03-2023	Não	Não	Não		30-05-2023	10.981,91	0,00	0,00	0,00	0,00	10.981,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de fornecimento de software	14-02-2023	Ajuste Direto	10.200,14	10.200,14	12.546,17	320 dias	14-02-2023	Não	Não	Não		12-07-2023	12.546,17	0,00	0,00	0,00	0,00	12.546,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de auditoria	27-04-2022	Ajuste Direto	9.600,00	9.600,00	11.808,00	255 dias	20-04-2022	Não	Não	Não		08-06-2022	3.936,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.808,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de cobrança de portagens	14-02-2023	Contratação excluída	9.024,39	9.024,39	11.100,00	520	14-02-2023	Não	Não	Não		21-03-2023	10.786,75	0,00	0,00	0,00	0,00	10.786,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de identifica	10-04-2023																						



Contrato				Comunicação do contrato ao TC					Visto do TC		Pagamentos no período					Pagamentos acumulados								
Tipo	Objeto	Data	Procedimento de contratação	Valor do Contrato	Preço Contratual		Prazo de Execução	Início da execução (física)	MECP	Contratos adicionais	Contratos COVID-19	N.º do registo	Data	Data do 1.º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os
Aquisição de serviços	COE_388/2022- Licença anual para	26-07-2022	Ajuste Direto	6.000,00	6.000,00		7.380,00 158 dias	26-07-2022	Não	Não	Não			17-08-2022	3.690,06	0,00	0,00	0,00	0,00	7.380,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de bens	Cartões de visita	14-02-2023	Ajuste Direto	6.000,00	6.000,00		7.380,00 690 dias	14-02-2023	Não	Não	Não			06-03-2023	4.409,55	0,00	0,00	0,00	0,00	4.409,55	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Renovação de Licenças Anual para	05-06-2023	Ajuste Direto	6.000,00	6.000,00		7.380,00 209 dias	05-06-2023	Não	Não	Não			22-09-2023	3.690,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.690,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços relacionados com a inform	16-06-2023	Ajuste Direto	5.975,00	5.975,00		7.349,25 2 dias	21-06-2023	Não	Não	Não			06-07-2023	7.349,25	0,00	0,00	0,00	0,00	7.349,25	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de eventos	19-09-2023	Contratação excluída	5.210,00	5.210,00		5.905,30 103 dias	19-09-2023	Não	Não	Não			08-11-2023	5.905,30	0,00	0,00	0,00	0,00	5.905,30	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de consultoria em matéria	23-10-2023	Ajuste Direto Simplificado	5.000,00	5.000,00		6.150,00 69 dias	23-10-2023	Não	Não	Não			27-12-2023	6.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de consultoria e de prograt	03-11-2023	Ajuste Direto Simplificado	5.000,00	5.000,00		6.150,00 58 dias	03-11-2023	Não	Não	Não			22-12-2023	691,88	0,00	0,00	0,00	0,00	691,88	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota: contratos com preço contratual superior a 5.000 euros. Lista completa na plataforma do TC.

Adjudicação por tipo de procedimento

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento (01-01-2023 até 31-12-2023)								Total	
	Concurso Público		Consulta Prévia		Ajuste Direto		Outros			
	Número de Contratos	Preço Contratual	Número de Contratos	Preço Contratual	Número de Contratos	Preço Contratual	Número de Contratos	Preço Contratual	Número de Contratos	Valor
Locação de bens					1	1.300,00 €			1	1.300,00 €
Empreitada de obras públicas	1	13.600.000,00 €							1	13.600.000,00 €
Aquisição de bens	3	42.459,19 €	2	42.863,36 €	47	65.297,53 €	1	45,93 €	53	150.666,01 €
Aquisição de serviços	18	7.071.073,35 €	11	620.656,89 €	176	458.222,33 €	65	246.823,67 €	270	8.396.776,24 €
Prestação de serviços ao abrigo de Acordo Quadro			11	177.732,60 €					11	177.732,60 €
Outro							1	404,07 €	1	404,07 €
Total	22	20.713.532,54 €	24	841.252,85 €	224	524.819,86 €	67	247.273,67 €	337	22.326.878,92 €

Nota: contratos com data de adjudicações entre 01-01-2023 e 31-12-2023



2.5. Dívidas a terceiros por antiguidade dos saldos

Com a informação supra, podemos analisar de forma facilitada, se a gestão financeira está a ser feita de forma a gerar sustentabilidade orçamental, e por inerência financeira.

Descrição	Dívida vincenda		Intervalos de Antiguidade da dívida vencida (em dias) (C)				Exceções (D)	Pagamento em	Total dívida por natureza da despesa		
	Curto prazo (A)	Médio/Longo prazo (B)	<90 dias (1)	[90-180] (2)	[180-365] (3)	>365 dias (4)		E=(2)+(3)+(4)-(D)	Curto Prazo (F)=(A)+(C)	Médio/Longo prazo (G)=(B)	Total (H)=(F)+(G)
Despesas correntes	921.789,36	-	43.807,65	-	-	-	-	-	965.597,01	-	965.597,01
Despesas com o pessoal	413.349,86	-	-	-	-	-	-	-	413.349,86	-	413.349,86
Remunerações certas e permanentes	393.473,66	-	-	-	-	-	-	-	393.473,66	-	393.473,66
Abonos variáveis ou eventuais	19.876,20	-	-	-	-	-	-	-	19.876,20	-	19.876,20
Segurança Social dos quais:	376.623,54	-	-	-	-	-	-	-	376.623,54	-	376.623,54
Encargos com Saúde	272,45	-	-	-	-	-	-	-	272,45	-	272,45
ADSE e outros da AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros sectores fora da AP	272,45	-	-	-	-	-	-	-	272,45	-	272,45
Contribuições de Segurança Social	365.085,60	-	-	-	-	-	-	-	365.085,60	-	365.085,60
CGA	13.138,32	-	-	-	-	-	-	-	13.138,32	-	13.138,32
Segurança Social - regime geral	312.545,38	-	-	-	-	-	-	-	312.545,38	-	312.545,38
Outras	39.401,90	-	-	-	-	-	-	-	39.401,90	-	39.401,90
Outras	11.265,49	-	-	-	-	-	-	-	11.265,49	-	11.265,49
Aquisições de Bens e Serviços	18.608,48	-	43.807,65	-	-	-	-	-	62.416,13	-	62.416,13
Juros e outros encargos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências correntes	113.185,26	-	-	-	-	-	-	-	113.185,26	-	113.185,26
Administrações Públicas	57.397,29	-	-	-	-	-	-	-	57.397,29	-	57.397,29
Outras transferências correntes	55.787,97	-	-	-	-	-	-	-	55.787,97	-	55.787,97
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas correntes	22,22	-	-	-	-	-	-	-	22,22	-	22,22
Despesa de Capital	13.197,33	-	-	-	-	-	-	-	13.197,33	-	13.197,33
Aquisições de Bens de Capital	13.197,33	-	-	-	-	-	-	-	13.197,33	-	13.197,33
Transferências de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Transferências de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reembolsos de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	934.986,69	-	43.807,65	-	-	-	-	-	978.794,34	-	978.794,34



2.6. Encargos Contratuais

Entidade		Contrato				Comunicação do contrato ao TC		Visto do TC		Pagamentos no período					Pagamentos acumulados											
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	Data	Procedimento de contratação	Valor do Contrato	Preço Contratual	Preço Contratual com IVA	Prazo de Execução	Início da execução (física)	MECP	Contratos adicionais	Contratos COVID-19	N.º do registro	Data	Data do 1.º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os
Tekever IV - Digital Unipessoal, Lda.	F5153258480	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria e de prog	23-08-2021	Parceria para a Inovação	1.545.437,00	1.545.437,00	1.900.887,51	730 dias	07-06-2022	Não	Não	Não	2072/2021	06-06-2022	25-10-2022	1.029.188,10	0,00	0,00	0,00	0,00	1.272.039,59	0,00	0,00	0,00	0,00
Clube Vajar - Viagens e Turismo, Lda.	F5035420160	Aquisição de serviços	Serviços de agências de viagens e	10-02-2022	Concurso Público	1.425.000,00	1.425.000,00	1.434.503,16	966 dias	10-05-2022	Não	Não	Não	272/2022	06-05-2022	02-06-2022	945.810,04	0,00	0,00	0,00	0,00	1.426.550,56	0,00	0,00	0,00	0,00
Claranet II Solutions, S.A.	F5107281890	Aquisição de serviços	Serviços de fornecimento de softw	20-09-2022	Concurso Público	719.411,90	719.411,90	884.876,64	1095	26-09-2022	Não	Não	Não			25-10-2022	274.458,88	0,00	0,00	0,00	0,00	552.073,23	0,00	0,00	0,00	0,00
Wise Prates Lda	F5146319020	Aquisição de serviços	Aquisição de Serviços de Consulta	20-04-2023	Concurso Público	672.000,00	618.000,00	760.140,00	970 dias	20-04-2023	Não	Não	Não			13-09-2023	73.353,51	0,00	0,00	0,00	0,00	73.353,51	0,00	0,00	0,00	0,00
Verlingue - Corretores de Seguros, S.A.	F5023584160	Aquisição de serviços	CPI-480/2022/DCT - Aquisição de	31-12-2022	Concurso Público	784.211,46	560.603,82	560.603,82	365	01-01-2023	Não	Não	Não			18-01-2023	510.713,92	0,00	0,00	0,00	0,00	510.713,92	0,00	0,00	0,00	0,00
Verlingue - Corretores de Seguros, S.A.	F5023584160	Aquisição de serviços	Serviços de seguros	17-12-2021	Concurso Público	516.367,66	516.367,66	516.367,66	15 dias	17-12-2021	Não	Não	Não			14-01-2022	242,63	0,00	0,00	0,00	0,00	515.705,49	0,00	0,00	0,00	0,00
Ar Telecom, Acessos e Redes Telecomunicações, S	F5063038100	Aquisição de serviços	Serviços de armazenagem de dad	01-10-2021	Concurso Público	487.750,00	487.750,00	599.932,50	92 dias	01-10-2021	Não	Não	Não			28-06-2022	198.733,42	0,00	0,00	0,00	0,00	309.492,81	0,00	0,00	0,00	0,00
PricewaterhouseCoopers - MFAS - Management, Fil	F5004791940	Aquisição de serviços	Serviços relacionados com a gestã	29-09-2021	Concurso Público	379.200,00	379.200,00	466.416,00	94 dias	29-09-2021	Não	Não	Não			28-12-2021	102.831,31	0,00	0,00	0,00	0,00	252.384,92	0,00	0,00	0,00	0,00
PricewaterhouseCoopers - MFAS - Management, Fil	F5004791940	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria em gestão	30-08-2023	Concurso Público	211.200,00	211.200,00	259.776,00	123 dias	30-08-2023	Não	Não	Não			27-12-2023	226.654,56	0,00	0,00	0,00	0,00	226.654,56	0,00	0,00	0,00	0,00
Wacemaking Studio, Lda.	F5163544340	Aquisição de serviços	Serviços de promoção	25-09-2022	Concurso Público	207.740,00	207.740,00	255.520,20	669 dias	25-09-2022	Não	Não	Não			04-11-2022	102.209,31	0,00	0,00	0,00	0,00	153.313,33	0,00	0,00	0,00	0,00
Timestamp - Sistemas de Informação, S.A.	F5063602370	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de Cloud Cl	06-12-2022	Consulta Prévia Simplificada	199.900,01	199.900,01	245.877,01	609 dias	06-12-2022	Sim	Não	Não			25-01-2023	121.008,86	0,00	0,00	0,00	0,00	121.008,86	0,00	0,00	0,00	0,00
Choice Car, S.A	F5040417620	Aquisição de serviços	Serviços de transporte rodoviário	03-10-2023	Concurso Público	175.250,00	175.000,00	185.500,00	6 dias	12-11-2023	Não	Não	Não			22-12-2023	185.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	185.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Link Consulting, Tecnologias de Informação, S.A.	F5045512210	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria e de prog	19-01-2023	Consulta Prévia Simplificada	171.000,00	171.000,00	210.330,00	582	19-01-2023	Sim	Não	Não			08-09-2023	210.330,00	0,00	0,00	0,00	0,00	210.330,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Wacemaking Studio, Lda.	F5163544340	Aquisição de serviços	Serviços de marketing	31-05-2023	Concurso Público	180.000,00	165.600,00	203.688,00	730 dias	01-06-2023	Não	Não	Não			23-11-2023	101.844,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101.844,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FCB Lisboa, Lda	F5007732460	Aquisição de serviços	Campanha de Marketing Digital d	13-10-2022	Concurso Público	162.100,00	162.100,00	199.383,00	180 dias (acr	13-10-2022	Não	Não	Não			21-12-2022	63.960,00	0,00	0,00	0,00	0,00	199.383,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Avidecan - Limpeza e Conservação, Lda.	F5064135200	Aquisição de serviços	Serviços de Limpeza	04-08-2021	Concurso Público	160.917,12	160.917,12	197.928,06	150 dias	04-08-2021	Não	Não	Não			25-10-2021	52.846,12	0,00	0,00	0,00	0,00	123.312,52	0,00	0,00	0,00	0,00
Spmex Events & Exhibitions, Lda.	F5030376050	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços destinados	20-02-2023	Concurso Público	162.100,00	195.950,00	196.738,50	90 dias	20-02-2023	Não	Não	Não			19-04-2023	196.738,51	0,00	0,00	0,00	0,00	196.738,51	0,00	0,00	0,00	0,00
Code Five, Lda.	F5138543630	Aquisição de serviços	Serviços de manutenção e repar	08-03-2023	Concurso Público	143.000,00	133.860,00	164.648,00	541	07-03-2023	Não	Não	Não			19-04-2023	169.740,00	0,00	0,00	0,00	0,00	169.740,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Language Experiences Sl	F0000021520	Aquisição de serviços	Viastos	17-05-2023	Concurso Público	102.200,00	102.200,00	125.706,00	31 dias	22-05-2023	Não	Não	Não			17-07-2023	30.525,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.525,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Marketplace-Markting, Comunicação e Vendas, LD	F5094719300	Aquisição de serviços	CP-485/2022/DC- AQUISIÇÃO DE	07-11-2022	Concurso Público	107.500,00	91.500,00	112.545,00	205 dias	07-11-2022	Não	Não	Não			16-12-2022	23.985,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112.545,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Hyponic Digital Agency	F5091368100	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria em matéri	20-02-2023	Concurso Público	85.996,00	85.996,00	105.775,08	314 dias	20-02-2023	Não	Não	Não			09-05-2023	52.875,22	0,00	0,00	0,00	0,00	52.875,22	0,00	0,00	0,00	0,00
Primavera - Business Software Solutions, S.A.	F5031460600	Aquisição de serviços	Manutenção de software para os	11-05-2023	Concurso Público	85.092,24	85.092,24	104.663,46	234 dias	11-05-2023	Não	Não	Não			06-07-2023	34.113,90	0,00	0,00	0,00	0,00	50.978,34	0,00	0,00	0,00	0,00
Petróleo de Portugal - Petrolgal, S.A.	F5006973700	Aquisição de bens	Combustíveis	25-06-2021	Concurso Público	84.000,00	84.000,00	103.320,00	190 dias	25-06-2021	Não	Não	Não			30-09-2021	24.303,18	0,00	0,00	0,00	0,00	59.696,82	0,00	0,00	0,00	0,00
Timestamp - Sistemas de Informação, S.A.	F5063602370	Aquisição de serviços	Serviços de TI: consultoria, desen	22-12-2021	Concurso Público	83.800,00	83.800,00	103.074,00	10 dias	22-12-2021	Não	Não	Não			25-01-2022	4.976,03	0,00	0,00	0,00	0,00	101.433,51	0,00	0,00	0,00	0,00
Vodafone Portugal Comunicações Pessoais, S.A.	F5025641800	Aquisição de serviços	Serviços de telecomunicações	31-12-2021	Concurso Público Urgente	82.630,56	82.630,56	101.635,99	1 dia	31-12-2021	Não	Não	Não			03-03-2022	31.087,35	0,00	0,00	0,00	0,00	63.550,06	0,00	0,00	0,00	0,00
Canon Portugal, S.A.	F507477490	Aquisição de serviços	Serviços de impressão e afins	09-03-2020	Concurso Público	87.096,00	81.274,40	99.967,51	1727 dias	04-02-2021	Não	Não	Não			04-02-2021	21.045,83	0,00	0,00	0,00	0,00	80.675,48	0,00	0,00	0,00	0,00
Intercampos - Recolha, Tratamento e Distribuição	F5024817490	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de criação e	17-04-2023	Consulta Prévia	74.999,00	74.999,00	92.248,77	485	17-04-2023	Não	Não	Não			28-06-2023	92.248,77	0,00	0,00	0,00	0,00	92.248,77	0,00	0,00	0,00	0,00
Everything Matters Consulting	F5158943200	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria e de prog	17-03-2023	Consulta Prévia	74.200,00	74.200,00	91.266,00	289 dias	17-03-2023	Não	Não	Não			06-07-2023	91.266,00	0,00	0,00	0,00	0,00	91.266,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERNST & YOUNG, S.A.	F5009126450	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria em matéri	28-04-2023	Consulta Prévia	73.890,00	73.890,00	90.884,70	247 dias	28-04-2023	Não	Não	Não			27-12-2023	90.884,70	0,00	0,00	0,00	0,00	90.884,70	0,00	0,00	0,00	0,00
NTT Data Portugal, S.A.	F5062046500	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria em matéri	30-11-2023	Concurso Público	77.000,00	67.500,00	83.025,00	90 dias	30-11-2023	Não	Não	Não			27-12-2023	24.907,50	0,00	0,00	0,00	0,00	24.907,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Andrea Sofia da Cruz Valente	F2150249400	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria em matéri	11-03-2022	Concurso Limitado por Prévia C	66.000,00	66.000,00	81.180,00	295 dias	11-03-2022	Não	Não	Não			04-08-2022	27.211,52	0,00	0,00	0,00	0,00	53.040,34	0,00	0,00	0,00	0,00
Best Emotions	F5036160950	Aquisição de serviços	Serviços diversos	04-05-2023	Consulta Prévia	57.725,00	57.725,00	71.001,75	241 dias	11-05-2023	Não	Não	Não			11-05-2023	71.001,76	0,00	0,00	0,00	0,00	71.001,76	0,00	0,00	0,00	0,00
Bubblesave, Lda.	F5105239190	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de implem	28-01-2023	Consulta Prévia	53.500,00	53.500,00	65.805,00	120	28-01-2023	Não	Não	Não			31-01-2023	65.805,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.805,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ANI - Agência Nacional de Inovação, S.A.	F5030246200	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria de peritos	19-12-2023	Contratação excluída	52.569,19	52.569,19	64.660,10	112 dias	19-12-2023	Não	Não	Não			27-12-2023	64.660,10	0,00	0,00	0,00	0,00	64.660,10	0,00	0,00	0,00	0,00
Oliveira, Reis & Associados SROO Lda	F5012662590	Aquisição de serviços	Serviços de revisão de contas	22-07-2022	Consulta Prévia	52.500,00	52.500,00	64.575,00	162 dias	22-07-2022	Não	Não	Não			22-07-2022	16.912,50	0,00	0,00	0,00	0,00	44.587,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Noak - Data Analytics, Lda.	F515994970	Aquisição de serviços	Solução de Inteligência Económica	11-10-2022	Consulta Prévia	52.180,00	52.180,00	64.181,40	60 dias imple	11-10-2022	Não	Não	Não			27-12-2022	32.090,70	0,00	0,00	0,00	0,00	64.181,40	0,00	0,00	0,00	0,00
IBERINFORM INTERNACIONAL, S.A. - SJCURSAL E	F9806838230	Aquisição de serviços	Serviços relacionados com bases d	16-12-2021	Concurso Público	50.700,00	50.700,00	62.361,00	16 dias	16-12-2021	Não	Não	Não			27-12-2021	20.787,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62.361,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EGOR PORTUGAL-CONSULT. INT. DE SISTEMAS HU	F5017021200																									



Contrato				Comunicação do contrato ao TC				Visto do TC		Pagamentos no período					Pagamentos acumulados								
Tipo	Objeto	Data	Procedimento de contratação	Valor do Contrato	Preço Contratual	Prazo de Execução	Início da execução (física)	MECP	Contratos Adicionais	Contratos COVID-19	N.º do registo	Data	Data do 1.º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os
Aquisição de serviços	Serviços de vigilância	30-12-2020	Consulta Prévia	30.936,00	30.102,00	37.025,46	1095 dias	Não	Não	Não			12-03-2021	12.280,32	0,00	0,00	0,00	0,00	36.902,46	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de transporte ferroviário	31-10-2023	Contratação excluída	30.000,00	30.000,00	31.800,00	61 dias	Não	Não	Não			20-12-2023	724,50	0,00	0,00	0,00	0,00	724,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de bens	Equipamento e material informático	21-03-2023	Consulta Prévia	28.440,36	28.440,36	34.981,64	285 dias	Não	Não	Não			17-08-2023	34.981,64	0,00	0,00	0,00	0,00	34.981,64	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	AD_574- Aquisição de serviços pa	07-11-2022	Ajuste Direto	19.990,00	19.990,00	24.587,70	54 dias	Não	Não	Não			27-12-2022	17.211,39	0,00	0,00	0,00	0,00	24.587,70	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	AD-529/2022/DEE- Aquisição de s	29-12-2022	Ajuste Direto	19.990,00	19.990,00	24.587,70	367 dias	Não	Não	Não			19-04-2023	17.211,39	0,00	0,00	0,00	0,00	24.587,70	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de promoção	08-03-2022	Ajuste Direto	19.980,00	19.980,00	24.575,40	298 dias	Não	Não	Não			04-05-2022	12.287,70	0,00	0,00	0,00	0,00	24.575,40	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de arquivo	02-08-2021	Consulta Prévia	19.955,28	19.955,28	24.545,00	152 dias	Não	Não	Não			15-10-2021	7.270,03	0,00	0,00	0,00	0,00	17.566,07	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de aprendizagem electrón	24-08-2022	Ajuste Direto	19.900,00	19.900,00	24.477,00	730	Não	Não	Não			14-10-2022	10.947,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.573,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços jurídicos	09-01-2023	Ajuste Direto	19.900,00	19.900,00	24.477,00	356 dias	Não	Não	Não			09-05-2023	20.339,69	0,00	0,00	0,00	0,00	20.339,69	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços técnicos de análise ou co	25-07-2022	Ajuste Direto	19.799,04	19.799,04	24.352,82	159 dias	Não	Não	Não			06-12-2022	12.937,44	0,00	0,00	0,00	0,00	24.352,83	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de consultoria em matéria	03-03-2022	Ajuste Direto	19.500,00	19.500,00	23.985,00	312 dias	Não	Não	Não			30-08-2022	13.431,60	0,00	0,00	0,00	0,00	23.985,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de eventos	06-01-2023	Ajuste Direto	18.099,43	18.099,43	22.262,30	33 dias	Não	Não	Não			24-01-2023	23.099,69	0,00	0,00	0,00	0,00	23.099,69	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de fornecimento de softw	22-08-2023	Contratação excluída	18.040,00	18.040,00	18.040,00	131 dias	Não	Não	Não			03-11-2023	5.259,07	0,00	0,00	0,00	0,00	5.259,07	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Contratação de BH para serviços e	18-05-2023	Ajuste Direto	17.000,00	17.000,00	20.910,00	227 dias	Não	Não	Não			17-07-2023	20.906,93	0,00	0,00	0,00	0,00	20.906,93	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	AD_741/2022- Aquisição de serviç	29-12-2022	Ajuste Direto	16.200,00	16.200,00	19.926,00	183 dias	Não	Não	Não			29-12-2022	13.948,20	0,00	0,00	0,00	0,00	19.926,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de fornecimento de softw	21-07-2023	Ajuste Direto	15.956,93	15.348,50	18.878,60	365 dias	Não	Não	Não			23-11-2023	18.878,63	0,00	0,00	0,00	0,00	18.878,63	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	AD_465- Expo 2025 Osaka - Cont	04-09-2022	Ajuste Direto	15.000,00	15.000,00	18.450,00	181 dias	Não	Não	Não			04-09-2022	7.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de TI: consultoria, desen	26-07-2023	Ajuste Direto	15.000,00	15.000,00	18.450,00	158 dias	Não	Não	Não			08-09-2023	3.198,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.198,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestação de serviços ao	Serviços de agências de viagens e	28-11-2023	Consulta Prévia Simplificada	15.000,00	15.000,00	15.000,00	33 dias	Não	Não	Não			29-12-2023	633,45	0,00	0,00	0,00	0,00	633,45	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestação de serviços ao	Serviços de agências de viagens e	28-11-2023	Consulta Prévia Simplificada	15.000,00	15.000,00	15.000,00	33 dias	Não	Não	Não			22-12-2023	3.291,06	0,00	0,00	0,00	0,00	3.291,06	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestação de serviços ao	Serviços de agências de viagens e	28-11-2023	Consulta Prévia Simplificada	15.000,00	15.000,00	15.000,00	33 dias	Não	Não	Não			20-12-2023	1.045,01	0,00	0,00	0,00	0,00	1.045,01	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestação de serviços ao	Serviços de agências de viagens e	28-11-2023	Consulta Prévia Simplificada	15.000,00	15.000,00	15.000,00	33 dias	Não	Não	Não			27-12-2023	924,06	0,00	0,00	0,00	0,00	924,06	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de reparação e manuten	30-03-2021	Ajuste Direto	14.553,00	14.553,00	17.900,00	197 dias	Não	Não	Não			13-05-2021	6.482,62	0,00	0,00	0,00	0,00	17.421,68	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de bens	Aquisição de 12 computadores por	03-02-2023	Consulta Prévia	14.521,00	14.423,00	17.740,30	7	Não	Não	Não			09-05-2023	17.740,29	0,00	0,00	0,00	0,00	17.740,29	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de concepção de sites de	08-03-2023	Ajuste Direto	13.950,00	13.950,00	17.158,50	298 dias	Não	Não	Não			14-06-2023	17.158,50	0,00	0,00	0,00	0,00	17.158,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	CE_512/2022- Construção, desen	15-09-2022	Contratação excluída	13.814,86	13.814,86	16.992,28	107 dias	Não	Não	Não			20-01-2023	13.211,33	0,00	0,00	0,00	0,00	13.211,33	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de TI: consultoria, desen	19-09-2023	Concurso Público	13.442,50	13.442,50	16.534,27	366 dias	Não	Não	Não			25-10-2023	4.133,58	0,00	0,00	0,00	0,00	4.133,58	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de bens	Aquisição de Material de Higiene p	22-08-2023	Ajuste Direto	13.436,00	13.436,00	16.526,28	131 dias	Não	Não	Não			18-10-2023	16.526,28	0,00	0,00	0,00	0,00	16.526,28	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de bens	AD_720/2022- Aquisição de 18 eq	22-12-2022	Ajuste Direto	13.245,50	13.245,50	16.291,97	121 dias	Não	Não	Não			09-05-2023	16.291,97	0,00	0,00	0,00	0,00	16.291,97	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de reparação e manuten	16-01-2023	Ajuste Direto	12.788,34	12.788,34	15.729,66	349 dias	Não	Não	Não			31-03-2023	15.729,66	0,00	0,00	0,00	0,00	15.729,66	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Outros serviços	10-05-2023	Ajuste Direto	12.771,68	12.771,68	14.432,00	1	Não	Não	Não			30-05-2023	14.432,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.432,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de transporte (excl. trans	21-03-2023	Ajuste Direto	12.591,30	12.591,30	12.591,30	285 dias	Não	Não	Não			22-06-2023	12.030,30	0,00	0,00	0,00	0,00	12.030,30	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de consultoria e de progr	26-05-2023	Ajuste Direto	12.300,00	12.300,00	15.129,00	60	Não	Não	Não			06-07-2023	15.129,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.129,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Manutenção de software para as	22-12-2021	Ajuste Direto	11.846,60	11.846,60	11.846,60	10 dias	Não	Não	Não			26-04-2022	3.948,87	0,00	0,00	0,00	0,00	7.897,74	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de formação	18-04-2023	Contratação excluída	11.605,00	11.605,00	11.605,00	257 dias	Não	Não	Não			17-05-2023	9.520,50	0,00	0,00	0,00	0,00	9.520,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de transporte (excl. trans	19-10-2022	Ajuste Direto	11.545,99	11.545,99	11.545,99	73 dias	Não	Não	Não			13-01-2023	11.545,99	0,00	0,00	0,00	0,00	11.545,99	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de fornecimento de softw	22-08-2023	Contratação excluída	11.325,00	11.325,00	11.325,00	365 dias	Não	Não	Não			27-10-2023	11.324,02	0,00	0,00	0,00	0,00	11.324,02	0,00	0,00	0,00	0,00
Outro	Serviços de fornecimento de refei	20-03-2023	Contratação excluída	10.981,92	10.981,92	10.981,92	286 dias	Não	Não	Não			30-05-2023	10.981,91	0,00	0,00	0,00	0,00	10.981,91	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de fornecimento de softw	14-02-2023	Ajuste Direto	10.200,14	10.200,14	12.546,17	320 dias	Não	Não	Não			12-07-2023	12.546,17	0,00	0,00	0,00	0,00	12.546,17	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de auditoria	27-04-2022	Ajuste Direto	9.600,00	9.600,00	11.808,00	255 dias	Não	Não	Não			08-06-2022	3.936,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.808,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de cobrança de portagem	14-02-2023	Contratação excluída	9.024,39	9.024,39	11.100,00	520	Não	Não	Não			21-03-2023	10.786,75	0,00	0,00	0,00	0,00	10.786,75	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de identifica	10-04-2023	Ajuste Direto	9.000,00	9.000,00	11.070,00	180 dias	Não	Não	Não			17-07-2023	11.070,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.070,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de fornecimento de softw	20-01-2023	Ajuste Direto	8.130,20	8.130,20	10.000,15	345 dias	Não	Não	Não			06-03-2023	10.000,15	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,15	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Manutenção de equipamento para	23-05-2023	Consulta Prévia	7.849,93	7.849,93	9.655,41	365 dias	Não	Não	Não			28-06-2023	7.241,55	0,00	0,00	0,00	0,00	7.241,55	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de eventos	29-08-2023	Ajuste Direto	7.815,00	7.815,00	8.830,95	124 dias	Não	Não														



Contrato							Comunicação do contrato ao TC			Visto do TC			Pagamentos no período					Pagamentos acumulados						
Tipo	Objeto	Data	Procedimento de contratação	Valor do Contrato	Preço Contratual		Prazo de Execução	Início da execução (física)	MECP	Contratos Adicionais	Contratos COVID-19	N.º do registo	Data	Data do 1.º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os
Aquisição de serviços	COE_388/2022-Licença anual par	26-07-2022	Ajuste Direto	6.000,00	6.000,00	7.380,00	158 dias	26-07-2022	Não	Não	Não			17-08-2022	3.690,06	0,00	0,00	0,00	0,00	7.380,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de bens	Cartões de visita	14-02-2023	Ajuste Direto	6.000,00	6.000,00	7.380,00	690	14-02-2023	Não	Não	Não			06-03-2023	4.409,55	0,00	0,00	0,00	0,00	4.409,55	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Renovação de Licenças Anual par	05-06-2023	Ajuste Direto	6.000,00	6.000,00	7.380,00	209 dias	05-06-2023	Não	Não	Não			22-09-2023	3.690,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.690,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços relacionados com a inform	16-06-2023	Ajuste Direto	5.975,00	5.975,00	7.349,25	2	21-06-2023	Não	Não	Não			06-07-2023	7.349,25	0,00	0,00	0,00	0,00	7.349,25	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de eventos	19-09-2023	Contratação excluída	5.210,00	5.210,00	5.905,30	103 dias	19-09-2023	Não	Não	Não			08-11-2023	5.905,30	0,00	0,00	0,00	0,00	5.905,30	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de consultoria em matéria	23-10-2023	Ajuste Direto Simplificado	5.000,00	5.000,00	6.150,00	69 dias	23-10-2023	Não	Não	Não			27-12-2023	6.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços	Serviços de consultoria e de progr	03-11-2023	Ajuste Direto Simplificado	5.000,00	5.000,00	6.150,00	58 dias	03-11-2023	Não	Não	Não			22-12-2023	691,88	0,00	0,00	0,00	0,00	691,88	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota: contratos com preço contratual superior a 5.000 euros. Lista completa na plataforma do



Contas individuais

Contabilidade de Gestão



Contas Individuais

Contabilidade de Gestão

Conforme disposto na Norma de Contabilidade Pública – NCP 27 – Contabilidade de Gestão, publicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, relativo ao Referencial contabilístico designado por SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública a contabilidade de gestão é um sistema obrigatório e constitui um importante instrumento de gestão, sendo que este normativo tipifica, para o efeito, divulgações obrigatórias. Tendo em vista dar cumprimento às orientações referidas, a AICEP tem procurado parametrizar o seu sistema interno para dar resposta à análise nesta ótica de gestão.

A Contabilidade de Gestão destina-se a produzir informação relevante e analítica sobre custos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados, para satisfazer uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos na tomada de decisões de gestão, designadamente na AICEP no processo de elaboração de orçamentos, nas funções de planeamento e controlo (e justificando-se para um plano de redução de custos), na mensuração e avaliação de desempenho e na fundamentação económica e de decisões de gestão.

Na Norma de Contabilidade de Gestão são indicadas as etapas principais para implementação do sistema, iniciando-se com a identificar das atividades (principais e auxiliares) realizadas e que consomem recursos e atribuição dos custos às atividades, bem como outras atividades subsequentes.

A atividade da Agência pode ser repartida em quatro áreas, tendo sido apurados os gastos das atividades desenvolvidas por cada uma das áreas, bem como para as áreas de gestão:

- a) áreas negócio (principal)
- b) áreas de apoio ao negócio
- c) áreas de suporte ao negócio
- d) rede externa

Nesta perspetiva, a repartição dos custos apresenta a seguinte estrutura para 2022 e 2023.

Gastos por área	2022	2023	(em EUR)
			Varição 2023/2022
Órgão Sociais, Sec.G. e Assessoria	2.190.502	1.680.749	-23%
Área de Negócio	8.420.065	6.451.822	-23%
Áreas de apoio negócio	9.509.751	9.036.882	-5%
Áreas de suporte negócio	9.113.171	9.841.984	8%
Rede externa	20.330.061	17.619.388	-13%
Gastos não incorporados	447.206	682.964	53%
Total	50.010.757	45.313.789	-9%



Da análise aos valores apresentados, conclui-se que a atividade da rede externa é bastante relevante:

Gastos por localização	(em EUR)				
	2022		2023		Varição 2023/2022
Sede	29.680.696	59%	27.694.401	55%	-7%
Rede externa	20.330.061	41%	17.619.388	35%	-13%
Total	50.010.757		45.313.789		-9%

Se observarmos a estrutura de custos da Agência no âmbito da sua missão, podemos apontar as seguintes funções:

- funcionamento geral e investimento
- programa de estágios no estrangeiro (Inov Contacto)
- angariação, promoção externa de comércio e turismo, e capacitação
- realização de exposições internacionais
- investimento em ferramentas digitais

Os gastos repartidos por estas funções têm a seguinte distribuição nos dois últimos anos:

Gastos por funções	(em EUR)				
	2022		2023		Varição 2023/2022
Funcionamento	34.536.008	69%	34.183.528	75%	-1%
Estágios no estrangeiro (Inov)	3.573.507	7%	4.585.636	10%	28%
Angariação, promoção (com./tur.) e capacitação	6.972.173	14%	3.976.202	9%	-43%
Exposições internacionais	3.171.924	6%	123.169	0%	-96%
Investimento digital	1.757.145	4%	2.445.255	5%	39%
Total	50.010.756		45.313.789		-9%

De referir que em 2022 verificaram-se gastos com a Expo Dubai que não ocorreram de forma idêntica em 2023, bem como a promoção com a participação na Hannover Messe de 2022, que não se repetiu em 2023.

Todos os custos da AICEP foram tratados, tendo sido repartidos por custos diretos, indiretos e não incorporáveis. Podem existir divergências apuradas entre os valores referentes aos gastos da contabilidade financeira e os da contabilidade de gestão, pela natureza distinta dos conceitos aplicados em cada uma.

Diversa outra informação de gestão está vertida no presente Relatório e Contas, em particular no capítulo “Atividade Desenvolvida” e no restante Anexo às demonstrações financeiras.

A AICEP iniciou-se neste processo recentemente, prevendo-se que nos próximos exercícios se robusteça o modelo e os indicadores de gestão disponíveis, complementares da contabilidade orçamental e da contabilidade financeira.